



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA CULTURAL**

CARLOS HENRIQUE MOURA BARBOSA

**POLICIANDO O SERTÃO: POLICIAIS MILITARES, PODERES
LOCAIS E ORDEM PÚBLICA NO CEARÁ DA PRIMEIRA
REPÚBLICA (1889-1930)**

**FLORIANÓPOLIS,
2014**

CARLOS HENRIQUE MOURA BARBOSA

POLICIANDO O SERTÃO: POLICIAIS MILITARES, PODERES
LOCAIS E ORDEM PÚBLICA NO CEARÁ DA PRIMEIRA
REPÚBLICA (1889-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento ao requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Espada Lima.

FLORIANÓPOLIS,
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barbosa, Carlos Henrique Moura
Policiando o sertão : policiais militares, poderes
locais e ordem pública no Ceará da Primeira República
(1889-1930) / Carlos Henrique Moura Barbosa ; orientadora,
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho - Florianópolis, SC,
2014.
324 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Policiais Militares. 3. Poderes Locais.
4. Primeira República. 5. Ceará. I. Lima Filho, Henrique
Espada Rodrigues. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Espada Lima (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Amy Chazkel
City University of New York (CUNY)

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dedico esta tese à minha amada,
Marília Abreu Duarte.

AGRADECIMENTOS

No percurso que efetuei para realizar esta tese, muitas pessoas contribuíram para que o trabalho fosse concluído com sucesso. Então, elas merecem os meus agradecimentos.

Devo muito ao meu orientador, professor Henrique Espada Lima. Nas orientações, sempre aprendia algo novo sobre a prática da pesquisa e da escrita da história. No convívio acadêmico com Henrique Espada, pude compreender mais a vida profissional de um professor-pesquisador. Agradeço a dedicação, os conselhos e a sua disposição em me auxiliar nas adversidades. Mestre, muito obrigado, muito obrigado mesmo por tudo!

Sou muito grato aos professores da linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Cultura, do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Beatriz Mamigonian, Adriano Duarte, Fabiane Popinigi e Paulo Pinheiro Machado.

Quero agradecer ao professor Prabhu Mohapatra (University of Delhi) pelas considerações feitas ao meu trabalho, apresentado no *“Summer Academy 2011: Working Lives in Global History”*. Sou grato, também, à professora Rebecca Scott (University of Michigan), que leu atentamente um dos meus textos.

Os meus agradecimentos, também, são direcionados para os professores que colaboraram imensamente para o andamento da tese: Maria Bernardete, Fátima Piazza, Franck Ribard, Frederico de Castro Neves, Régis Lopes, Meize Lucas, Kênia Rios, Almir Leal, Gilberto Ramos, João Ernani, Eurípides Funes.

Agradeço aos professores Marcos Luiz Bretas, Beatriz Mamigonian, Paulo Pinheiro Machado pelas ricas observações feitas no meu exame de qualificação de tese. Sem dúvida estes professores ajudaram no redirecionamento dos objetivos da pesquisa.

Sou grato à coordenadora da pós-graduação da UFSC, Eunice Nodari, e aos secretários dela. Agradeço à CAPES pela bolsa concedida e que permitiu a minha dedicação de forma exclusiva à pesquisa de doutorado.

Meu muito obrigado aos professores que participaram da banca examinadora: Amy Chazkel, Marcos Bretas, Paulo Machado e Frederico Neves.

Não poderia me esquecer de agradecer aos meus novos e velhos companheiros de infortúnios: Mário Martins, Vitor Cardoso, Sandra Oenning, Adelson Brüggemann, Fabiano Dauwe, Edilson Brito, Paulo Terra, André Rosenberg.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Ceará (APEC), especialmente ao diretor em exercício durante a minha pesquisa – Márcio Porto. No APEC, fica o meu muito obrigado aos pesquisadores André Frota e Clemilton Melo. Meus agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e do Instituto Histórico do Ceará. Na Polícia Militar do Ceará, quero agradecer ao policial José Abreu, responsável pelo setor histórico.

No âmbito familiar quero agradecer ao meu Pai (Remo) e à minha irmã (Régia), e especialmente à minha querida Mãe (Rosa), a quem devo tudo. Minha mãezinha, seu apoio e seu carinho me fortalecem, estaremos sempre juntos!

Marília, meu amor, mais uma etapa concluída! Bem mais do que te agradecer, te dedico esta tese. Sei que não foi fácil, mas acabamos vencendo. Foram quatro anos de viagens, pesquisas, seminários, estudos... Depois desta jornada, a única certeza que tenho é de que não teria conseguido sem a sua dedicação e paciência. Sei que não foi fácil suportar a minha impaciência e meu mau humor. Prometo que vou passar um bom tempo sem falar sobre policiais, cangaceiros e chefes políticos. Pronto, Dr.^a Marília Duarte, agora é “arrumar as coisas” e partir para novas aventuras.

RESUMO

Este trabalho investiga a formação da Força Pública do Ceará durante a Primeira República, tomando como ponto de partida a atuação dos policiais militares no Sertão cearense. Procurei compreender os policiais interagindo não apenas com o mundo da instituição policial, mas também com os poderes políticos locais. Assim, analiso como a Força Pública do Ceará não estava imune às influências dos chefes políticos locais. Por meio da dinâmica do policiamento do sertão, encontro os policiais participando do jogo político local, atendendo especialmente aos interesses da facção política dominante. Assim, discuto de que forma a Polícia Militar configurou-se como uma força de repressão, negociação e centralização política nas mãos dos chefes políticos situacionistas, mostrando como os policiais constituíam um dos principais pilares da estruturação do poder político no Estado. Ao longo do trabalho procurei discutir como a Polícia Militar foi construída a partir de disputas e interesses políticos, afinal na pesquisa constatei que a polícia nasceu sob o signo de uma relação próxima com a política, daí tornou-se de fundamental importância discutir como as questões políticas interferiam na organização da instituição policial militar e na formação dos policiais da Força Pública. O foco da análise direcionou-se, especialmente, para a atuação política dos policiais no sertão, sua relação com os chefes políticos locais e os cangaceiros. Eu argumento que o discurso oficial de “combate ao banditismo” era uma estratégia bem sucedida utilizada pelas lideranças políticas situacionistas para enfraquecerem as atividades de caráter político dos chefes locais que se encontravam na oposição. A Força Pública tornou-se um poderoso braço armado destinado a garantir a manutenção do *status quo* das facções políticas dominantes. Essa tese lança mão de uma variada tipologia de fontes: a rica documentação oficial produzida pela Força Pública, na forma de relatórios e correspondência, assim como memórias de policiais, jornais, revistas, dentre outras.

Palavras-chave: Policiais Militares, Poderes Locais, Ceará, Primeira República

ABSTRACT

The dissertation examines the making of institutional military state police in Ceará, in Northeastern Brazil, during the First Republic (1889-1930). It pays particular attention on the actions and proceedings of the Public Police Force (Força Pública do Ceará) in the hinterland of the state. My work seeks to understand how police interacted not only with their institutional world but also with local political powers. I thus analyze how the Public Police Force of Ceará was subject to the influence of local political bosses. Through this investigation of the dynamic of policing the hinterland, this work uncovers how police participated in local politics and attended, in particular, to the interests of the dominant political faction. I explore how the Military Police, in the hands of political bosses then in power, took shape as a force of political repression, negotiation, and centralization. The police, I demonstrate, formed one of the major pillars in the edifice of political power at the state level. Throughout this dissertation, I explore how the Military Police formed as the result of political interests and disputes; I argue, ultimately, that the police emerged by way of its proximity to politics, and thus it is of primary importance to discuss how political questions interfered in the way the police institution was organized and in the way police officers in the Public Police Force **were trained**. My analysis focuses, in particular, on the involvement of police officers in the political life of the rural hinterland, their relations to the local political chiefs and the bandits (cangaceiros). I argue that the official discourse about the “fight against banditism” was a successful strategy used by the main political forces in power to curb and control the political activities of the local chiefs opposed to them. The Public Force has become a powerful-armed tool for maintaining the political *status quo* in the state of Ceará during the period.

The dissertation dwells into different kinds of historical sources: the rich official documentation produced by the Public Force itself, like reports and official correspondence, but also memoirs of policemen, newspapers, magazines and periodicals, etc.

Keywords: Military Police, Local Political Powers, Ceará (Brazil), First Republic

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Cel. Raimundo Borges e oficiais da Força Pública do Ceará (1910)	51
Imagem 2 -	Principais cidades do Ceará na Primeira República	53
Imagem 3 -	Homens de F. Bartolomeu na “Sedição de Juazeiro” (1914)	58
Imagem 4 -	Tropas do governo na “Sedição de Juazeiro” (1914)	59
Imagem 5 -	Integrantes do Batalhão Patriótico no Sul do Ceará (1926)	73
Imagem 6 -	Sargentos e ajudantes da Força Pública (1917)	85
Imagem 7 -	Fachada do Quartel Geral da Força Pública na Praça Marques de Herval (1892-1923)	101
Imagem 8 -	Turma de Sargentos da Força Pública do Ceará (1924)	148
Imagem 9 -	Fachada do novo Quartel Geral da Força Pública (1928)	153
Imagem 10 -	Força Volante Pernambucana na cidade de Belmonte (1926)	227
Imagem 11 -	Charge: “De potência a potência” (1927)	256
Imagem 12 -	Charge: “A última etapa do raide de Lampião?” (1927)	265
Imagem 13 -	Bando de Lampião na cidade de Limoeiro do Norte (1927)	267
Imagem 14 -	Charge: “Esteje preso” (1927)	278
Imagem 15 -	Charge: “O único encontro possível com Lampião” (1927)	279
Imagem 16 -	Charge: “Contra o banditismo” (1925)	284
Imagem 17 -	Charge: “Os executores do convênio de Recife” (1927)	287

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Motivos de Exclusão de Praças da Força Pública do Ceará (1912-1913)	95
Quadro 2	Tabela de Vencimentos da Força Pública do Ceará (1918)	109
Quadro 3	Relação Nominal dos 1. ^{os} Tenentes Promovidos ao Posto de Capitão na Força Pública do Ceará (1920-1930)	113
Quadro 4	Hierarquia Militar da Força Pública do Ceará (1918-1930)	134
Quadro 5	Livros adotados pela Escola Regimental da FPC (1919)	141

LISTA DE ABREVIATURAS

AP	Acervo Particular
APEC	Arquivo Público Estadual do Ceará
APEIC	Arquivo Público Estadual Intermediário do Ceará
BPEGMP	Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel
FPA	Força Pública de Alagoas
FPB	Força Pública da Paraíba
FPC	Força Pública do Ceará
FPPE	Força Pública de Pernambuco
FPRN	Força Pública do Rio Grande do Norte
IHC	Instituto Histórico do Ceará
MIS	Museu da Imagem e do Som

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
1	A FORÇA PÚBLICA NO CEARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA	37
1.1	Em torno de um debate: força pública x polícias locais	40
1.2	Braço armado: polícia, deposição e sedição	49
1.3	“Repressão ao banditismo”, polícia e sertão	62
2	O POLICIAL NA FORÇA PÚBLICA	79
2.1	Formas de ingressar na polícia	80
2.2	Atos de indisciplina e punições	94
2.3	Promoções e ascensão hierárquica	107
2.4	Garantias trabalhistas: licenças, férias, pensões e reformas	117
3	A FORMAÇÃO MILITAR DO POLICIAL	127
3.1	Força auxiliar do Exército: um panorama geral	128
3.2	Graduados: Escola Regimental	140
3.3	Inferiores: cursos e concursos	145
3.4	Oficiais: Escola Profissional da Força	151
4	“CANGACEIROS DE FARDA”: POLICIAIS NO SERTÃO	167
4.1	Violência policial: alguns aspectos	168
4.2	A Polícia Militar e as eleições no sertão	179
4.3	Alianças: policiais e poderes locais	188
5	UMA POLÍCIA DO SERTÃO	197
5.1	As Expedições de 1915: o “extermínio do banditismo”	200
5.2	Ações policiais contra o “banditismo”: por dentro do discurso oficial	210
5.3	“Banditismo”: uma questão transregional	224
5.4	A face oculta do “banditismo”: policiais entre cangaceiros e chefes políticos	231
6	POLICIAIS EM AÇÃO: A “CAMPAINHA DE 1927”	249
6.1	O bando de Lampião: de Mossoró a Limoeiro do Norte	250
6.2	A mobilização das forças	259

6.3	No sertão do Ceará: combates, estratégias, táticas... acordos	263
6.4	Fuzilamento de cangaceiros: “o extermínio sistemático dos testemunhos”	280
6.5	Em torno de um debate: força estadual x forças federais	287
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
	REFERÊNCIAS	301
	FONTES DOCUMENTAIS	315
	ANEXOS	319

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, a mídia impressa e visual divulga, cotidianamente, notícias relacionadas às instituições policiais, notadamente matérias relativas às polícias militares estaduais.¹ Recentemente, o cinema brasileiro investiu grande soma de dinheiro na produção dos dois filmes, “*Tropa de Elite*”, no qual se retrata, ficcionalmente, a organização e a atuação do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.² Majoritariamente, estes meios de comunicação de massa abordam temas direcionados para a violência, a corrupção e as operações policiais. Talvez, isso explique por que a Polícia Militar é um tema que, ultimamente, vem chamando a atenção não apenas do grande público, mas, também, dos cientistas sociais. Entretanto, entre os historiadores brasileiros, os estudos sobre a Polícia Militar ainda estão por ser feitos, apesar de já existirem alguns (poucos) trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação.

Logo de início, deve-se avisar: este trabalho estuda a Polícia Militar; todavia, dedica-se a um período específico da história republicana do Brasil. A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a atuação dos policiais militares no sertão cearense na Primeira República (1889-1930). Este recorte temporal e espacial oferece a oportunidade de compreender a polícia em um universo social e político bastante discutido pelas produções relativas ao “coronelismo” e ao “banditismo” no Nordeste brasileiro.³ Muitas destas obras mostravam a ação policial no meio rural sempre como pano de fundo, enquanto as relações políticas entre governo estadual, chefes municipais e cangaceiros ganhavam o centro das atenções. Neste trabalho, diferentemente, os policiais militares tornam-se os protagonistas, e os outros atores sociais transformam-se em importantes e indispensáveis coadjuvantes para entender esta história.

Em recente balanço historiográfico, os pesquisadores Marcos Bretas e André Rosemberg deitaram os olhos sobre a produção

¹ Por exemplo: CAROS AMIGOS, edição especial: violência policial, São Paulo, ano 17, dez. 2013.

² *Tropa de elite: missão dada é missão cumprida* (2007) e *Tropa de elite 2: o inimigo agora é outro* (2010) dirigidos por José Padilha.

³ Como exemplo, pode-se citar: FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. [1963]; MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

acadêmica que se dedicou a entender as instituições policiais no Brasil. Partindo do levantamento de artigos, livros, dissertações e teses, os estudiosos abordaram os diversos temas discutidos nas pesquisas históricas – passando pelos séculos XVIII, XIX e XX. Bretas e Rosemberg constataram que os trabalhos que tiveram como recorte cronológico a Primeira República privilegiaram o policiamento do espaço urbano em detrimento do meio rural. É difícil apontar ou elencar os motivos do desinteresse dos historiadores brasileiros pelo policiamento rural militar. Apenas timidamente, alguns trabalhos começam a abordar a Polícia Militar rural em outros períodos da história do Brasil.⁴

Por isso, no que diz respeito à escassez da produção historiográfica brasileira sobre as polícias rurais, foi necessário ampliar não apenas o recorte temporal, mas também o espacial. Em outros países, muitos historiadores se debruçam sobre as instituições policiais responsáveis pelo policiamento militar rural. Por exemplo, os estudos na França sobre esta temática continuam em pleno florescimento, especialmente pelos pesquisadores interessados na compreensão da *Gendarmerie*, que era uma instituição policial militar rural. Para realizar esta introdução, destaquei alguns trabalhos internacionais e nacionais relacionados às polícias militares rurais, notadamente os que foram utilizados no decorrer do presente estudo, pois, de certa maneira, estes ajudaram a formular propostas e questões balizadoras desta pesquisa.

A preocupação com a história social da polícia pelos historiadores ainda é muito recente. Alguns pesquisadores localizam os primeiros trabalhos sobre a polícia nas Ciências Humanas a partir dos anos de 1960.⁵ Antes, a história da polícia era predominantemente produzida pelos próprios policiais que realizavam estudos apologeticos das instituições e das grandes personalidades. Os conflitos sociais e políticos da década de 1960, como os movimentos pelos direitos civis e as revoltas estudantis, acabaram dando visibilidade aos aparelhos de

⁴ BRETAGAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.

⁵ No final da década de 1970, Liberman e Polen fizeram um balanço sobre os trabalhos que discutiam o policiamento na América do Norte durante o século XIX. Situam as pesquisas de Roger Lane e James Richardson como dois dos trabalhos pioneiros sobre polícia. Ver: LIBERMAN, Robert; POLEN, Michel. Perspectives on policing in nineteenth century America. **Social Science History**, Michigan, v. 2, n. 3, abr. 1978. p. 346-360.

repressão.⁶ Foi neste momento que as forças policiais passaram a ganhar a preocupação dos acadêmicos. Às tensões sociais somaram-se as transformações experimentadas nos anos de 1970 nas Ciências Humanas, de forma especial no campo historiográfico, onde houve um alargamento dos aspectos teóricos e metodológicos da disciplina, o que permitiu ampliar suas possibilidades temáticas.⁷

Alguns historiadores, influenciados pela história social inglesa, iniciaram uma série de trabalhos de pesquisa que buscavam não apenas estudar a formação das instituições policiais, mas também a experiência cotidiana dos policiais. Dentro desta perspectiva, encontram-se os trabalhos de Robert Storch, que, em meados de 1970, começou a investigar a emergência de uma polícia fardada, burocrática e moderna na Inglaterra do século XIX.⁸ Storch procurava compreender como a instituição policial proporcionou um novo padrão de “ordem urbana” e como se processavam as relações cotidianas entre os policiais e as “classes mais pobres” da sociedade inglesa.⁹ Na década de 1980, aparecem os primeiros trabalhos sobre polícia produzidos pelo historiador Clive Emsley, que, além de atentar para a formação das instituições policiais e para o cotidiano dos agentes, procurou fazer pesquisas em escala comparativa, especialmente em nível europeu.¹⁰

Esta preocupação de Emsley em ampliar a escala de análise fica evidente no seu livro sobre os *gendarmes* franceses do século XIX.¹¹ Nesta obra, o historiador britânico mostra que, na França, desenvolveu-se a *Gendarmerie*, que se constituía num corpo de polícia militar herdeira da *Maréchaussée*, do Antigo Regime francês. A *Gendarmerie* era uma força policial centralizada, militarizada, nacional e rural que, durante o Estado napoleônico, serviu para levar, numa

⁶ BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.

⁷ Ver: ESPADA LIMA, Henrique. Micro-história. In: VAINVAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-224; MATOS, Hebe. História social. In: VAINVAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 45-59.

⁸ GONÇALVES, Candido Gonçalves Rocha. **A construção de uma polícia urbana (Lisboa, 1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2007.

⁹ STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana. **RBH**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, 1984/1985.

¹⁰ EMSLEY, Clive. La légitimité de la police anglaise: une perspective historique comparée. **Déviance et société**, v. 13, n. 13-1, p. 23-34, 1989.

¹¹ EMSLEY, Clive. **Gendarmes and the state in nineteenth-century Europe**. Oxford: University Press, 1999b.

verdadeira investida colonizadora, a burocracia administrativa unificada às regiões onde havia resistências à cultura e as leis do Estado francês. No seu estudo, demonstra que, durante todo o século XIX, a *Gendarmerie* foi uma das principais instituições policiais da França. Os *gendarmes* simbolizavam o “braço armado” do Estado atuando nos rincões do território francês. O pesquisador inglês buscou, ainda, compreender como o modelo francês de polícia rural sofreu variações durante o século XIX em diversos Estados europeus. Neste estudo, Emsley destina uma atenção especial para as atividades desempenhadas pelos *gendarmes*, especialmente no controle do território francês.

A *Gendarmerie* também desperta o interesse dos pesquisadores franceses que sistematicamente, nos últimos anos, estão realizando pesquisas sobre as polícias rurais tanto da França metropolitana como das colônias francesas.¹² Entretanto, até a década de 1970, como em outros países, as produções sobre polícia restringiam-se a uma história tradicional realizada pela própria instituição. O historiador Milliot destaca que, neste período, a produção historiográfica francesa ainda se encontrava bastante marcada por uma conjuntura científica da escrita da história de rejeição à história política. Assim, as instituições do Estado, como a polícia, não se configuravam como objetos de interesse para os historiadores. Paradoxalmente, os profissionais da história enfronhavam-se nos arquivos judiciais e policiais à procura de documentos para estudar a resistência, a criminalidade e a marginalidade dos atores históricos, sem ter a preocupação de entender os aparelhos e os sujeitos da ordem. Nos anos de 1980, as pesquisas históricas do mundo universitário francês passam a preocupar-se com a problemática da “construção do Estado”. Parecia ser uma rica promessa para uma renovação da história da polícia, pois se partia de um viés social da história institucional, mas os interesses voltaram-se, predominantemente, para “a história administrativa e judiciária da formação do Estado”.¹³

No início dos anos de 1990, a historiografia francesa vivenciaria um avanço nas pesquisas sobre a polícia. Foi com as pesquisas seminais de Jean-Marc Berlière que apareceu uma “nova

¹² LORCY, Damien. *Sous le régime du sabre: la gendarmerie em Algérie, 1830-1870*. Rennes: PUR, 2011.

¹³ MILLIOT, Vincent. Mais que font les historiens de la police. In: BERLIÈRE, J. M. et al. *Métiers de police: être policier en Europe, XVIII-XX*. Rennes: PUR, 2008. p. 13.

história da polícia” nos meios acadêmicos franceses.¹⁴ A pesquisa do historiador francês trouxe questionamentos que inovaram a forma de se estudar a polícia. Além de ajudar a consolidar a polícia como um objeto científico, o seu trabalho aprofunda a análise da organização e da atividade policial em um período de rupturas e continuidades entre os séculos XIX e XX na França.¹⁵ Berlière abre novas possibilidades para o estudo da polícia francesa, especialmente nas questões referentes às relações da instituição policial e dos policiais tanto com o poder político¹⁶ quanto com a sociedade.¹⁷ Os trabalhos de Jean-Marc Berlière constituíram-se como um divisor de águas para a historiografia sobre polícia na França. Sem dúvida, este historiador influenciou muitas pesquisas relativas às polícias urbanas e rurais.

No que diz respeito à polícia rural na França, resalto os trabalhos do pesquisador francês Arnaud-Dominique Houte, em especial seu livro sobre o cotidiano dos policiais da *Gendarmerie* francesa, fruto da sua tese de doutorado.¹⁸ A preocupação principal de Houte foi escrutinar o universo social, cultural e político dos *gendarmes* ao longo do século XIX. Para isso, o historiador francês adentra na dimensão das casernas, da vida profissional, bem como nas relações com as esferas políticas para mostrar as transformações ocorridas na instituição policial militar francesa. Neste estudo, o policial ganha destaque especialmente quando o autor procura discutir a participação política dos *gendarmes* franceses através de suas associações e jornais. Longe esteve dos propósitos de Arnaud-Dominique reduzir a análise dos *gendarmes* à posição de marionetes controlados pelo governo francês; no entanto, procurou destacar os momentos em que a *Gendarmerie* portou-se como “guarda pretoriana”, afinal era uma das instituições responsáveis pela centralização do poder político.

No levantamento historiográfico feito para esta tese, encontraram-se poucos trabalhos relativos às forças policiais rurais na América Latina. As discussões relativas ao “banditismo”, por outro lado, suscitaram novas abordagens sobre o policiamento rural nos países latino-americanos. Nos anos de 1970 e 1980, alguns pesquisadores

¹⁴ MILLIOT, Vincent. Mais que font les historiens de la police. In: BERLIÈRE, J. M. et al. **Métiers de police: être policier en Europe, XVIII-XX**. Rennes: PUR, 2008. p. 9-34.

¹⁵ BERLIÈRE, Jean-Marc. **Le monde des polices en France XIX^e – XX^e siècles**. Bruxelles: Complexe, 1996.

¹⁶ BERLIÈRE, Jean-Marc. **Policiers français sous l'occupation**. Paris: Perrin, 2001.

¹⁷ BERLIÈRE, Jean-Marc. **La police des mœurs sous la III^e République**. Paris: Seuil, 1992.

¹⁸ HOUTE, Arnaud-Dominique. **Le métier de gendarme au XIX^e siècle**. Rennes: PUR, 2010.

começaram a fazer uma série de críticas em torno do conceito de “banditismo social” cunhado por Eric Hobsbawm.¹⁹ A principal crítica girou em torno da figura universal do “bandido social”, defensor dos fracos, pobres e oprimidos, defendida por Hobsbawm. Os críticos argumentavam que Eric Hobsbawm não teve o cuidado de enxergar as peculiaridades de cada caso, pois em muitos países as relações entre bandidos e elites rurais impossibilitavam que aqueles fossem vistos como heróis populares ou defensores dos pobres. Destacava-se que a análise de Hobsbawm baseava-se em “lendas e canções”, que minimizavam a participação dos bandidos no jogo político das áreas rurais.²⁰ Os historiadores revisionistas destacaram enfaticamente que havia uma rede de interesses entre líderes políticos, bandidos e policiais. A partir deste debate, de certa forma, novas possibilidades foram abertas para a compreensão da estruturação do poder político e social nas zonas rurais da América Latina, e, de forma especial, no que tange à polícia, alguns pesquisadores passaram a atentar para a possível simbiose entre os guardiões da lei, os poderes políticos e os fora da lei.

Dentro desta perspectiva, destaco, em especial, para o presente estudo, as produções do historiador norte-americano Paul Vanderwood. Este pesquisador focou boa parte das suas pesquisas nas relações entre polícia rural, chefes políticos e bandidos no México dos séculos XIX e XX. Os trabalhos de Vanderwood relativos à polícia mexicana destacam-se pelo fato de não reduzir a análise apenas aos aspectos formais e regulamentares da instituição; em seu trabalho, os policiais são percebidos a partir das premissas organizacionais da corporação e das relações com as esferas do campo político que se localizavam ao redor da instituição policial.²¹ Assim, enxerga as diversas forças institucionais e políticas responsáveis pela montagem organizacional – estrutural – da polícia rural mexicana – no caso os *Rurales*.

Um dos estudos pioneiros de Paul Vanderwood é seu livro relativo aos *Rurales*, onde buscou entender a polícia e o policiamento rural no México entre a segunda metade do século XIX e as primeiras

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 4. ed. Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

²⁰ FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História**, São Paulo, n. 22 (2), p. 211-226, 2003.

²¹ VANDERWOOD, Paul J. **Desorden y progreso**: bandidos, policías y desarrollo mexicano. Traducción de Félix Blanco. Madrid: Siglo XXI Editores, 1986.

décadas do XX.²² O propósito central da pesquisa de Vanderwood gira em torno da compreensão da formação, da organização e da atuação dos *rurales*, especialmente durante o governo de Porfírio Díaz. Atentando para a realidade social e política mexicana, o pesquisador buscou discutir a polícia militar rural como um aparato federal utilizado para centralizar o poder político. No decorrer da análise, o historiador norte-americano mostra como o governo central usava a polícia como elemento de negociação com os poderes locais dos estados e os bandidos que atuavam nas áreas rurais do país. Ao escrutinar a composição dos contingentes dos *Rurales*, o pesquisador demonstra que a polícia mexicana era composta não apenas de artesãos e camponeses, mas de ex-militares e de diversos bandoleiros. Vanderwood percebe ainda como a influência dos chefes políticos dos estados mexicanos interveio na formação e na organização do corpo policial rural.

Em outros países da América Latina, como o Brasil, o interesse pela polícia intensifica-se também nos anos de 1980. Entre os historiadores brasileiros, neste momento de crise da ditadura militar e de resistência política, crescia o interesse pela “*história vista de baixo*”. Os trabalhos de história social que começaram a ser produzidos nos cursos de pós-graduação em História, atentavam de forma especial para a história do movimento dos trabalhadores. Os pesquisadores brasileiros tinham os historiadores britânicos E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, conhecidos estudiosos da classe operária inglesa, como as principais referências.²³ Nestas pesquisas, começavam a aparecer, ao lado das práticas de resistência dos trabalhadores, a repressão policial, pois muitos dos documentos utilizados eram originários das repartições policiais, notadamente os inquéritos policiais.²⁴ Assim, de forma indireta, a polícia passou a fazer parte do amplo leque de temáticas secundárias que emergiam na historiografia brasileira pós-ditadura militar.²⁵

²² VANDERWOOD, Paul J. **Los rurales mexicanos**. Traducción de Roberto Gómez. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económico, 1982.

²³ BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-144.

²⁴ Pode-se destacar: CHALHOUN, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: UNICAMP, 2001 [1986]. Recentemente, pode-se salientar o livro de Amy Chazkel: CHAZKEL, Amy. **Brazil's clandestine lottery and the making of urban public life**. New York: DUP, 2011.

²⁵ No início dos anos de 1990, o historiador Marcos Bretas fez um balanço historiográfico no qual muitos trabalhos sobre crime, escravidão, pobres livres, além de questões relativas aos

É muito provável que a predominância dos trabalhos sobre polícia nas áreas urbanas deva-se aos interesses da historiografia da década de 1980, que estudou, especialmente, os movimentos dos trabalhadores urbanos. Entretanto, acredito que um levantamento historiográfico mais amplo possa mostrar outras explicações. Dentro da perspectiva da história do policiamento urbano, encontram-se os trabalhos do historiador Marcos Bretas, que se dedicou a compreender o universo social experimentado pelos policiais do Rio de Janeiro na Primeira República.²⁶ Conforme já apontado até o presente momento, as instituições policiais responsáveis pelo policiamento rural tiveram pouca atenção dos historiadores brasileiros. Entretanto, é importante destacar que a historiografia brasileira relativa aos movimentos sociais rurais contribuiu para se pensar e discutir a repressão policial no campo.²⁷ No Brasil, recentemente, alguns estudiosos passaram a se debruçar sobre temas concernentes aos aparatos policiais rurais. Dois trabalhos podem ser destacados como referências para o presente estudo.

O pesquisador André Rosemberg dedicou-se a compreender as forças policiais da província de São Paulo no final do Império.²⁸ O objetivo de Rosemberg foi fazer “uma história de base sociocultural da polícia paulista”. Notadamente influenciado pelas produções de historiadores brasileiros, ingleses, norte-americanos e franceses, André Rosemberg centra a sua análise no protagonismo do policial. Dispondo de documentos exclusivamente produzidos pelas instituições policiais, o pesquisador abordou questões relativas ao perfil socioeconômico, à carreira e ao cotidiano dos policiais paulistas, especialmente do Corpo Permanente, que era a Polícia Militar ostensiva da província. Mesmo não se detendo de forma exclusiva aos policiais que atuavam nas áreas rurais, o pesquisador aborda diversos elementos do policiamento das regiões interioranas da província de São Paulo,

aparatos policiais, já apareciam. Ver: BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. **BIB**, São Paulo, n. 32, 1991.

²⁶ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b; BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

²⁷ MACHADO, Pinheiro Paulo. **Lideranças do Contestado**. Campinas: UNICAMP, 2004; NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

²⁸ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

sobressaindo-se a análise crítica dos ajustes e das tensões entre os policiais e a população.

Recentemente, a historiadora Mariseti Lunckes defendeu uma tese de doutorado sobre a Polícia Militar rural no estado de Goiás no período pós-1930.²⁹ A partir de uma escala reduzida de análise, a pesquisadora adentra no universo experimentado pelos policiais da 4ª Cia. de Pedro Afonso entre 1930 e 1964. Através de uma documentação predominantemente policial, Mariseti direcionou a sua análise para a compreensão do “[...] projeto de policiamento e ordem do antigo sertão goiano” naquele período. A autora destaca o esforço das autoridades públicas para transformar os policiais militares em “missionários domésticos”, tarefa que não foi fácil, pois, a partir do perfil dos policiais, percebeu que muitos não correspondiam às expectativas dos comandantes. Ao escrutinar a realidade de trabalho experimentada pelos militares, percebeu que os projetos idealizados pelas autoridades não correspondiam às dificuldades cotidianas enfrentadas pelos policiais no sertão goiano.

No cerne das preocupações dos trabalhos elencados nos parágrafos acima, reside o papel desempenhado pelo Estado. Nos estados modernos, a polícia militarizada, nacional e uniformizada possibilitou um contato mais direto entre a máquina administrativa e os habitantes dos rincões do território.³⁰ As pesquisas mostram que o policiamento militar rural teve importância capital para as tentativas de centralização política nas mãos dos grupos políticos que se encontravam no poder. Outro ponto que deve ser destacado é a preocupação dos pesquisadores de não restringir as suas análises apenas às relações dos policiais com a instituição, mas também enxergar o universo político que rodeava as corporações, possibilitando perceber que, em muitos momentos, as polícias rurais configuravam-se como importante instrumento de negociação nas mãos das lideranças políticas.

Oficialmente, a Força Pública do Ceará constituiu-se, ao longo da Primeira República, como uma polícia militar encarregada de efetuar o policiamento ostensivo dos municípios do interior. Assim, acabou por produzir, como outras instituições policiais, uma grande

²⁹ LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. **A 4.ª Companhia Isolada de Pedro Afonso e o cotidiano dos policiais militares**: um projeto de policiamento e “ordem” para os sertões do antigo norte goiano (1930-1964). 2011. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

³⁰ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 4. ed. Tradução de Célia Paoli e Anna Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

quantidade de documentos. Uma parte da documentação policial da Força deste período encontra-se no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), especificamente no Fundo “Governo do Estado do Ceará”. No Arquivo Intermediário do Estado do Ceará (AIEC), que é uma extensão do APEC, existe uma riquíssima massa documental policial que não foi catalogada, mas à qual tive acesso. Encontrei documentos relativos à Polícia Militar também em outras instituições de pesquisa, como no setor de obras raras da Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel (BPEGMP).

Fundamentalmente, foi na BPEGMP e no APEC que se coletou grande parte dos documentos policiais utilizados. A documentação policial referente à Força Pública do Estado é constituída de ofícios trocados entre os oficiais e o comando da Força Pública e vice-versa, bem como entre estes e outras autoridades político-administrativas do Estado. Este material é relativo aos aspectos da administração econômica e funcional desta instituição policial militar. As fés de ofício, as solicitações de reforma e pensão trazem informações das trajetórias institucional e pessoal dos policiais na Polícia Militar. Nos regimentos e regulamentos, pode-se enxergar a formalização organizacional e funcional da Força Pública. Os relatórios dos comandantes e as mensagens presidenciais permitem observar as atividades desempenhadas pelos policiais militares. A documentação coligida compreende um *corpora* relativamente bem organizado sobre a rotina institucional da Força e dos policiais.

Os livros de memórias produzidos pelos policiais ainda não receberam a devida atenção dos historiadores brasileiros que se dedicam à história social da polícia. Na pesquisa documental percebi o quão rica são as memórias e outros tipos de escritos³¹ dos policiais para a compreensão dos agentes e das instituições. Durante a pesquisa documental para esta tese, encontrei livros de memórias de policiais militares do Nordeste. Como determinados estudos salientam, a memória é organizada e construída a partir da seleção de alguns acontecimentos, enquanto outros são negligenciados. Nesta documentação, colhem-se indícios e detalhes especialmente do cotidiano dos policiais nos sertões nordestinos. Estas memórias foram utilizadas nos capítulos referentes às operações policiais no interior,

³¹ Destaco de forma especial o livro, “*A campanha de 1927: a verdade em torno dos fatos*”, do major Moisés de Figueiredo que será trabalhado em: *6 Policiais em Ação: A “Campanha de 1927”*.

especialmente nas ações chamadas de “repressão ao banditismo”. Estes relatos fornecem fabulosas informações que permitem adensar a narrativa histórica; porém, deve-se ter cuidado, pois a retentiva dos policiais apresenta uma Polícia Militar idealizada.

A documentação utilizada, pelo seu próprio caráter institucional, deve ser trabalhada com cuidado: os discursos presentes em suas páginas têm um caráter “oficial”, blindado a muitas questões que poderiam colocar em risco a imagem da instituição policial. É evidente que, incidentalmente, geralmente por descuidos, aspectos que deveriam ficar restritos ao âmbito interno emergiam nos comentários e nos discursos das autoridades policiais.³² Mas, reiteradamente, percebeu-se a exaltação da Força Pública como uma instituição militar modelar, responsável pela manutenção da segurança e da ordem no Estado, notadamente, dos municípios do sertão.

A massa documental elaborada pela polícia produz uma visão unilateral do policiamento rural do Ceará. A pesquisa de jornais do período ajudou a interpretar o discurso oficial construído pela Polícia Militar. Nas hemerotecas do Instituto Histórico do Ceará (IHC) e da BPEGMP, teve-se a oportunidade de encontrar algumas fontes hemerográficas. Muitos dos jornais relativos à Primeira República, por motivos de conservação, não estão à disposição para os pesquisadores, especialmente os que cobrem as primeiras décadas do século XX. Lancei mão, de forma intensa, dos periódicos que se autointitulavam “independentes”,³³ pois estes teciam diversas críticas à organização policial militar e à atuação dos policiais da Força Pública. Em algumas obras publicadas por intelectuais no período, com destaque para Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso, percebem-se as faces do policiamento do sertão que as autoridades políticas e policiais tentavam ocultar, como as relações políticas travadas entre policiais e chefes políticos locais do interior.

Nos documentos oficiais produzidos pela Força Pública do Ceará e por outras instituições do Estado, emerge a imagem de uma corporação militar profissional, autônoma, disciplinada e ímpolita, que não deixava as questões externas e os interesses políticos corromperem as “rígidas” normas organizacionais da instituição. Nas mensagens presidenciais e nos relatórios dos comandantes, a Força aparecia como

³² ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

³³ Os jornais são: “O Ceará” e “Gazeta de Notícias”.

uma polícia burocrática, fardada e militarizada, destinada única e exclusivamente para a manutenção da ordem pública no sertão. Entretanto, especialmente na pena de jornalistas e intelectuais, diferentemente dos discursos oficiais, aparece uma Força Pública organizada para atender aos interesses das facções políticas da situação. Os policiais militares aparecem no centro das tramas políticas do sertão como sujeitos venais, muitas vezes comparados a bandidos.

Na Primeira República, como já apontado por muitos autores, imperava uma lógica política moldada pelo mandonismo. Conservar-se no poder, tirando vantagens das instituições públicas, como a polícia, foi apanágio dos grupos políticos que se encontravam na situação.³⁴ Na leitura das obras consideradas indispensáveis para compreender este período³⁵, recorrentemente, encontra-se a utilização dos policiais militares nas regiões interioranas, especialmente para decidir eleições municipais e perseguir adversários das lideranças políticas situacionistas. Imaginar, neste período, a Polícia Militar como instância imune à força dos chefes locais, o que inclui, por excelência, o presidente do Estado, não passava de efeitos de retórica dos comandantes da instituição. Evidentemente, os projetos de uma polícia ideal existiram, mas estes foram moldados de acordo com os interesses dos sujeitos históricos envolvidos e com circunstâncias históricas determinadas.

Ao contrário do que pregavam as autoridades políticas e policiais, a Força Pública cearense não estava imune às interferências dos grupos políticos situacionistas. A proposta desta tese é mostrar como, ao longo da Primeira República, a Polícia Militar estadual constituiu-se em importante instituição de negociação, repressão e centralização nas mãos das facções políticas dominantes do Ceará. Os policiais não foram vistos como marionetes manipuladas pelas lideranças políticas, pois, neste contexto, agiam a partir de interesses próprios. Usando da posição de agente público para barganhar generosos benefícios, os policiais militares nesta trama ocupam lugar de protagonistas.

Para tal feito, foi elaborado um conjunto de perguntas que encaminharam a pesquisa e a escrita do texto. Quando foi que a Força

³⁴ SIQUEIRA, Antonio Jorge. Imaginários da exclusão. In: MONTEIRO, John; BLAJE, Ilana (Orgs.). **História e utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 437-450.

³⁵ Por exemplo: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. [1948].

Pública tornou-se a polícia responsável pelo policiamento do sertão? Quais as necessidades e os interesses dos políticos da situação em manter uma força policial militar nos municípios? De que modo operava a influência recíproca entre a política institucional e a instituição policial? Como era organizada institucionalmente a Força Pública enquanto corporação militar? Quem eram os homens que formavam o contingente da polícia? Como se dava a formação militar dos policiais? Como atuavam os policiais distribuídos pelas cidades do interior? Quais e como eram as operações desempenhadas pelos policiais? Como se processavam as relações entre policiais, chefes políticos e cangaceiros? Qual o papel dos policiais da Força no cenário político-administrativo do Ceará? O leitor pode perceber que muitas das questões aqui discutidas foram formuladas no diálogo com as fontes e com o debate historiográfico nacional e internacional sobre polícia. Para responder as perguntas elencadas acima, foi necessário estruturar a tese em seis capítulos.

No primeiro capítulo, *A Força Pública no Ceará da Primeira República*, buscou-se investigar os debates, os interesses e as justificativas das autoridades constituídas para fundar a Força Pública como a instituição responsável pelo policiamento ostensivo do sertão. Neste momento, o leitor tem a oportunidade de enxergar a polícia militar imersa no contexto político e social do Ceará nas primeiras décadas republicanas.

Em *O policial na Força Pública*, título do segundo capítulo, direcionaram-se as atenções para a compreensão dos policiais dentro da instituição policial. Nesta parte do trabalho, o esforço é discutir, a partir dos policiais, como os aspectos organizacionais, burocráticos e normativos eram moldados tanto pelos regulamentos policiais como pelas interferências políticas que rodeavam a instituição. A intenção foi mostrar que, em muitos momentos, os interesses dos grupos políticos situacionistas sobrepunham-se aos dispositivos regulamentares da Polícia Militar. Nesta perspectiva, o policial é percebido dentro de uma complexa rede de favores e privilégios.

No terceiro capítulo, *A formação militar dos policiais*, continua-se no universo da instituição policial, mas, agora, a análise gira em torno da formação dos policiais da Força Pública. Este estudo pretende fazer uma reflexão crítica sobre como as autoridades constituídas tentaram, a partir do convênio com o Exército brasileiro, construir uma imagem de uma Polícia Militar composta de policiais

treinados, ilibados, disciplinados e distantes dos interesses políticos. A discussão, também, aponta que a militarização da Força Pública permitiu às facções políticas dominantes ampliarem o poder repressivo sobre os adversários políticos no sertão.

No quarto capítulo, *“Cangaceiros de farda”*: policiais no sertão, o ângulo de observação da análise foi deslocado. Até então o debate estava, de certa maneira, direcionado para enxergar os policiais interagindo com o universo da instituição policial. Nesta parte do trabalho, o foco volta-se para a atuação dos policiais no sertão do Ceará, partindo da discussão sobre a violência, as eleições e as alianças políticas. Pretendeu-se mostrar a dimensão política que envolvia a polícia e sua função nas cidades do interior cearense. Neste capítulo, tem-se a oportunidade de perceber que as ações dos policiais orientavam-se mais por razões políticas e interesses próprios do que pela ideologia militar divulgada pelas autoridades políticas e policiais.

Nos dois últimos capítulos, o foco foi assentado nas relações entre policiais, chefes políticos e cangaceiros no interior do Ceará. O quinto capítulo, *Uma polícia do sertão*, aprofunda a discussão sobre a participação dos policiais militares no jogo político do sertão. Partindo do estudo das operações policiais de “repressão ao banditismo”, faço uma reflexão sobre como os policiais atuavam para fortalecer as lideranças políticas situacionistas, configurando-se como importante instrumento de negociação, repressão e centralização política. Em *Policiais em ação: a “campanha de 1927”*, título do sexto capítulo, estende-se a análise do capítulo anterior. Partindo do estudo de uma ação policial de perseguição ao bando do célebre cangaceiro Lampião, mostro como os interesses político-partidários balizavam as ações da Força Pública.

1 A FORÇA PÚBLICA NO CEARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nos primeiros anos após a Proclamação da República, experimentou-se um período de incertezas políticas. Lideranças políticas militares e civis discutiam qual a forma de governo a ser adotada. No “Governo Provisório” de Deodoro da Fonseca, optou-se por uma “República Federativa”. A Constituição Federal aprovada em 1891, depois de muita discussão, apresentava inovações institucionais: a adoção do presidencialismo, que fortalecia o Poder Executivo, e a indissolubilidade do Poder Legislativo. Estes dois poderes tinham fontes independentes de legitimidade, e não havia um poder superior, como o Moderador do Império, para dirimir pendências entre Executivo e Legislativo. Entretanto, como aponta Renato Lessa, na Primeira República as relações entre Executivo e Legislativo tiveram sua estabilidade derivada de um pacto não escrito, que será “inventado” no desempenho da ordem republicana durante a presidência de Campos Sales (1898-1902).³⁶ Este pacto político não constitucional recebeu o nome de “Política dos Estados” pelo próprio Campos Sales. Tratava-se de um arranjo político entre o governo federal e os governos estaduais para fortalecer as facções políticas dominantes no cenário nacional. Na “engenharia do pacto oligárquico”, não importavam os meios utilizados pelas bancadas e pelos governos estaduais para manterem-se no poder se, no plano federal, eles agissem em conformidade com os interesses do presidente da República.³⁷

Dentro desta perspectiva federativa, cada Estado da União ficava responsável por elaborar sua própria Constituição.³⁸ Assim, a formalização organizacional das instituições estaduais, como as forças policiais, ficava sob a incumbência dos Estados da República. Muitos dos governos estaduais, logo após a Proclamação da República, buscaram organizar as suas forças policiais, no nível estadual, da seguinte forma: polícia civil estadual, polícia militar estadual e polícias

³⁶ LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

³⁷ LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Rezende de. (Org.). **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 54.

³⁸ BARBALHO, João. **Constituição Federal Brasileira, 1891**: comentada. Ed. fac-similar. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

municipais.³⁹ Durante a Primeira República, a estrutura policial cearense constituía-se de Polícia Judiciária (polícia civil estadual), Força Pública do Ceará (polícia militar estadual) e Guardas Locais (polícia municipal).⁴⁰ No Ceará, as polícias civil e militar eram organizações de responsabilidade do governo estadual, diferentemente da formação das guardas locais, que eram obrigações dos intendentos (prefeitos) dos municípios. A única exceção era a cidade de Fortaleza (capital), que contava com uma guarda local organizada e custeada pelo Estado, a Guarda Cívica.

À frente da polícia judiciária, no Ceará, encontrava-se um dirigente⁴¹ que era geralmente bacharel em Direito, escolhido pelo Presidente do Estado. Para auxiliar o dirigente da polícia, havia delegados e subdelegados que deveriam ser encarregados de auxiliar as autoridades judiciais. Esta instituição policial, também conhecida por Polícia Civil, estava incumbida de fazer diligências, preparar os inquéritos policiais, auxiliando na formação da culpa, tendo ainda a obrigação de fazer prisões em flagrante delito, prisões preventivas, corpos de delito, buscas e apreensões.⁴² A Guarda Cívica de Fortaleza ficava subordinada às polícias civil e militar. No que diz respeito à disciplina, ficou subjugada ao comandante da Polícia Militar, e as suas funções policiais eram deliberadas pelo responsável da Polícia Civil. Esta guarda era uma força policial civil destinada a policiar a capital do Estado e auxiliar as autoridades policiais de Fortaleza.

O policiamento militar do Estado estava sob a responsabilidade da Força Pública do Ceará.⁴³ De acordo com os regulamentos da Força Pública, esta deveria ter uma organização

³⁹ A arquitetura policial, composta de três distintas formas de polícias, ganhou solidez na Europa no decorrer do século XIX. Ver: EMSLEY, Clive. *A typology of nineteenth-century police. Crime, Histoire et Sociétés/Crime, History and Societies*, London, v. 3, n. 1, p. 29-44, 1999a.

⁴⁰ Os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul adotaram esta estrutura policial. Ver: FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança: força pública do estado de São Paulo – fundamentos histórico-sociais**. São Paulo: Alfa-omega, 1974; MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

⁴¹ Uso o termo dirigente, pois, no decorrer da Primeira República no Ceará, a polícia judiciária esteve sob a responsabilidade de diversas instâncias administrativas civis. No decorrer do trabalho, de acordo com o período, usarei a denominação exata. Ver: Anexos.

⁴² CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei (1889-1930)**. Brasília, DF: UnB, 2001.

⁴³ A Força Pública do Ceará, ao longo da Primeira República, teve diversas denominações. Visando facilitar a compreensão, optou-se por Força Pública do Ceará. Ver: Anexos.

híbrida, possuindo uma estrutura militar e funções policiais. Os regulamentos, a disciplina, os treinamentos, a hierarquia procuravam reproduzir o homólogo do Exército, e, no comando desta força policial militar, encontravam-se oficiais do Exército ou da própria polícia. Pode-se considerar a Força uma polícia militar controlada por um poder civil, pois devia obediência, primeiramente, ao Presidente do Estado (quem escolhia o comandante) e depois ao dirigente da Polícia Civil. A Assembleia Legislativa do Ceará, anualmente, ficava responsável por aprovar a lei de fixação da Força Pública apresentada pelo poder executivo estadual. A lei que fixava a instituição policial militar regulava o efetivo, os vencimentos, as gratificações, os fardamentos, entre outros expedientes. A Força Pública constituía-se em uma instituição policial militar composta de agentes uniformizados, armados e remunerados pelo erário estadual.⁴⁴

Nos discursos oficiais, dentre as instituições policiais elencadas acima, a Força era apresentada como a principal força policial responsável pelo policiamento do território do Estado do Ceará. Os comandantes procuravam mostrar, de forma recorrente, uma corporação profissional, homogênea e militarizada; apontavam ainda que a sua missão voltava-se para a manutenção da ordem. Na dinâmica da pesquisa, percebeu-se, igualmente, que o processo de constituição da Força foi marcado por disputas e interesses políticos, afinal a Polícia Militar nasce sob o signo de uma relação próxima com a política, que lhe dá substância, vigor legal e apoio. Havia um discurso de uma polícia ideal, imaginada pelos poderes constituídos, que projetavam uma instituição plenamente capaz de promover a segurança e a ordem pública dentro dos regulamentos legais, mas o policiamento efetivo nem sempre correspondia à lógica das idealizações postas oficialmente. A Força Pública, na Primeira República, não era como se apresentava nos documentos internos da corporação, ou seja, imune às influências externas, pois, durante o estudo, enxergou-se que as ordens dos comandantes balizavam-se especialmente pelos interesses dos poderes políticos locais. Assim, para compreender a polícia militar cearense, nas primeiras décadas republicanas, faz-se necessário dedicar algumas páginas do presente trabalho à discussão de algumas questões gerais

⁴⁴ Muitas características da estrutura policial do Império foram preservadas na República. Para uma discussão sobre a arquitetura policial no Império, ver: HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Tradução de Francisco Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

relativas à inserção desta instituição policial no contexto social e político do Ceará das primeiras décadas republicanas.

1.1 Em torno de um debate: força pública x polícias locais

As mensagens dos presidentes do início do período republicano no Ceará apresentavam muitas incertezas sobre o raio de ação e a missão da Força Pública do Ceará. Na Assembleia Legislativa do Ceará, nos primeiros anos da República, ocorreram intensos debates sobre o papel que a Polícia Militar deveria assumir no cenário administrativo do Estado. Investigar este debate pode ser um importante elemento para entender os interesses políticos que levaram a transformar a Força Pública, durante a Primeira República, na força policial responsável pelo policiamento ostensivo do território cearense.

Primeiramente, deve-se pontuar que a Constituição estadual de 1892 formalizou que os municípios deveriam encarregar-se da organização e da manutenção das polícias locais.⁴⁵ Assim, a Força Pública, no alvorecer da República no Ceará, constituía-se de uma força policial destinada a auxiliar no policiamento da capital e, apenas em casos de emergência, seriam enviados contingentes da Força para as localidades do interior.

Um ano após a aprovação da Constituição estadual, o Presidente do Estado, coronel José Bezerril, rogava aos deputados da Assembleia por “[...] um corpo de agentes, menos militar e mais apropriado ao policiamento especial da cidade” de Fortaleza e que o policiamento da capital não poderia mais ficar sob a responsabilidade de oitenta praças da Força Pública, que se estafavam “velando dia e noite” pela ordem pública. Enfatizava ainda que havia sido um grande erro “[...] ter-se acabado com o corpo que existia sob a denominação de Guarda Cívica”.⁴⁶ Ao longo do período pesquisado, a Guarda Cívica por diversas vezes foi extinta e reorganizada. Isto acontecia porque era uma força policial mantida pelos cofres do Estado, e, corriqueiramente, os deputados estaduais alegavam não haver verba suficiente para manter a Força Pública estadual e o contingente de guardas cívicos na capital.

⁴⁵ POMPEU, Gina; FREITAS, Isabel; VIEIRA, Sofia (Orgs.). **Constituição estadual de 1890, 1892, 1921 e 1925**. Fortaleza: INESP, 2005.

⁴⁶ Mensagem do Presidente do Estado José Bezerril à Assembleia Legislativa do Ceará, 1893, p. 12.

Ao analisar as mensagens direcionadas para os deputados estaduais, enxerga-se que o presidente Bezerril intentava direcionar a Força Pública para o policiamento das cidades do sertão. No final do seu mandato, perante a Assembleia, o presidente Bezerril teceu duras críticas às polícias locais sustentadas pelos intendentos municipais. Em 1895, o presidente afirmava que:

[...] as guardas locais servem apenas para sobrecarregar os municípios em uma despesa inútil que melhor aplicação teria na conservação e reparo das estradas, pontes e obras abandonadas e arruinadas por falta de recurso, alegação geral e constante, que serve de fundamento às reclamações dirigidas à administração do Estado para mandar fazer os consertos. As diligências para captura de criminosos e malfeitores que infestam as fronteiras do Piauí e Pernambuco com este Estado, confiadas a esses policiais bisonhos, mal armados e sem disciplina, têm sido mal sucedidas, acontecendo até o que se deu no Jardim, onde a força local foi atacada e exterminada por um bando de criminosos de Pajeú das Flores, que armados a rifle mataram o comandante e quase todos os soldados.⁴⁷

Deve-se dizer que a ácida crítica do presidente estava direcionada aos chefes políticos locais⁴⁸ que, naquele ano de 1895, foram contra a criação de uma “companhia de praças” da Força Pública destinada a formar destacamentos nas cidades do interior. A medida do presidente José Bezerril recebeu forte resistência dos poderes municipais. Isto pode ser explicado, como visto acima, pela inexistência de um dispositivo político para dirimir as tensões entre o governo

⁴⁷ Mensagem do Presidente do Estado José Bezerril à Assembleia Legislativa do Ceará, 1895, p. 14-15.

⁴⁸ O chefe político não era necessariamente um grande proprietário de terra, mas tinha projeção econômica e dispunha de prestígio político no cenário estadual, ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 40. Habitualmente, a historiografia da Primeira República refere-se aos potentados locais como coronéis, pois alguns pertenciam aos quadros da Guarda Nacional. Entretanto, para não confundir com os oficiais da Força Pública e de outras instituições militares que possuíam a patente de coronel, ao me referir a estes poderosos rurais utilizarei termos como: chefe político local, mandão local, chefe sertanejo.

federal e os chefes políticos locais nos Estados. No cenário político e social brasileiro, o momento era tenso, afinal nos anos anteriores o marechal Floriano Peixoto, então Presidente da República, havia sufocado com muita dificuldade a “Revolta da Armada” e a “Revolução Federalista”.⁴⁹ É oportuno lembrar também que esta postura do presidente Bezerril estava em consonância com o impulso intervencionista dos primeiros anos do governo Prudente de Moraes.⁵⁰ Havia a intenção de promover a centralização política, pois, em tempos de incertezas, era necessário desmobilizar e desmilitarizar os poderes locais estaduais.

No Ceará, a intenção do governo, naquele momento, era substituir as polícias locais por uma força de igual número composta de praças da Força Pública. Mesmo com a negativa de alguns intendentess, o comando geral da Força foi autorizado a encaminhar destacamentos para auxiliar delegados da Polícia Civil nas cidades do sertão. Diante desta medida, um dos intendentess (chefe local) insurgiu-se e chegou a remeter “[...] um protesto, dizendo que em tempo representaria à Assembleia contra [...] intervenção de anulação da sua autonomia”. Amparados na constituição vigente, os intendentess municipais pretendiam continuar dispondo de forças policiais armadas para o policiamento de seus municípios. Mesmo com a resistência dos líderes municipais, o presidente Bezerril disponibilizava “destacamentos ambulantes” da Força Pública que agiam mediante a requisição de juizes e outras autoridades locais, principalmente quando se tratava da “captura de criminosos perigosos”.⁵¹

Outra tentativa de negociação com os potentados locais sobre o policiamento dos municípios do interior ocorrera ainda no século XIX, no primeiro governo de Nogueira Acioli, que foi eleito para o quadriênio de 1896-1900. A Assembleia havia autorizado ao presidente do Estado a organização de uma “[...] companhia exclusivamente destinada a destacar no interior”, que substituiria as

⁴⁹ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 47-88.

⁵⁰ LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Rezende de. (Org.). **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 35.

⁵¹ Mensagem do Presidente do Estado José Bezerril à Assembleia Legislativa do Ceará, 1895, p.15.

polícias locais e seria mantida pelos cofres dos municípios sertanejos. Entretanto, apenas duas Câmaras Municipais acataram as propostas do governo, levando Nogueira Acioli a abandonar a proposta de organizar tal companhia.⁵² Havia dificuldade por parte do governo estadual de intervir na organização policial dos municípios, pois os intendentess lançavam mão dos dispositivos da Constituição estadual para alegar que estavam amparados pela lei. No diálogo com alguns pesquisadores, percebe-se que a segurança e a ordem pública dos municípios dependiam dos braços armados recrutados pelos chefes locais. Os poderes locais não queriam abrir mão do poder de polícia.⁵³

Este debate arrastou-se até os primeiros anos do século XX: de um lado, o governo estadual defendendo a presença da Força Pública nos municípios; e do outro, os chefes sertanejos lutando para continuarem com o controle de suas guardas locais.

Para entender a força política dos municípios no cenário político estadual, deve-se lembrar que, na presidência de Campos Sales (1898-1902), foi instituída, em nível nacional, a “Política dos Estados”. Tratava-se de um “arranjo político” que visava estabelecer relações de compromissos entre o Executivo federal e os Executivos estaduais, promovendo, assim, a constituição de um “legislativo coeso no plano federal”.⁵⁴ Fundamental para os governos estaduais era manter as boas relações políticas com os municípios, pois, especialmente durante os períodos eleitorais, os presidentes estaduais contavam com os “currais eleitorais” organizados pelos potentados rurais dos municípios aliados. As intendenções municipais eram controladas por homens de projeção econômica e prestígio político, especialmente no nível estadual. Os chefes políticos locais, dentro da lógica da “política dos governadores”, deveriam representar fortes aliados dos governos estaduais situacionistas, afinal, como salientou Leal, a relação entre Estado e municípios sustentava o mandonismo, o nepotismo e o voto de

⁵² Mensagem do Presidente do Estado Antonio Nogueira Acioli à Assembleia Legislativa do Ceará, 1898, p. 20.

⁵³ MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990; FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁵⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 114.

cabresto.⁵⁵ Em seus municípios, os chefes sertanejos exerciam amplo poder sobre seus dependentes, arbitravam rixas e desavenças, ofertavam cargos públicos e organizavam grupos armados para a defesa de seus interesses políticos e privados.

Possivelmente, os chefes políticos municipais enxergavam nos policiais da Força Pública como emissários do governo estadual que poderiam contrariar a autonomia política local. Afinal, oficialmente, os policiais da Força Pública deveriam exigir obediência à lei e o respeito às instituições, conferindo ao Estado o monopólio legítimo da violência. Isto pode explicar por que a grande parte dos intendentes, antes da “Política dos Estados”, protestou contra os presidentes do Ceará que tentaram autorizar o envio de contingentes da Polícia Militar para as cidades do interior. Até o início do século XX, a Força continuaria atuando de forma eventual no interior, a ação dos policiais militares, no sertão do Ceará, restringia-se às diligências em companhias volantes para a captura de criminosos, não existindo a distribuição e organização permanente de contingentes pelos municípios cearenses.

Por volta da virada do século, abriu-se nova rodada de debates sobre o papel das polícias locais e da Força Pública no policiamento do interior. No início do século XX, Pedro Borges, presidente do Estado, na tentativa de diferenciar as funções das guardas locais e da Força Pública observava que:

A força pública abrange assim todo o Estado na defesa dos interesses sociais que ela tem de salvaguardar e proteger no momento de perigo, ao passo que a polícia municipal, por seu aspecto local, nos limites de cada circunscrição edil, acode, dia a dia, a vigilância e prevenção dos crimes, a segurança pública e individual, a guarda dos estabelecimentos de repressão, auxiliando eficazmente as autoridades locais, a fim de se tornarem efetivas as suas ordens, no desempenho regular das suas atribuições legais.⁵⁶

⁵⁵ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵⁶ Mensagem do Presidente do Estado Pedro Borges à Assembleia Legislativa do Ceará, 1901, p. 6.

Pedro Borges tentava mostrar aos deputados estaduais contrários à existência das guardas locais que não cabia à Força Pública, por questões legais e organizacionais, o policiamento dos municípios, aquele deveria ser acionado apenas “[...] a bem dos elevados interesses da segurança pública e individual” e na “perseguição dos criminosos”. O governo procurava manter os policiais da Força distantes das atividades policiais dos municípios; para isso, utilizava-se, insistentemente, o argumento de que faltavam recursos para manter policiais acantonados nas localidades do interior. Copiosamente, enfatizava-se que havia necessidade de enxugar os gastos estaduais. As ameaças de cortes no orçamento da Força Pública davam-se de forma frequente, principalmente no que se refere à redução do número de policiais. Na realidade, o governo estadual procurava não se indispor com os chefes sertanejos que insistiam em manter as suas polícias locais.

No início do século XX, o discurso do presidente Pedro Borges começou a mudar de tom, pois passou a enfatizar que raro era o município que possuía “[...] guarda local regularmente instituída”. O presidente procurava exigir que as polícias locais fossem institucionalizadas, alegava que inexistiam regulamentos para as guardas locais e criticava a forma de recrutamento, afirmando que este acontecia aleatoriamente. Borges, perante a Assembleia estadual, informava que as forças policiais dos municípios careciam de organização e disciplina, e que estes dois expedientes ficavam ao bel prazer dos chefes políticos locais. Em 1902, o presidente informava que em alguns municípios do sertão cearense:

[...] a guarda local forma-se de momento, conforme exigem as circunstâncias ocasionais; dissolve-se, se desaparece o motivo de sua necessidade: aumenta-se ou diminui-se assim o seu número. Conviria que as câmaras fixando o número certo dos guardas estabelecessem seu engajamento mediante um soldo razoável, na possível medida de suas rendas. Conforme o número maior ou menor de guardas deveriam ser eles, como se há feito em algumas localidades, comandados por um oficial ou inferior, aproveitando-se de preferência oficiais ou praças que tivessem servido na polícia do Estado ou no Exército nacional, com habilitações para os

instruírem no manejo das armas, na disciplina e desempenho do serviço.⁵⁷

Quando se tratava da segurança pública do Estado, Pedro Borges passou a se utilizar dos seus discursos no plenário da Assembleia para desprestigiar e desautorizar as guardas locais. Para legitimar sua crítica, o presidente enfatiza que os membros das polícias municipais eram militarmente despreparados e que as guardas locais eram organizadas ocasionalmente. Objetivando sanar os contratemplos, Borges sugere que, no comando das guardas locais, fossem incorporados oficiais ou praças com certa experiência no serviço policial e militar, pois muitos chefes políticos constituíam suas guardas com “policiais bisonhos” sob o comando de “homens ignorantes” de sua confiança. Pedro Borges, como outros presidentes, sabia que muitas polícias locais representavam perigo para a manutenção do governo estadual. Nos sertões do Ceará, de norte a sul, as guardas locais funcionavam a serviço dos potentados locais. Macedo afirma que os chefes políticos do sul cearense tinham a polícia municipal “[...] às suas ordens, controlando-as e delas utilizando-se, com finalidades partidárias e pessoais”.⁵⁸ Para estes chefes sertanejos, segundo Facó, as guardas locais eram “[...] a reprodução oficializada de suas guardas particulares, formada pelos capangas. Serviam tanto para reprimir revoltas populares como para disputas entre os mesmos latifundiários”.⁵⁹

Para o presidente Pedro Borges, mais do que uma preocupação com a segurança individual e da propriedade dos municípios do sertão, o que estava em jogo era o controle político sobre o território cearense, que deveria ser exercido por uma força policial estadual. O interesse de desmobilizar as guardas locais estava muito mais direcionado para a desmilitarização dos chefes políticos oposicionistas do que para a manutenção da ordem nas cidades do interior. O poder policial militar centralizado nas mãos do governo estadual permitiria que apenas os aliados tivessem proteção armada. Contudo, deve-se adiantar que os presidentes do Ceará, ao longo da Primeira República, estiveram longe de conseguir o monopólio legítimo da violência, os chefes sertanejos desfrutavam de muita influência no

⁵⁷ Mensagem do Presidente do Estado Pedro Borges à Assembleia Legislativa do Ceará, 1902, p. 10.

⁵⁸ MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990. p. 32.

⁵⁹ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 142.

cenário político estadual e muitas vezes ditavam as regras através da luta armada. A Força Pública configurou-se como um instrumento de extrema importância para que o governo estadual negociasse em pé de igualdade com os municípios.

Mas foi no governo de Pedro Borges que se intensificou a campanha política para o fim das guardas locais. Em 1903, o presidente do Estado comunicava que diversos municípios haviam solicitado:

[...] destacamentos [da Força Pública], embora neles haja polícia local. De modo que são as próprias autoridades que depõem contra a aptidão das guardas locais para o desempenho de um serviço que tanto interessa aos seus deveres e reclama toda sua vigilância e atividade. O governo não se tem recusado a providenciar em casos de maior gravidade, fazendo expedir alguns destacamentos para pontos próximos ou remotos.⁶⁰

No alvorecer do século XX, algumas autoridades políticas estaduais, como o presidente do Estado, convenciam-se e tentavam convencer que não havia possibilidade de continuarem existindo as polícias locais. Pedro Borges, perante a Assembleia estadual, passou a fazer severas críticas às forças policiais dos municípios do interior do Ceará. O presidente pontuava que as polícias locais possuíam uma “organização defeituosa” e afirmava que eram compostas por homens “sem requisitos de valor”. Acrescentava que os membros das guardas locais não eram “[...] idôneos para diligências arriscadas, e menos para captura de bandos de criminosos”.⁶¹ Em 1903, Pedro Borges baixou uma lei que extinguiu as guardas locais alegando que “[...] a experiência demonstrou não corresponderem absolutamente à confiança, ao respeito público e a manutenção da ordem [...]”. A partir da lei de extinção das guardas locais, o governo estadual ficou habilitado “[...] a expedir para diversas localidades do interior do Estado destacamentos [...]”⁶² da Força Pública para efetuar o policiamento.

⁶⁰ Mensagem do Presidente do Estado Pedro Borges à Assembleia Legislativa do Ceará, 1903, p.6.

⁶¹ Mensagem do Presidente do Estado Pedro Borges à Assembleia Legislativa do Ceará, 1903, p.4.

⁶² Mensagem do Presidente do Estado Pedro Borges à Assembleia Legislativa do Ceará, 1904, p.13.

Na primeira década do século XX, oficialmente, a Força Pública tornou-se a polícia responsável pelo controle policial e militar do território do Ceará. Pretendia-se que a instituição policial militar ocupasse os espaços deixados pelas guardas locais. Com a distribuição dos contingentes da Força, o governo estadual intentava fazer-se presente em diversas localidades, pois passou a fixar destacamentos nos vários municípios do Ceará. O governo, objetivando ganhar a aceitação dos intendentes municipais recalcitrantes, apresentava a Força Pública como a principal solução para acabar com os “grupos de criminosos” que assolavam as cidades do interior. Nas mensagens dos presidentes e nos relatórios dos comandantes, reiteradamente mostrava-se a necessidade do policiamento das fronteiras com os Estados limítrofes que, também, ficaria ao encargo de contingentes de policiais da Força Pública do Ceará.

A partir daquele momento, nos discursos oficiais, apontava-se que a ação dos policiais militares não se restringiria apenas aos casos emergenciais que colocavam em risco a segurança pública e individual, pois, com a extinção das guardas locais, a Força Pública ganhou “múltiplos encargos”. A defesa da ordem social, dos poderes constituídos e o policiamento geral das cidades do interior tornaram-se obrigações da “milícia do Estado”, ou seja, da Força Pública. Em 1907, o presidente Nogueira Acioli afirmava que, devido “à supressão das guardas locais”, o policiamento do sertão estava sob a responsabilidade de contingentes da Força Pública “[...] estacionados nos centros onde mais densa”⁶³ era a população. No cenário administrativo do Estado, ao lado da Polícia Civil, no começo do século XX, a Força Pública do Ceará ganhou projeção como a principal instituição policial responsável pela manutenção da ordem estadual. Os habitantes das cidades do sertão passaram a ter um contato mais estreito com a instituição policial militar, pois os destacamentos policiais passaram a integrar o cotidiano de homens e mulheres do interior.

Mesmo com a extinção legal das polícias locais, muitos dos chefes sertanejos continuaram recrutando e armando homens para constituir seus grupos armados particulares. À época, os homens armados pelos chefes políticos eram conhecidos como cangaceiros, entre eles se encontravam agregados das fazendas e muitos bandidos

⁶³ Mensagem do Presidente do Estado Antonio Nogueira Acioli à Assembleia Legislativa do Ceará, 1907, p. 24.

profissionais⁶⁴ que atuavam nos sertões do Nordeste. As disputas armadas entre os chefes políticos permaneceram, mas só que agora havia uma força policial militar estadual para intervir nos conflitos a favor das facções políticas da situação. O fim das guardas locais abriu possibilidades de novos arranjos políticos entre os chefes locais, o governo e os membros da Força Pública. Os espaços políticos e sociais deixados pelas polícias mantidas pelos municípios foram ocupados pelos homens da Força, principalmente por oficiais da polícia, que, geralmente, comandavam destacamentos ou eram comissionados como delegados no sertão do Ceará. Na próxima seção, serão trabalhados dois momentos durante a Primeira República nos quais se pode enxergar como a Força Pública atendeu aos interesses particulares dos grupos políticos situacionistas, configurando-se como poderoso braço armado de seus interesses.

1.2 Braço armado: polícia, deposição e sedição

Nos documentos coletados e pesquisados, percebeu-se que os destacamentos policiais espalhados pelas cidades do sertão foram importantes esteios de sustentação dos presidentes que se encontravam no governo do Estado. Os policiais militares intimidavam os políticos oposicionistas e protegiam os situacionistas, participavam a favor das lideranças dominantes das eleições políticas e das lutas entre os chefes políticos municipais. A Força Pública era utilizada para garantir os interesses dos líderes políticos da situação. A intenção desta parte do capítulo é abordar dois momentos da história do Ceará na Primeira República que revelam como a Força Pública foi utilizada como braço armado nas mãos do governo e dos políticos aliados. A partir da análise da deposição de Nogueira Acioli (1912) e da “Sedição de Juazeiro”

⁶⁴ De acordo com Eric Hobsbawm, havia uma diferença entre “bandidos profissionais” e “bandidos sociais”. Hobsbawm aponta que o primeiro, diferentemente do segundo, não representava o bandido como um “herói, vingador, justiceiro”, tratava-se apenas de “criminosos comuns”. *Grosso modo*, os “bandidos profissionais” aliavam-se aos poderosos proprietários e ao governo, enquanto os “bandidos sociais” resistiam aos desmandos dos potentados e do Estado. Ver: HOBBSAWM, Eric. O que é banditismo social. In: _____. **Bandidos**. 4. ed. Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 35-51. Estudando o “banditismo” nos sertões do Nordeste, Frederico Pernambucano de Mello afirmou que predominaram na região os “bandidos profissionais”, que faziam “do cangaço o meio de vida”. Ver: MELLO, Frederico Pernambucano de. De cangaço e cangaceiros. In: _____. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011. p. 113-167.

(1914), poder-se-ão fazer algumas reflexões sobre como a Força atendeu, no período pesquisado, aos interesses das facções políticas da situação.

Os presidentes estaduais tinham a Força Pública como um forte braço armado para combater especialmente inimigos políticos internos. Exemplo que ganhou notabilidade na história do Ceará e do Brasil republicano foi o da conhecida oligarquia⁶⁵ Acioli, quando os investimentos nos aparatos policiais destinavam-se, principalmente, a promover a sua permanência na presidência do Estado.⁶⁶ Testemunhas oculares deixaram registrado que a Força Pública era uma verdadeira “guarda pretoriana”⁶⁷, e alguns contemporâneos, por meio de livros de memórias, enfatizaram que a instituição policial militar, na oligarquia aciolina, por diversas vezes, foi usada para perseguir inimigos políticos. Rodolfo Teófilo conta que, em Fortaleza, Agapito Jorge dos Santos, redator do “Jornal do Ceará”, era constantemente perseguido por soldados da polícia disfarçados e escapou “[...] três vezes milagrosamente de ser assassinado em plena rua e de dia claro”.⁶⁸

Conforme já é sabido, neste período, os presidentes do Estado utilizaram-se da oferta de cargos nas instituições públicas, especialmente para familiares, amigos e correligionários, como forma de fortalecer sua posição no jogo político.⁶⁹ Não por acaso, no governo de Nogueira Acioli, o comando da Força Pública estava sob a responsabilidade do seu genro – o coronel Raimundo Borges. No decorrer da Primeira República, este expediente fora utilizado por outros

⁶⁵ Termo bastante usado pelos contemporâneos que criticavam o governo de Nogueira Acioli. Pode-se citar, como exemplo, o farmacêutico Rodolfo Teófilo.

⁶⁶ Nogueira Acioli permaneceu na presidência do Ceará nos quadriênios seguintes: 1896-1900; 1904-1908; 1908-1912. Ver: ANDRADE, João Mendes de. **Oligarquia aciolina, 1877-1930**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

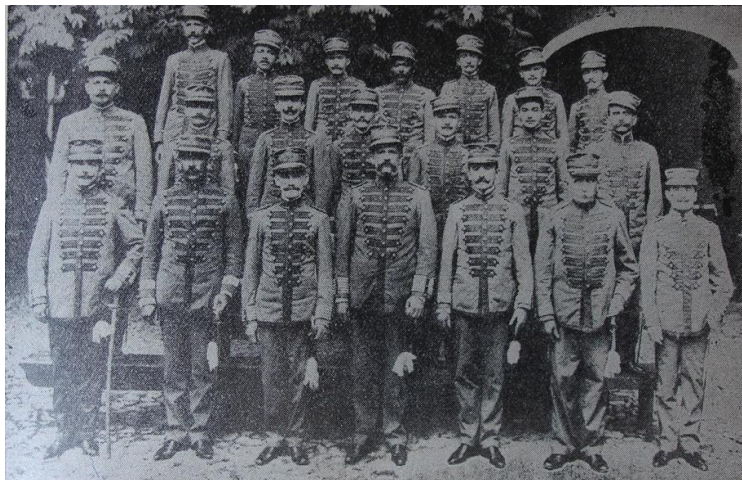
⁶⁷ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928].

⁶⁸ TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**: queda da oligarchia Accioly. Edição fac-similar. Lisboa: Typographia Editora Limitada, 1914. p. 55.

⁶⁹ Segundo Faoro, Nogueira Acioli “[...] organizou, no curso de quinze anos, uma oligarquia familiar, chegando a ter, no Senado Federal, um genro e um filho. Os cargos políticos estaduais estavam entregues a parentes, fechado o poder a estranhos. A Assembleia Estadual, além de seus filhos, genros, primos e cunhados dos filhos, estava ocupada pelos coronéis, na mais bem estruturada de todas as máquinas políticas do norte”. Ver: FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 723.

presidentes do Ceará, até porque o comando da Força Pública era uma decisão que cabia ao chefe máximo do Estado.

Imagem 1 – Cel. Raimundo Borges e oficiais da Força Pública do Ceará (1910)



Fonte: MIS (2014)

O principal centro de apoio da oligarquia aciolina encontrava-se nos municípios do sul do Estado. De forma especial, no extremo sul do Ceará, mais conhecida como região do Cariri, os policiais associavam-se aos chefes políticos locais e seus bandos, fazendo com que a Polícia Militar fosse parte constituinte das vigas de apoio da oligarquia.⁷⁰ Os conflitos entre dois potentados rurais do município de Aurora, cidade do sul cearense, podem fornecer elementos para perceber a Força Pública imersa nas tramas dos poderes locais. Em 1909, o articulista do jornal “Unitário” narrava o seguinte:

Antonio Leite Teixeira Neto, chefe governista de Aurora, ameaçado por José Inácio de ser deposto da chefia do partido, para garantir-se, pediu forças ao Sr. Acioli, que mandou seguir para ali os destacamentos de Lavras e Iguatu, sob o comando de um oficial, atingindo elas a 60 praças. De posse

⁷⁰ MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990.

da força e vendo que José Inácio não aparecia, Antonio Leite ordenou ao delegado Torquato que seguisse com ele em procura daqueles, a fim de terem um encontro decisivo. O delegado seguiu efetivamente e foi ter ao sítio Taveira, de propriedade de Cândido de Tal, e, não encontrando José Inácio, mandou fazer fogo sobre a casa, resultando diversas mortes, inclusive de crianças. Entre os mortos encontrou-se um sobrinho de José Inácio e genro de Antonio Santana. Não havendo mais a quem matar, o comandante da força declarou a José Inácio que enviasse nova gente para brigar, que os que havia já tinham sido mortos todos!⁷¹

O excerto acima fornece indícios que permitem enxergar uma prática comum entre os presidentes do Ceará, que era a de aproveitar os destacamentos, espalhados pelas cidades do sertão, para arbitrar contendas entre chefes políticos locais rivais. Em 1911, na cidade de Juazeiro, devido aos constantes confrontos entre os potentados ocorreu o conhecido “pacto dos coronéis”, este pacto foi encabeçado pelo Padre Cícero Romão Batista⁷², líder espiritual e político da região, visando acabar com as disputas entre os chefes políticos do sul e reafirmar os laços de fidelidade entre os potentados do Cariri e o Presidente Nogueira Acioli.⁷³ Com o pacto, o oligarca cearense objetivou, por um lado, criar uma “coexistência pacífica”⁷⁴ entre os mandões do Cariri; e, por outro, aumentar o seu poder através da influência política e dos braços armados dos chefes sertanejos.

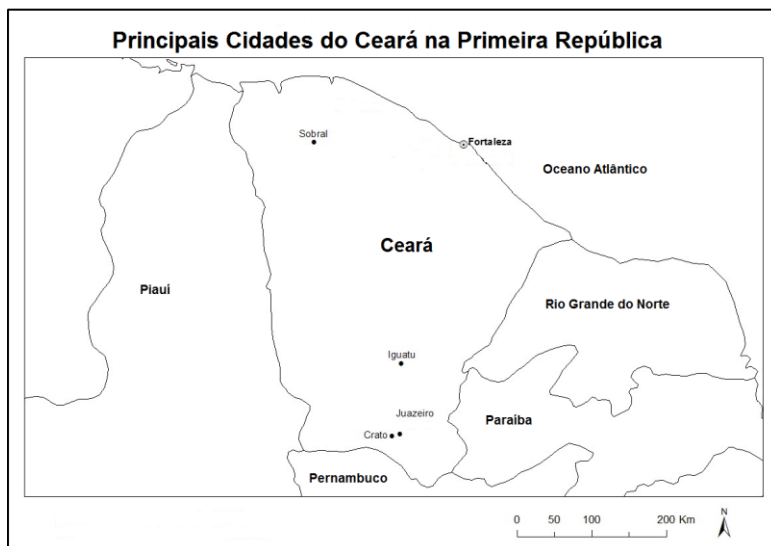
⁷¹ O Unitário, 07/01/1908. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 250.

⁷² Padre Cícero Romão Batista ficou conhecido, no final do século XIX, por realizar milagres. O milagre mais conhecido foi o da beata Maria de Araújo, que transformou em sangue a hóstia que o padre Cícero lhe dera durante a comunhão. A Igreja Católica, considerando tais “práticas heréticas”, suspendeu as ordens do sacerdote de Juazeiro. Entretanto, até a sua morte, em 1934, o clérigo continuou exercendo forte influência religiosa e política sobre a população sertaneja não só do Ceará, mas de todo o Nordeste.

⁷³ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 142.

⁷⁴ BLOK, Anton. Reflections on the Sicilian mafia: peripheries and their impact on centres. In: SIEGEL, Dina; NELEN, Hans (Orgs.). **Organized crime**: culture, markets and policies. New York: Springer, 2008. p. 7-14.

Imagem 2 – Principais cidades do Ceará na Primeira República



Fonte: Adaptado a partir dos mapas IBGE (2014)

Ao longo da Primeira República, a relação travada pelo governo estadual e os chefes locais foi eivada de conflitos e acordos. Por isso, a Polícia Militar passou a configurar-se em importante mecanismo de negociação ou de repressão. Tornou-se corriqueiro, neste período, os governadores do Estado utilizarem a Polícia Militar para fornecer apoio aos chefes políticos situacionistas. Este contexto contribuiu para a construção da imagem de uma Força Pública constituída de policiais mancomunados com os mandões locais. Os adversários políticos que se viram vitimados denunciavam que os policiais da Força nas cidades do interior comportavam-se como verdadeiros “cangaceiros fardados”. O literato Gustavo Barroso⁷⁵, escrevendo sobre as polícias militares do Nordeste em 1928, enfatizou que, nos comandos destas, encontravam-se homens “adstritos às politiquices locais” e acrescentava dizendo que eram:

⁷⁵ Gustavo Barroso foi, no Ceará, Secretário do Interior durante o governo do Coronel Benjamim Liberato Barroso (1914-1916).

Arremedos de batalhões do Exército, recrutados geralmente entre os piores elementos da sociedade, dão guarnição na capital, formam em parada, são revistados no dia sete de Setembro pelo governador, usam grandes galas espantosas, fornecem capangas disfarçados para surrar jornalistas, empastelarem tipografias e, na hora do perigo, derretem-se como por encanto. Conheci uma faustosa polícia dessa natureza, a do presidente Nogueira Acioli, que o deixou sozinho no dia em que o povo em Fortaleza se revoltou. Nunca houvera guarda pretoriana mais apavorante, nem comandante mais entusiasmado.⁷⁶

Em Fortaleza, a Força Pública, nos tempos de Nogueira Acioli, ficou conhecida por dispersar manifestações e passeatas populares com tiros de fuzil, golpes de sabre e patas de cavalo. Sobre a cavalaria da polícia dos tempos da oligarquia, o jornalista Hermenegildo Firmeza relata que na época “[...] havia, então, um esquadrão de cavalaria capaz de todas as arbitrariedades e cuja aproximação todos tremiam. Ficou mesmo clássica a ameaça – ‘Lá vem a cavalaria!’, que era suficiente para estabelecer o pânico na multidão”.⁷⁷ A ação dos policiais da Força quase sempre era truculenta. No alvorecer de 1912, a população de Fortaleza, revoltada diante do nepotismo, da repressão policial e dos desmandos da família Acioli, promoveu a deposição do patriarca por meio da luta armada. O historiador Mendes de Andrade, narrando os conflitos entre a população e a polícia, que acabaram degradingolando na deposição de Nogueira Acioli, afirmou que:

A manhã do dia 22 de janeiro de 1912 encontrou uma cidade parada e em pé de guerra. De um lado, as forças policiais mobilizadas para proteger o Palácio do Governo, as repartições públicas e as residências oficiais. Do outro, um povo que acabara de optar pela luta armada contra o poder estadual, disposto a enfrentar a polícia bem

⁷⁶ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 55.

⁷⁷ FIRMEZA, Hermenegildo. A revolução de 1912 no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 25-59, 1963. p. 28.

equipada de Acioli, com o que estivesse ao seu alcance: rifles, revólveres, espingardas, cacetes, pedras, facas e facões. Piquetes e focos de resistência eram montados nos pontos estratégicos da cidade, sendo o cerco ao Palácio do Governo àquele que mereceu mais cuidados no tocante à escolta de sitiante e de armas. O povo estava enfurecido. Queria manifestar o seu repúdio ao Governo Acioli de qualquer maneira. Por isso, em plena luz do dia, arrancava as pedras do calçamento para fazer barricadas, retirava as placas das ruas, virava e incendiava bondes.⁷⁸

Diante das pressões das ruas de Fortaleza e da organização de uma forte oposição formada por comerciantes de grande porte, potentados rurais dissidentes e segmentos médios urbanos, Nogueira Acioli renunciou ao cargo de presidente. Para a sucessão, naquele momento, havia um nome que corria na boca dos cearenses – em especial da sociedade fortalezense – o coronel do Exército Marcos Franco Rabelo. Forte campanha foi realizada nas artérias da capital para que Franco Rabelo assumisse o cargo de presidente do Estado do Ceará. Mediante acordo político, no final de 1912, o oficial do Exército Marcos Franco Rabelo, candidato da oposição, assumiu a presidência do Ceará.⁷⁹ Uma das principais medidas do novo governo foi reorganizar a Força Pública, e muitos dos membros da Força, declaradamente aciologistas, desertaram; outros foram expurgados, sendo que os policiais que ficaram ao lado dos revoltosos permaneceram nos quadros da Força.⁸⁰

Após a deposição de Nogueira Acioli, houve o fortalecimento do discurso bastante propalado no final do século XIX de que a Polícia Militar deveria voltar-se de forma especial para o policiamento das cidades do interior. Na documentação oficial,

⁷⁸ ANDRADE, João Mendes de. **Oligarquia aciolina, 1877-1930**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986. p. 141.

⁷⁹ Para maiores detalhes da “Política das Salvações” no Ceará, ver: CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro**. São Paulo: Maltese, 1994.

⁸⁰ O major Weyne, amigo íntimo de Nogueira Acioli, recorda-se que, durante a revolta, ocorreu “[...] um motim gerado pelos soldados do Quartel do Oiteiro”, cujo líder, sargento João de Moura Brasil, acabou preso. Ver: WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado: memórias**. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 106.

encontram-se informações de que a polícia organizada e distribuída no interior pelo comando da Força Pública, durante a presidência de Franco Rabelo, destinou-se principalmente à perseguição de “bandos de criminosos” e o “controle das fronteiras” do Ceará com outros Estados do Nordeste. De acordo com os comandantes, a Força Pública disponibilizava, além dos destacamentos fixos nos municípios, companhias volantes que patrulhavam as fronteiras e perseguiram os grupos de bandidos no sertão cearense.

Partindo-se de uma leitura apressada, poder-se-ia afirmar que, após a deposição de Nogueira Acioli da presidência do Estado, em 1912, a Força Pública iniciou uma ação sistemática de manutenção da ordem no sertão. Entretanto, o interesse principal de Franco Rabelo não era o de manter a ordem nos municípios do interior, pois, fazendo uma leitura da conjuntura política que se apresentava, pode-se aventar que o novo presidente pretendeu desarticular o principal centro de sustentação da decaída oligarquia, ou seja, a região do Cariri.⁸¹

Neste período, o escritor Rodolfo Teófilo, que era um dos principais oposicionistas de Nogueira Acioli, ao comparar as ações da Força Pública durante os governos aciologista e rabelista, afirmou que:

Um dos maiores serviços que o Governo Franco Rabelo prestou ao Ceará foi a repressão do banditismo. Na administração Acioli, o sul do Estado, *mormente a zona do Cariri*, ficou entregue aos bandidos da pior espécie a serviço dos chefes políticos, que, contando com a impunidade de seus crimes, tinham centenas de cangaceiros prontos a satisfazerem os seus ódios e vinganças.⁸² [grifo nosso].

Neste período, por diversas vezes, Rodolfo Teófilo utilizou-se da sua pena para denunciar as arbitrariedades das gestões da oligarquia aciolina. Teófilo afirmava que os municípios da zona do Cariri, limítrofe com outros Estados do Nordeste, eram espaços entregues aos cangaceiros asilados nas propriedades dos chefes sertanejos aliados de Acioli. Ao analisar a documentação administrativa da Força Pública após a ascensão de Franco Rabelo, enxerga-se que a principal zona de ação da polícia militarizada foi o sul do Ceará. Através

⁸¹ Ver Mapa: Regiões do Ceará na Primeira República (Anexo). p. 324.

⁸² TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915]. p. 27.

do relatório de 1913, o comandante geral da Força Pública informava que a quarta companhia estava “[...] estacionada na cidade do Crato”.⁸³ Naquele ano, o comandante da Força Pública destinou grande parte do efetivo para desarmar e perseguir cangaceiros e chefes políticos dos municípios do sul do Ceará; um dos objetivos da investida policial no Cariri era a desmobilização do centro de apoio da oligarquia deposta. Desde a queda da oligarquia, os chefes políticos aciologistas perdiam suas posições políticas, e os rabelistas conquistavam os espaços deixados por aqueles. A presença constante de contingentes policiais nas principais cidades do extremo sul passou a incomodar os mandões locais correligionários do ex-presidente Nogueira Acioli.

Diante da repressão policial do governo estadual, os chefes políticos aciologistas do sul do Ceará passaram a se organizar, procurando depor o presidente Franco Rabelo através da luta armada. A campanha anti-rabelista teve como mentor o líder político e espiritual da cidade de Juazeiro, o afamado Padre Cícero Romão Batista, mediador do “pacto dos coronéis” de 1911. Os ânimos acirraram-se quando o presidente Rabelo destituiu o padre Cícero do cargo de intendente do município de Juazeiro. A partir deste momento, o clérigo começou a mobilizar forças políticas contrárias ao presidente do Estado. O sacerdote, na política local, gozava do apoio de muitos chefes sertanejos do Cariri e, no âmbito estadual, o padre, sendo antigo correligionário de Nogueira Acioli, aproximava-se dos políticos aciologistas depostos.

Na política nacional, o padre Cícero tinha a simpatia do Governo da União, pois mantinha ótimas relações com o líder do Partido Republicano Conservador (PRC) – o senador Pinheiro Machado. A relação de Franco Rabelo estava desgastada com o governo da União, pois ele não apoiava os projetos políticos nacionais do PRC e nem o presidente da República Marechal Hermes da Fonseca.⁸⁴ Como já apontado, dentro da lógica da “política dos governadores”, o compromisso dos Estados com o governo federal era de fundamental importância para a permanência dos grupos políticos no poder. Pretendendo conquistar a adesão do Ceará nas eleições presidenciais, os líderes do PRC estreitaram os laços com os chefes políticos descontentes, principalmente do sul cearense, e iniciaram a

⁸³ Relatório do Comandante Geral da FPC, 1913, p. 64.

⁸⁴ Franco Rabelo e políticos dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia tentaram formar o “Bloco do Norte”, visando “[...] resistir à ofensiva pinheirista, trabalhando candidaturas do Norte-Nordeste à Presidência” da República. Ver: CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, molambudos e rabelistas**: a revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994. p. 200.

confabulação para a deposição do presidente Franco Rabelo. Em Fortaleza, o PRC teve apoio dos antigos aliados de Nogueira Acioli, que estavam distantes da política do Ceará desde 1912. Os aciologistas enxergaram naquela situação a oportunidade de voltarem à cena política estadual e passaram a inflamar os espíritos descontentes com o governo rabelista. Os chefes políticos aciologistas do sul do Estado apoiaram, organizaram e participaram do plano de deposição do presidente Rabelo.

A força maior estava no poder político que o padre Cícero exercia sobre romeiros, beatos e cangaceiros que procuravam abrigo no município de Juazeiro.⁸⁵ Por esta época, o sacerdote tinha como seu braço direito Floro Bartolomeu⁸⁶, que era conhecido no sul do Ceará por comandar bandos armados constituídos, praticamente, de romeiros e cangaceiros fiéis ao padre Cícero. Os homens sob o comando de Bartolomeu advinham de diversas localidades do Nordeste, Teófilo assinala que muitos procediam de cidades do sertão dos Estados fronteiriços com o Ceará, especialmente de Pernambuco.⁸⁷

Imagem 3 – Homens de F. Bartolomeu na “Sedição de Juazeiro” (1914)



Fonte: MIS (2014)

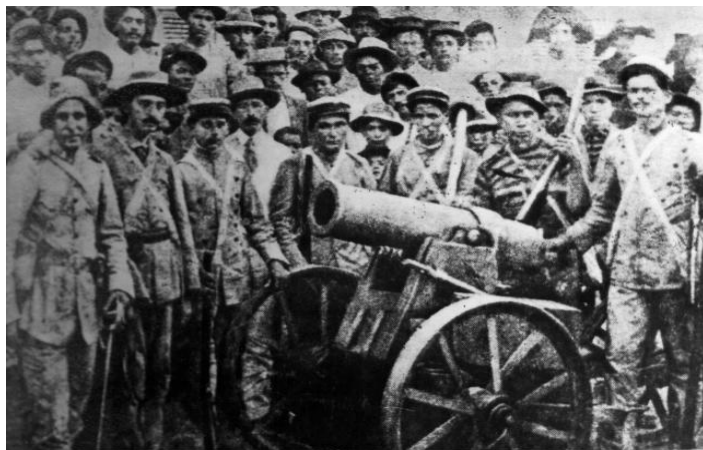
⁸⁵ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁸⁶ Floro Bartolomeu era baiano e formado em medicina. Em 1908, chegou à cidade de Juazeiro vindo dos sertões da Bahia para explorar minas de cobre.

⁸⁷ TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915]. p. 46.

Floro Bartolomeu, no final de 1913, viajou para o Rio de Janeiro e acertou com o presidente da República e a cúpula do PRC as medidas para a deposição do presidente do Ceará. Padre Cícero, juntamente com Floro, ficou responsável por arregimentar homens para lutar contra as forças policiais estaduais. A maior parte dos recrutados pertenciam a grupos de cangaceiros organizados pelos chefes políticos da região do Cariri. Bartolomeu conseguiu avultada soma em dinheiro da União para aquisição de armas e munições, e os materiais bélicos entravam na cidade de Juazeiro pelas fronteiras do Estado da Paraíba. Romeiros, beatos e cangaceiros cavaram profundos valados em torno da cidade de Juazeiro para se defenderem dos ataques das forças policiais.⁸⁸ No início de 1914, explodiria uma revolta nos sertões cearenses que levou os policiais da Força Pública a lutarem contra “batalhões de cangaceiros” recrutados pelos chefes sertanejos da região meridional do Ceará. O conflito civil ficou conhecido como “Sedição de Juazeiro”.

Imagem 4 – Tropas do governo na “Sedição de Juazeiro” (1914)



Fonte: MIS (2014)

As tropas governistas eram compostas de policiais da Força Pública, da Guarda Cívica de Fortaleza e de cangaceiros a serviço dos chefes rabelistas. No início de 1914, o governo do Estado organizou

⁸⁸ PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011.

três expedições para atacar a cidade de Juazeiro, mas todas fracassaram. Rodolfo Teófilo afirmou que o principal motivo para o insucesso das tropas lideradas pelos membros da Força Pública foi o despreparo estratégico-militar. Nas primeiras décadas do século XX, a falta de instrução técnica e militar era uma realidade nas fileiras da Força Pública do Ceará. Em maior quantidade e mais bem articulados, os homens armados e comandados por Floro Bartolomeu partiram de Juazeiro e foram conquistando, inicialmente, as cidades do sul e depois as do centro-sul do Ceará. Segundo Teófilo, nas cidades em que passavam, efetuavam saques, atacavam trens e cometiam violências contra os habitantes. Os comandados de Bartolomeu ficaram a quatorze quilômetros da capital, instalando-se no distrito de Messejana.⁸⁹

Diante da situação gerada pelos conflitos armados, o Governo Federal instituiu estado de sítio no Estado do Ceará e nomeou um interventor militar. Através de decreto, o presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, destituiu Franco Rabelo da presidência do Ceará. A situação estava insustentável, pois muitos dos homens armados vindos de Juazeiro encontravam-se às portas da capital. Os segmentos abastados de Fortaleza estavam em polvorosa, e as forças policiais governistas achavam-se dispersas, sem comando pelas cidades dos sertões cearenses. Sob uma forte pressão política e social, o presidente Rabelo capitulou e aceitou sem mais resistência o decreto de destituição, e, de forma interina, o coronel Setembrino de Carvalho assumiu a presidência do Ceará como interventor federal.

O interventor, no que diz respeito à Força Pública, restituiu todos os oficiais aciologistas e formou o 2.º Batalhão, constituído de quatrocentos homens, que, durante a sedição, foram comandados por Floro Bartolomeu e outros líderes sertanejos.⁹⁰ Gustavo Barroso afirmou que aquele Batalhão da Força era constituído de:

[...] pura e simplesmente de cangaceiros e fanáticos do Cariri, de jagunços do Sr. Floro Bartolomeu, espalhava o pavor na capital do Estado, tanto entre a gente miúda como entre os próprios graúdos da política local. Era aquilo uma

⁸⁹ Dentre as cidades saqueadas, destacam-se municípios importantes economicamente como Crato, Barbalha, Miguel Calmon, Iguatu, Quixeramobim, Quixadá e Baturité. Ver: TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Ed. Terra de Sol, 1969 [1915]. p. 78-79.

⁹⁰ TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915]. p. 124.

terrível ameaça a quem quer que entendesse de pôr a máquina administrativa nos trilhos.⁹¹

O excerto destacado acima é interessante para enxergar a intervenção dos chefes políticos na organização do quadro de efetivos da Força. Os chefes sertanejos do Cariri que prestaram seus serviços na deposição de Franco Rabelo exigiam as promessas feitas pela cúpula do PRC no Ceará, além da permissão de ingresso de cangaceiros nos quadros mais baixos da instituição. O interventor permitiu que o chefe político Pedro Silvino ficasse responsável pelo comando do 2.º Batalhão da polícia. Como outras instituições estaduais, a Força Pública não esteve, durante a Primeira República, imune aos estímulos políticos externos; muito pelo contrário, demonstrava-se profundamente vulnerável às mudanças que aconteciam ao seu redor, e as relações personalistas vigoraram dentro daquela corporação policial.

A intervenção federal perdurou menos de três meses. Em maio de 1914, ocorreram as eleições para presidente do Estado e para deputados estaduais. O oficial do Exército, coronel Benjamim Liberato Barroso, foi eleito presidente do Ceará; e o padre Cícero Romão Batista ficou como 1.º vice-presidente. No processo eleitoral, os candidatos do Governo da União receberam amplo apoio de chefes políticos locais, principalmente os do extremo sul cearense, que participaram da “Sedição de Juazeiro”. O novo presidente retomou as ações policiais militares no interior, e, mais uma vez, a instituição policial fora utilizada para desarticular o centro de apoio do político deposto – Marcos Franco Rabelo. No decorrer do período estudado, os grupos políticos aciologistas e rabelistas ficaram disputando a presidência do Estado, como Abelardo Montenegro destacou que, até 1930, “[...] os políticos cearenses se resumirão em dois partidos: o conservador dirigido pelo Dr. José Acioli, e o democrata chefiado pelo Dr. Moreira da Rocha”.⁹² Este último tornou-se uma das lideranças políticas mais influentes no Ceará, principalmente nos anos de 1920.

As deposições e a “Sedição de Juazeiro”, além de permitirem a visualização da composição política do Estado, possibilitam afirmar que a Força Pública se constituiu, ao longo da Primeira República, como parte importante da manutenção do *statu quo*

⁹¹ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 55.

⁹² MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980. p. 90.

dos governos do Ceará. Em momentos de instabilidade política ou não, manter a lealdade dos policiais, representantes do monopólio legítimo da violência do Estado, era capital importante para a facção política dominante. Sabedores disto, os presidentes do Estado, nas primeiras décadas republicanas, utilizaram, em muitos momentos, a Força Pública como braço armado contra os oposicionistas. Nos parágrafos acima, percebeu-se, também, que as medidas policiais efetuadas pela Força Pública para grupos de bandidos configuraram-se como importante estratégia para perseguir os políticos da oposição – a “repressão ao banditismo” será um dos temas da próxima seção.

1.3 “Repressão ao banditismo”, Polícia Militar e sertão

Alguns pesquisadores perceberam a segunda metade da década de 1910 no Ceará como o fastígio dos bandos armados nos sertões do Estado. Duarte Júnior, estudando a deposição de Franco Rabelo, afirmou que, a partir de 1914, ocorreu a “apoteose do banditismo” devido aos bandos de cangaceiros formados pelas lideranças da sedição.⁹³ Rui Facó, analisando o fenômeno do cangaço no Ceará, enfatizou que o “apogeu do cangaceirismo” deu-se entre os anos de 1914 e 1922. Estes autores destacaram a íntima relação entre os grupos de cangaceiros e os chefes políticos locais, mostrando que os sustentáculos do “banditismo” eram os mandões locais, especialmente os do Cariri. Segundo Facó, naquela região, ser cangaceiro:

[...] era natural desde muitas décadas; ser jagunço, pistoleiro a soldo, era qualidade inseparável da de *agregado* e *morador*. Quando um coronel latifundista admitia um morador em sua fazenda, não necessitava sequer contratar-lhe os serviços como parcela de seu exército privado, para a defesa da propriedade ou o ataque a adversários. Isto estava implícito no próprio fato de admiti-lo.⁹⁴ [grifo nosso].

⁹³ DUARTE JÚNIOR, Antônio. Apoteose do banditismo. *Itaytera*, Crato, n. 13, p. 89-103, 1969.

⁹⁴ FACÓ, Rui. Apogeu do cangaceiro e do jagunço. In: _____. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 161.

Os cangaceiros faziam parte do mundo político dos chefes sertanejos do sertão cearense e de outros Estados do Nordeste. As autoridades constituídas do Ceará, com ares de isenção política, apresentavam, através de mensagens presidenciais e de relatórios policiais, uma série de medidas de combate aos grupos de bandidos. Nesta documentação, o “banditismo” era associado a “grupos de criminosos” que, a partir dos seus atos, infringiam o código penal da época. Estes homens eram retratados como mercenários venais que, em bandos, disseminavam terror e medo, resistindo às formas legais de justiça e da autoridade. À época, esta imagem oficial foi perpetuada, também, por alguns intelectuais que se aventuraram a escrever sobre o cangaço no Nordeste. Todavia, a partir da historiografia e da análise de alguns jornais do período, observou-se que o “banditismo” era um fenômeno político, e não natural, como queriam fazer acreditar os poderes públicos, pois se percebeu que a existência dos grupos de cangaceiros dependia de uma rede complexa instituída pela política local nos municípios, geralmente pautada nas rivalidades de grupos políticos que envolviam e atendiam interesses do governo estadual, dos chefes sertanejos e dos policiais.⁹⁵

Ao longo da Primeira República, o argumento da “repressão ao banditismo” foi bastante utilizado pelos presidentes do Ceará para intervir nas atividades dos grupos políticos oposicionistas. Entretanto, as intervenções policiais no sertão tinham como justificativa oficial o combate dos grupos de “homens maus, capazes de ferocidades”. O presidente Benjamim Liberato Barroso, por exemplo, na sua mensagem à Assembleia Estadual de 1915, escreveu um texto no qual a ação policial era apresentada como de fundamental importância para a eliminação da “praga do banditismo”, que, como uma erva daninha, infestava o sertão cearense. O texto-mensagem elaborado pelo presidente-coronel revela, nas entrelinhas, a vontade governamental de manter, através da interiorização da Força Pública, o controle não só policial sobre o território cearense, mas, sobretudo, aumentar o poder político do Estado nos municípios do interior. Barroso intitulou o texto, sugestivamente, de “Banditismo”, e afirmou que no Ceará:

⁹⁵ Para um debate historiográfico em torno do “banditismo”, ver: SLATTA, Richard. Eric J. Hobsbawm's social bandit: a critique and revision. **A Contracorriente**, North Carolina, v. 1, n. 2, p. 22-30, 2004; FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História**, São Paulo, n. 22 (2), p. 211-226, 2003.

[...] homens de certas responsabilidades, de famílias importantes mesmo, fazendeiros, lavradores, criadores e doutores, por qualquer rixa de família ou de vizinhos, têm a preocupação de organizar cangaço, *grupo de homens maus, capazes de ferocidades* e os mantêm debaixo de armas para intimidar os seus contendores ou para levar-lhes o extermínio na primeira oportunidade. E assim são mantidos esses afamados valentões, perversos, malandros, porém perspicazes, que vivem longo tempo sem trabalhar, à custa do fazendeiro [...]. [grifo nosso].

E acrescentava que:

Esses hábitos se vão generalizando por todo o Estado, de tal forma que os fazendeiros, temendo a revolta dos perversos, os protegem contra a ação policial, dificultando assim o saneamento moral de nossos sertões. Por toda parte, mesmo nesta capital, os rapazes andam armados, chegando à prática de desatinos ao menor exaltamento. Pelo sertão se vão acostumando esses maus hábitos e facilidades enveredam pelo caminho. Mais às mães de famílias, que velam carinhosamente pelo futuro dos filhos, do que à ação da polícia, cabe combater esses costumes tão prejudiciais ao indivíduo e à sociedade.⁹⁶

Logo após a deposição do presidente Franco Rabelo, foi organizada uma série de “Expedições Militares” da Força Pública, que tinham como pretexto a repressão e o extermínio dos grupos de bandidos que atuavam nos sertões do Ceará. A intenção da mensagem, não era apenas externar uma opinião sobre o fenômeno do “banditismo”, mas, principalmente, convencer os políticos estaduais da necessidade de tornar efetivas as medidas e a presença dos policiais militares nas cidades do interior. Na ótica de Barroso, a ação da polícia teria como principal objetivo o “saneamento moral” dos sertões. O teor da mensagem estava inserido na imagem, gestada no final do século XIX,

⁹⁶ Mensagem do Presidente do Estado Coronel Benjamim Liberato Barroso à Assembleia Legislativa do Ceará, 1915, p. 14.

do sertão como obstáculo à construção da nação, configurando-se como uma porção atrasada e indesejada do país. O sertão era apresentado como oposto à urbanidade litorânea; os hábitos do sertão ameaçavam corromper os bons costumes experimentados no litoral, onde se localizavam as grandes capitais “civilizadas”.⁹⁷ Os habitantes do sertão eram apresentados como suspeitos em potencial. De acordo com o presidente Benjamim Barroso, a Força Pública deveria atuar, principalmente, na contenção dos “maus hábitos” do sertão – principalmente do “banditismo” – que, tal como uma praga, estava se “generalizado por todo o Estado”.

Foi manipulando o discurso de “extermínio do banditismo” que, em meados de 1910, algumas medidas de policiamento do Ceará voltaram-se, principalmente, para o esquadrinhamento policial do interior, realizado pelas polícias civil e militar.

Entre 1916 e 1919, o chefe de polícia José Eduardo Torres Câmara arquitetou a divisão do Estado em quatro grandes regiões policiais: 1.^a Delegacia Regional (Fortaleza), 2.^a Delegacia Policial Regional (Sobral), 3.^a Delegacia Policial Regional (Iguatu) e 4.^a Delegacia Policial Regional (Crato).⁹⁸ Cada uma das regiões policiais ficava sob a autoridade de um delegado regional, que superintendia e fiscalizava os delegados dos termos e os subdelegados dos distritos. Pelo Regulamento da Polícia Civil de 1916, os delegados regionais deveriam ser escolhidos pelo presidente do Estado “[...] dentre os cidadãos de reconhecida idoneidade, diplomados ou não”, mas os oficiais da Força Pública de “[...] maior graduação [...], conceituados por sua inteligência e desempenho que hajam dado ou modo por que se tenham saído em comissões do Governo”⁹⁹ poderiam assumir a direção das delegacias regionais.

No sertão cearense, além das quatro regiões policiais, encontravam-se companhias da Força Pública do Ceará que ficavam acantonadas nos principais municípios do interior: 1.^a Cia. de Iguatu, 2.^a Cia. do Crato e 3.^a Cia. de Sobral. Por meio da documentação policial, percebeu-se que o número de policiais militares destacados sob o argumento de perseguir grupos de bandidos crescia nas cidades do

⁹⁷ VIDAL e SOUZA, Candice. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 55-61, jan./jun. 1998.

⁹⁸ Regulamento Policial, 1916.

⁹⁹ Regulamento Policial, 1916, p. 11.

centro-sul e sul cearense¹⁰⁰. De acordo com as autoridades policiais, as cidades de Iguatu e do Crato contavam com uma forte concentração de forças pelo fato de ficarem localizadas próximas às fronteiras com outros Estados. Segundo o comandante geral da Força, as áreas fronteiriças com os Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte ganhavam uma atenção especial, porque havia uma intensa circulação dos bandos que atuavam de forma interestadual.

Entretanto, a manutenção da ordem não era a principal preocupação das autoridades políticas e policiais, pois, desde o fim das guardas locais dos municípios do sertão, percebeu-se que os poderes constituídos pretendiam instituir uma Polícia Militar ostensiva como um dos principais fios condutores da rede administrativa visando ampliar o poder político do governo central sobre as mais distantes localidades do interior. Com a “repressão ao banditismo”, a cúpula política do Estado tinha ao seu dispor um poderoso arsenal de argumentos que legitimava o controle policial militar sobre os municípios. É importante salientar que as secas, que ocorreram nas primeiras décadas do século XX, foram usadas pelas autoridades públicas do Ceará, ao lado do “banditismo”, para engrossar o argumento de uma maior intervenção policial nas cidades do sertão.

O momento da criação das quatro regiões policiais e da organização das companhias da Força Pública ocorreu quando o Ceará e outros Estados do Nordeste acabavam de passar por uma rigorosa seca – a conhecida seca de 1915. Partindo da historiografia sobre as secas no Ceará, percebe-se que os períodos de escassez de chuvas fizeram parte, desde longas datas, do cotidiano dos homens e mulheres das cidades do sertão e da capital. Nas secas entre os anos de 1877 e 1879, uma multidão migrou das cidades do interior para Fortaleza, grande foi o fluxo migratório. Apenas em 1878, as autoridades públicas calcularam aproximadamente cem mil flagelados nas ruas da capital. Em várias cidades do interior cearense, grupos de pessoas famintas efetuavam saques e roubos em fazendas e armazéns em busca de gêneros alimentícios para saciarem a fome.¹⁰¹

¹⁰⁰ Relatório do Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara, de 1º de junho de 1917 a 31 de maio de 1918, p. 45-47.

¹⁰¹ CHAVES, José Olivenor. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone (orgs.). **Secas**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p 49-74.

Na seca de 1915, imortalizada no romance “O Quinze”, de Rachel de Queiroz¹⁰², levadas de flagelados também partiram do interior e encheram de medo as autoridades políticas e policiais do Estado. O historiador Frederico Neves afirma que a experiência acumulada com as secas anteriores levou as autoridades públicas a direcionarem medidas para a “racionalidade na assistência pública” e para o “[...] controle dos comportamentos considerados ‘desviantes’”.¹⁰³ Medida já experimentada em outras secas era o encaminhamento dos retirantes para frentes de trabalho nas obras públicas. A partir da seca de 1915, o governo estadual estrategicamente construiu “campos de concentração” para isolar os flagelados das áreas urbanas.¹⁰⁴

Durante as secas, a imprensa da capital noticiava que grupos de homens armados aproveitavam-se das cidades quase desabitadas para invadir, assaltar e roubar as propriedades rurais abandonadas. Geralmente contando com o apoio dos chefes políticos locais, muitos destes grupos de bandidos organizavam-se para assaltar as vilas, as povoações e as estradas. Nos relatórios, os comandantes da Força Pública enfatizavam que, nos anos de escassez de chuvas no Estado, havia um crescimento da “praga do banditismo” no sertão e apontavam a necessidade de deslocar mais contingentes para os municípios.

Para agravar o quadro de desorganização social, a década de 1910 também foi um período de intensa agitação política com a deposição do oligarca Nogueira Acioli e a “Sedição de Juazeiro”, momentos em que grande quantidade de armas encontrava-se em posse de chefes políticos e de bandos que transitavam pelo território cearense e pelos Estados fronteiriços. Estudioso do fenômeno do cangaço, Pernambucano de Mello enfatizou que o “banditismo rural” recrudescia nos momentos de secas e de agitações políticas.¹⁰⁵ No início da República, as agitações políticas, as secas e, em especial, o “banditismo” foram importantes fatores para as autoridades constituídas fomentarem a elaboração de mecanismos de controle policial militar no

¹⁰² QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. São Paulo: Arx, 2002.

¹⁰³ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

¹⁰⁴ NEVES, Frederico de Castro. O curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). **RBH**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

¹⁰⁵ MELLO, Frederico Pernambucano de. Secas, agitações sociais e o cangaço como meio de vida. In: _____. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 169-254.

Ceará. Como será discutido ao longo deste trabalho, a fixação das companhias da Força Pública nos municípios possibilitaram que o governo do Estado espraiasse e assegurasse o poder político sobre todo o território cearense.

Neste quadro, a Força Pública era, em particular, apresentada pelas autoridades públicas como um dos principais projetos de complexificação burocrática voltada para ampliar o controle do Estado sobre o território.¹⁰⁶ Enxerga-se esta pretensão de ampliação do poder policial do governo pela documentação oficial da Força. O comandante geral, coronel Ernesto Medeiros, por exemplo, em seu relatório de 1920, informava que destacamentos da Polícia Militar estavam presentes em todos os oitenta e seis municípios do Ceará. Medeiros afirmava ainda que a Polícia Militar estava distribuída nos duzentos e oitenta e oito distritos policiais cearenses.¹⁰⁷ Desde 1915, um dos dois Batalhões da Força Pública passou a ser destinado para o policiamento do interior e ficava instalado em uma cidade do sertão. Devido aos interesses do governo estadual em proteger os fortes aliados políticos da região do Cariri, o Batalhão responsável pelo controle dos municípios do sertão ficava na região centro-sul ou sul do território cearense. Entretanto, oficialmente se apresentava a fixação do Batalhão no interior como uma estratégia policial para promover a manutenção da ordem nas cidades que faziam fronteiras com outros Estados do Nordeste.

No Cariri, os conflitos entre os mandões locais arrastaram-se por toda a Primeira República. Conforme já foi dito, os chefes políticos locais, mesmo com o fim das guardas locais, continuaram recrutando homens, entre agregados e bandidos profissionais, para decidirem na bala desavenças pessoais. Em 1925, o chefe de polícia José Pires de Carvalho relatava que, na cidade de Santana do Cariri, na região sul do Estado, “[...] elementos políticos em divergências, entenderam de reunir cangaceiros, cuja presença na localidade, ocasionou séria perturbação da ordem”. A medida tomada pelo chefe de polícia foi ordenar “[...] ao tenente Firmino Araujo, estacionado na cidade do Crato, que se transportasse, com urgência, àquela vila com a

¹⁰⁶ Mariseti fez importante trabalho sobre a tentativa do Estado em controlar o território através da polícia militar. Ver: LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. **A 4.^a Companhia Isolada de Pedro Afonso e o cotidiano dos policiais militares**: um projeto de policiamento e “ordem” para os sertões do antigo norte goiano (1930-1964). 2011. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁰⁷ Relatório do Comandante da FPC, 1920, p. 12.

força que pudesse reunir no momento” para restabelecer a ordem pública.¹⁰⁸ Dependendo de quem fossem os mandões locais, o governo estadual autorizava os próprios agentes da ordem a tomarem o partido dos chefes políticos situacionistas.

Em 1927, o articulista do jornal “O Ceará” salientava que:

Os cangaceiros, embora perversos e desumanos, ainda dão prova de coragem e são um atestado vivo da resistência da raça. Não se podem comparar com os *bandidos políticos que, covardemente, usam da força pública e dos dinheiros do povo para perseguir o adversário,* negando-lhe todos os direitos.¹⁰⁹ [grifo nosso].

Havia um descompasso entre a prática dos policiais militares que atuavam no sertão e os discursos apresentados pelas autoridades públicas que idealizavam a Polícia Militar como a mantenedora da ordem no Estado. Havia oficiais da Força Pública pertencentes às famílias de grandes potentados locais ligados ao cangaço. O oficial Weyne recorda-se de que o major Moisés de Figueiredo e o tenente Manuel de Araujo pertenciam à parentela do chefe político Isaías Arruda. O mandão Isaías, do município de Missão Velha, era “[...] político de razoável projeção” e chefe de cangaço e, nas suas propriedades, comumente se encontravam cangaceiros e armas.¹¹⁰ Nestas situações, as lições aprendidas na caserna pelos policiais eram postas de lado, e o que se colocava em prática era, como afirma Siqueira, “[...] a política de família, consagrando interesses, sobretudo econômicos, familiares e de amizades pessoais”.¹¹¹ A aproximação de policiais militares com potentados sertanejos fazia com que a imprensa dita “independente” corriqueiramente acusasse o alto comando da Polícia Militar e o governo do Estado de acobertarem o envolvimento de policiais com chefes políticos e cangaceiros. Além de tudo, os policiais da Força, inclusive de alta patente, eram constantemente acusados de

¹⁰⁸ Relatório do Chefe de Polícia José Pires de Carvalho, de 12 de julho de 1924 a 31 de maio de 1925, p. 6-7.

¹⁰⁹ O Ceará, 07/06/1927.

¹¹⁰ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 147-150.

¹¹¹ SIQUEIRA, Antonio Jorge. Imaginários da exclusão. In: MONTEIRO, John; BLAJE, Ilana (Orgs.). **História e utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 440.

venderem ilegalmente armas e munições de uso exclusivo das forças armadas para grupos de cangaceiros.

Mas, ao longo da década de 1920, a perseguição aos grupos de bandidos nas fronteiras era apresentada como a principal pauta nas agendas das autoridades políticas e policiais. Na leitura da documentação oficial da presidência do Estado, percebe-se a intencionalidade de demonstrar que a “repressão ao banditismo” monopolizava todo o contingente da Força Pública do Ceará. Em mensagem à Assembleia Legislativa, o presidente do Estado, em 1920, informava que:

Felizmente, posso assegurar-vos que a ação contínua e inflexível de minha administração não tem dado tréguas aos malfeitores, nem lhes há permitido a organização dos bandos temíveis, no território estadual. Sentindo-se forte com a confiança no apoio que lhe dispensa a opinião pública, o Poder Executivo tem feito permanecer nesta Capital apenas pequeno contingente da polícia militar, destacando a maior parte desta pelas zonas sertanejas e região fronteiriça, a fim de que seja mantida a ordem pública, evitando a invasão de nosso território e auxiliada a ação das forças policiais dos Estados vizinhos, quando no encalço dos celerados.¹¹²

Deve-se desconfiar da mensagem do presidente do Estado, pois, na análise de alguns jornais do período, percebeu-se que o policiamento do sertão não era plenamente efetivado, e a imprensa cobrava, corriqueiramente, a ação de policiais militares nas cidades interioranas. Em 1921, o articulista do “Correio do Ceará”, durante uma visita do comandante-geral Gustavo Bentmüller ao sul cearense, ironicamente informava que este teria a “[...] oportunidade de conhecer as condições de desgarantia em que se [encontravam] as populações daquela região, onde os chefes políticos de alguns municípios são os primeiros a amparar a instituição do cangaceirismo, ali dominante”.¹¹³ Ao longo da década de 1920, os chefes políticos do Cariri continuaram

¹¹² Mensagem do Presidente do Estado João Tomé de Saboia e Silva à Assembleia Legislativa do Ceará, 1920, p 47.

¹¹³ Correio do Ceará, 12/03/1921.

carregando a pecha de sustentáculos do “banditismo” no Ceará. As relações políticas entre governo estadual e poderes locais do sul cearense eram apresentadas como o principal motivador para a formação de grupos de bandidos nos sertões do Nordeste. Os policiais da Força Pública do Ceará eram representados, nos jornais ditos “independentes”, como homens venais e violentos que agiam de acordo com os interesses dos grupos políticos da situação.

A partir da leitura das críticas dos jornais “independentes”, enxerga-se que a Polícia Militar cearense não era imune às influências políticas, tanto que, em diversos momentos, deixou de executar as tarefas policiais de manutenção da ordem para atender a interesses políticos, configurando-se como poderoso braço armado nas mãos dos grupos da situação. A “repressão ao banditismo” permanecia como importante arma para desmobilizar e desarticular as atividades dos grupos de oposição. Apoiando-se no temor da população, as autoridades públicas do Ceará continuavam não apenas divulgando operações locais de combate aos grupos de bandidos, mas também mostrando que participavam de medidas policiais transregionais de combate ao “banditismo”.

Na parte do relatório anual intitulada de “repressão ao banditismo”, o coronel-comandante Ernesto Medeiros, da Força Pública do Ceará, em 1920, comunicou que:

No longo período de seca que atravessou no ano [próximo] findo, não escapou o nordeste brasileiro a essa terrível contingência em que, a par do saque e do roubo à mão armada, foi ainda a pacífica população sertaneja vítima dos crimes mais revoltantes contra a vida, a tranquilidade e a honra de seus lares. Em reais emergências, surgiu o patriotismo dos governos dos *Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba*, a medida mais acertada que poderia ser adotada - *ação repressiva conjunta, guarnecendo-se as respectivas fronteiras e fazendo percorrer todo o interior por numerosas forças volantes que, perseguindo os bandidos, lhes deram caça, exterminando-os em grande parte e capturando avultado número*, em verdadeiros combates onde não raro eram as

mortes ocasionadas de parte a parte.¹¹⁴ [grifo nosso].

Nos anos de 1920, o Estado do Ceará participou, juntamente com Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, de projetos que visavam ações conjuntas de “repressão ao banditismo” e de policiamento das fronteiras. Em dezembro de 1922, realizou-se, na cidade de Recife, uma reunião entre as polícias dos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba para firmar um “*Convênio Policial Interestadual*” contra o “banditismo” que assolava os sertões nordestinos.¹¹⁵ As autoridades públicas do Nordeste procuravam construir a ideia de que os convênios interestaduais policiais eram medidas voltadas para tornar os sertões nordestinos, oficialmente, parte constituinte dos territórios estaduais.

O convênio policial passou a ser apresentado como parte do exercício de um poder policial interestadual responsabilizado pelo controle da região Nordeste. Neste momento, intensificou-se o discurso oficial de que os sertões do Nordeste faziam parte do território nacional. A Força Pública do Ceará e outras polícias militares estaduais da região passaram a ser vistas ao lado do Exército como as responsáveis pela manutenção da ordem interna do país. Desde 1917, conforme será trabalhado no terceiro capítulo, o Ministério da Guerra começou a firmar acordos com os governos estaduais interessados em tornar as suas polícias militares e os seus corpos de bombeiros forças de reservas de 1.^a linha do Exército.¹¹⁶ Os acordos do Ministério da Guerra e os convênios policiais interestaduais revelam a falta de uma força policial militar nacional e a incapacidade do governo da União de conter possíveis conflitos armados no país.

Em situações de convulsão nacional, o governo Federal lançava mão de diversos expedientes para manter a ordem política interna do país. Pode-se citar, como exemplo dos anos de 1920, a agitação política e social ocasionada pela Coluna Prestes. Entre 1925 e 1927, um grupo de militares, liderados pelo oficial do Exército Luiz Carlos Prestes, percorreu o território nacional de sul a norte, levando o governo da União a decretar, em dezembro de 1926, estado de sítio na

¹¹⁴ Relatório do Comandante da FPC, 1920, p. 16.

¹¹⁵ Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

¹¹⁶ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937**. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Capital Federal e nos Estados do Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Ceará e Sergipe. No Nordeste, entre janeiro e abril de 1926, a Coluna percorreu os territórios do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia.¹¹⁷ Segundo Moraes, a Coluna liderada por Prestes efetuou uma “[...] guerra de movimento travada durante mais de dois anos [...]”, desafiando o governo federal, os governos estaduais e os chefes políticos sertanejos.¹¹⁸

Imagens 5 – Integrantes do Batalhão Patriótico no Sul do Ceará (1926)



Fonte: MIS (2014)

Mais uma vez, a exemplo de Canudos¹¹⁹ e do Contestado¹²⁰, o governo federal demonstrava-se incapaz de conter conflitos sociais de cunho nacional. Diante das dificuldades, o governo da União, no Ceará, encarregou o deputado Floro Bartolomeu e o padre Cícero, conhecidos chefes da “sedição” de 1914, de formar um

¹¹⁷ LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 338-339.

¹¹⁸ MORAES, João Quartim de. A guerrilha dos tenentes. In: _____. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 199.

¹¹⁹ MELLO, Frederico Pernambucano de. **A guerra total de Canudos**. São Paulo: A Girafa, 2007.

¹²⁰ MACHADO, Pinheiro Paulo. **Lideranças do Contestado**. Campinas: UNICAMP, 2004.

“Batalhão Patriótico” para combater os “revoltosos” liderados pelo militar Luiz Carlos Prestes. O investimento na organização do “Exército Patriótico” correu pelos cofres da União, e uma soma considerável foi destinada à compra de armas e equipamentos militares. Na cidade de Juazeiro, no ano de 1926, ocorreu o afamado encontro do padre Cícero com o célebre cangaceiro Lampião; o sacerdote convenceu Virgulino Ferreira (vulgo Lampião) a combater os militares “revoltosos”. Lampião foi “[...] incorporado ao Exército Patriota como capitão. Vários dos seus homens receberam divisas de oficiais”, armas modernas, munição e fardamento.¹²¹ As polícias militares estaduais do Nordeste, juntamente com o Exército e os “Batalhões Patrióticos”, singraram os sertões do Ceará, do Piauí, do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia para perseguir os membros da Coluna Prestes.

O movimento dos militares “revoltosos” mostrava que ideias subversivas poderiam circular tanto no meio urbano como no rural. Nos anos de 1920, intensifica-se o medo com os movimentos sociais urbanos. Neste momento, os trabalhadores brasileiros inseridos na luta internacional ampliaram a capacidade de organização, de mobilização e de negociação; foi um período de movimento global de rebelião.¹²² As greves operárias intensificaram-se nos grandes centros urbanos do Brasil, o comunismo e, em menor alcance, o anarquismo, parecia ter a aceitação de uma parcela significativa da classe trabalhadora. O movimento operário espraiava-se por todas as capitais do Brasil.¹²³ Na capital cearense, as reivindicações nas ruas de diversas categorias de trabalhadores urbanos, como os motorneiros, os gráficos, os ferroviários e os trabalhadores do porto, eram azeitadas pelas folhas de uma imprensa operária animada pelo ideário anarquista¹²⁴ e socialista.¹²⁵ Nacionalmente, os anos de 1917 e 1919 foram de greves e de intensa repressão policial¹²⁶. Nas ruas de Fortaleza, fortes foram os

¹²¹ CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 77.

¹²² ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das tradições 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 227.

¹²³ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹²⁴ GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge. **A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Imaginário Popular, 2000.

¹²⁵ GONÇALVES, Adelaide. **Ceará socialista**: ano 1919. Edição fac-símile. Florianópolis: Insular, 2001.

¹²⁶ Para um estudo sobre a repressão policial às greves dos trabalhadores, inclusive as de 1917 e 1919, ver: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Trabalhadores em greve, polícia em**

combates nas ruas entre os motorneiros da Light e as polícias civil e militar. Em 1925, uma revolta popular contra os aumentos das passagens dos bondes levou a polícia a reprimir duramente os manifestantes.¹²⁷

Neste ambiente de turbulência política nacional, nos centros urbanos e no meio rural, ocorreu outro convênio das polícias nordestinas. No mês de dezembro de 1926, representantes do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, de Alagoas, do Piauí e da Bahia encontraram-se na cidade de Recife para firmarem um novo acordo policial. Neste momento, o “banditismo” nos discursos dos presidentes dos Estados do Nordeste passou a ser apresentado como um componente de desestabilização nacional. Por sua vez, políticos e intelectuais do Ceará, apoiando-se na ideia de construção da nação, passaram a apresentar o “banditismo” como uma ameaça à integridade do país. As autoridades constituídas do país temiam que as fronteiras dos Estados da região Nordeste virassem pontos de circulação de ideias “subversivas” e de militares “revoltosos” armados vindos de diversas regiões da nação.

Em meados dos anos de 1920, o temor dos políticos e dos intelectuais do país agravou-se, havia a real possibilidade da migração das ideias “subversivas” do litoral para o sertão. Os cangaceiros do Nordeste, neste momento, passaram a ser vistos, na ótica do movimento comunista internacional, como revolucionários em potencial. Deve-se lembrar que, apenas nos anos de 1930, a figura dos cangaceiros como revolucionários dos sertões nordestinos foi ganhando força entre os comunistas brasileiros. Entre as autoridades públicas, havia o medo de que os homens da Coluna Prestes tivessem entrado em contato com camponeses e cangaceiros para difundir o germe da revolta.¹²⁸ Além de tudo isso, como salientou Albuquerque Júnior, na década de 1920, “o cangaço e os cangaceiros” sobressaíam-se na imprensa do sul do Brasil, e o sertão nordestino era apresentado como uma terra sem lei, povoado

guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhada carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto; FAPERJ, 2004.

¹²⁷ PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento:** a trajetória de lutas dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

¹²⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão:** a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

por “fanáticos” e bandidos liderados por chefes sertanejos.¹²⁹ Assim, pululava, nos discursos de políticos e nas matérias de jornais das capitais dos Estados nordestinos, a necessidade de uma Polícia Militar repressiva, orientada para impedir experiências desagradáveis para as autoridades do país – a exemplo de Canudos, do Contestado, da Coluna Prestes e, em menor proporção, da “Sedição de Juazeiro”.

De forma particular, o sertão cearense era associado a uma porção do país onde vigorava a ausência de leis, a precariedade do direito e a inexistência da ordem. Alguns políticos nordestinos apontavam que o “banditismo” do Nordeste era fomentado especialmente pelo governo do Ceará. Segundo o jornal católico “O Nordeste”, o deputado federal Diocleciano Duarte (RN), em entrevista ao “Diário de Natal”, atribuía o recrudescimento do “banditismo” ao:

[...] governo cearense, ou antes, sobre os homens dos *sertões do Cariri*, onde os bandidos que perambulam pelo Juazeiro lá se acoitam e percorrem de vez em quando os sertões de Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco e mesmo do Rio Grande do Norte.¹³⁰ [grifo nosso].

No final da década de 1920, nos jornais da capital cearense, intelectuais passaram a publicar textos relativos às medidas supostamente eficientes para a “repressão do banditismo”. O escritor João do Norte¹³¹, em artigo intitulado “*Coronelismo e Cangaceirismo*”, defendia o seguinte:

Mais eficientes do que as ações das polícias estaduais, sempre manietadas por injunções facciosas ou por determinações de ordem econômicas, será, de certo, a ação de forças do Exército, desenvolvendo-se nos focos do cangaço, localizados na zona meridional do Estado, que se encrava entre os territórios fronteiriços do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí, pelos quais encontram os bandoleiros fáceis meios de evasão, graças à cumplicidade de mandões

¹²⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

¹³⁰ O Nordeste, 13/09/1927.

¹³¹ Pseudônimo do escritor Gustavo Barroso.

políticos, que, à semelhança dos nossos, os acobertam com dissimulada proteção, também, ciosos de alianças clandestinas com os malfeitores contumazes.

Essas forças militares, distribuídas, convenientemente, em escoltas volantes, teriam por objetivo o desarmamento geral da população belicosa e a consequente desmoralização do prestígio do cangaço da região, irradiando dali os seus golpes através das fronteiras dos estados limítrofes.¹³²

O Ceará, dentre os Estados nordestinos, aparecia como o principal foco de incidência de grupos de bandidos acoitados especialmente pelos chefes locais do Cariri, e a Polícia Militar cearense era retratada como a mais corrupta da região. Diante deste quadro, no ano de 1927, políticos e intelectuais nordestinos apresentavam como medida contra os grupos de bandidos a instalação de Batalhões do Exército em pontos estratégicos dos sertões do Nordeste¹³³, pois, segundo as justificativas, os soldados do Exército Nacional, distantes das politiquices locais, poderiam dar cabo do “banditismo”. No entanto, as propostas de intervenção federal não saíram do papel, e a Força Pública do Ceará e outras polícias militares nordestinas continuaram responsáveis pelo policiamento do sertão.

No transcorrer da Primeira República, o temor da “praga do banditismo” foi sábia e perspicazmente utilizado pelos presidentes estaduais para reforçar o discurso da necessidade de direcionar a Força Pública do Ceará para manter a ordem no sertão. No entanto, pela leitura da documentação coligida, observa-se que a Polícia Militar cearense serviu especialmente para garantir os interesses das facções políticas dominantes. Conforme será trabalhado nos dois últimos capítulos, o termo “banditismo” foi bastante utilizado pelos políticos da situação para minar as atividades de caráter político dos adversários.

Entre o final do século XIX e início do XX, autoridades políticas e policiais pretenderam apresentar o policial militar como o bastião do monopólio da violência legítima, representante legítimo de uma parcela significativa da autoridade do Estado. Entretanto, este policial, envolvido nas tramas políticas estaduais, muitas vezes não agiu

¹³² O Nordeste, 23/08/1928.

¹³³ O Nordeste, 13/09/1927.

com isenção de interesses, pois balizava a sua atuação mais pelas relações estabelecidas com as facções políticas dominantes do que com os regulamentos da corporação. Deve-se ressaltar que, em boa medida, as ações dos policiais da Força Pública no sertão foram sendo justificadas a partir do discurso oficial de “repressão ao banditismo” e do policiamento das fronteiras; todavia, conforme será aprofundado no quinto capítulo, as medidas policiais de combate contra os grupos de bandidos destinavam-se, de forma especial, a desmobilizar, desmilitarizar e enfraquecer as lideranças políticas que se encontravam na oposição.

Diante do que foi exposto, enxerga-se que a Força Pública estava, durante a Primeira República, imersa nas tramas políticas locais, assim não se deve estranhar que a organização da Polícia Militar em muitos momentos tenha sofrido influências dos interesses dos grupos políticos situacionistas. É evidente que, nos discursos construídos pelos comandantes, a Força era apresentada como livre das ingerências político-partidárias, entretanto a imagem de uma polícia incorruptível e acima das questões partidárias cai por terra quando se analisam as formas de ingresso, as políticas de promoção, dentre outras questões que serão trabalhadas no próximo capítulo.

2 O POLICIAL NA FORÇA PÚBLICA

No primeiro capítulo, observou-se que a Força Pública idealizada pelas autoridades constituídas deveria configurar-se em uma Polícia Militar repressiva, responsável pelo controle do território cearense, tornando-se, assim, o braço mais ampliado da administração estadual com seus homens espalhados pelos confins do Ceará. Na pesquisa, percebeu-se que a instituição policial militar do Estado era apresentada nos documentos oficiais, ao longo da Primeira República, como uma corporação burocratizada, hierarquizada, militarizada e destinada, de forma especial, a combater grupos de bandidos e a fazer o policiamento das fronteiras.

Pelos regulamentos da Polícia Militar, o policial, ao ingressar na Força Pública do Ceará, deveria passar a conviver com as regras e os valores específicos de uma corporação militarizada. A imagem da Força Pública como uma instituição que seguia a risca a doutrina militar intensificou-se quando ela se tornou força auxiliar do Exército Nacional no ano de 1918. A partir dessa data, através do acordo entre a União e o governo estadual, o Exército brasileiro deveria ser oficialmente o responsável pela formação dos policiais militares. A rigidez militar que se buscava empregar na Força era justificada por meio da necessidade de se criar um corpo policial preparado para a missão de manter a ordem pública no Estado.

Entretanto, como trabalhado anteriormente, a Polícia Militar cearense não era uma instituição imune às influências políticas externas. Deve-se lembrar que, em muitos momentos, os interesses político-partidários ditaram as regras internas da corporação. Durante o processo de pesquisa, pôde-se perceber que a Força Pública esteve longe de ser uma instituição policial militar com critérios organizacionais rígidos. A aproximação estreita com as normas e a ideologia militar do Exército não passava de mera retórica discursiva das autoridades constituídas do Ceará. Praticamente, para citar alguns exemplos, os preceitos formais para o ingresso na Força, em muitas situações, não eram respeitados, não havia espaços adequados de treinamento e, às vezes, as medidas punitivas davam-se ao sabor dos interesses dos comandantes e das lideranças políticas. As promoções e a ascensão hierárquica dentro da Polícia Militar aconteciam, em muitos casos, de acordo com relações personalistas, familiares e políticas.

No presente capítulo, partindo do universo militar-organizacional da Força Pública do Ceará, procura-se enxergar o policial inserido na dinâmica da corporação que era moldada tanto pelos regulamentos legais como pelos interesses políticos que acabavam interferindo no plano burocrático, institucional e normativo da instituição policial militar cearense.

2.1 Formas de ingressar na polícia

No início de 1899, o alferes Alfredo Nunes Weyne encontrava-se na cidade do Crato agenciando homens para servir como voluntários na Força Pública do Ceará. Na sua retentiva, ficou registrado que “[...] conseguiu reunir o elevado número de oitenta voluntários”.¹³⁴ Logo fez segui-los para Fortaleza sob o comando do sargento Romão Nunes de Azevedo. O sucesso obtido pelo agenciador-alferes lhe rendeu elogios, a patente de tenente e o cargo de Secretário da Força. Por meio das memórias do Major Alfredo Weyne¹³⁵, percebe-se que a tarefa de agenciador não era fácil. O comando geral da Força Pública reconheceu o serviço prestado à corporação, tanto que lhe concedeu, por merecimento, os almeçados e desejados galões de tenente. Uma das dificuldades possivelmente enfrentadas pelos oficiais agenciadores estava em demonstrar para a população que o serviço na Polícia Militar do Ceará era voluntário e não forçado, como ocorria em outras instituições armadas, a exemplo do Exército e da Marinha.

Praticamente, durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX, o recrutamento de homens para o Exército e para a Marinha brasileira foi realizado de forma forçada, o conhecido “recrutamento no laço”. A Marinha e o Exército, em boa medida, juntamente com a justiça penal no Brasil, serviram como sistema de punição e de controle, pois muitos dos que foram capturados e forçados a servir nestas duas instituições eram considerados “criminosos” e “vadios” pelas autoridades. A vida nestas duas instituições não era das melhores: muitos contemporâneos comparavam-na com a situação do cativo escravo, não apenas pela dureza cotidiana, mas principalmente pelos constantes castigos físicos sofridos.¹³⁶ Na Marinha, havia uma

¹³⁴ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 20.

¹³⁵ Alfredo Nunes Weyne foi reformado com a patente de major da FPC.

¹³⁶ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

variedade de punições como a palmatória, a prisão a ferros e o castigo mais temido: as pancadas da chibata.¹³⁷ O soldado e o marinheiro estavam sujeitos a “longos anos de disciplina brutal e arbitrária”, trabalhos exaustivos e “riscos de toda a sorte”.¹³⁸

No meio das reformas da década de 1870, foi aprovada uma nova lei que instituía o recrutamento no Exército e na Armada através do sorteio militar universal. Assim, foi estabelecido o alistamento e o sorteio para homens livres e libertos entre dezenove e trinta anos; nas paróquias as juntas compostas pelo pároco, juiz de paz e subdelegados ficariam responsáveis por elaborar as listas mestras. Naquele momento, os militares reformistas visaram, ao instituir o sorteio militar, a uma aproximação com os modelos de organização das Forças Armadas europeias, especialmente depois das dificuldades enfrentadas no *front* nas terras paraguaias, onde ficou evidente a pouca profissionalização e eficiência das armas brasileiras.¹³⁹ A lei suprimiu, particularmente no Exército, os castigos corporais com a intenção de tornar o serviço militar mais atraente, mas na Marinha as punições físicas continuaram como os principais mecanismos de manutenção disciplinar e hierárquica dentro da corporação.¹⁴⁰ Mesmo com todas essas medidas reformistas, o processo do sorteio militar foi um desastre.

Em várias províncias do Império, milhares de homens e mulheres, conhecidos como “rasga-listas”, “investiram contra as juntas destruindo os papéis do alistamento”. Amedrontado “com a repercussão e a reação popular, o governo imperial adiou a realização do sorteio”.¹⁴¹ Mesmo sob o signo da República, o governo continuou a depender do recrutamento forçado para preencher vagas nas fileiras do Exército. Uma nova proposta para o serviço militar foi ventilada pelo alto oficialato do Exército apenas na primeira década do século XX. Em 1908, foi aprovada a “Lei do Serviço Militar Obrigatório”, mais

¹³⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Do convés ao porto**: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

¹³⁸ MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1994. p. 271.

¹³⁹ MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1994.

¹⁴⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Ordem e liberdade”: proposta da marujada cidadã. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 445-473.

¹⁴¹ MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1994. p. 269.

conhecida como “Lei de Hermes”¹⁴², que tornava o serviço militar obrigatório; no entanto, essa lei, devido a uma série de dificuldades, como um precário sistema de comunicação, acabou por constituir-se letra morta. Como uma possível resposta a esse quadro, uma das possibilidades aventadas pelo Ministério da Guerra, em 1917, foi transformar a Guarda Nacional, os Bombeiros e as Polícias Militares estaduais em forças de reserva do Exército.¹⁴³

O serviço voluntário que caracterizou muitas das polícias militares no Brasil apresentava-se, desde o Império, de certa forma, mais atraente para os homens que buscavam uma ocupação. O alistamento na Força Pública do Ceará, a exemplo de outras forças policiais nacionais e internacionais, não acontecia de forma forçada dependendo unicamente do interesse do indivíduo. Ao contrário da Marinha e do Exército, a Força Pública não se configurava como uma espécie de instituição penal para os considerados “vadios” e “criminosos”, como em outras polícias, longe esteve dos propósitos da polícia cearense tornar-se um repositório dos sujeitos indesejados pelo Estado.¹⁴⁴ Para muitos a corporação policial apresentava-se como uma oportunidade de escapar do recrutamento das duas forças armadas nacionais. Afinal, a dura rotina e a rígida disciplina militar destas instituições eram velhas conhecidas dos homens pobres, bastando para isso lembrar o temor que se tinha da Escola de Aprendizes Marinheiros.¹⁴⁵ Além disso, não corriam o risco de ficarem longe de suas famílias e da terra natal em expedições militares em pontos extremos do país ou dentro de navios, sujeitando-se a castigos corporais.

Os oficiais agenciadores tornavam-se o primeiro contato com a Força Pública para os que optavam por servir voluntariamente. Na documentação coligida e analisada, percebe-se que o foco dos agenciadores eram as cidades do interior. Provavelmente, as constantes secas acabavam por tornar o ingresso na corporação policial uma saída, às vezes temporária, para aliviar as dificuldades enfrentadas pelos

¹⁴² Foi uma alusão ao seu idealizador, Marechal Hermes da Fonseca.

¹⁴³ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁴⁴ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. p. 66.

¹⁴⁵ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A escola dos incorrigíveis. In: _____. **Marinheiros em revolta**: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 45-62.

homens do sertão cearense. O certo é que o grosso dos voluntários era recrutado nas cidades do interior e em alguns dos Estados que faziam fronteiras com o Ceará. Em 1914, o major Francisco de Sá Roriz, comandante do 1.º Batalhão, encaminhava um ofício para o Secretário da Justiça e Segurança Pública solicitando a quantia mensal de três contos de réis (3:000\$00) para atender “[...] as necessidades materiais das praças do Batalhão, visto serem as mesmas em quase sua totalidade, filhas do interior ou de outros Estados”.¹⁴⁶ Muitos dos alistados viajavam longas distâncias a pé nas precárias estradas e nos vagões de terceira classe dos trens que cortavam as problemáticas estradas de ferro até chegar a capital do Ceará, Fortaleza.¹⁴⁷

No ano de 1914, o Comandante da Força Pública enviava para o presidente do Estado o ofício seguinte:

Solicito vossas acertadas ordens no sentido de que, pela Estação da Estrada de Ferro em Iguatu, sejam expedidas as passagens necessárias aos indivíduos que se apresentarem, até o número de trinta, no caráter de alistados com destino a este Batalhão; visto como, mediante ordem do Governo do Estado, ficou autorizada a companhia volante, enviar para esta Capital tais voluntários [...].¹⁴⁸

Oficialmente o destino era a capital do Estado, onde o alistado era identificado e submetido à avaliação de saúde. Primeiramente, o voluntário passava por uma inspeção de saúde feita pelo médico da corporação nas dependências do quartel. Às vezes, esta inspeção acontecia no local do recrutamento. Na inspeção, o médico restringia-se, basicamente, a avaliar a robustez física. Caso fosse julgado apto para o serviço, ingressava e recebia um número que servia de identidade dentro da instituição. Em seguida, era coletada uma série de informações que identificavam o voluntário e que ficavam registradas na fé de ofício como: atributos gerais (a filiação, o nome, a data de nascimento, a naturalidade, o ofício); sinais característicos (altura, cor

¹⁴⁶ Ofício do Comando do 1.º Batalhão da FPC ao Secretário da Justiça e Segurança, 04/07/1914. APEIC.

¹⁴⁷ Havia duas estradas de ferro que ligavam Fortaleza a algumas cidades do interior: a Estrada de Baturité e a Estrada de Ferro de Sobral.

¹⁴⁸ Ofício do Comando Geral da FPC ao Chefe de Polícia, 14/08/1912, APEIC.

dos cabelos, dos olhos e da pele) e sinais particulares (cicatrizes, sinais de nascença). A criação de catálogos de cada indivíduo que assentava praça na corporação além de permitir conhecer os futuros membros, visava facilitar a captura dos desertores.

De acordo com os regulamentos, antes de iniciar a rotina dentro da instituição, o voluntário deveria fazer um juramento perante a bandeira nacional. Não se pode desprezar o valor simbólico da cerimônia de juramento, o alistado perfilado defronte à bandeira hasteada, juntamente com os companheiros de infortúnios, postava-se diante do comandante geral e da oficialidade prestando fidelidade institucional, num gesto de adesão aos valores da Força. Nas corporações militares, esse processo configurava-se como um ritual de passagem, afinal representava a entrada do civil em uma corporação militar.¹⁴⁹

Ao longo da Primeira República, o tempo de serviço voluntário na Força Pública variou entre dois anos e seis anos.¹⁵⁰ O policial poderia solicitar reengajamento por tempo de igual período depois de ter servido os anos previstos no regulamento, entretanto o solicitante deveria comprovar, especialmente, ter tido bom comportamento durante os anos de serviços.

Ao ingressar na corporação o voluntário deveria receber um enxoval completo e o armamento necessário para o desempenho do trabalho policial. Segundo as normas da corporação, caso o policial fosse excluído, por qualquer motivo, teria de devolver o enxoval e as armas concedidas para serem reaproveitados. Todos os anos, o comando geral estipulava o tempo que deveria durar cada peça do fardamento dos policiais. Apenas os oficiais desembolsavam certa quantia para aquisição dos seus uniformes, muitas vezes pediam o adiantamento de uma parte do soldo para mandar confeccioná-los.¹⁵¹

¹⁴⁹ É importante salientar que estas cerimônias de demonstração de fidelidade marcam as instituições militares do mundo. No âmbito das instituições policiais militares, ver: EMSLEY, Clive. **Gendarmes and the state in nineteenth-century Europe**. Oxford: University Press, 1999b. p. 257-258.; ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império**. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. p. 235.

¹⁵⁰ Livros de Leis do Ceará, 1889-1930.

¹⁵¹ Era praxe na FPC conceder adiantamentos para oficiais nomeados, reintegrados e promovidos. Em 1921, o 1.º tenente Gustavo Rodrigues de Souza recebeu adiantados dois meses para confeccionar o seu fardamento. Ver informação n.º 188 do Comandante Geral ao Presidente do Estado, 16/02/1921, APEC, Lv 47.

Imagem 6 – Sargentos e ajudantes da Força Pública (1917)



Fonte: RODRIGUES (1955).

Ao vestir a farda, o policial deveria compartilhar das regras e dos valores institucionais, a fronteira entre o mundo civil e o militar representava-se quando se trocavam as roupas civis pelo uniforme da Força. Para os policiais neófitos, o uniforme deveria ter o poder de lembrá-los das obrigações que teriam para com a instituição e o Estado, demonstrando o seu novo *status* de policial militar.¹⁵² Na medida em que vestia a farda, o policial inseria-se como partícipe da corporação. O uniforme dentro da instituição policial tinha o poder de distinção hierárquica, pois os voluntários logo aprendiam, durante seu treinamento para tornarem-se recrutas, a respeitar os galões e as divisas dos oficiais.

O modelo do uniforme da Força Pública do Ceará variou ao longo do tempo, fazendo com que os comandantes, em seus relatórios e ofícios, expusessem as suas opiniões de como deveria ser o fardamento. Em 1912, o comandante geral, coronel Alípio Lopes de Barros, em ofício para o Secretário do Interior e da Justiça, sobre o plano de uniformes, dizia que:

¹⁵² STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Segundo a opinião de muitos, o uniforme deve ser simples, cômodo, tático, barato e higiênico; segundo outros, elegante, vistoso, variado, de modo a tornar o soldado orgulhoso de si mesmo; e que seja de grande efeito na Massa Civil. Opinamos no segundo caso para a vestimenta do gendarme ou polícia, cuja função é bem diversa do vulgarmente chamado soldado de linha [...].¹⁵³

Os uniformes, como salientou o historiador norte-americano Monkkonen, tornavam os policiais visíveis e acessíveis para todos. Na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos, o fardamento de algumas polícias gerou consternação, pois comentaristas zombavam das vestimentas, e os policiais os rejeitavam.¹⁵⁴ Na pesquisa, não se encontrou nenhum tipo de chacota ou repulsa relativa aos uniformes da polícia do Ceará, mas uma das grandes preocupações dos comandantes da Força era com o efeito que o fardamento policial poderia causar na “Massa Civil”. As vestimentas deveriam fazer com que o público facilmente identificasse e associasse os policiais da Força Pública como autoridades estaduais. O excerto acima permite perceber que um dos objetivos da farda era fazer os policiais sentirem orgulho de pertencer à Força, como exemplo o comandante Barros lembrava os vistosos uniformes utilizados pela polícia militar rural da França – a *Gendarmerie*. As opiniões sobre os uniformes variavam, mas a Força, geralmente, ao contrário do que pretendeu em 1912 o coronel Alípio de Barros, adotava modelos de fardamento que se assemelhavam aos do Exército. No final da década de 1910, o uniforme da Força Pública passou a ser idêntico ao do Exército Nacional devido ao acordo entre o governo do Ceará e a União, que tornou a polícia cearense uma força auxiliar do Exército brasileiro.¹⁵⁵

Nos regulamentos, rezava-se que, depois da aprovação nos exames médicos, jurada a bandeira e recebido o enxoval, os voluntários ficavam matriculados como recrutas no ensino. No ensino, que durava em média um mês, os recrutas aprendiam as noções básicas relativas à disciplina militar, pois a preocupação maior dos oficiais estava

¹⁵³ Minutas de ofício do Comandante-Geral da FPC ao Presidente do Ceará, 12/09/1912, APEC, Lv. 32.

¹⁵⁴ MONKKONEN, Eric H. História da polícia urbana. In: TONRY, Michel; MORRIS, Norval (Orgs.). **Policiamento moderno**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 577-612.

¹⁵⁵ Lei Estadual nº 1. 642, de 8 de novembro de 1918 que reorganiza a Força Pública do Estado.

relacionada aos possíveis atos de indisciplina e insubordinação. Após tornarem-se prontos para o serviço policial militar, eram encaminhados para um destacamento no interior ou incorporados nas companhias volantes. Para os poucos que permaneciam servindo na capital, abria-se a oportunidade de frequentar a Escola Regimental, voltada, principalmente, para a aprendizagem das primeiras letras, afinal, para ingressar na Força Pública, não se exigia que o voluntário soubesse ler e escrever.

Ao contrário do que acontecia em outras corporações policiais militares de países como Inglaterra e França, nos documentos regulamentares da Força Pública do Ceará, o saber ler e escrever não eram elementos que pudessem reprovar os candidatos a voluntários, nem havia restrições explícitas com relação à altura ou compleição física dos candidatos. Em contraste, por exemplo, na Polícia Metropolitana de Londres, no final do século XIX, os candidatos a tornarem-se policiais deveriam saber ler, escrever e entender das regras dos procedimentos burocráticos. Ali as exigências não paravam por aí, pois, nos quadros da polícia londrina, não eram admitidos homens que “[...] tivessem menos de 1,75 de altura”.¹⁵⁶ O *gendarme* francês, na segunda metade do século XIX, possuía “altura mínima de 1,73”. A altura dos policiais permitia estabelecer uma marca distintiva diante do resto da população, pois, como apontou o historiador francês Arnaud-Dominique Houte, na sociedade francesa, apenas de oito a dez por cento dos homens chegavam a atingir aquela altura.¹⁵⁷

O Ceará, entretanto, não se distinguia de outros Estados brasileiros. Em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, por exemplo, para o ingresso no Corpo Permanente não se requeria o domínio da leitura, nem a altura era um critério restritivo.¹⁵⁸ No Corpo de Polícia do Ceará, na segunda metade do século XIX, altura e habilidades referentes à leitura e à escrita não se configuravam como impeditivos aos voluntários que almejavam servir na corporação.¹⁵⁹ No

¹⁵⁶ SHPAYER-MAKOV, Haia. Le profil socio-économique de la Police Métropolitaine de Londres à la fin du XIX^e siècle. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Paris, n. 39-4, p. 662-678, out./dez. 1992. p. 668.

¹⁵⁷ HOUTE, Arnaud-Dominique. La peur du gendarme: mutations d'une sensibilité dans les campagnes françaises du XIX^e siècle. *Histoire, Économie & Société*, Paris, n. 2, p. 123-133, 2008. p. 125-126.

¹⁵⁸ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

¹⁵⁹ Regulamento do Corpo de Polícia do Ceará, 1873.

início da República, no Estado de São Paulo, estabeleceram-se critérios normativos para a entrada na Força Pública paulista, como idade (mais de dezoito anos e menos de quarenta), moralidade comprovada e robustez.¹⁶⁰ Durante a Primeira República, na Força Pública do Ceará, apenas a falta de robustez física poderia levar a reprovação do candidato. A corporação era constituída de um verdadeiro mosaico de tipos humanos, deitando os olhos sobre as fés de ofício de alguns policiais, observa-se uma variedade de características. Esta documentação em que se registrava toda a vida institucional do policial possibilita que se tenha uma ligeira ideia dos homens que serviam na Polícia Militar cearense.

O 3.º sargento Francisco Luiz Marinho, natural do Ceará, analfabeto, sem ofício, ingressou, no ano de 1894, na corporação com a idade de vinte e dois anos. O sargento Luiz Marinho possuía os seguintes sinais característicos: cor preta, cabelos pretos carapinhos, olhos castanhos e altura de um metro e cinquenta e nove centímetros.¹⁶¹ Em 1927, Cosme Alves Correia, aos dezoito anos, entrou na Polícia Militar através do alistamento voluntário e, depois da inspeção de saúde, assumiu o número 451. Na sua fé de ofício, consta que era natural do Ceará, solteiro, sem ofício e analfabeto. Tinha os seguintes sinais característicos: cor morena clara, rosto comprido, nariz chato, olhos azuis, altura de um metro e setenta e cinco centímetros.¹⁶² No ano de 1923, João Clemente foi incluído no estado efetivo da 3.ª Cia. Isolada para servir por dois anos. Consta na fé de ofício do soldado Clemente que era analfabeto e tinha o ofício de pedreiro. O responsável pela escrituração registrou que o soldado João Clemente tinha a cor morena escura, cabelos pretos cacheados, boca pequena, barba regular, altura de um metro e setenta e nove centímetros. Germano Bento da Penha assentou praça em 1908, com trinta e seis anos de idade. O soldado Bento da Penha era natural do Maranhão, sem ofício e sabia ler e escrever. Com um metro e sessenta e seis centímetros de altura, cor parda, cabelos pretos e olhos castanhos.¹⁶³

Nos exemplos acima, verifica-se que a Força Pública estava aberta para os homens que não tinham uma especialização profissional. Recorrentemente, encontram-se, na fé de ofício dos

¹⁶⁰ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**: força pública do estado de São Paulo – fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Alfa-omega, 1974. p. 171.

¹⁶¹ Fé de Ofício do 3.º Sargento Francisco Luiz Marinho, 1930. APEIC.

¹⁶² Fé de Ofício do Soldado Cosme Alves Correia, 1928. APEIC.

¹⁶³ Fé de Ofício do Soldado Germano Bento da Penha, 1913. APEIC.

policiais, informações de que eles não tinham profissão, o que poderia tornar o ingresso na Polícia Militar uma oportunidade para seguir uma carreira. Diferentemente de outras instituições policiais do mundo, a idade e a altura não se configuravam como requisitos restritivos para o ingresso na Força. O analfabetismo, que grassava nas fileiras da Polícia Militar cearense, não impedia a entrada do voluntário, mas poderia constituir um elemento excludente dentro da corporação, pois os alfabetizados poderiam ocupar cargos mais elevados, que exigissem o domínio da leitura e da escrita, como no setor de escrituração dos quartéis, na secretaria da Força e nas repartições públicas do Estado, as quais, frequentemente, requisitavam policiais para os trabalhos burocrático-administrativos, fazendo com que alguns policiais não enfrentassem os perigos rotineiros do trabalho da polícia. O saber ler e escrever poderia facilitar a ascensão hierárquica; no entanto, conforme será visto adiante, para os analfabetos que ingressavam e persistiam na faina policial as oportunidades de elevação na corporação não faltavam, e muitos chegavam a possuir patentes de oficiais da Força Pública.

Até o presente momento, analisou-se a entrada formal dos voluntários na Polícia Militar, ou seja, a forma prescrita nos regulamentos para a admissão que todo voluntário deveria passar, mas, na análise atenta da documentação, verificou-se que nem sempre se respeitavam os protocolos apresentados nos parágrafos acima. O ingresso dos candidatos na Força Pública, em muitos momentos, aconteceu através de improvisos e arranjos políticos.

Às vezes, os voluntários não experimentavam o ritual de passagem, pois, à medida que ocorria o recrutamento, eram encaminhados para os destacamentos no interior. O Secretário de Justiça e Segurança Pública orientava ao comandante da Força Pública, em 1914, que enviasse para a cidade de Ipu um oficial, juntamente com um sargento, com a missão de agenciar cinquenta voluntários. Solicitava que, à proporção que fosse agenciando, deveria distribuí-los “[...] em destacamentos, pelos municípios de Santa Quitéria, Ipueiras, Entre Rios e Santa Cruz [...]”.¹⁶⁴ Muitos policiais, como os recrutados nas cidades citadas, iniciavam o trabalho sem fardamento, sem armamento e sem frequentar o ensino de recrutas. Esta forma apressada e improvisada de recrutar e distribuir os policiais pelo interior foi bastante comum.

¹⁶⁴ Minuta de Ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública ao Comando Geral da FPC, 28/04/1914. APEC, Lv. 131.

Uma forma de ingressar, bastante comum, nos quadros da polícia era através de indicações feitas por políticos. Em 1914, após a “Sedição de Juazeiro”, os chefes políticos da cidade de Juazeiro, Padre Cícero e Floro Bartolomeu, telegrafaram para o interventor federal Setembrino de Carvalho informando que:

Ex.^{mo} Sr. Cel. Setembrino de Carvalho. Cumprimentamos cordialmente V. Ex.^a Ainda não conhecemos a nota de candidatos apresentados pelo nosso amigo coronel Pedro Silvino para alguns cargos [na Força Pública do Ceará]. De fato, temos candidatos que devem ser aproveitados de preferência, atendendo aos reais serviços prestados em prol liberdade Ceará. E, estranhando não termos sido ouvidos sobre este assunto pelos amigos daí, a eles já tínhamos telegrafado ponderando a existência de candidatos sem, porém, termos tido resposta. Desde que V. Ex.^a tem a gentileza de, ignorando esse precedente, ouvir-nos, agradecidos declaramos ter alguns candidatos, pessoas de confiança. Aguardamos volta nosso amigo Pedro Silvino para vermos se a lista que apresentou tem alguns dos que desejamos colocar. Queira aceitar nossos protestos de estima e consideração e dispor dos amigos. Padre Cícero Romão Batista. Dr. Floro Bartolomeu.¹⁶⁵

No telegrama acima, padre Cícero e Floro Bartolomeu pediam respostas relativas às promessas do governo estadual de permitir o ingresso de “pessoas de confiança” na Força Pública do Ceará. Rodolfo Teófilo, especificamente, sobre os homens vindos do Cariri para sentar praça na Força, afirmava que se tratava de um “bando de malfeitores”¹⁶⁶, referindo-se aos cangaceiros que haviam lutado ao lado dos chefes sertanejos do extremo sul na “Sedição de Juazeiro”. O chefe político Pedro Silvino foi o responsável por lembrar a recompensa que o governo do Estado havia prometido, ou seja, a entrada na Polícia Militar

¹⁶⁵ Telegrama de Padre Cícero e Floro Bartolomeu para Cel. Setembrino de Carvalho, 03/04/1914. Ver: PINHEIRO, Irineu. **O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914**. 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011. p. 143.

¹⁶⁶ TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915]. p. 125.

dos homens que lutaram “em prol [da] liberdade [do] Ceará”. A entrada de bandidos profissionais que tinham lutado em conflitos políticos armados nas corporações policiais deu-se em outras partes do mundo. Por exemplo, na polícia rural do México, na segunda metade do século XIX, ingressou grande número de bandidos que lutaram na “revolução” ao lado de Porfírio Díaz. Vanderwood afirma que os bandoleiros ingressaram nos *Rurales* mais por interesses pessoais do que por convicções ideológicas.¹⁶⁷ Sem querer entrar no mérito da questão levantada pelo historiador norte-americano, no caso do Ceará, o que se percebe é que o ingresso de cangaceiros na Força Pública acontecia mais por conjunturas sociopolíticas e político-institucionais do que por motivações ideológicas. Indiscutivelmente, os chefes políticos locais, ao indicarem “pessoas de confiança”, visavam ampliar a influência sobre a corporação policial militar do Estado.

Ao longo da Primeira República, recorrentemente, os jornais denunciavam a entrada de bandidos e cangaceiros nos quadros da Força Pública, revelando que era um expediente comum. Em 1921, o “Correio do Ceará” estampava com destaque a manchete seguinte: “*Um cangaceiro que veio a Fortaleza sentar praça!...*”. O articulista dizia tratar-se de “Antonio Raimundo do Nascimento vulgo ‘Gato Bravo’, chegado de Milagres, onde [era] conhecido como capanga” de um dos mais afamados potentados do extremo sul do Ceará, o chefe político José Ignácio. O jornalista acrescentava que “Gato Bravo vestiu farda da polícia e [seguiu] para Milagres, a fim de ali se incorporar ao destacamento local”.¹⁶⁸ Nos casos citados acima, observa-se que a indicação política poderia ser uma eficiente maneira de entrar na Força Pública. O ingresso de bandidos e cangaceiros na Força devia-se, em grande medida, às relações de interesses estabelecidas entre os chefes políticos locais e o governo Estadual.

Na pesquisa documental e historiográfica¹⁶⁹, nota-se que os comandantes da Força Pública do Ceará e de outras polícias militares estaduais, em muitos momentos, não impediram a entrada de bandidos e cangaceiros; pelo contrário, incentivavam, pois percebiam a habilidade que estes possuíam no manejo com as armas e no conhecimento que

¹⁶⁷ VANDERWOOD, Paul J. **Los rurales mexicanos**. Traducción de Roberto Gómez. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económico, 1982. p. 52.

¹⁶⁸ Correio do Ceará, 11/03/1921.

¹⁶⁹ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999.

tinham do território cearense. Estes dois aspectos se tornavam de extrema utilidade no cotidiano de uma Polícia Militar ostensiva destinada para o sertão. Em diversas situações, necessitava-se de policiais experientes, não apenas para executar as atividades rotineiras, mas, especialmente, para lidar com os conflitos armados no interior, que geralmente envolviam experientes cangaceiros recrutados por chefes políticos da oposição. Os homens advindos dos grupos de bandidos profissionais, imersos na vida bandoleira do Nordeste, tornavam-se excelente capital militar para os comandantes da Força Pública. Entre os policiais da Força, encontravam-se muitos homens oriundos do cangaço. Quando ingressavam na polícia, atuavam tanto do lado da lei como em proveito próprio.

No mais, estas formas não oficiais de acesso mostram que os regulamentos que regiam o processo de ingresso na corporação tornavam-se letra morta.

Na documentação, encontra-se, com certa frequência, o ingresso de ex-militares. Os antigos militares, ao entrar na Força Pública, já eram considerados prontos para o serviço policial. Em 1925, o cabo Francisco Paixão assentou praça voluntariamente e, após a inspeção de saúde, foi considerado pronto para trabalhar, por já ter servido no Exército Nacional.¹⁷⁰ Os militares que entravam na Força Pública originários do Exército e de outras forças armadas tinham recebido as instruções militares que eram aprendidas no ensino de recrutas. Muitos chegavam com alguma especialização, a exemplo do músico Alfredo Alves Sobral, que, oriundo do Regimento dos Fuzileiros Navais, integrava o corpo de música da banda da Força Pública do Ceará.¹⁷¹ Em 1915, Francisco Cavalcante de Macedo voluntariamente ingressou na Polícia Militar. Naquele ano, depois de inspecionado e considerado apto, entrou na Força como cabo enfermeiro. Na sua fé de ofício, registrou-se que ele já havia exercido tal cargo no Exército, onde permaneceu entre os anos de 1911 e 1914.¹⁷² Alguns ingressavam com certa experiência policial, como o 2.º sargento Germano Bento da Penha, que havia servido na Força Pública do Amazonas.¹⁷³ Provavelmente, uma vantagem percebida no ingresso na Força Pública

¹⁷⁰ Fé de Ofício do Cabo Francisco Paixão, 1927. APEIC.

¹⁷¹ Minuta de Ofício do Comando-Geral da FPC ao Capitão dos Portos, 12/02/1930, APEC, Lv. 85.

¹⁷² Fé de Ofício do 1.º Tenente Francisco Cavalcante de Macedo, 1930. APEIC.

¹⁷³ Ofício do Comando Geral da FPC ao Presidente do Estado, 07/03/1913. APEIC.

do Ceará de militares experimentados era o conhecimento da rotina militar.

Parte significativa dos membros do oficialato da Força Pública do Ceará geralmente adivinha do Exército Nacional. Evidentemente que muitos policiais que possuíam galões de oficiais eram originários dos próprios quadros da Força Pública. Ao contrário de outras corporações militares, a Força, na Primeira República, não franqueava, através de seleção, o acesso de civis aos postos da oficialidade. Isto não permite afirmar peremptoriamente que não houvesse civis que adentrassem diretamente na instituição policial com a patente de oficial. No mais, muitos dos inferiores (sargentos) do Exército brasileiro eram nomeados ou comissionados nos postos de oficiais subalternos (tenentes) e intermediários (capitães) na Força.¹⁷⁴ Existiam casos como o do sargento do 16.º Grupo de Artilharia a Cavalo do Exército, Francisco de Sá Roriz, que, em 1915, entrou na Polícia Militar cearense no quadro de oficiais superiores (coronel, tenente coronel e major) com a patente de major. O oficial Sá Roriz ocupou cargos importantes na Força, como o de fiscal.¹⁷⁵

Pode-se ventilar a possibilidade de que os comandantes da Força Pública, pela falta de uma Escola de Oficiais, enxergassem, na entrada dos inferiores egressos do Exército Nacional, a oportunidade de formar um corpo de oficiais experientes para atuar na polícia. Na pesquisa documental, constatou-se que, nas leis, nos decretos e nos regulamentos da Polícia Militar cearense, inexistiam critérios específicos e claros para o ingresso nos postos de oficiais subalternos e intermediários, respectivamente tenentes e capitães.

Os postos da alta oficialidade (coronel, tenente coronel e major) eram ocupados por homens de confiança do presidente do Estado. Desde o início do período republicano, as leis e os decretos autorizavam o presidente do Estado a escolher, de preferência, entre os oficiais do Exército, o oficial para comandar a Força Pública. Na década de 1910, o presidente também passou a ser responsável pela indicação do tenente-coronel e dos majores da Polícia Militar. As relações políticas e familiares, em muitos momentos, balizaram o ingresso no oficialato da Força Pública. Por exemplo, entre 1905 e 1912, o

¹⁷⁴ Minuta de Ofício do Comando-Geral da FPC ao Presidente do Ceará, 01/03/1912, APEC, Lv. 31.

¹⁷⁵ Minuta de Ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública ao Comando Geral da FPC, 30/03/1915, APEC, Lv. 134.

comandante da Força era o genro do presidente Nogueira Acioli, o tenente do Exército Raimundo Borges. Em 1914, o tenente do Exército Nacional, Ernesto Ramos Medeiros, afilhado de Acioli¹⁷⁶, foi nomeado tenente-coronel da Polícia Militar cearense.¹⁷⁷ À medida que a distribuição das patentes dos oficiais superiores constituía uma prerrogativa do presidente, os altos postos da Força Pública transformavam-se, claramente, em cargos de confiança, servindo para estreitar os vínculos entre os oficiais de alto coturno e o governo do Estado.

Diante do que foi exposto, percebe-se que, ao contrário de outras forças policiais do mundo, que, já no século XIX, possuíam mecanismos mais rígidos de seleção dos candidatos na forma de testes intelectuais e avaliação do porte físico¹⁷⁸, o ingresso na Força Pública do Ceará tinha como único impeditivo a falta de robustez física. Enxergou-se também que era uma decisão que partia unicamente do interessado, o que permite afirmar que o voluntarismo caracterizou a filosofia policial da Força Pública, impedindo o recrutamento forçado com fins punitivos. Deve-se ainda salientar que, no decorrer da Primeira República, os imprecisos dispositivos regulamentares existentes para balizar a entrada na Força davam espaço para arranjos não instituídos na legislação da corporação, como, por exemplo, as indicações políticas e familiares. Este dispositivo possibilitava não apenas compor um contingente de homens fiéis ao governo, mas também abria margem para influências políticas externas na corporação. Muitos cangaceiros eram incluídos nos quadros da Força Pública com propósitos imediatos para agradar potentados rurais; entretanto outros tinham o ingresso garantido pelo conhecimento que possuíam das tramas políticas do sertão.

2.2 Atos de indisciplina e punições

A entrada e a permanência na Força Pública do Ceará para vários policiais não foram fáceis nem muito menos tranquilas. Os comandantes enfrentavam muitas dificuldades e resistências para transformar os voluntários em “verdadeiros” soldados de polícia. Tornava-se complicado fazer com que muitos dos recrutados,

¹⁷⁶ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 113.

¹⁷⁷ Minutas de Ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública ao Comandante-Geral da FPC, 29/09/1914, APEC, Lv. 131.

¹⁷⁸ HOUTÉ, Arnaud-Dominique. **Le métier de gendarme au XIX^e siècle**. Rennes: PUR, 2010.

acostumados com uma vida incompatível com a faina militar, aceitassem as regras militares, pois teriam que ter obediência cega aos superiores, disciplina rígida e respeito hierárquico, ou seja, quesitos que muitos nunca tinham experimentado em suas vidas. Um dos principais problemas enfrentados na Polícia Militar estava relacionado com os atos de indisciplina dos policiais.¹⁷⁹ Para os comandantes da Força, os hábitos e os costumes avessos à disciplina militar, como bebidas e festas, tornavam-se pesados obstáculos à boa ordem institucional. Abaixo segue um quadro representativo dos principais motivos que ocasionavam a exclusão dos policiais.

Quadro 1 – Motivos de Exclusão de Praças da Força Pública do Ceará (1912-1913)

Motivos da Exclusão	Números de Policiais Excluídos
Alcoolismo Crônico	24
Má Conduta	36
Incapacidade Física	55
Ordem superior	01
Falecimento	04
Deserção	57
Assassinatos	03
Entregues ao Foro Civil	05
Excluídos c/ baixa na 4. ^a Cia	14

Fonte: Relatório do Comandante-Geral (29/08/1912 – 31/05/1913).

Embora não sendo, em números, os principais motivos para exclusão das praças, o alcoolismo e a má conduta ganharam as duas primeiras colocações no quadro elaborado pelo comandante geral Alípio Barros, como mostra a tabela acima. Nos ofícios, reiteradamente, os comandantes reclamavam do consumo de álcool pelos policiais. O vício do álcool acometia não apenas praças e inferiores, mas, também, a muitos oficiais de alta patente. Nos anos de 1920, intensificou-se a

¹⁷⁹ Em seu estudo sobre o Corpo Permanente paulista, André Rosemberg também destaca que havia resistência por parte dos policiais às regras disciplinares da corporação. Ver: ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. p. 236.

preocupação em combater o alcoolismo entre os policiais. O consumo de álcool em outras corporações policiais do mundo era uma realidade preocupante para os comandantes e dirigentes. Segundo o historiador francês Houte, um dos maiores motivos de punição na *gendarmérie* era o alcoolismo, não, por acaso, intensificam-se políticas de combate ao consumo de álcool entre os *gendarmes*, durante a República (1880-1914).¹⁸⁰ No Ceará, por exemplo, em 1929, na cidade de Fortaleza, foi organizada pelo Secretário de Polícia, Dr. Mozart Catunda Gondim, uma “Semana Antialcoólica”, quando foram realizadas palestras em determinados espaços da cidade, como no quartel da Força Pública.¹⁸¹

A leitura da fé de ofício dos policiais revela os muitos dias em que estes ficavam presos, principalmente por má conduta, tal como eram definidos aos olhos dos comandantes os atos de infração das disciplinas impostas pela corporação. Vários membros da Força Pública não colocavam em prática os valores e as regras da instituição. A vida de muitos policiais na corporação constituía-se em verdadeiro rosário de indisciplinas e transgressões.

Como foi visto, grande parte dos voluntários provinha do interior do Ceará e não possuía nenhuma experiência militar ou mesmo contato com a corporação policial antes de alistar-se na Força Pública do Ceará. Na fé de ofício da maior parte dos policiais e nos livros de assentamentos a que se teve acesso, registrava-se “sem ofício” quando se referiam às ocupações anteriores. A maioria nunca havia entrado em contato com a disciplina e a rotina de trabalho. Estes e outros fatores poderiam tornar a adaptação às rotinas militares um processo demorado e, às vezes, impossível. Na Força Pública, o analfabetismo de boa parte dos recrutas e de oficiais impossibilitava o acesso aos regulamentos policiais e às leis homologadas. Os comandantes tinham dificuldade para que seus homens assimilassem e pusessem em prática a disciplina, as regras e os valores da Força Pública.

Esforço maior era fazer com que os membros da Força vivessem e pensassem como policiais militares. Em 1902, o policial Apolônio João de Deus ficou preso por quinze dias por se encontrar dormindo no serviço. No ano seguinte, foi novamente preso por quinze

¹⁸⁰ HAUTE, Arnaud-Dominique. **Le métier de gendarme au XIX^e siècle**. Rennes: PUR, 2010. p. 178.

¹⁸¹ FONTES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. p. 61.

dias, sendo quatro na penitenciária e onze no xadrez do quartel, por ter dormido durante a patrulha na Praça do Ferreira. No ano de 1907, permaneceu preso por dez dias por andar nas ruas de Fortaleza sem a devida licença, depois do toque de recolher ao Quartel.¹⁸² Existia a resistência de parte dos egressos do ensino de recrutas de pôr em prática os códigos e comportamentos da instituição. A praça Francisco Pedro de Freitas permaneceu recolhido oito dias no xadrez, em 1904, por não ter prestado as devidas continências ao tenente-coronel fiscal. No mesmo ano, Freitas, durante a formação realizada diariamente na caserna, apresentou-se sem uniforme, o que lhe custou oito dias de encarceramento.¹⁸³ A falta de zelo com o uniforme era corriqueiro entre os policiais, o soldado João Francisco Ignácio, em 1921, foi repreendido por ter formado com as botinas sujas.¹⁸⁴

Esta era uma realidade que se apresentava em outras corporações militares. A organização de escolas foi uma tentativa para fazer com que os militares assimilassem e aprendessem os valores e regras institucionais. No final do século XIX, no Exército, procurou-se instituir escolas dentro dos quartéis como uma forma de incentivar não apenas a alfabetização, mas também a disciplina dos militares. Na Força Pública do Ceará, possivelmente, o tempo em que o voluntário permanecia no ensino de recruta não era o bastante para aprender as regras comportamentais exigidas pela instituição. O policial Francisco Pedro de Freitas, em 1904, teve que retornar para o ensino de recruta porque não aprendera a fazer as devidas continências para os superiores.¹⁸⁵

Alguns policiais, conforme visto na seção anterior, não chegavam a frequentar, de imediato, o ensino de recruta, como Apolônio João de Deus, que ingressou em 1902 na Força e, apenas no ano de 1915, passou a “[...] frequentar as aulas de instrução para os recrutas até habilitar-se”.

É muito provável que o ensino oferecido para os recrutas não tivesse como meta maior adestrar corpos e mentes, mas habilitar os neófitos no manejo das armas. Não apenas na Força Pública, mas em outras instituições militares, como o Exército, as escolas tiveram pouco efeito na formação disciplinar dos homens que ingressavam.¹⁸⁷

¹⁸² Fé de Ofício do Cabo Apolônio João de Deus, 1930. APEIC.

¹⁸³ Fé de Ofício do Soldado Francisco Pedro de Freitas, 1928. APEIC.

¹⁸⁴ Fé de Ofício do Soldado João Francisco Ignácio, 1929. APEIC.

¹⁸⁵ Fé de Ofício do Soldado Francisco Pedro de Freitas, 1928. APEIC.

¹⁸⁶ Fé de Ofício do Cabo Apolônio João de Deus, 1930, APEIC.

¹⁸⁷ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

A falta de condição material que grassava na Força Pública do Ceará tornava-se um problema, pois dificultava, por exemplo, os investimentos na formação dos policiais. Inexistiam casernas que pudessem servir de centros pedagógicos. Durante boa parte da Primeira República, pouco se encontram vestígios sobre medidas voltadas para a construção de espaços adequados para o treinamento militar dos policiais. Os quartéis do interior eram localizados em antigas casas alugadas sem as mínimas condições para os comandantes realizarem a formação das tropas e os exercícios militares regulares. Na capital onde se localizava o comando geral da Força, muitas vezes algumas companhias dos batalhões, por falta de acomodações adequadas no quartel-general, ficavam alojadas em prédios alugados. Em 1922, o comandante major Lanes Bernardes Júnior informava que uma das companhias da Força Pública achava-se instalada no prédio da Fênix Caixeiral.¹⁸⁸ No quartel da Força, não existiam espaços adequados de treinamento regular para transformar o policial em agente especializado nas técnicas e nos saberes do policiamento militar. Tentou-se modificar esta situação em meados da década de 1920, quando timidamente construiu-se um novo quartel geral na cidade de Fortaleza; entretanto, as reclamações relativas à falta de espaços para o adestramento disciplinar e militar dos policiais continuaram tanto na capital como nas cidades do interior. A Força cearense não estava sozinha neste cenário, pois, como afirmou Bretas, as forças policiais, no início do século XX, “[...] em quase toda parte do mundo, tinham pouco ou nenhum treinamento formal”.¹⁸⁹

Na Força Pública, como uma corporação militar, buscava-se impor uma rígida disciplina através da organização hierárquica, da supervisão do trabalho, da rigidez dos horários, das punições, dentre outros expedientes normalizadores. Intencionalmente, os comandantes pretendiam formar novos hábitos e impor uma disciplina de trabalho¹⁹⁰ militar. Entretanto, alguns não se dobravam diante das imposições da corporação. Não por acaso o comandante-geral, em 1921, mandava que fosse recolhido ao xadrez da Força, antes de ser excluído, o cabo de

¹⁸⁸ Informação do Comando-Geral da FPC ao Presidente do Ceará, 29/06/1922, APEC, Lv. 51.

¹⁸⁹ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b. p. 144.

¹⁹⁰ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

esquadra Manuel Joaquim Gomes, acusado de se insubordinar diante das ordens do 3.º sargento Garcia Alves Maia. O comandante destacava que a carreira militar do cabo Gomes era “[...] um verdadeiro acervo de vergonha para a Força Pública”.¹⁹¹

O cabo Gomes e outros policiais não eram afeitos à rotina e à ordem militar. Muitos, de forma forçada, conviviam permanentemente com a disciplina, pois não possuíam famílias na cidade onde estavam destacados, restando-lhes permanecer dentro do quartel. Na caserna, para os que lá moravam, existia o toque de recolher, que se configurava num dos principais motivos para as indisciplinas. O policial João de Moura Brasil, em 1910, ficou preso por vinte e cinco dias e foi rebaixado do posto que ocupava por ter faltado à revista do recolher, apresentando-se apenas onze horas da noite; como punição, ficou impedido de ausentar-se do quartel.¹⁹² No ano de 1924, o cabo de esquadra João Clemente permaneceu encarcerado dez dias no xadrez do quartel por ter deixado a caserna sem permissão e se direcionado para um “[...] chinfrim de mulheres da vida”.¹⁹³

As mulheres e o álcool eram partes integrantes do cotidiano dos policiais da Força Pública do Ceará. As desordens provocadas pela ingestão demasiada de bebidas alcoólicas não estava restrita aos membros que compunham os graus mais rastos da hierarquia da Força Pública. Em 1914, o tenente Luiz Farias de Oliveira encontrava-se no Café Benfica, em Fortaleza, “[...] bastante embriagado, promovendo escândalo”. Tomando conhecimento do fato, o comandante-geral, coronel Pedro de Alencar, mandou, imediatamente, o tenente Conrado Alves de Lima trazer o colega de farda Luiz Farias para o quartel. Entretanto, o tenente Lima encontrou o indisciplinado oficial Farias de Oliveira na manhã do dia seguinte nos braços de uma meretriz em um bordel localizado na Praça dos Voluntários, perto da praia. Como se tratava de reincidente na mesma transgressão, o coronel Alencar encaminhou o caso do tenente Luiz para a competência do presidente do Estado, à época, o interventor federal coronel Setembrino de Carvalho.¹⁹⁴

Os policiais da Força Pública do Ceará costumeiramente enredavam-se nas sedas e nos cantos das meretrizes, perdendo a

¹⁹¹ Minuta de Ofício do Comando Geral da FPC ao Chefe de Polícia, 12/02/1921, APEC, Lv. 47.

¹⁹² Fé de Ofício do Major João de Moura Brasil, 1928. APEIC.

¹⁹³ Fé de Ofício do Cabo João Clemente, 1927, APEIC.

¹⁹⁴ Minuta de Ofício do Comando Geral da FPC ao Presidente do Ceará, 15/06/1914, APEIC.

compostura que se supunha ser própria dos homens da ordem. Em 1924, foram abertas sindicâncias para apurar o envolvimento do 2.º tenente Raimundo Ferreira Lima no conflito ocorrido nas dependências da pensão¹⁹⁵ da madame Dondon, que nada mais era do que uma casa de “mulheres da vida”. O tenente Ferreira Lima era cliente da meretriz Maria da Assunção, mais conhecida pelo apelido de “Nenen”. Na noite do dia dezenove de junho, enquanto o oficial esperava “Nenen” arrumar-se, aparecera o sírio Carlos Kayat dizendo que iria levá-la para uma festa. Devido já ter acertado um encontro com “Nenen”, o tenente Raimundo Ferreira Lima a proibiu de sair com o sírio. Entretanto, na ausência do tenente, a meretriz acabou acompanhando Kayat na dita festa e, quando retornou, o oficial da Força estava à espera dos dois na pensão. O tenente, sentindo-se traído, ameaçava matar tanto a meretriz como o sírio. A alteração deu-se dentro de um dos quartos da pensão da madame Dondon, “[...] havendo nesta ocasião exibição de parte a parte de armas” de fogo. Diante da “gritaria” e das ameaças mútuas de morte, os frequentadores do estabelecimento chamaram um guarda cívico, que conseguiu conter os ânimos dos envolvidos na discussão e encaminhá-los para o posto policial.¹⁹⁶ No relatório final da sindicância, não consta que o tenente Ferreira Lima tenha sofrido qualquer tipo de punição.

Como salientou Bretas, analisando as forças policiais do Rio de Janeiro, “[...] o convívio da polícia com a prostituição era tão íntimo – em muitos sentidos – e constante que não podia ser meramente repressivo”.¹⁹⁷ Os policiais faziam parte do público masculino que circulava pelas zonas de meretrícios das cidades, obviamente que muitos homens da Força Pública do Ceará recorriam aos serviços prestados pelas mulheres que trabalhavam nas “casas de recursos”. Os exemplos citados acima revelam que, às vezes, os policiais excediam-se e acabavam cometendo atos de desordem, como o do tenente Raimundo Ferreira Lima. Deve-se ressaltar que o contato dos policiais com as bebidas alcoólicas e com as mulheres tornava-se mais fácil devido aos quartéis da Força, tanto no interior como na capital, ficarem nas proximidades do centro das cidades. Os policiais não viviam isolados, mas conviviam com os civis, devido à localização e à disposição física

¹⁹⁵ Os cabarés também eram chamados de pensão e “casa de recursos”.

¹⁹⁶ Sindicância contra o 2º Tenente Raimundo Ferreira Lima, 1926, APEIC.

¹⁹⁷ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b. p. 199.

dos quartéis. A proximidade com as casas de jogos, bares, cafés e cabarés fazia com que os policiais enveredassem nos caminhos dos notívagos; nem os policiais residentes nos quartéis resistiam aos chamamentos da vida noturna.

Imagem 7 – Fachada do Quartel Geral da Força Pública na Praça Marques de Herval (1892-1923)



Fonte: MIS (2014)

Em busca de maior liberdade, alguns policiais dividiam aluguéis de casa, transformando-as em verdadeiras repúblicas. O major Alfredo Nunes Weyne escreveu, em suas memórias, que, quando foi promovido ao posto de tenente, alugou uma casa juntamente com dois ou três oficiais onde pudessem “viver em maior liberdade e independência”. A casa situava-se na Rua 24 de Maio, em Fortaleza, nas proximidades do Quartel Geral, o qual se localizava, à época, na Praça Marques de Herval.¹⁹⁸ O major lembra-se de que “[...] na república reinava grande animação”, pois os outros oficiais “[...] tocavam flauta, violão e outros instrumentos, destacando-se dentre eles o tenente César de Castro e Silva por ser exímio flautista”. Em noite de luar, os oficiais

¹⁹⁸ Hoje é denominada de Praça José de Alencar.

deixavam a república para fazer serenatas na Praia do Mucuripe e, enquanto os “companheiros acompanhavam a melodia em seus instrumentos”, o major Weyne, recorda-se, ficava “[...] responsável pela parte do canto”.¹⁹⁹ Na casa-república, diferentemente da caserna, o oficial Weyne e seus camaradas de farda podiam esquivar-se dos olhares inquisitoriais dos comandantes e das temidas punições impostas pelos regulamentos da Força Pública.

As punições violentas marcaram negativamente a imagem do Exército e da Marinha, que, durante boa parte do século XIX, lançaram mão de uma “[...] vasta gama de torturas, incluindo golpes com varas, com a pranchada da espada ou com palmatórias”.²⁰⁰ Conforme anteriormente mencionado, depois das reformas da década de 1870, os castigos corporais foram extintos apenas no Exército, pois, mesmo com a proibição, os castigos físicos continuaram sendo aplicados corriqueiramente na Marinha brasileira. O rol de penas disciplinares da Força Pública acompanhou as medidas regulamentares instituídas pelo Exército Nacional. Na polícia militar cearense, as punições físicas eram consideradas ilegais.

Algumas punições aplicadas aos policiais indisciplinados, exclusivamente na década de 1910, revelam que a Força Pública do Ceará, também, pautou-se por rígidas penalidades. As punições não chegaram a punir fisicamente os policiais, até porque era ilegal; mas os corpos dos soldados da Força que cometiam atos de indisciplina sofriam, por exemplo, com a deficiente alimentação que recebiam quando ficavam presos. Em 1912, o comandante da Força informava ao comando do 56.º Batalhão de Caçadores do Exército que as praças Antonio Justino Alves e Júlio Porciano da Silva tinham sido recolhidas ao xadrez do quartel por dez dias com direito à ração diária composta de pão e água²⁰¹, os motivos, provavelmente, tenham sido o envolvimento dos policiais em conflitos com homens do Exército.

Na Primeira República, as rixas e rivalidades entre policiais da Força Pública e soldados do Exército tinham se tornado comuns no Estado do Ceará. Analisando os conflitos entre a Polícia

¹⁹⁹ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 22-23.

²⁰⁰ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009. p. 276.

²⁰¹ Minuta de Ofício do Comando-Geral da FPC ao Comando do 56.º Batalhão de Caçadores, 03/07/1912, APEC, Lv. 32.

Militar do Rio de Janeiro e os membros do Exército, o historiador Marcos Bretas afirmou que a:

[...] indefinição dos papéis que cabiam a estas instituições na sociedade brasileira, agravada pela relevância e a frequência da atividade política dos militares no nascimento da República, impunha que seus passos fossem controlados pela polícia, ao mesmo tempo em que fazia com que os militares tentassem garantir a justiça fiscalizando o trabalho policial.²⁰²

Mas os conflitos não aconteciam apenas com os homens do Exército, os policiais da Força indispunham-se com membros de outras corporações militares. Em alguns momentos, os marinheiros ou aprendizes entravam em confronto com os policiais da Força Pública do Ceará. Em 1913, o comandante-geral da Força Pública enviava um ofício para o comando da Escola de Aprendizes Marinheiros informando que:

Chegando ao meu conhecimento que duas praças deste Batalhão, quando de patrulha, embriagaram-se e maltrataram dois menores da Escola sob o vosso digno Comando, cientifico-vos que as mesmas foram recolhidas a célula por 25 dias a pão e água, devendo serem excluídas, por má conduta, logo que concluíam o castigo hoje imposto.²⁰³

A punição para os policiais que concorriam em indisciplinas, além da reclusão no xadrez e da ração a pão e água, podia ser agravada com a expulsão. Na pesquisa, os poucos casos encontrados de punições a pão e água concentraram-se nos primeiros anos da década de 1910. Mudança significativa ocorreu na década de 1920, quando foi aprovado o Regulamento Interno da Força Pública do Ceará, aproximando-o de forma estreita dos aspectos punitivos instaurados pelo Exército, o que não é de se estranhar, pois, no ano de 1918, a Polícia

²⁰² BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a. p. 54.

²⁰³ Minuta de Ofício do Comando-Geral da FPC ao Comando da Escola de Aprendizes de Marinheiros, 15/09/1913, APEC, Lv. 35.

Militar cearense tornou-se força auxiliar do Exército Nacional. No Regulamento Interno da Força, elencou-se uma série de faltas consideradas atos de indisciplina para os membros da corporação. Evidentemente que muitas ações consideradas infrações pela corporação já eram postas nas leis e regimentos que antecederam a elaboração do supracitado Regulamento; contudo existem preocupações características dos anos de 1920, especialmente com os atos de subversão política, que começavam a se intensificar dentro das casernas das forças armadas brasileiras.

No geral, o regulamento interno estabelecia como transgressões disciplinares: estar embriagado, provocar desordens, usar uniforme desapurado, faltar à contagem ou à leitura do boletim diário, não reconhecer ou saudar um superior, fumar na presença dos superiores, manifestar-se através da imprensa – entre outras ações consideradas como infrações pela cúpula da Força Pública do Ceará. As novidades estavam no impedimento da introdução de materiais explosivos nos quartéis e na proibição de tomar parte em manifestações políticas.²⁰⁴ Nestas duas últimas transgressões, nota-se o receio dos comandantes com possíveis envolvimento dos policiais com os considerados “subversivos”. No período, grande era o temor das autoridades públicas da participação das forças armadas nos movimentos políticos que se espalhavam pelo país.

Em específico, no que diz respeito à condução de explosivos para o interior dos quartéis da polícia, os comandantes da Força Pública do Ceará tinham motivos de sobra para preocupações, pois, um ano antes da instituição do Regulamento Interno, ocorreu uma explosão nas dependências do quartel geral da Força, localizado na cidade de Fortaleza. A explosão aconteceu no xadrez do quartel da corporação causando grande estrago na edificação. O comandante coronel Gustavo Bentmüller formou uma comissão de oficiais do Exército para proceder a rigoroso inquérito militar para investigar e encontrar os responsáveis. Em 1921, em nota, o jornal “Correio do Ceará” informava que:

Sob a direção do capitão Antônio Ribeiro Gomes, prossegue o rigoroso inquérito sobre a explosão no edifício daquele regimento, sendo nomeado como peritos os Srs. capitão Virgílio Augusto

²⁰⁴ Regulamento Interno da FPC, 1922, pp. 38-40.

Borba e tenente Atahualpa de Alencar, cujo laudo é provável seja apresentado ainda hoje, dado o empenho e esforço com que têm agido os referidos peritos.²⁰⁵

Nas ruas da capital, espalharam-se boatos de que o atentado teria partido de um grupo de oficiais descontentes com as posturas do coronel Bentmüller. Não tive acesso ao inquérito, entretanto não se pode descartar a possibilidade da infiltração das temidas ideias “subversivas” dentro da corporação policial cearense, afinal, desde os últimos anos da década de 1910, ocorriam intensas greves e manifestações de caráter anarquista e comunista pelas artérias da capital do Estado. Como aponta Roio, em diversas cidades brasileiras, neste mesmo período, assistiu-se à formação de grupos de comunistas que discutiam os caminhos do movimento operário.²⁰⁶ Estas ideias circulavam não apenas no meio dos trabalhadores, mas também começavam a adentrar, de forma mais intensa, nas casernas. O Regulamento da Força Pública foi instituído em momento delicado, pois, no início de julho de 1922, eclodiu o levante militar do Forte de Copacabana²⁰⁷, e, no final daquele ano, o presidente da República, Artur Bernardes, decretou um estado de sítio que durou todo o quadriênio. De toda forma, não se pode negar que os dispositivos disciplinares do Regulamento Interno e os acontecimentos do início da década de 1920 demonstram que possíveis transgressões políticas dos policiais eram uma realidade que começava a preocupar a alta oficialidade da Força Pública.

As punições previstas pelo Regulamento Interno eram codificadas de acordo com as patentes. Por atos de indisciplinas, os oficiais podiam ser punidos com repreensão, detenção e prisão de até trinta dias. Os sargentos, cabos e ansepeçadas, dependendo do tipo das transgressões disciplinares, estavam sujeitos à admoestação, detenção ou prisão de até trinta dias, rebaixamento de patente e baixa do serviço militar por incapacidade moral. Para o posto mais raso, no caso o de

²⁰⁵ Correio do Ceará, 26/01/1921, p. 12.

²⁰⁶ ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das tradições 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 223-248.

²⁰⁷ Trata-se de uma manifestação política liderada por oficiais subalternos e intermediários do Exército para impedir a posse do Presidente Artur Bernardes no ano de 1922. Para mais detalhes, ver: PRESTES, Anita Leocadia. **Uma epopeia brasileira**: a Coluna Prestes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

soldado, o regulamento previa repreensão, detenção, no máximo, de trinta dias, prisão em comum até trinta dias, prisão em separado até trinta dias, mas com privação de fumo, de leitura e qualquer tipo de distração, e baixa do serviço militar por incapacidade moral.²⁰⁸

As penas disciplinares deveriam ser aplicadas, especialmente, pelo presidente do Estado e pelo comando geral da Força Pública. No Regulamento, os oficiais tinham prerrogativas substantivas na determinação do que constituía ofensa disciplinar. Especificamente, em caso de sargentos considerados indignos para continuar no serviço militar, formar-se-ia um Conselho de Disciplina composto por três oficiais da corporação, que poderia punir o inferior com o rebaixamento definitivo ou dar-lhe baixa do serviço por incapacidade moral.²⁰⁹ O alto comando, utilizando as prerrogativas contidas no Regulamento Interno da Força, pretendia que o policial inserido na dinâmica militar aprendesse que o respeito à hierarquia e à disciplina vinha em primeiro lugar. As penas disciplinares impostas pelos regulamentos pretendiam que todos soubessem seus lugares e os riscos a assumir caso descumprissem as regras impostas pela instituição policial militar.

A leitura da fé de ofícios dos policiais que seguiam carreira na Força e que chegavam aos postos de oficiais pode levar a acreditar que muitos internalizavam os aspectos disciplinares impostos pela instituição. Entretanto, não existia um oficialato homogêneo e ilibado, pois muitos continuavam cometendo diversos atos de indisciplina depois de se tornarem oficiais. Todavia, as punições aos oficiais eram aplicadas ao bel-prazer dos comandantes e do presidente do Estado. A imprensa constantemente denunciava casos de indisciplina cometida por membros do oficialato que não eram punidos pelos superiores. Em 1928, o tenente Otávio Bezerra, na cidade de Maranguape, espancou a rebenque o deputado estadual oposicionista Antonio Botelho. Devido às pressões de alguns setores ligados à imprensa da capital, o presidente Moreira da Rocha ordenou que o oficial Bezerra ficasse preso no quartel; todavia, notícias dos jornais afirmavam que aquele tenente andava livremente pelas ruas de Fortaleza e que as medidas punitivas na Força Pública eram “para inglês ver”.²¹⁰

Em muitos momentos, os regulamentos ordenadores e normativos eram lidos e apropriados de acordo com as circunstâncias

²⁰⁸ Regulamento Interno da FPC, 1922, p. 41.

²⁰⁹ Regulamento Interno da FPC, 1922, p. 45.

²¹⁰ Gazeta de Notícias, 11/03/1928.

políticas, tanto pelo presidente como pela alta oficialidade da Força Pública do Ceará. Na Primeira República, alguns membros da Polícia Militar foram punidos por colocar em risco as boas relações do presidente do Estado com os chefes políticos do interior. Em 1928, o sargento Soulnier foi preso disciplinarmente e o tenente Nepomuceno indiciado por terem confiscado as armas do mandão local Zequinha Magalhães no município de Miguel Calmon. Segundo os regulamentos da polícia, uma das principais obrigações dos policiais era a apreensão de armas²¹¹, ou seja, o sargento e o tenente estavam no cumprimento do dever policial. Contudo, o chefe Zequinha era um dos principais aliados do presidente estadual Moreira da Rocha.²¹²

No discurso oficial dos comandantes, ao entrar na corporação, os policiais deveriam ser, mesmo que por meio de punições, desenraizados de suas origens civis para tornarem-se membros da força policial militar. Evidente que a permanência de muitos policiais na corporação dependeu, em muitos casos, da aceitação e da incorporação das regras, das normas e dos valores da instituição policial a qual integravam. Contudo, a entrada e a permanência de outros dependeu das aproximações e das relações políticas que grassavam dentro da corporação. Não se pode negar que existiam os espíritos resistentes às disciplinas impostas pelos comandantes, que poderiam, ao cruzar com os superiores, deixar de cumprimentá-los, andar embriagados com “mulheres da vida”, atuar nas manifestações políticas ou até dinamitar o xadrez do quartel, talvez, à época, um dos principais símbolos de punição para os policiais. Todavia, as influências externas interferiam constantemente nos aspectos normativos da instituição, tornando os “rígidos” regulamentos da Força em documentos sujeitos a manipulações.

2.3 Promoções e ascensão hierárquica

É muito provável que as oportunidades de promoções despertassem o interesse do voluntário em permanecer na instituição. A polícia, como salientou Rosenberg, apresentava-se para muitos homens pobres como uma possibilidade de ascensão social. Na leitura da documentação, percebeu-se que a perspectiva de obter os galões de oficiais “partindo do degrau mais raso da hierarquia não era um sonho

²¹¹ Regulamento Policial de 1916.

²¹² O Nordeste, 03/03/1928.

impossível”²¹³, pois muitos dos homens que compunham a oficialidade da Força Pública haviam entrado na polícia como praças voluntárias. Em algumas fés de ofícios, podem-se colher exemplos que revelam os percursos que muitos policiais de baixa patente experimentaram até receber as insígnias de oficial.

O policial João Vieira da Silva ingressou na Força Pública do Ceará em 1903, como praça, com a idade de dezoito anos. Natural do Ceará, solteiro, sem ofício e analfabeto, medindo um metro e cinquenta e nove centímetros de altura, moreno com cabelos e olhos castanhos. O que consta na fé de ofício de João Vieira da Silva, vinte e cinco anos depois do seu ingresso na Força, é que possuía a patente de 1.º tenente e continuava analfabeto.²¹⁴ O analfabetismo no corpo de oficiais era um dos principais problemas enfrentados pelos comandantes-gerais. Entretanto, o caso do oficial Vieira da Silva não era a regra. Alguns oficiais entravam como praças analfabetas e, no decorrer da carreira, aprendiam a ler e escrever. Foi o caso do policial Agostinho José da Costa, que, em 1903, ingressou como praça na corporação, sendo identificado como tendo um metro e cinquenta e oito centímetros de altura, cor preta, cabelos e olhos pretos. Era natural do Ceará, apresentando-se sem ofício, solteiro e analfabeto. Em 1907, foi matriculado na Escola Regimental como aluno, onde provavelmente aprendeu a ler e escrever. Em 1911, foi exonerado da Força. Quando, em 1915, retornou como praça, o responsável pela escrituração registrou em sua fé de ofício que ele sabia ler e escrever e tinha a profissão de motorneiro. A patente de 2.º tenente adveio, em 1926, pela bravura demonstrada no combate à Coluna Prestes no Estado do Piauí.²¹⁵

Lendo nas entrelinhas dos exemplos acima, enxerga-se que o ingresso na Força poderia proporcionar aos policiais interessados não apenas a aprendizagem das primeiras letras na Escola Regimental, mas também obter, por meio das promoções, melhores ganhos salariais e outras regalias que apenas os oficiais desfrutavam dentro da corporação. A tabela exposta abaixo é um demonstrativo dos vencimentos de acordo com o quadro hierárquico da corporação policial militar do Ceará.

²¹³ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010, p. 184.

²¹⁴ Fé de Ofício do 1º Tenente João Vieira da Silva, 1928. APEIC.

²¹⁵ Fé de Ofício do 2º Tenente Agostinho José da Costa, 1930. APEIC.

Quadro 2 – Tabela de Vencimentos da Força Pública do Ceará (1918)

Patente	Vencimentos (mil-réis)
Coronel Comandante (superior)	750\$000 (gratificação)
Tenente Coronel (superior)	600\$000
Major (superior)	450\$000
Capitão (intermediário)	330\$000
1.º Tenente (subalterno)	255\$000
2.º Tenente (subalterno)	222\$000
1.º Sargento (inferior)	90\$000
2.º Sargento (inferior)	84\$000
3.º Sargento (inferior)	78\$000
Cabo (graduado)	72\$000
Anspençada (praça)	66\$000
Corneteiro (praça)	66\$000
Soldado (praça)	60\$000

Fonte: Livros de Leis do Ceará (Lei n.º 1622, de 29/10/1918).

Pode-se utilizar o quadro acima, relativo ao ano de 1918, como um instantâneo dos vencimentos dos homens da Força Pública do Ceará na Primeira República. Os estipêndios dos policiais provinham dos cofres do Estado e eram fixados todos os anos por lei. As reclamações relativas à baixa remuneração das praças, graduados e inferiores arrastaram-se ao longo do período. No início do período republicano, no Ceará, o Secretário da Justiça, Valdomiro Moreira, informava ao presidente do Estado que “[...] uma praça não pode manter-se com os exíguos vencimentos da tabela em vigor [...]”.²¹⁶ No decorrer do período pesquisado, o soldo das praças chegava mais para prover as necessidades básicas. Em suas memórias, o major Alfredo Weyne afirma que o soldo do soldado de polícia era insignificante, dando apenas para auxiliá-lo em “[...] seus gastos pessoais, bem como os de sua família”.²¹⁷ As praças e inferiores, além do soldo, recebiam uma irrisória gratificação e, quando estavam em diligências ou destacados no interior, tinham direito a uma mísera ajuda de custo.

²¹⁶ Relatório do Coronel Valdomiro Moreira, Secretário dos Negócios da Justiça do Estado do Ceará, junho de 1895, p. 175.

²¹⁷ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 94.

Observando o quadro acima, enxerga-se a diferença de vencimentos, o ordenado das praças, graduados e inferiores não passava dos dois dígitos, ao contrário das remunerações do oficialato. Os oficiais, além do soldo e das ajudas de custo, abiscoitavam generosas gratificações, principalmente quando exerciam cargos em comissões. A ascensão hierárquica nos quadros de oficiais, de acordo com Rosemberg, poderia mudar o patamar financeiro e social do policial possibilitando-lhe adquirir bens e frequentar espaços sociais quase impossíveis para a parcela da população da qual eram oriundos.²¹⁸

Os exemplos dos tenentes João Vieira da Silva e Agostinho José da Costa revela que a ascensão hierárquica estava aberta aos membros da própria Força, permitindo às praças alcançar o oficialato sem a necessidade de demonstrarem instruções mínimas, como o saber ler e escrever. De certa forma, a inexistência de exigências mínimas para ascender ao quadro da oficialidade da Força Pública potencializava uma série de contratempos que, na ótica dos comandantes, emperravam o bom funcionamento institucional. Os oficiais da Força, ao longo da Primeira República, responsabilizaram-se pelos comandos de Batalhões e Companhias. Não era raro encontrar comandantes-gerais tecendo severas reclamações relativas ao baixo desempenho dos oficiais encarregados das atividades policiais. Às vezes, os comandantes não ficavam apenas nas reclamações, chegando a expulsar até oficiais de alta patente. Em 1912, o comandante-geral chegou a exonerar o major José Holanda do comando de sua companhia porque este não sabia “[...] exercer as funções de seu posto”.²¹⁹

Ao contrário de outras corporações militares, na Força Pública do Ceará, não existia uma escola para preparar os futuros oficiais. No Exército Nacional, muitos dos oficiais, até 1897, saíam das Escolas Militares do Rio de Janeiro, de Fortaleza e de Porto Alegre. Em 1898, o Exército fechou as Escolas de Fortaleza e Porto Alegre, permanecendo aberta apenas a do Rio de Janeiro. Para ingressar em uma das Escolas, exigia-se que o candidato assentasse praça no Exército, soubesse ler e escrever corretamente o português, compreendesse as quatro operações e fosse aprovado na inspeção de saúde. O curso superior para os oficiais na Escola Militar durava cinco anos e era

²¹⁸ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. pp. 183-198.

²¹⁹ Minutas de Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Secretário do Interior e da Justiça, 17/10/1912, APEC, Lv. 33.

afamado por sua dificuldade, principalmente, devido ao capcioso ensino de matemática.²²⁰ Os oficiais saídos das Escolas do Exército, no final do século XIX e início do XX, além do intenso ensino acadêmico, ainda experimentaram a socialização informal de ideias contribuindo para a “[...] formação da mentalidade característica da ‘mocidade militar’”.²²¹

Durante boa parte da Primeira República, não existiu Escola para oficiais na Polícia Militar cearense, apenas no final da década de 1920 foi criada a Escola Profissional de Oficiais da Força Pública do Ceará, mas, diversamente do Exército, a Escola da Força não franqueava o acesso direto aos quadros do oficialato à população civil. O não acesso de civis aos quadros de oficiais possibilita inferir que parte significativa da oficialidade da Força provinha das próprias fileiras da polícia. A inexistência da Escola de oficiais na corporação militar do Ceará contribuiu para que não se formasse no seio da Força Pública, como ocorreu no Exército Nacional, um oficialato constituído de homens instruídos e irmanados. A ausência de uma Escola abria espaço para que os critérios internos de promoção fossem alicerçados nos arranjos de patronatos, favores e personalismos. Isso acontecia, também, pela faltava de uma padronização de pré-requisitos objetivos de ascensão dentro da instituição.

Na Força Pública, a oportunidade de tornar-se membro da oficialidade, de certa forma, não estava aberta a todos que desejassem. As circunstâncias e as ocasiões poderiam catalisar ou interromper o percurso do policial aos quadros de oficiais. O conhecido 1.º tenente João Vieira da Silva, como já informado, entrou como voluntário no ano de 1903. Em sua fé de ofício, consta que, em 1913, servia de ordenança do comandante-geral. Naquele ano, foi promovido do posto de cabo de esquadra para o de 3.º sargento. Em 1914, passou a empregado na sala de ordens do comandante-geral e logo foi promovido a 2.º sargento.²²² A trajetória do tenente João Vieira da Silva possibilita inferir que as promoções, às vezes, dependiam das relações que o policial estabelecia com os superiores e dos cargos que ocupava dentro da corporação. Estas situações eram percebidas e denunciadas pelos próprios membros da Força.

²²⁰ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²²¹ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 57.

²²² Fé de Ofício do 1º Tenente João Vieira da Silva, 1928. APEIC.

Os favorecimentos dentro da Força Pública do Ceará parecem ter incomodado o 2.º tenente Antonio Pereira do Nascimento. Natural de Pernambuco, na sua fé de ofício, constam as seguintes características: barbado, moreno, cabelos pretos, olhos castanhos, boca regular, nariz grosso, rosto redondo e um metro e sessenta centímetros de altura.²²³ Em 1927, abriu-se sindicância contra o oficial Nascimento sob a acusação de falar mal da oficialidade e de afirmar que muitos que possuíam patentes de oficiais dependeram de favores de políticos do sertão e dos superiores hierárquicos. Em alguns depoimentos, como o do 2.º sargento Antonio Pereira Lima, constava que o tenente Nascimento jactava-se de não ter “[...] precisado de ninguém para se tornar oficial”.²²⁴ Na fé de ofício, consta que o policial Antonio Pereira do Nascimento ingressou como voluntário, em 1914. O jornal *Gazeta de Notícias* afirmava que Nascimento era “pessoa de confiança” do chefe político Floro Bartolomeu, uma das lideranças da “Sedição de Juazeiro”²²⁵, este indício revela a existência de ex-cangaceiros que ascenderam aos quadros da oficialidade da Polícia Militar. Como outros policiais da Força, Pereira do Nascimento obteve a patente de 2º tenente, em 1928, pela bravura demonstrada durante um entrevero com o bando liderado pelos cangaceiros João 22 e Lua Branca.²²⁶

No decorrer da Primeira República, muitos policiais, qual o 2.º tenente Nascimento, conquistavam os galões de oficiais pelos atos de bravura, especialmente quando obtinham êxito contra grupos de bandidos nos sertões do Ceará. Notadamente, a Força Pública destinou grande esforço contra grupos de cangaceiros de chefes políticos opositoristas, e muitos policiais percebiam nestas operações a oportunidade de ascender aos quadros do oficialato.

Através das denúncias e insatisfações do tenente Nascimento, enxerga-se a existência de espíritos descontentes com a política de promoções realizadas dentro da corporação. Em muitos momentos, as promoções configuravam-se como moeda de troca, principalmente, entre o oficialato. Este expediente podia ser usado pelo comando-geral como um dispositivo para animar e aumentar o desempenho de subalternos e inferiores. No mais, não se pode perder de vista que as promoções ainda se tornavam um dispositivo importante

²²³ Fé de Ofício do 2º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1930. APEIC.

²²⁴ Sindicância contra o 2º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1927, APEIC.

²²⁵ *Gazeta de Notícias*, 07/01/1928.

²²⁶ *Gazeta de Notícias*, 07/01/1928.

utilizado pelos comandantes para agradar os homens da corporação, afinal a abertura de novas vagas na oficialidade evitava insatisfações de inferiores que haviam ingressado na Força como praças. O comandante, geralmente oficial do Exército, sabia que todo cuidado era pouco com a Polícia Militar, pois as forças armadas eram percebidas, no Brasil da Primeira República, como verdadeiros barris de pólvoras que, a qualquer momento, poderiam explodir – evidentemente que, na década de 1920, devido à insatisfação dos tenentes do Exército, o potencial explosivo aumentou.²²⁷

Em períodos de instabilidade política os comandantes recorriam às promoções como forma de manter a fidelidade dos policiais. Na década de 1920, vários policiais obtiveram promoção a postos seguintes pela dedicação demonstrada no combate a Coluna Prestes. O clima de insegurança nacional desde as manifestações dos militares do Forte de Copacabana fez com que o comando-geral temesse a adesão da oficialidade da Força Pública do Ceará ao movimento dos tenentes “revoltosos”.

Quadro 3 – Relação Nominal dos 1.^{os} Tenentes Promovidos ao Posto de Capitão na Força Pública do Ceará (1920-1930)

Posto	Nome	Data da Promoção	Observação
Capitão	Arthur Medeiros	26/09/1922	Merecimento
Capitão	Joaquim Medeiros	20/04/1923	Antiguidade
Capitão	Raymundo C. Carvalho	05/01/1924	Merecimento
Major Gr.	João Moura Brasil	08/07/1924	Merecimento
Capitão	Álvaro de Oliveira	08/07/1924	Merecimento
Capitão	Miguel A. de Mello	01/02/1926	Bravura
Capitão	Peregrino Montenegro	01/02/1926	Bravura
Capitão	Firmino de Araújo	10/05/1928	Merecimento
Capitão	Manuel Firmo	16/12/1929	Merecimento

Fonte: Secretaria da Força Pública do Estado, Fortaleza, 04/04/1930. APEC, Lv. 86.

²²⁷ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

No quadro acima, percebe-se que alguns 1^{os} tenentes ascenderam ao posto de capitão no interstício de 1920 a 1930. A maior parte foi promovida entre os anos de 1922 a 1926, ou seja, no auge das investidas dos militares “revoltosos”. Além de tudo, as promoções eram usadas no intuito de incentivar a fidelidade dos policiais para com a corporação e com o governo do Estado. Na Primeira República, a lealdade da Polícia Militar consistia em importante capital a ser mantido e conquistado pelo governante estadual. Estabelecer e manter a lealdade política dos membros da polícia, em especial dos oficiais da Força, tornou-se um dos principais objetivos dos presidentes estaduais do Ceará. O historiador André Rosemberg aponta que, em períodos de instabilidade política, o ato de filiar os representantes do “[...] ‘monopólio legítimo da violência’ em guarda pretoriana [era] uma garantia de manutenção do *status quo*”.²²⁸

O quadro exposto, anteriormente, ainda revela que a ascensão dos policiais dentro da Força Pública do Ceará, ao longo da 1.^a República, dava-se também através do merecimento, da bravura e da antiguidade. A partir da década de 1920, iniciaram-se timidamente concursos internos para os postos de cabo e sargento, e, em 1929, com a Escola Profissional de Oficiais, o acesso ao posto de 1.^o tenente e de capitão passou a ser realizado internamente, por meio de provas. No final da década de 1910, quando a Força Pública tornou-se reserva do Exército Nacional, a lei n.º 1.647 de 1918 estabelecia critérios de promoções para os postos de oficiais. Devido à lei de 1918, as patentes militares da Força passaram a ser homólogas às do Exército. Para ocupar os postos de 2.^o tenente, o candidato (apenas sargentos) deveria fazer uma prova; a patente de 1.^o tenente e de capitão era concedida por merecimento ou por antiguidade; o posto de major deveria ser ocupado por merecimento avaliado pelo governo; e a patente de tenente-coronel ficava a critério do Presidente do Estado.²²⁹ Entretanto, as regras de ascensão na Força não eram aplicadas rigidamente, pois as promoções continuaram acontecendo mais por arranjos personalistas do que por critérios devidamente regulamentados.

As leis de promoções estabelecidas no convênio de 1918 que tornou a Polícia Militar cearense em força de reserva do Exército

²²⁸ ROSEMBERG, André. Prelúdios de um ‘pequeno exército’? A força policial paulista nos primeiros anos da República (1890-1895). *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, n. 16 (3), p. 333-345, set./dez. 2012. p. 339.

²²⁹ Lei n.º 1642, de 8 de novembro de 1918, que reorganiza a Força Pública do Estado.

não eram, em muitas ocasiões, obedecidas. Em 1928, em um dos jornais da capital – “Gazeta de Notícias” – criticava-se a forma como se processavam as promoções na Força Pública do Ceará. O articulista responsável pela matéria, prontamente, informava que:

A disciplina e as leis militares, apesar de haver [a Força Pública] do Estado aderido ao convênio de 1918, o qual há muito se acha violado, são letra morta para os nossos irmãos da Força Pública. As promoções e os rebaixamentos na milícia cearense não obedecem às leis nem às normas conhecidas.²³⁰

Os critérios pautados no merecimento, na bravura e na antiguidade davam margem para o subjetivismo dos comandantes. De certa forma, tornava-se difícil avaliar a capacidade do policial por estes quesitos. Muitos que alcançavam os postos de oficiais, conforme dito anteriormente, não atendiam ao padrão de conduta e de tirocínio esperados para um bom oficial. A denúncia do jornal “Gazeta de Notícias” possibilita que se perceba que as promoções e os rebaixamentos se davam ao sabor dos interesses do comandante-geral da Força Pública.

Os homens de imprensa perceberam, também, as influências políticas na dinâmica das promoções e das ascensões hierárquicas dentro da Força Pública. O jornalista Matos Ibiapina, diretor de “O Ceará”, em um dos editoriais do jornal, denunciava que as promoções dependiam mais dos laços estabelecidos pelos policiais com as lideranças situacionistas do Estado do que pelo cumprimento dos deveres policiais dispostos no regulamento. Em 1925, Ibiapina salientava que:

[...] as suas promoções não dependem do maior ou menor zelo revelado no cumprimento de suas árduas funções. Convencidos estão todos eles de que é mais fácil conquistar um galão com fementidas dedicações aos políticos em momentos oportunos do que arriscando a sua vida na defesa da propriedade das classes trabalhadores. Os anais do Regimento estão prenhes de exemplos

²³⁰ Gazeta de Notícias, 21/03/1928.

convincentes das vantagens da exploração da covardia e perversidade dos políticos. A perseguição de um chefe adversário, a perturbação de um pleito eleitoral valem muito mais na fé de ofício de um policial do que um rosário de prisões arriscadas dos mais temíveis criminosos.²³¹

Em algumas situações, os critérios de promoções na Força foram regidos por questões político-partidárias que tinham a anuência da cúpula policial e do presidente do Estado. Os policiais, imersos no universo político-institucional, sabiam que o bom desempenho na “perseguição de um chefe adversário” ou a “perturbação de um pleito eleitoral”, na hora de ganhar os galões de oficial, tinha mais força do que os frouxos dispositivos legais dispostos nos regulamentos da corporação. Enfim, a ascensão hierárquica dentro da corporação esteve longe de obedecer a critérios rígidos.

Uma forma rápida de ascensão dentro da hierarquia da instituição policial dava-se com os ex-militares do Exército, especialmente os oficiais inferiores que, logo ao entrar, ocupavam postos no oficialato. O primeiro capitão por merecimento do quadro citado acima, Arthur Medeiros, ingressou na polícia cearense, em 1914, com a patente de 2.º tenente. O capitão Medeiros havia servido o Exército entre 1901 e 1906.²³² Outro militar originário do Exército Nacional e que aparece na lista dos promovidos a capitão por bravura, nos anos de 1920, é Miguel Arcanjo de Mello. O capitão Miguel Arcanjo de Mello ocupava o posto de sargento ajudante no 48.º Batalhão de Caçadores e, em 1915, ao receber baixa do Exército, ingressou na Força Pública do Ceará com a patente de 2.º tenente.²³³ Conforme visto anteriormente, encontravam-se nas fileiras da polícia do Ceará vários militares de outras corporações que se integravam à Força após terem recebido baixa por tempo de serviço, mas alguns indícios coletados na pesquisa documental apontam que o comando da Força Pública dava preferência para os egressos do Exército.

É difícil saber quais critérios eram utilizados pelo alto comando da Força para conceder as patentes de oficiais subalternos para os inferiores egressos do Exército. Contudo, partindo da experiência do

²³¹ O Ceará, 25/11/1925.

²³² Fé de Ofício do Capitão Arthur Medeiros, 1924. APEIC.

²³³ Minuta de Ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública ao Comando-Geral da FPC, 29/07/1915, APEC, Lv. 134.

Exército no século XIX, pode-se ventilar uma possibilidade para tal postura dos comandantes da Polícia Militar cearense. O ingresso de inferiores e subalternos reformados, principalmente do Exército, nos quadros da oficialidade da polícia, poderia ser uma indicação direta do comandante da Polícia Militar, que geralmente era um oficial do Exército em comissão. Entretanto, deve-se ressaltar que o Exército nacional, durante boa parte do século XIX, participou ativamente, principalmente após a desmobilização da Guarda Nacional, dos serviços de policiamento do território nacional²³⁴, talvez esta experiência dos inferiores com as lides de policiamento e controle do território facilitasse ou justificasse a sua entrada nos quadros do oficialato da Força Pública do Ceará. Mesmo com o ingresso de ex-militares, uma parte considerável dos policiais que formavam a baixa oficialidade da Força Pública do Ceará advinha das próprias fileiras da corporação.

As possibilidades de ascensão dentro da hierarquia corporativa da Força Pública poderia ser um atrativo para o engajamento na Polícia Militar. Depois de incorporados, inseridos e cientes das políticas personalistas de promoções e ascensões, quem sabe a ideia de estampar os galões no ombro seduzisse os policiais a continuarem na Força. Para os policiais que perseveravam na Força, as divisas na farda, além de conferir autoridade, possibilitavam que muitos saíssem do estado de pobreza em que viviam. Conforme será visto no quarto capítulo, a instituição policial proporcionava a muitos policiais que obtinham as divisas de oficiais contatos políticos e sociais que chegavam a transformar as suas vidas. Entretanto, é importante frisar que vários não engajavam e enxergavam a Polícia Militar apenas como um amparo provisório para abrandar problemas momentâneos da vida.

235

2.4 Garantias trabalhistas: licenças, férias, pensões e reformas

Na leitura das leis e decretos homologados para a Força Pública do Ceará, percebeu-se que os policiais foram, ao longo das três décadas do século XX, ganhando direito a licenças, a férias, a reformas,

²³⁴ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

²³⁵ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

e os familiares, em caso de morte do policial, recebiam pensões. Situação semelhante experimentaram os policiais da Força Pública de São Paulo, que, no decorrer da Primeira República, passaram a ter um sistema de reforma e de férias.²³⁶ Neste período, outras categorias de trabalhadores no Brasil não tinham as mesmas garantias trabalhistas que os policiais militares. Em estudo sobre o movimento operário no Brasil da Primeira República, Cláudio Batalha salienta que, em caso de doença ou invalidez, “[...] o trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada [...]”.²³⁷ Diferentemente de outras categorias de trabalhadores do país, algumas forças policiais do Brasil, como a cearense, possuíam direitos que lhes asseguravam serviços médicos, férias, aposentadoria e licenças.

Às vezes, a rotina fazia com que vários policiais adoecessem, fazendo com que corriqueiramente solicitassem licenças médicas. O 2.º tenente Eurico Rocha, em 1930, encontrava-se afastado por seis meses das lides policiais porque estava sofrendo de “enfraquecimento geral”. Ao retornar da licença, o médico recomendou-lhe mais dois meses, pois ainda sofria do mesmo mal.²³⁸ Pela lei n.º 1.642, homologada em 1918, o policial da Força Pública do Ceará tinha direito a seis meses de licença, com direito ao soldo, em casos de saúde, e sem remuneração alguma, caso fosse tratar de assuntos particulares. Se os ferimentos ou moléstias fossem contraídos em serviço, o policial gozava de um ano de licença com vencimentos integrais.²³⁹

Além das licenças, os policiais tinham direito a férias com vencimentos, mas muitos deles, principalmente os oficiais, passavam vários anos sem tirar suas férias. O capitão Firmino de Araújo solicitou seis meses de férias, em 1928, pois havia dez anos que não gozava de férias e nem licenças.²⁴⁰ Em 1926, foram concedidos seis meses de férias ao 2.º tenente Raimundo Domingues Ribeiro, com as vantagens e

²³⁶ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança: força pública do estado de São Paulo – fundamentos histórico-sociais**. São Paulo: Alfa-omega, 1974. p. 170.

²³⁷ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 11.

²³⁸ Minuta de Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará, 04/02/1930, APEC, Lv. 85.

²³⁹ Lei n.º 1.642, de 8 de novembro de 1918, que reorganiza a Força Pública do Estado.

²⁴⁰ Informação n.º 2.189 do Comandante-Geral da FPC ao Secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará, 22/11/1928, APEC, Lv. 79.

os vencimentos integrais.²⁴¹ Analisando algumas fés de ofício, verificou-se que muitos policiais não chegaram a gozar de férias durante toda a carreira na Força Pública. O major João de Moura Brasil permaneceu na Força entre 1902 a 1928 e não se registrou pedido de férias.²⁴² Entretanto, deve-se ter cuidado com esta documentação, pois, em diversos momentos, os comandantes-gerais reclamavam da falta de zelo dos policiais responsáveis pelo departamento de escrituração. Muitas informações da vida profissional dos policiais deixaram de ser escrituradas nas fés de ofício. Existia muito extravio dos livros de registro, principalmente nos períodos de deposições de governos, revoltas e sedições. A falta de informação nos livros de escrituração às vezes prejudicava os policiais quando requeriam contagem de tempo de serviço para efetivar a reforma.

Em 1907, na forma de lei estadual, foi aprovado um plano de reforma por tempo de trabalho apenas para os oficiais da Força Pública. Pela letra da lei, os oficiais que contavam com vinte e cinco anos de serviços efetivos eram reformados no mesmo posto e com soldo por inteiro; já os que tivessem de vinte e cinco a trinta anos, com soldo por inteiro e graduação do posto imediato. Os oficiais com trinta a quarenta anos na Força reformar-se-iam com soldo por inteiro do posto imediato e graduação do subsequente.²⁴³ Até esta data, não se encontraram leis, decretos ou regulamentos versando sobre a reforma por tempo de serviço das praças da Polícia Militar. Em 1918, depois do acordo firmado entre o Governo do Ceará e o Ministério da Guerra, tornando a Força Pública em reserva do Exército, e com a subsequente reorganização da Força, ocorreu a organização de um plano de reforma para as praças e os oficiais. Para efeito de reforma, os policiais, oficiais e praças ficavam equiparados aos funcionários civis do Estado do Ceará. O oficial poderia perder o direito de reforma caso fosse demitido ou desertasse; já a praça perderia quando da sua exclusão ou deserção. Oficiais e praças teriam direito à reforma com soldo por inteiro até vinte e cinco anos quando por lesões ou ferimentos viessem a se inutilizar para o trabalho policial.²⁴⁴

Ao estender o direito de reforma às praças da Força, o Estado buscou criar mais um mecanismo que evitasse insatisfações

²⁴¹ Fé de Ofício do 2º Tenente Raimundo Domingues Ribeiro, 1929. APEIC.

²⁴² Fé de Ofício do Major João de Moura Brasil, 1928. APEIC.

²⁴³ Livros de Leis do Ceará – Lei n.º 896, de 05/08/1907.

²⁴⁴ Lei n.º 1.642, de 8 de novembro de 1918, que reorganiza a Força Pública do Estado.

dentro da corporação e fizesse o policial permanecer na instituição. Como em outras polícias do país e do mundo, na Força Pública do Ceará a rotatividade dos policiais que ocupavam os graus mais rasos da hierarquia dava-se de forma constante, pois não eram todos que se enquadravam na dinâmica de disciplina nem persistiam na incerta política de promoção da instituição. As reformas por invalidez tornavam-se uma importante garantia para os policiais, pois trabalhar na Polícia Militar, responsável pelo controle do território, tinha seus riscos e, em muitos momentos, o labor policial tornava-se bastante perigoso, especialmente quando se tratava de combater cangaceiros no sertão do Ceará e nos Estados fronteiriços. Não foram poucos os policiais que, diante dos infortúnios que a vida profissional lhes apresentava, recorreram à reforma devido à invalidez.

As reformas por lesões e ferimentos não eram raras entre os policiais da Força Pública do Ceará. Corriqueiramente, destacamentos e companhias volantes entravam em confronto com grupos de cangaceiros pelo sertão do Ceará. O policial João Clemente, em 1925, foi promovido ao posto de cabo de esquadra por bravura, pois, no ano de 1924, tomou parte em um tiroteio na Serra do Araripe, sul do Ceará, contra um “[...] elevado número de bandidos”. O cabo de esquadra no Boletim Regimental n.º 72 foi elogiado pelo “[...] valor e denodo com que soube rechaçar” os bandoleiros. O destemido João Clemente requereu reforma por ferimentos e acabou submetido à inspeção de saúde por uma junta de médicos do Estado. Os médicos assinaram o laudo confirmando que o cabo João Clemente estava inutilizado, devido a ferimento com arma de fogo, causando-lhe um defeito físico na perna direita. Em 1927, contando trinta e cinco anos de idade, o policial Clemente foi reformado com o soldo integral no valor de sessenta mil réis (60\$000).²⁴⁵ Destino diferente teve o policial Raimundo Cosme, que, em 1926, foi baleado na coxa esquerda durante uma diligência na cidade de São Matheus. Ficou internado na Santa Casa de Misericórdia e em seguida transferido para a Enfermaria da Força Pública. No ano de 1927, foi destacado para a cidade de Barbalha para tratamento terapêutico a fim de restabelecer sua saúde.²⁴⁶ Raimundo Gomes foi considerado incapaz pelos médicos da polícia, em 1927, e pela junta médica do Estado, em 1928. Os dois laudos constatarem que, devido aos ferimentos, o cabo tivera que amputar a

²⁴⁵ Pedido de Reforma do Cabo de Esquadra João Clemente, 1927, APEIC.

²⁴⁶ Fé de Ofício do Cabo de Esquadra Raimundo Cosme, 1927. APEIC.

coxa esquerda. Ao final das contas, depois de cinco anos, conseguiu reforma em 1931, com soldo integral no valor de novecentos e vinte mil réis (920\$000).²⁴⁷

Nestes casos de pedido de reforma por ferimentos e lesões, o processo de concessão dos direitos do policial era bastante lento. O caso do cabo Raimundo Cosme, dentre outros, demonstra a lentidão burocrática do Estado para conceder os benefícios dos policiais. O cabo Cosme sofreu os ferimentos e lesões no ano de 1926, ficou internado durante um mês na Santa Casa de Misericórdia e quinze dias na Enfermaria da Força Pública. No ano de 1927, ele foi inspecionado e considerado incapaz pelo major médico reformado da polícia Bruno Miranda Valente. Em 1928, como os policiais militares, para efeito de reforma, equiparavam-se aos funcionários públicos estaduais, foi submetido à outra inspeção por uma junta de médicos do Estado, que confirmaram a incapacidade física. Os laudos médicos atestavam e comprovavam a amputação da coxa esquerda, mesmo assim se homologou a reforma apenas no início dos anos de 1930. Na fé de ofício do cabo Raimundo Cosme, o último registro data de 1928 e informa que o referido militar estava destacado na primeira companhia do 1.º Batalhão da Força Pública. Este indício demonstra que o cabo, mesmo amputado, ficou trabalhando na polícia e esperando os trâmites da sua reforma. A demora na concessão da reforma por invalidez talvez se devesse ao ineditismo destas prerrogativas trabalhistas as quais colocavam os operadores do Estado em situação nunca antes experimentada.

Possivelmente, para os companheiros de farda e de infortúnios, o policial Raimundo Cosme tivera sorte, pois muitos tinham destino pior – a morte. A lei n.º 1.642, de 1918, sustentava que, mediante a morte do policial em serviço, a família receberia como pensão o soldo integral. O soldo integral era concedido à mulher viúva, às filhas solteiras até vinte e um anos, aos filhos até dezoito anos e às progenitoras viúvas. A mulher viúva, as filhas solteiras e as genitoras viúvas dos oficiais e das praças perderiam a pensão caso fosse comprovado, mediante processo regular, “[...] má conduta ou comportamento irregular”.²⁴⁸ Foi recorrendo a este dispositivo legal que muitos parentes de policiais que tombaram em serviço solicitaram pensão das autoridades competentes.

²⁴⁷ Pedido de reforma do cabo de esquadra Raimundo Cosme, 1928. APEIC.

²⁴⁸ Lei n.º 1.642, de 8 de novembro de 1918, que reorganiza a Força Pública do Estado.

Maria Rufino Campos, viúva do ex-cabo Manoel Henrique Campos, requereu pensão para si e para quatro filhos menores de nome e idade, respectivamente: Francisca de quinze anos, Apolinária com onze anos, Manoel de cinco anos e Sebastião com um ano. O cabo morreu devido a ferimentos recebidos no povoado de Bom Jesus da cidade de Iguatu. Maria Campos, através das certidões de casamento e de óbito, comprovou, perante os oficiais da Força Pública e funcionários da Secretaria do Interior e da Justiça, ser casada com o falecido Manoel Henrique Campos.²⁴⁹ Já o policial Manoel da Silva Britto faleceu, em 1927, “em combate com o celerado bando de ‘Lampião’” no lugar “Vaca Morta” do termo de Riacho de Sangue no sertão cearense. O cabo graduado Silva Britto não possuía esposa nem filhos, apenas lhe restando a sua genitora, que requereu a pensão. D. Maria da Silva Britto tivera que provar ser viúva e mãe do falecido Manoel da Silva Britto. A Força Pública fez uma investigação documental para comprovar que o policial não era casado e não tinha filhos.²⁵⁰

Quando entrava na Força Pública do Ceará, o policial declarava seu estado civil. Caso o policial decidisse casar durante a carreira policial, tinha que pedir permissão para o comandante-geral da Polícia Militar. Depois de contrair matrimônio, o policial entregava a certidão do casamento como comprovante na secretaria da Força. Em 1905, o 2.º tenente Agostinho José da Costa, à época praça, teve permissão para casar civilmente com Felícia Maria dos Anjos.²⁵¹ No mesmo ano, o major João de Moura Brasil, à época praça, obteve permissão para casar civilmente com Olímpia Carminda Maciel. Em 1912, com a morte de Olímpia, ficou viúvo e entregou a certidão de óbito da esposa falecida à secretaria da Força. Em março daquele ano, tivera permissão para casar com Francisca Pereira dos Santos e, depois de um mês, entregou a certidão de casamento para o oficial secretário.²⁵² O casamento, sem a devida comunicação aos superiores, dava vazão a punições. O capitão Arthur Medeiros permaneceu preso por quarenta e oito horas no quartel geral por ter casado à revelia das autoridades da Força.²⁵³ Esta medida visava manter o controle sobre a vida civil dos

²⁴⁹ Pedido de Pensão da Viúva Maria Rufino Campos do Ex-cabo Manoel Henrique Campos, 1927. APEIC.

²⁵⁰ Pedido de Pensão da Genitora Maria da Silva Britto do Ex-cabo Manoel da Silva Britto, 1927. APEIC.

²⁵¹ Fé de Ofício do 2.º Tenente Agostinho José da Costa, 1930. APEIC.

²⁵² Fé de Ofício do Major João de Moura Brasil, 1928. APEIC.

²⁵³ Fé de Ofício do Capitão Arthur Medeiros, 1924. APEIC.

policiais militares. Antes do contrato civil, o policial deveria fazer um contrato militar com a instituição, podendo ser punido caso não o cumprisse. O alto oficialato da Força Pública preocupava-se em construir a boa imagem da instituição, pois os matrimônios contraídos legalmente significavam aos olhos da sociedade a aquisição de reputação, de competência e de respeito, o policial casado representava um chefe de família. O consórcio, possivelmente, era visto como um expediente para moralizar os policiais, podendo remediar o alcoolismo e as más condutas, contribuindo para alimentar o “espírito militar” de disciplina tão ausente entre os membros da corporação.²⁵⁴

Havia casos em que os peticionários de pensão não encontravam amparo na forma da lei. Em 1930, o 2.º tenente Francisco Salles Moreira morreu devido a uma infecção tetânica contraída dentro do quartel geral em Fortaleza. A viúva Áurea Barbosa Moreira requereu pensão para si e para os filhos menores, mas não foi atendida em seu pedido. A Secretaria do Interior e da Justiça argumentou que o falecimento do tenente não se tratava de “[...] morte ocasionada por ferimentos recebidos no desempenho de ordem superior”. Outro argumento apresentado por aquela secretaria foi que a requerente não juntou aos autos a “[...] certidão de casamento e o registro civil de seus quatro filhos”. O Secretário do Interior e da Justiça indeferiu o pedido de Áurea Moreira e encaminhou o caso para o presidente do Estado.²⁵⁵ Infelizmente, não se tem informação sobre o desfecho do requerimento de pensão da suposta viúva do tenente Francisco Salles Moreira.

Os exemplos trabalhados acima demonstram que os policiais da Força Pública, já no início do século XX, recebiam benefícios do Estado que muitas outras categorias de trabalhadores conquistariam tempos depois.

A historiografia internacional aponta que muitas conquistas trabalhistas de algumas forças policiais foram resultantes da luta organizada. Os policiais da *Gendarmerie* francesa dispunham desde a metade do século XIX de jornais para expor as suas reivindicações enquanto grupo de trabalhadores.²⁵⁶ Neste mesmo país, no início do século XX, intensificou-se o processo de formação dos sindicatos

²⁵⁴ CARTAYRADE, Cyril. Le marié était en bleu: les mariages des gendarmes dans le Pay-de-Dôme au XIX^e. **Sociétés et Représentation**, Paris, n. 16, p. 269-279, 2003.

²⁵⁵ Pedido de Pensão da Áurea Barbosa Moreira do 2.º Tenente Francisco Salles Moreira, 1930, APEIC.

²⁵⁶ HOUTE, Arnaud-Dominique. Un métier en crise? La gendarmerie de la belle époque d'après ses retraités. **S & R.**, n. 16, p. 153-165, set. 2003.

policiais, unindo forças para lutar por melhores salários e condições de trabalho, promoções e outras questões que afetavam os policiais franceses.²⁵⁷ No presente estudo, não se encontrou nenhum vestígio relativo a alguma forma de organização e de mobilização político-social dos policiais da Força Pública do Ceará. Este tipo de movimentação sindical e classista pelos policiais da Força era condenado no Regulamento Interno da instituição, de 1922, pois, nas disposições disciplinares, vetava-se a participação reivindicativa de policiais em jornais e proibia-se o envolvimento deles em manifestações políticas.²⁵⁸ Entretanto, na pesquisa documental, encontrou-se a participação anônima de policiais que se manifestavam através dos periódicos da capital, principalmente com reclamações concernentes às condições de trabalho e aos baixos soldos. Em 1929, o jornal “Gazeta de Notícias” publicava uma carta inominada dos policiais da cavalaria da Força Pública com a chamada seguinte “*Vivem trabalhando e ganham pouco*”. O anônimo missivista denunciava que os policiais da Força não pareciam “[...] com militares e sim com cativos”.²⁵⁹

É importante aventar algumas possibilidades que fizeram com que o governo do Estado do Ceará tivesse, com a lei n.º 1.642 de 1918, garantido aos policiais da Força Pública do Ceará os mesmos direitos dos funcionários estaduais civis. É muito provável que o governo estadual temesse uma aproximação dos policiais militares com outras categorias de trabalhadores que começavam a “engrossar o coro” nas ruas de Fortaleza contra os patrões através das organizações sindicais e das ações políticas como passeatas e greves.²⁶⁰

Este possível temor não era descolado da realidade, pois, em outras partes do país, ocorreram algumas experiências que possibilitam enxergar uma aproximação dos militares com o movimento operário como a “revolta dos sargentos” do Exército. Em 1915, um grupo de sargentos no Rio de Janeiro aproveitou-se dos movimentos dos

²⁵⁷ A partir de 1912, na França, ocorreu uma intensificação do movimento sindical policial. Ver: BERLIÈRE, Jean-Marc. “Quand un métier veut être bien gardé, il nourrit ses chiens”. La difficile naissance du syndicalisme policier: problèmes et ambiguïtés (1900-1914). *Le Mouvement Social*, Paris, n. 164, p. 25-51, jul./set. 1993.

²⁵⁸ Regulamento Interno da FPC, 1922, pp. 38-40.

²⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, 18/04/1929.

²⁶⁰ PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento**: a trajetória de lutas dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

trabalhadores para reivindicar especialmente o “[...] estabelecimento de um plano de carreira e o aumento dos ínfimos soldos”.²⁶¹

Na pesquisa, encontrou-se apenas a explosão do quartel, no início da década de 1920, que possivelmente pode ser uma evidência da influência das ideias mobilizadas pelos trabalhadores urbanos de Fortaleza dentro da caserna da Força Pública. Mas, diante do quadro de insatisfações dos trabalhadores no Brasil deste período, as prerrogativas trabalhistas dos policiais da Força poderiam evitar identificações com os trabalhadores e prevenir possíveis descontentamentos na instituição militar que representava uma das principais vigas de sustentação do *status quo* do governo estadual. As garantias trabalhistas visavam manter a tropa satisfeita e fiel aos interesses do Governo do Ceará.

A Força Pública do Ceará era apresentada pelos comandantes e pelos presidentes como uma força militar homogênea e impermeável a influências políticas. Entretanto, no panorama trabalhado nas páginas acima, percebeu-se que o policial estava inserido em uma instituição militar moldada tanto pelos regulamentos oficiais quanto por estímulos políticos externos. Em muitos momentos, as interferências políticas exógenas pareciam ter mais força fazendo com que os dispositivos regulamentares legais não saíssem do papel. Os policiais imersos na dinâmica institucional deveriam aprender que as práticas personalistas ditavam muitas das regras da corporação, pois, desde o ingresso dos policiais, passando pelas políticas relativas às promoções, até as punições disciplinares, existiam grupos ou policiais privilegiados, seja pelo alto comando da Força, seja por líderes políticos estaduais.

Dentro da lógica das “[...] práticas políticas patrimonialistas”²⁶², as lideranças políticas do Estado contemplavam com favores e benesses os policiais fiéis, o que permite inferir que a Polícia Militar organizou-se, em boa medida, para atender aos interesses das facções políticas dominantes. Na lógica da política do “mandonismo”²⁶³, apresentar a polícia imune à força dos poderes locais não passava de um sonho que era materializado apenas na retórica das autoridades públicas. De toda forma, nos discursos das autoridades

²⁶¹ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 171.

²⁶² SIQUEIRA, Antonio Jorge. Imaginários da exclusão. In: MONTEIRO, John; BLAJE, Ilana (Orgs.). **História e utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 437-450. p.441.

²⁶³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Estrutura de poder e economia (1889-1930)**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 12-14. v. 1. t. 1.

políticas e da alta oficialidade, mantinha-se a imagem de uma força militarizada e profissional, isenta de influências político-partidárias. No próximo capítulo, pretende-se continuar discutindo que este tipo ideal de polícia estava longe de corresponder à realidade, mas, agora, as atenções se voltarão para as discussões relacionadas à formação militar dos policiais.

3 A FORMAÇÃO MILITAR DOS POLICIAIS

Um aspecto não trabalhado no capítulo anterior foi a formação militar dos policiais da Força Pública do Ceará. A partir de 1918, mediante acordo com a União, o Exército Nacional ficou sendo a instituição que deveria orientar e balizar as propostas educacionais da Polícia Militar cearense. Após o convênio com o Ministério da Guerra, houve uma série de tentativas de adequar o ensino dos policiais da Força aos padrões regulamentares exigidos pela força de terra nacional. Neste período, nos documentos produzidos pelas autoridades políticas e policiais do Estado, percebe-se que o ensino e o treinamento militar, sob a égide do Exército, passaram a figurar como elementos de fundamental importância para formar policiais intemeratos. Aproveitando-se das ideias propaladas pelo Exército brasileiro, os comandantes da Força Pública do Ceará buscaram fabricar a imagem de que, na instituição policial estadual, existiam policiais militares disciplinados, ordeiros e patrióticos. Nos discursos dos comandantes da Força Pública, os policiais apareciam como paladinos da ordem e da civilização. Os oficiais da polícia eram apresentados como educadores e baluartes da segurança pública no Estado.

Depois do convênio com o Ministério da Guerra, intensificou-se a ideia de que os policiais da Força Pública do Ceará deveriam ser versados tanto nas lides policiais como nas militares. Os regulamentos internos, como o de 1922, elaborado no contexto do entreguerras e de revoltas militares, deixava claro que a instrução ministrada aos policiais deveria ser direcionada, primordialmente, para a guerra.²⁶⁴ Pretendia-se que a formação militar dos policiais da Força Pública ficasse alinhada às propostas da ideologia militar do Exército, afinal a Polícia Militar teria que estar preparada para atuar ao lado do Exército brasileiro contra possíveis convulsões nacionais armadas. Nos discursos oficiais, afirmava-se que a formação militar dos policiais da Força constituía-se como fator importante não apenas para efetivar o policiamento rotineiro das cidades interioranas, mas especialmente para as operações contra o “banditismo”.

Enfim, a Força Pública era apresentada nos discursos laudatórios da cúpula da Polícia Militar como uma força de reserva treinada, por excelência, de acordo com os regulamentos e os ensinamentos do Exército brasileiro. Neste capítulo, pretende-se analisar

²⁶⁴ Regulamento Interno da FPC, 1922.

como se deu a aproximação entre o Exército e a Força Pública no que se refere às propostas de militarização.²⁶⁵ De saída, é importante dizer que a influência militar do Exército sobre a formação dos policiais aconteceu de forma bastante limitada. Dentre os múltiplos fatores, podem-se citar os que serão discutidos aqui, no caso as fragilidades materiais da corporação estadual, o desinteresse dos policiais e, de forma especial, as pautas de uma agenda própria de interesses políticos que conduziam as ações policiais no Estado.

3.1 Força auxiliar do Exército Nacional: um panorama geral

Nas primeiras décadas do século XX, o Exército encabeçou um processo nacional de militarização que transbordou os quartéis. A ideologia militar pretendia penetrar e fixar-se não apenas nos quartéis das forças armadas, mas, também, nas casas dos diferentes segmentos da sociedade brasileira. A inquietação maior do Exército estava associada às políticas de recrutamento, que não se consolidavam desde a década de 1870, quando se intentou instituir o sorteio militar. Na virada do século XIX para o XX, o Exército possuía um pequeno contingente constituído de homens militarmente despreparados. Procurando sensibilizar e atrair os brasileiros aptos ao serviço militar, membros do oficialato do Exército divulgavam a ideia de “nação em armas”. A investida repercutia em várias cidades brasileiras através de manifestações militares e patrióticas. A 1.^a Guerra Mundial e a declaração brasileira de apoio aos aliados fomentaram a preocupação com a defesa nacional. Tal situação fez com que o Exército elaborasse estratégias para constituir um quadro considerável de reservistas devidamente treinados. Ao longo da Primeira República, a força militar de terra brasileira agenciou diversas possibilidades para suprir a falta de contingente.

Pelos quatro cantos do país, formaram-se clubes de tiro constituídos por civis. Os tiros de guerra recebiam subsídios do governo (armas e munições), mas os membros pagavam mensalidades. Os jovens que treinavam nos clubes e participavam de exercícios anuais ganhavam certificados de reservistas. Autoridades civis e militares exaltavam os Tiros como a “propaganda viva do Brasil armado”, e, nas paradas

²⁶⁵ Militarização refere-se ao processo de adoção de modelos, doutrinas e procedimentos militares. Assim, destacam-se alguns elementos como: o treinamento, a adoção de armas de fogo, a disciplina, os exercícios e manobras, o espírito de corpo e a organização interna.

militares, os membros dos clubes desfilavam perfilados como soldados “[...] com suas fardas cáqui, perneiras amarelas, boldriés e vistosos chapêlões cinza com plumas”.²⁶⁶ Havia integrantes que ainda participavam de manobras militares em exercícios de campo do Exército. Em 1909, o Congresso reconheceu um decreto que organizava a Confederação de Tiro Brasileiro. Os homens que ingressavam nos clubes eram dispensados do serviço militar, muitos participaram dos clubes como uma forma de escapar do serviço obrigatório, mas, mesmo assim, alguns oficiais do Exército enxergavam nos clubes de tiro uma medida razoável para aumentar, em curto prazo, as forças de reserva do Brasil.²⁶⁷

Outro fenômeno que demonstra a materialização do discurso “militar-patriótico” e a falta de efetivo do Exército nos primeiros anos do século XX era a organização de “Batalhões Patrióticos”. Nos momentos de crise da ordem interna, formavam-se “Batalhões” sob as ordens de militares, mas geralmente compostos de civis. No Ceará, no ano de 1926, o deputado federal F. Bartolomeu e o Padre Cícero, dois chefes políticos do sul do Estado, organizaram o “Batalhão Patriótico” para combater a Coluna Prestes. O dinheiro para a formação dos Batalhões saía dos cofres da União, mas as lideranças políticas locais ficavam responsáveis pelo recrutamento e treinamentos das tropas. Investiu-se grande soma de dinheiro na aquisição de fardamento e armamento para o “Batalhão Patriótico” do deputado F. Bartolomeu.²⁶⁸ Deve-se destacar que o discurso “militar-patriótico” de defesa da soberania nacional, na Primeira República, de certa forma contribuiu, também, para o fortalecimento de chefes políticos sertanejos do interior cearense, que passaram a intensificar as suas próprias políticas de monopólio legítimo da violência em nome da segurança interna. Todavia, estes arroubos de patriotismo, nacionalismo e militarismo não podem ser vistos descolados das dificuldades do Exército para implantar o serviço militar obrigatório.

O Exército, na década de 1870, tentou instituir o sorteio militar universal no lugar do recrutamento forçado. Naquela década, dentre outros interesses, objetivava libertar-se da pecha que carregava

²⁶⁶ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 141.

²⁶⁷ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

²⁶⁸ MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990. p. 132.

de instituição penal. Entretanto, tal tentativa foi frustrada por uma intensa reação popular contra o sorteio.²⁶⁹ No início do século XX, permanecia no imaginário da sociedade brasileira a ideia de que o Exército assemelhava-se a uma instituição correcional. Como salientou Beattie, o oficialato percebeu que havia a necessidade de apresentar o serviço militar “[...] como um dever varonil honrado e não como uma punição de emasculação”. A construção da tão sonhada força militar “honrada” dependia da mudança do perfil dos homens que ingressavam como praças no Exército. Os oficiais enxergavam o sorteio militar como a única forma de mudar o perfil das praças e instituir “[...] métodos modernos de treinamento que se mostrassem mais eficazes para disciplinar o homem para guerra e paz [...]”.²⁷⁰ Em 1908, diante da insistência de oficiais de alto coturno, como o Marechal Hermes da Fonseca, aprovou-se a “Lei do Serviço Militar Obrigatório”. Deliberadamente, eliminou-se o termo “recrutamento” que fazia emergir lembranças desagradáveis para uma instituição que almejava ser a alma patriótica da nação.

A nova lei do “Serviço Militar Obrigatório” não saiu do papel. A lei possuía falhas, oponentes poderosos e falta de apoio popular, por isso nem chegou a realmente sair do papel. A falta de fundos e de logística burocrática acabou por dificultar o início do alistamento. As resistências provinham dos “anarcossindicalistas”, “positivistas ortodoxos”, “monarquistas” e “políticos antimilitaristas”. Fortes críticas adivinham da “Liga Antimilitarista Brasileira”, formada pela classe operária do Rio de Janeiro. Setores do poder econômico foram contrários à lei pelo “medo da perda da força de trabalho”. Outro empecilho era a aversão de boa parte da população civil à vida no Exército.²⁷¹ A lei permaneceu “engavetada” até o final da década de 1910. As discussões em torno do serviço militar no Brasil ganharam novo fôlego durante o conflito armado mundial entre 1914 e 1918. A corrida armamentista e militarista internacional serviu como importante motivo para se retomar a discussão da obrigatoriedade do serviço militar como medida estratégica de defesa nacional. Oficiais do Exército e

²⁶⁹ Ver: MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1994.

²⁷⁰ BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p. 305.

²⁷¹ Para os embates entre militaristas e antimilitaristas, ver: CASTRO, Celso. A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. In: _____. *Exército e nação*: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 53-82.

autoridades civis, apelativamente, passaram a divulgar o serviço militar como um ato de amor à pátria.

Em 1915, fundou-se no Brasil a “Liga de Defesa Nacional”, que tinha como uma das principais lideranças o escritor Olavo Bilac. A Liga promovia conferências e manifestações patrióticas, contribuindo para o recrudescimento do clima militar e nacionalista.²⁷² A Liga tinha o propósito de divulgar a missão de “integração nacional” do Exército e a ideia de “nação em armas”. Em 1916, em meio à exaltação moral e cívica, foi realizado o primeiro sorteio militar, após oito anos da promulgação da lei do “Serviço Militar Obrigatório”. Entretanto, a lei continuou sendo um fracasso pela falta de instrumentos administrativos e os entraves produzidos pela burocracia estatal para implantá-la.²⁷³ Em meio às dificuldades de implantação do serviço militar, as quais provocavam, por conseguinte, a falta de efetivos, o Ministério da Guerra, em 1917²⁷⁴, lançou mão de acordos com os governos estaduais interessados em tornar a Polícia Militar estadual e os Bombeiros forças auxiliares do Exército Nacional.²⁷⁵ Foi neste momento que se intensificou o processo de militarização de várias polícias militares dos Estados brasileiros.

Alguns governos estaduais já haviam contratado missões militares estrangeiras para efetuar o treinamento de suas polícias. O Estado de São Paulo contratou uma missão militar coordenada por um oficial do Exército da França para treinar sua Força Pública Estadual. A missão permaneceu na Polícia Militar de São Paulo, entre 1906 e 1914, ensinando os métodos militares adotados pelo Exército francês.²⁷⁶ A Força Pública de Minas Gerais contratou, em 1912, um instrutor militar

²⁷² McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁷³ A questão do serviço militar foi resolvida nas décadas de 1930 e 1940 com a universalização da exigência de quitação das obrigações militares e com a adoção de meios legais de maior eficácia. A não comprovação de prestação do serviço militar acarretaria uma série de impeditivos, pois impossibilitava a aquisição da carteira de identidade e de passaporte, exercer cargo público, dentre outros. CASTRO, Celso. A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. In: _____. **Exército e nação**: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 53-82.

²⁷⁴ Lei Federal n.º 3.216, de 3/01/1917.

²⁷⁵ A partir dos anos de 1930, as polícias militares foram completamente subordinadas ao Ministério da Guerra, pondo fim à autonomia destas. Os oficiais tinham uma formação básica nas academias estaduais, mas “completavam sua formação junto ao Exército”. Ver: CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília, DF: UnB, 1994. p. 67.

²⁷⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

suíço.²⁷⁷ Segundo McCann, durante a Primeira República, os Estados de maior poder político e econômico da federação, São Paulo e Minas Gerais, “mantinham forças policiais militarizadas de bom tamanho e bem treinadas”, capazes de resistir militarmente, com larga vantagem, a uma intervenção federal armada.²⁷⁸

Não há dados completos relativos às polícias militares estaduais que firmaram acordo com a União. Na letra da lei federal n.º 3.216, de 1917, observa-se que os Estados não eram obrigados a tornar suas polícias militares em forças auxiliares do Exército. Por meio de um rápido levantamento das mensagens dos presidentes estaduais do Nordeste, percebeu-se que, entre o final da década de 1910 e início da década de 1920, as polícias do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte já eram consideradas forças de reservas do Exército. Alguns fatores podem ter motivado a estes Estados do Nordeste a incorporar as suas polícias ao Exército nacional, como, por exemplo, a falta de preparo militar das Forças Públicas Estaduais e o recrudescimento neste período das medidas policiais contra o “banditismo” na região. Os governos dos Estados nordestinos, possivelmente impossibilitados de contratarem uma missão estrangeira como São Paulo, perceberam, no acordo com a União, uma importante possibilidade para intensificar a militarização de suas Forças Públicas, permitindo aos presidentes estaduais ampliar tanto o poder político como o repressivo.

Contudo, o convênio ventilado pelo Ministério da Guerra foi interessante também para a União, pois, além de suprir a falta de efetivos, possibilitou ao Exército Nacional amenizar as dificuldades orçamentárias para manter as tropas. Para o Exército, o aumento do efetivo demandaria mais alojamentos, fardamentos, armas e equipamentos, provocando gastos que as finanças daquela corporação não suportavam.²⁷⁹ Ao tornar as polícias militares em forças auxiliares do Exército, o Ministério da Guerra resolvia problemas relacionados com vencimentos, quartéis, alojamentos, fardamentos e equipamentos. A manutenção financeira das polícias estaduais continuou sob a responsabilidade dos presidentes dos Estados. O acordo proposto pelo

²⁷⁷ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A força pública em Minas Gerais na Primeira República. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 41-61, 1995.

²⁷⁸ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 153.

²⁷⁹ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Ministério da Guerra objetivou, também, a intervenção e o controle federal sobre as polícias militares estaduais, pois a formação militar e a organização daquelas instituições ficariam sob a responsabilidade do Exército Nacional.²⁸⁰

O estreitamento da relação entre Exército e polícias deveu-se à dificuldade daquela instituição de implantar o sorteio obrigatório e constituir um quadro de reservistas treinados militarmente. Nestas circunstâncias, muitas polícias militares estaduais, entre elas a Força Pública do Ceará, passaram a receber formação militar de acordo com os métodos e regulamentos militares do Exército. A partir do concerto entre Estado e União, a preparação militar dos policiais da Força Pública, teoricamente, voltou-se para a especialização e profissionalização nos serviços policiais e militares de controle do território. Além de influenciar na formação militar dos policiais cearenses, o Exército provocou mudanças na organização interna da Força.

Oficialmente, em 1918, a Polícia Militar cearense, mediante concerto político entre o Governo do Ceará e o Ministério da Guerra, tornou-se força auxiliar de 1.^a linha do Exército Nacional. Não se configurava como novidade a aproximação entre a Polícia Militar cearense e o Exército, pois os regulamentos disciplinares e a organização hierárquica da Força Pública do Ceará, mesmo antes do acordo, buscavam um alinhamento com o que era adotado no Exército. Talvez, isto se explique pela presença de oficiais do Exército comissionados no comando-geral da Força Pública, mas, com o convênio, ocorreu a oficialização da influência do Exército Nacional sobre a Força. Prova desta influência foi a promulgação da lei estadual n.º 1.642, de novembro de 1918, que (re)organizou a Força de acordo com o que era proposto na lei federal n.º 3.216, de 1917. Os policiais militares passaram a ser considerados membros da classe militar, e a hierarquia da Polícia Militar cearense passou a ser idêntica a do Exército, dividindo-se em “oficiais” (superiores, intermediários e subalternos) e “praças” (oficiais inferiores e graduados). O quadro abaixo demonstra como ficou organizada a hierarquia da Força após o acordo com o Ministério da Guerra.

²⁸⁰ Murilo de Carvalho enfatiza que o controle definitivo do Exército sobre as polícias militares estaduais adveio com a Constituição de 1937. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política, 1930/1945*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930, 1., 1983, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: UnB, 1983. p. 107-187.

Quadro 4 – Hierarquia Militar da Força Pública do Ceará (1918-1930)

Nível	Patente
Oficiais Superiores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coronel ▪ Tenente-Coronel ▪ Major
Oficiais intermediários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capitão
Oficiais Subalternos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.º Tenente ▪ 2.º Tenente
Oficiais Inferiores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sargento-Ajudante ▪ 1.º Sargento ▪ 2.º Sargento ▪ 3.º Sargento
Graduados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabo ▪ Anspeçada ▪ Soldado

Fonte: Lei Estadual n.º 1642, de 08.11.1918.

A divisão hierárquica apresentada acima obedecia ao que era exigido pelo Exército Nacional e previsto na lei federal n.º 3.216. O comando geral deveria ser ocupado por oficial do Exército que possuísse, pelo menos, a patente de tenente-coronel; entretanto, ao longo da década de 1920, oficiais da Força Pública do Ceará e do Exército que não tinham os galões de tenente-coronel ocuparam o posto de comandante-geral. A partir do acordo, os oficiais e praças que serviam na Polícia Militar ficavam isentos do sorteio militar, e as praças da polícia que concluíssem o tempo de serviço e não optassem pelo engajamento recebiam a caderneta de reservista. A letra da lei rezava que os policiais das polícias militares não conveniadas com o Ministério da Guerra eram tratados em conformidade com a lei geral que regulamentava o sorteio militar obrigatório.

Tratava-se de um convênio deliberadamente voltado para a organização de um corpo de reserva do Exército Nacional. Mas não se pode esquecer que o Estado também tinha seus interesses, pois possibilitava que a Força Pública do Ceará fosse treinada e organizada a partir dos dispositivos disciplinares e regulamentares do Exército. Conforme visto no segundo capítulo, os homens da Força Pública careciam de disciplina e treinamento militar para desempenhar as

funções de policiamento militar ostensivo. De acordo com as ordens dos comandantes, o adestramento militar dentro da Força deveria intensificar-se, principalmente no que concerne ao treinamento com armas, manobras de guerra e exercícios físicos dos policiais. A preocupação com a instrução técnica, o manejo de armas, as manobras militares e a preparação física fazia parte da nova postura do Exército sobre o que deveria ser a formação militar das forças armadas de terra.

De acordo com McCann, no início do século XX, membros do oficialato do Exército criticavam o ensino nas escolas mantidas pela instituição, pois consideravam as aulas ministradas manifestamente teóricas e pobres em conteúdos militares. Oficiais reformistas no Exército passaram a exigir instrutores experimentados e a valorizar a instrução prática em detrimento da teórica, que imperava nas escolas militares. Neste período, a oficialidade do Exército ventilou várias propostas de reformas voltadas para a “modernização” e profissionalização da instituição.

A partir dos anos de 1910, uma série de reformas ocorreu no Exército, iniciando-se uma fase, segundo os oficiais, de “modernização”, especialmente, no que tange à militarização da instituição. Neste momento, “modernizar” o Exército brasileiro significava fazer forte investimento na compra de material bélico e reorganizar o ensino militar de acordo com os aspectos educacionais militares das grandes potências mundiais. O ensino nas escolas militares, considerado demasiadamente teórico, começou a ser criticado por um grupo de doze oficiais do Exército que estagiara na Alemanha. Estes oficiais logo foram alcunhados de “jovens turcos”, pois eles eram considerados, à época, o principal grupo reformador da instituição militar nacional. Através da revista *“A Defesa Nacional”*, os jovens oficiais censuravam a instrução prática dentro do Exército, considerando-a fraca e deficiente pela falta de instrutores experientes.

Em 1917, intensificam-se as discussões entre o alto oficialato sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar estrangeira destinada ao treinamento dos militares do Exército. Os “jovens turcos” sugeriam uma missão alemã, mas outras propostas foram discutidas, como missões japonesas, norte-americanas e francesas. Após intensos debates, em 1920, o Ministério da Guerra contratou a missão francesa, composta de oficiais do Exército da França para “modernizar” e profissionalizar o Exército Nacional brasileiro. O principal foco da missão francesa esteve direcionado para o ensino dos

oficiais, tanto que os militares franceses intentaram aperfeiçoar as duas principais escolas de oficiais do Exército brasileiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e Escola de Estado Maior. Enfim, os objetivos da missão, basicamente, direcionaram-se para a comercialização de material bélico e para o treinamento dos militares, buscando combinar o ensino prático e teórico nas escolas do Exército.²⁸¹

Devido ao convênio militar entre União e o Estado do Ceará, as críticas direcionadas ao ensino excessivamente teórico nas escolas do Exército brasileiro e as lições da missão francesa reverberaram na Força Pública, tendo como resultado mais imediato propostas de cursos práticos voltados para a formação dos policiais. Em 1920, o comando-geral organizou um “curso tático de infantaria” para os oficiais e os sargentos²⁸² da Polícia Militar. A orientação, os instrutores e os regulamentos dos cursos ministrados na polícia ostensiva cearense deveriam estar em consonância com as exigências do Exército. Segundo o convênio, os cursos eram ministrados por oficiais do Exército e custeados pelos cofres do Estado do Ceará. Em 1921, por exemplo, o Curso Tático de Infantaria, organizado e ministrado pelos instrutores do Exército, capitão Virgílio Borba, 1.º tenente João Gusmão de Castelo Branco e o 2.º tenente César Monte, custou ao erário público estadual três contos de réis (3.000\$000).²⁸³ Há indícios de que alguns policiais chegavam a contratar oficiais do Exército para ministrar aulas particulares. Em 1921, o 2º tenente César Monte cobrou ao comandante-geral cem mil réis (100\$000) pelas aulas de tática de infantaria, mas foi informado por este de que as aulas tinham caráter “meramente particular” e que desconhecia o “dispositivo legal” que autorizava o governo estadual a realizar o pagamento solicitado.²⁸⁴ Possivelmente, os membros do oficialato da Força interessados nos cursos formavam turmas e custeavam com recursos próprios os instrutores. Mesmo com todos os incentivos institucionais, existiam muitos policiais desinteressados nas aulas, a exemplo do soldado João Francisco Inácio,

²⁸¹ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁸² Mensagem do Presidente do Estado do Ceará à Assembleia Legislativa do Ceará, 1920, p. 45.

²⁸³ Ofício do Comandante Geral da FPC para o Secretário do Interior e da Justiça do Ceará, 05/02/1921, APEC, Lv. 47.

²⁸⁴ Informação do Comandante-Geral da FPC para o Secretário do Interior e da Justiça do Ceará, 07/06/1921, APEC, Lv 48.

que, em 1929, ficou preso diversas vezes por faltar aos exercícios de tiro ao alvo.²⁸⁵

O comandante-geral frequentemente solicitava a compra e o envio de material para a instrução prática dos oficiais e das praças da Força Pública do Ceará²⁸⁶; entretanto, vários contratemplos impossibilitavam que os cursos fossem realizados satisfatoriamente. Em ofício, o comandante reclamava ao fornecedor Rudolf Heins da demora na entrega dos três aparelhos de controle de exercícios de pontaria e de um “podometro” ou “dedometro” comprados havia quatro meses.²⁸⁷ Às vezes, os regulamentos enviados pelo Exército chegavam às mãos do comandante-geral da polícia de forma incompleta. Em 1921, o coronel-comandante da Força Pública informava o recebimento da segunda parte do regulamento dos exercícios e combate de infantaria, e demandava ao Estado Maior do Exército a primeira parte do regulamento, explicando que a “[...] intensificação do tirocínio militar” dos policiais dependia do regulamento completo.²⁸⁸ No mesmo ano, o regulamento relativo ao ensino prático do emprego e de tiro de artilharia também veio incompleto, constando somente a segunda parte.²⁸⁹ As reclamações e as solicitações de material arrastaram-se ao longo do período. Em 1927, o comandante da Força solicitava ao presidente do Estado “[...] 15 cunhetes de cartuchos de festim para fuzil modelo 1908, a fim de atender aos exercícios de combate simulado das praças”.²⁹⁰ A demora na entrega e a falta de material prejudicava o treinamento militar dos policiais.

Mesmo com todos os contratemplos, dificuldades e limitações, o Exército, ao longo da década de 1920, exerceu certa influência sobre a instituição policial militar cearense. Havia o esforço por parte dos comandantes da Força Pública em introduzir na polícia o “espírito militar”, principalmente da disciplina. Em 1929, o coronel-comandante da Força Pública do Ceará, Edgar Facó²⁹¹, no discurso de

²⁸⁵ Fé de Ofício do Soldado da FPC João Francisco Inácio, 1929. APEIC.

²⁸⁶ Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Estado Maior do Exército, 24/01/1921, APEC, Lv. 47.

²⁸⁷ Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Sr. Rudolf Heins, 25/01/1921, APEC, Lv. 47.

²⁸⁸ Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Estado Maior do Exército, 02/05/1921, APEC, Lv. 48.

²⁸⁹ Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Estado Maior do Exército, 25/05/1921, APEC, Lv. 48.

²⁹⁰ Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Presidente do Estado do Ceará, 07/12/1927, APEIC.

²⁹¹ O coronel Edgar Facó era major do Exército Nacional brasileiro.

formatura da nova turma de sargentos e cabos, enfatizava que sua gestão se resumia em duas palavras: “Trabalho e Disciplina”. Os comandantes, nos seus discursos, tinham o cuidado de demonstrar que as propostas de educação militar dentro da polícia procuravam obedecer aos parâmetros instituídos pelo Exército. Esboçando as realizações da Polícia Militar no campo educativo, o coronel Facó dizia: “[...] hoje é um campo de basquete ou de voleibol; amanhã será a Escola Profissional. Hoje é a instrução física que fortifica o corpo e vigora a saúde. Amanhã será a Escola que fortifica a inteligência e vigora o moral”.²⁹²

O discurso do coronel Facó estava inserido na perspectiva política nacionalista do Exército que pretendia “[...] ‘fazer brasileiros’ a partir de recrutas, ou seja, cidadãos disciplinados e higiênicos”.²⁹³ Dentro da política de “nação em armas”, o Exército brasileiro também foi o responsável por divulgar a prática da educação física em escolas e organizações recreativas particulares e públicas. A implantação sistemática da instrução física entre os militares brasileiros esteve estreitamente relacionada à missão francesa, que permaneceu trabalhando junto ao Exército brasileiro no período entre guerras. A educação física de orientação francesa, ao longo das décadas de 1920 e 1930, foi intensamente utilizada no Exército.²⁹⁴

Antes do convênio, não se encontraram vestígios sobre propostas de prática de esportes ou de instruções físicas na Polícia Militar cearense. Por volta de meados da década de 1920, os policiais da Força Pública do Ceará participaram de algumas competições esportivas realizadas nos clubes da cidade de Fortaleza. Na ocasião das comemorações da Proclamação da República, em 1928, o comandante-geral solicitou fichas de inscrição²⁹⁵ e inscreveu praças do Pelotão de Cavalaria da Força Pública para participar das provas de hipismo no “Jockey Club Cearense”.²⁹⁶ Intencionalmente, os comandantes da Força pretendiam que as competições esportivas fossem vinculadas à

²⁹² Diário do Ceará, 07/05/1929.

²⁹³ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009. p. 376.

²⁹⁴ CASTRO, Celso. In *corpore sano*: os militares e a introdução da educação física no Brasil. In: _____. **Exército e nação**: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 82-111.

²⁹⁵ Minutas de Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Secretário do Jockey Clube Cearense, 07/11/1928, APEC, Lv. 79.

²⁹⁶ Minutas de Ofício do Comandante Geral da FPC para o Secretário do Jockey Clube Cearense, 12/11/1928, APEC, Lv. 79.

exaltação patriótica, à glorificação de autoridades civis e militares, e à defesa nacional.

Em 1929, foi organizada uma tarde desportiva promovida pela Escola de Aprendizes Marinheiros em Fortaleza. Tomaram parte das competições desportivas no estádio da Escola de Aprendizes forças militares federais e estaduais. Os policiais da Força Pública do Ceará competiram com atletas do Colégio Militar de Fortaleza, do 23.º Batalhão de Caçadores do Exército, da Escola de Aprendizes Marinheiros, da Guarda Cívica de Fortaleza e do Cruzador Bahia da Marinha. O articulista do jornal “Correio do Ceará” afirmou que “[...] pelo preparo das equipes [...]” era prevista “[...] uma bela tarde desportiva”.²⁹⁷ Aproveitava-se o momento para homenagear as autoridades civis e militares. Entre os homenageados civis, encontravam-se dois clubes esportivos da capital, o “Ceará Sport Club” e o “Fortaleza Sport Club”. A competição estava dividida em onze modalidades de atletismo, cabo de guerra e voleibol.²⁹⁸ Não se teve acesso aos resultados obtidos na competição da Escola de Aprendizes, mas os atletas da polícia, em outras competições, chegaram a comemorar com a medalha de ouro no peito. As competições desportivas de que a Polícia Militar participava endossavam o discurso de que a nação necessitava de cidadãos com corpos e mentes saudáveis.

Diante do que foi trabalhado, não há espaços para dúvidas de que o interesse do oficialato do Exército em tornar as polícias militares em força auxiliar estava diretamente relacionado à necessidade de constituir um corpo de reserva habilitado nos métodos militares tanto para os momentos de guerra como para os de paz. A ambiência da guerra mundial, as revoltas operárias e militares, e as dificuldades de efetuar o sorteio militar legitimaram a aproximação do Exército com as polícias militares dos Estados. Em contrapartida, a Força Pública do Ceará e de outros Estados do Nordeste, aos borbotões, propalavam a necessidade de constituir forças policiais preparadas militarmente para desempenhar a missão de manter o controle sobre seus territórios estaduais. A aproximação da Força Pública do Ceará com o Exército era justificada nos discursos dos presidentes e dos comandantes da polícia pela necessidade de operações militares no sertão do Estado, especialmente no controle das fronteiras e na “repressão do banditismo”.

²⁹⁷ Correio do Ceará, 23/05/1929.

²⁹⁸ Ver Anexos.

Depois do acordo com o Ministério da Guerra, as principais mudanças ocorreram nas propostas de formação militar dos policiais da Força Pública do Ceará. Neste período, enxerga-se uma série de investimentos na organização e na criação de espaços voltados para o ensino e o treinamento militar de graduados, inferiores e oficiais. Os comandantes pretenderam que o adestramento dos policiais da Força Pública fosse dirigido para o aperfeiçoamento das ações policiais desenvolvidas cotidianamente, como o policiamento ostensivo das cidades do sertão e o combate de grupos de bandidos. Entretanto, uma série de contratempos, que serão trabalhados nas seções seguintes, impediu que a formação dos policiais fosse efetuada satisfatoriamente.

3.2 Graduados: a Escola Regimental

A lei n.º 1.642, que (re)ordenou a Força Pública do Ceará, previa a organização de instituições para o ensino dos policiais. A primeira medida, então, foi reformular o programa da Escola Regimental, que até então se destinava, especificamente, para o ensino das primeiras letras às praças analfabetas. Depois do convênio, a Escola Regimental passou a preparar os policiais interessados nos concursos para os postos de graduados (anspeçada e cabos) e oficiais inferiores (sargentos). No início dos anos de 1920, as aulas da Escola Regimental estavam sob os cuidados de membros do oficialato do Exército, como o capitão Virgílio Borba, os 1.ºs tenentes Atahualpa de Alencar e João Gusmão de Castelo Branco e o 2.º tenente César Monte.²⁹⁹ Ao longo da década, os próprios oficiais da Força Pública assumiram a direção e passaram a ministrar os cursos da Escola.

A Escola Regimental dividia-se em três séries. A primeira série voltava-se para ensinar as primeiras letras para as praças analfabetas. A segunda série teria como meta preparar as praças para as funções de cabo. A terceira série visava preparar as praças habilitadas nas funções de cabo para as funções de sargento. O programa da Escola Regimental da Força Pública acompanhava o das Escolas Regimentais do Exército. O policial também aprendia instruções sobre os serviços policiais e conhecimentos sobre instrução jurídica básica. Em uma parte

²⁹⁹ Lei n.º 1.642, de 8 de novembro de 1918, que reorganiza a Força Pública do Estado.

anexa à escola, deveria funcionar uma biblioteca com livros “[...] sobre assuntos militares e policiais, história e geografia pátria”.³⁰⁰

Quadro 5 – Livros adotados pela Escola Regimental da FPC (1919)

Livros	Quantidade
1.º Livro de Leitura (Felisberto de Carvalho)	12
2.º Livro de Leitura (Felisberto de Carvalho)	12
3.º Livro de Leitura (Felisberto de Carvalho)	12
1.º Ano de Gramática Portuguesa (FTD)	12
2.º Ano de Gramática Portuguesa (João Ribeiro)	12
Geometria Prática (Olavo Freire)	12
História do Brasil (Lacerda)	18
1.º Ano de Aritmética (Trajano)	12
2.º Ano de Aritmética (Trajano)	12
Geografia Curso Médio (FTD)	18
Livro de Leituras Militares	24

Fonte: Ofício do Comandante-Geral da FPC para Secretário do Interior, 20/05/1919. APEIC

Acompanhando as preocupações de outras forças armadas, a Força Pública do Ceará destinou espaço específico para o ensino da história e da geografia do Brasil. Em 1919, o comandante geral solicitava a compra de um globo geográfico para os professores ministrarem aulas de geografia na Escola Regimental.³⁰¹ A proposta de ensino da Escola da Força Pública estava inserida na ideia de que as forças armadas, além de promoverem a defesa nacional, seriam uma espécie de bastião da nacionalidade. Em termos práticos, o conhecimento sobre a “geografia pátria” tornava-se de fundamental importância para os policiais da Força, pois, como integrantes de uma força auxiliar de 1.ª linha do Exército, a qualquer momento poderiam se

³⁰⁰ Mensagem do Presidente do Estado João Tomé de Saboia e Silva à Assembleia Legislativa do Ceará, 1920, p. 45.

³⁰¹ Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, 30/06/1919. APEIC.

encontrar em combate em outros Estados. Afinal, os tempos eram de revoltas, especialmente as militares, que aconteceram em alguns momentos da década de 1920. Em 1926, contingentes constituídos de graduados, inferiores e oficiais da Polícia Militar cearense juntaram-se às tropas do Exército, e deslocaram-se por diversos Estados do Nordeste e do Sudeste combatendo a Coluna Prestes. Por exemplo, o cabo Raimundo Cosme da Força Pública, naquele ano, foi incorporado ao Exército Nacional para combater os militares revoltosos no Estado de São Paulo.³⁰²

O ensino de História, provavelmente, exaltaria os grandes feitos dos militares e políticos brasileiros. Os heróis republicanos, principalmente os responsáveis pela Proclamação da República, deveriam ganhar destaque. Não, por acaso, neste período, inaugurou-se, no quartel geral da Força Pública do Ceará, uma galeria de retratos dos presidentes da República e do Ceará. Os primeiros homenageados foram os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Nos festejos de inauguração da Escola Regimental, o retrato do presidente do Estado, João Tomé de Saboia e Silva, ganhou lugar na galeria.³⁰³ O ensino de História e a galeria de retratos deveriam servir para demonstrar aos policiais que a Força Pública era uma corporação militar policial comprometida com a manutenção da ordem pública estadual e nacional.

Houve um investimento nos elementos simbólicos para a formação do policial militar, tanto que, em 1918, o escritor Antonio Salles (letra) e o tenente músico Martiniano José Monteiro, da Força Pública do Ceará (música), compuseram a “Canção da Polícia Militar do Ceará”. É possível que, na inauguração da Escola Regimental, a banda de música da Força Pública tenha tocado essa canção.

Canção da Polícia Militar do Ceará

Do Brasil sou o livre soldado
Palpitante de fé e de amor,
Se meu sabre conservo empunhado,
Não conheço ambição nem rancor

Estribillo

Exclamo impávido
Em tom viril,

³⁰² Fé de Ofício do Cabo Raimundo Cosme da FPC, 1927.

³⁰³ Relatório do Comandante-Geral da FPC, 1920. p. 15-16.

Viva a República
Viva o Brasil!

Meu ardente desejo de moço,
É amar defender e servir
Meu País, este jovem colosso
Destinado ao mais belo porvir

Uma Pátria mais nobre e mais bela,
Entre todas no mundo não há!
Quem não morre de amores por ela?
Quem seu sangue por ela não dá?

Do Amazonas ao Prata se estende
Sob um céu de puríssimo azul;
Coração que bondoso resplandece,
Traz no peito o Cruzeiro do Sul.

Essa cruz luminosa é o emblema
Da nobreza de meus ideais
Que só visam à glória suprema
Das conquistas sublimes da Paz

Sou amigo da paz, porém quando
A injustiça brutal pretender
Nos ferir, nossa Pátria insultando,
Saberei pelejar e vencer.³⁰⁴

Nos primeiros versos, percebe-se a intenção de formar e de educar o policial como um soldado cumpridor do seu dever patriótico. Eleva a imagem de um policial distante das questões políticas e que apenas servia aos interesses legais do Ceará e do Brasil. A canção ajuda a perceber que a Polícia Militar procurou incorporar imagens e símbolos para demonstrar que era força auxiliar do Exército, instituição militar que representava a si mesma como “[...] herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira”.³⁰⁵ Os idealizadores da Escola Regimental pretendiam que ela fosse um dos principais veículos para difundir esta imagem entre os

³⁰⁴ RODRIGUES, Abelardo. **Resumo histórico da Polícia Militar (1835-1955)**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1955. p. 123.

³⁰⁵ CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 103-117, 2000. p. 104.

policiais. Teoricamente, o papel educativo da escola era estratégico, pois ficava responsável, praticamente, pela formação do grosso da tropa da Força Pública do Ceará, constituída pelos graduados. A Escola, também, deveria ter a finalidade de disciplinar militarmente e remediar as exclusões por indisciplina dos policiais que formavam os postos mais baixos da corporação policial.

Dentro desta perspectiva, em 1927, o presidente do Estado, Moreira da Rocha, informa à Assembleia que “Na Escola Regimental, além do ensino primário, que deve obedecer ao programa das escolas públicas, é dada aos soldados instrução policial, para habilitá-los a desempenharem bem a sua missão de mantenedores da ordem pública.”³⁰⁶

Nos documentos oficiais, a Escola era apresentada como a instituição responsável por instruir os soldados para a missão que deveria ser desempenhada pela Força Pública, qual seja: a de policiar o território estadual. Entretanto, apenas uma pequena parcela dos soldados frequentava a Escola Regimental, pois muitos dos policiais ficavam espalhados pelas companhias, batalhões e destacamentos distribuídos no interior. Por exemplo, no ano de 1924, do universo de quatrocentos e noventa e um graduados existentes na Força, matricularam-se apenas sessenta e seis, “[...] não tendo sido maior, por não poderem ter sido matriculados as praças dos destacamentos do interior do Estado”.³⁰⁷ Além disso, o ensino na Escola ficava prejudicado, às vezes, por que faltava o principal elemento, o professor. Diante destas constatações, pode-se perceber o quanto a formação militar para os graduados era deficitária na corporação. Conforme visto no segundo capítulo, na Força Pública ingressava grande número de voluntários analfabetos que, mesmo sendo matriculados na Escola, permaneciam sem aprender a ler e a escrever, seja pelo desinteresse, seja pelo fraco ensino ministrado.

Na leitura dos documentos coletados, percebeu-se que as propostas da Escola Regimental não foram alcançadas, pois muitos policiais, nos postos de graduados, demonstravam total desconhecimento das regras disciplinares e das técnicas militares. Em diversos momentos, encontraram-se nos jornais matérias relativas à má atuação dos soldados, mostrando que a formação dos policiais de baixa

³⁰⁶ Mensagem do Presidente do Ceará José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa, 1927, p. 30.

³⁰⁷ Mensagem do Presidente do Ceará José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa, 1925, p. 38.

patente não acontecia da forma homogênea que era apresentada nos discursos dos comandantes da corporação. Entretanto, a retórica laudatória das autoridades políticas e policiais presentes nos documentos oficiais tentava construir a imagem de uma Escola voltada para a formação de um policial militar consciente do dever cívico patriótico, destinado a desempenhar a “[...] missão de mantenedores da ordem pública”.

3.3 Inferiores: cursos e concursos

A partir da década de 1920, intensificaram-se as matrículas de policiais nos cursos de sargentos na capital federal, bem como os concursos internos para os postos de cabos e sargentos na Polícia Militar cearense. Em 1925, o comandante geral informava sobre o recebimento da cópia das instruções para matricular policiais no curso da Escola de Sargentos de Infantaria do Rio de Janeiro³⁰⁸. Os policiais interessados submetiam-se a exames e, caso fossem aprovados, matriculavam-se. Em 1929, os policiais José Benigno Gondim, João Nogueira da Silva, Markan de Mattos Dourado, João Elmiro de Souza e Eduardo Olavo de Souza obtiveram êxito nos exames e foram matriculados na Escola de Sargentos do Rio.³⁰⁹

Nas atividades de policiamento, de forma especial durante os anos de 1920, os sargentos da Força Pública ganhavam cada vez mais importância. Esta situação fez com que muitos inferiores passassem a exigir o devido respeito às suas insígnias. O jornal “Gazeta de Notícias”, de 1929, publicou uma história em que aparece a figura de um inferior que exigia respeito pelas divisas que possuía. Segundo o articulista, o fato aconteceu na rua D. Pedro, na capital, entre o sargento Borges e o guarda cívico 146. Naquele momento, o oficial inferior perguntava ao guarda:

- Você não conhece os dispositivos militares? Por que não me fez continência?
 - Ora seu sargento... Sei o que é disciplina. Não o vi. O Sr. passou à retaguarda. Tanta vez eu tenho feito continência e o Sr. faz que não vê...

³⁰⁸ Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Presidente do Estado do Ceará, 19/08/1925. APEIC.

³⁰⁹ Diário do Ceará, 17/01/1929.

Continuou por algum tempo a troca de palavras: - descortesia do sargento e justificação do guarda, até que se retiraram.

Indagamos de alguém: quem é? Por que tanta valentia?

- É o Borges. Era, há poucos dias, cabo do esquadrão. Passou a sargento e é isto que se viu. Muita gente por aqui quer talvez mostrar que sargento é sargento e guarda é guarda.³¹⁰

O articulista da “Gazeta de Notícias”, conversando com os transeuntes, disse que uns acharam que a atitude do sargento Borges foi uma demonstração de “grandeza”, mas outros perceberam como “pose”. No entanto, pode-se aprofundar a análise da postura do oficial inferior em questão. Os sargentos, nas forças armadas, passaram a desempenhar papel importante, pois os inferiores ficavam responsáveis pela instrução dos militares que compunham os graus mais baixos na hierarquia da corporação. Talvez, isto explique a repreensão feita pelo sargento ao guarda que fazia a ronda em uma das artérias de Fortaleza, afinal a Guarda Cívica, no que se refere à disciplina militar, estava subjugada à Força Pública.

Entretanto, é interessante aventar outra possibilidade para a postura do sargento. É muito provável que o policial Borges tenha conseguido as suas insígnias através dos concursos e dos cursos exigidos para o posto de sargento. Na década de 1920, iniciou-se uma política que pretendeu instituir critérios de promoções através de concursos. Os concursos, segundo os comandantes, pretendiam acabar com as promoções baseadas em personalismos e instaurar a “meritocracia” por meio da competência demonstrada no conhecimento policial e técnico-militar. De certa forma, os policiais que passavam por este processo seletivo desenvolviam um sentimento de superioridade e muitas vezes gabavam-se das divisas exigindo respeito dos subordinados.

O jornal “Diário do Ceará” informava que o exame para oficiais inferiores obedecia “[...] ao mesmo critério seguido e adotado, no Exército”.³¹¹ As matérias do concurso podem revelar questões interessantes sobre a formação militar exigida dos sargentos da Força Pública do Ceará. Na formação dos sargentos da Polícia Militar, os

³¹⁰ Gazeta de Notícias, 03/06/1929.

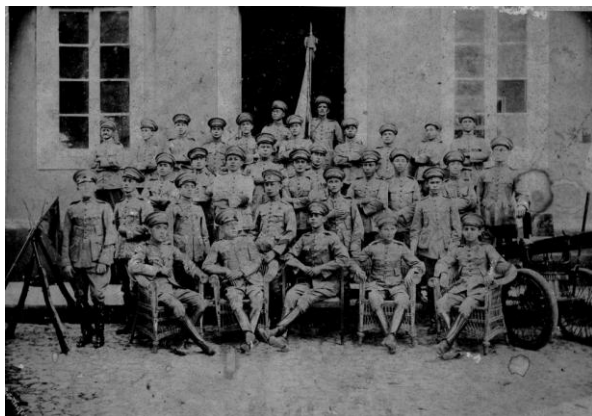
³¹¹ Diário do Ceará, 17/05/1929.

instrutores exigiam conhecimentos relativos à tática de combate, ao uso de armas, à logística militar e a instruções policiais. Os programas dos concursos tinham o objetivo de avaliar os candidatos, principalmente, nos assuntos militares e policiais. Os instrutores vislumbravam aprovar os policiais habilitados nos métodos militares e que demonstrassem conhecer o trabalho policial desempenhado pela Força Pública. Visando demonstrar que a Polícia Militar cearense era força auxiliar de 1.^a linha do Exército, os avaliadores divulgavam que, para ingressar nos quadros de oficiais inferiores, os aspirantes teriam que conseguir conciliar os conhecimentos policiais e militares. Esta postura permite que se perceba que os instrutores pretenderam divulgar que existiam, nos postos de sargentos da Força Pública, policiais militares preparados para atuar na manutenção da ordem do território cearense e na segurança nacional.

Analisando o conteúdo do concurso de 1929³¹², percebe-se que ele atribuía importância ao conhecimento das especificidades geográficas do Ceará, especialmente a corografia das cidades do Estado. Possivelmente, eram destacados os municípios que serviam de sede dos destacamentos e as cidades que faziam fronteira com outros Estados. Os policiais militares, em muitas cidades, eram os únicos agentes do Estado responsáveis pelos trabalhos policiais, por isso o conhecimento da história, da demografia e das povoações das cidades dos sertões cearenses tornava-se imprescindível para os policiais. Entretanto, é provável que muitos sargentos tivessem dificuldades em acompanhar e compreender as aulas ministradas pelos oficiais instrutores.

³¹² Ver Anexos.

Imagem 8 – Turma de Sargentos da Força Pública do Ceará (1924)



Fonte: MIS (2014)

É importante não superestimar a formação dos sargentos. Torna-se oportuno questionar o preparo militar dos sargentos da Força, pois muitos dos aspirantes a inferiores da corporação, de acordo com os dispositivos regulamentares de ensino, deveriam ser egressos da deficiente Escola Regimental, afinal esta instituição também era, conforme já trabalhado, uma espécie de curso preparatório. Deve-se ressaltar ainda que, na leitura da documentação, percebeu-se que, na Escola, além da constante ausência de professores, faltavam materiais didáticos para as aulas. Partindo destes indícios, pode-se inferir que a formação militar de muitos graduados que passavam pela Escola poderia ser bastante deficitária. Esta situação não se restringia apenas aos graduados e inferiores, pois, como será trabalhado, o treinamento policial e militar de muitos oficiais deixava a desejar.

Os sargentos, corriqueiramente, assumiam o comando de destacamentos nas cidades do interior. Nos anos de 1920, a presença de sargentos à frente da administração dos destacamentos foi se intensificando, pois muitos oficiais passaram a atuar como delegados militares em comissão. Por isso, exigia-se a noção de escrituração militar nos concursos para sargentos, notadamente a organização de tabelas de vencimentos, roteiro de guarda, distribuição de contingentes, dentre outras tarefas burocráticas. Os sargentos ainda eram requisitados para a realização de serviços administrativos nos quartéis, nas delegacias e nas repartições públicas em geral. Tanto que, em 1930,

criou-se um Curso de Administração para os sargentos da Força Pública. As aulas do curso eram ministradas por um oficial da polícia, ocorriam no intervalo de um mês e realizavam-se nas dependências do quartel no período noturno.³¹³

Ainda na análise do programa do concurso de 1929 para sargentos, percebe-se que os conteúdos exigidos relacionavam-se com o trabalho conjunto que a Força Pública do Ceará desempenhava com outras forças armadas. Na década de 1910 e 1920, muitas foram as expedições envolvendo policiais cearenses, militares do Exército e policiais de outros Estados do Nordeste. Algumas tiveram projeção nacional, como em 1926, quando os oficiais da Força Pública e do Exército coordenaram e organizaram forças policiais militares para combater os tenentes “revoltosos” da Coluna Prestes. A Polícia Militar cearense deveria desenvolver atividades com forças policiais dos Estados vizinhos, pois as forças policiais militares de alguns Estados do Nordeste, através de convênios interestaduais (1912, 1922 e 1926), estabeleceram uma série de estratégias para o controle das fronteiras e o combate dos grupos de bandidos que atuavam no sertão nordestino.

No final da década de 1920, procurou-se investir nos cursos profissionais para os inferiores da Força Pública. Em 1927, através de mensagem à Assembleia Legislativa, o Presidente José Moreira da Rocha salientava que:

Há ainda [na Força Pública do Ceará] um curso profissional em que, ao lado das disciplinas básicas e preparatórias, são dadas aos alunos as noções necessárias à arte militar. Graças a esse curso, que visa preparar os futuros oficiais, os inferiores poderão receber conhecimentos técnicos, que a instrução moderna exige nas corporações militares, mormente sendo [a Força] reserva do Exército.³¹⁴

Conforme as propostas dos cursos profissionais, havia a preocupação de treinar os aspirantes aos postos de inferiores nos conhecimentos técnico das armas usadas no Exército. De acordo com o convênio entre o Estado e a União, o treinamento prático com armas

³¹³ Diário do Ceará, 14/02/1930.

³¹⁴ Mensagem do Presidente do Ceará José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa, 1927, p. 30.

deveria tornar-se presente no cotidiano dos policiais da Força Pública do Ceará. Além do adestramento nas armas utilizadas nas atividades cotidianas de policiamento, como o mosquetão e o fuzil mauser, os policiais teriam que passar a conhecer e a manejar armas de guerra como: metralhadoras e granadas. Reflexo desta preocupação em formar uma força militar de guerra está na organização de dois pelotões de metralhadoras: leves e pesadas. Estes pelotões deveriam ser convocados em situações extraordinárias e eram comandados por tenentes auxiliados por sargentos.³¹⁵ Teoricamente, os sargentos nos pelotões de metralhadoras deveriam ficar responsáveis pela intendência e pelo material bélico; no entanto, quando se analisa as ações da polícia no sertão, percebe-se que muitos sargentos atuaram no comando das unidades de metralhadoras.

Ao observar a atuação dos policiais, percebeu-se que havia uma distância entre o que se pretendia e o que realmente era alcançado nos cursos profissionais ministrados aos policiais militares. Grande parte dos policiais tinha dificuldade de manejar o armamento utilizado na Força, especialmente as metralhadoras Hotchkiss adquiridas depois do convênio com o Ministério da Guerra. O conhecimento sobre o funcionamento das armas tornava-se mais complicado para os policiais quando os manuais não chegavam ou vinham incompletos. Frequentemente, os policiais não compareciam às aulas de instrução sobre as armas e de tiro ao alvo, ou por desinteresse, ou porque permaneciam anos destacados nas cidades do interior, sem receber as devidas instruções de aperfeiçoamento sobre o material bélico usado na Polícia Militar. Nos prédios que serviam de caserna nas cidades do sertão, não se encontravam espaços adequados para que os policiais fizessem o treinamento com armas, as quais, muitas vezes, inexistiam, deixando o contingente, literalmente, desarmado.

Os concursos e os cursos de sargentos pretenderam, com seus programas de ensino, constituir um quadro de oficiais inferiores treinados nas lides policiais e militares. No discurso oficial, a preocupação em treinar os sargentos ligava-se ao número insuficiente de oficiais para cobrir os serviços burocráticos e os trabalhos de policiamento das cidades do Estado. No período pesquisado, as reclamações relativas à falta de oficiais eram uma constante nos ofícios e relatórios dos comandantes. Estas queixas recrudesceram na década de 1920. Segundo o alto comando, isto acontecia porque o raio de ação dos

³¹⁵ Livro de Leis do Ceará: Lei n.º 2.213, de 28/10/1924.

policiais da Força Pública aumentou com os convênios policiais interestaduais. Estes estipulavam que as forças policiais conveniadas deveriam atuar, também, nos territórios dos Estados limítrofes. Assim, na ausência de oficiais, os sargentos conhecedores do ofício policial poderiam auxiliar comandantes ou comandar composições e destacamentos policiais nas cidades do sertão. Os comandantes apontavam que, a exemplo da dinâmica do Exército, os sargentos poderiam ficar responsáveis pelo ensino dos recrutas e dos soldados, pois se tornava muito dispendioso e complicado para a Força Pública do Ceará destinar oficiais para estas funções. As tentativas de constituir um quadro de oficiais inferiores preparados para atuar na manutenção da ordem pública do Estado não foram bem-sucedidas, pois a formação técnico-militar recebida pelos sargentos na Força Pública demonstrava inúmeros problemas, como os apresentados nos parágrafos acima.

3.4 Oficiais: a Escola Profissional da Força

Depois do convênio militar com a União, os comandantes da polícia e os presidentes do Estado procuravam mostrar que os policiais militares da Força Pública eram moralmente elevados, disciplinados e treinados nas técnicas militares. A aproximação da Força com o Exército Nacional foi percebida pelas autoridades estaduais como importante elemento para melhorar a imagem negativa que impregnava a “briosa” corporação policial militar do Ceará. Nesta perspectiva, em 1926, o presidente do Estado José Moreira da Rocha, através de mensagem para os deputados estaduais, apontava que:

A elevação do seu nível moral se vem acentuando, graças a um sistema de medidas adotadas pelo seu comando, que se resumem na cuidadosa instrução técnica que lhe vem sendo ministrada, compatível com a sua organização e com a sua função de reserva do Exército Nacional, no escrúpulo que se tem exercido na escolha do seu voluntariado, e no afastamento de suas fileiras das praças refratárias à disciplina.³¹⁶

³¹⁶ Mensagem do Presidente do Estado José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa do Ceará, 1926, p. 33.

Esta preocupação do governo do Estado de fabricar uma boa imagem da instituição deve-se ao fato de o policial militar estar associado pela imprensa dita “independente” a homens ignorantes, rudes e violentos. Muitos policiais da Força Pública, principalmente os oficiais, eram temidos pela população pobre das cidades do sertão cearense por participarem de saques, roubos e assassinatos a mando de chefes políticos sertanejos. Em “O Ceará”, de 1927, o articulista afirmava que no sertão o “[...] bandoleirismo [fraternizava] com a polícia, no mais imoral e cínico dos contubérnios”.³¹⁷ No período, encontram-se várias acusações feitas aos oficiais de receberem dinheiro para participar de disputas envolvendo os chefes políticos locais, especialmente durante as eleições municipais. Diante do descrédito dos policiais e, em particular, da oficialidade, os presidentes do Ceará e os comandantes da Força Pública pretenderam, na década de 1920, construir uma imagem dos oficiais como agentes moralizadores da corporação.

Os presidentes do Ceará atribuíram missão especial aos oficiais, pois os membros do oficialato da Força Pública, especialmente depois do acordo com a União, deveriam ser vistos como o oficialato do Exército – educadores da tropa e paladinos do patriotismo. Tornou-se comum nos documentos oficiais os presidentes afirmarem que o oficial da Força era “[...] antes de tudo, um educador”. Parafraseando o Ministro da Guerra, o presidente do Estado, Moreira da Rocha, em 1926, afirmava que a função militar teria que ser encarada pelo oficial como um “sacerdócio”, devendo este “[...] zelar pelos bons costumes da sua tropa, com a tenacidade dos que creem no grande futuro que está reservado à nossa Pátria”.³¹⁸ Nas falas dos presidentes estaduais, os oficiais apareciam como homens capazes de unir a honra militar à utilidade social a partir de uma educação moral animada pelo amor à pátria.

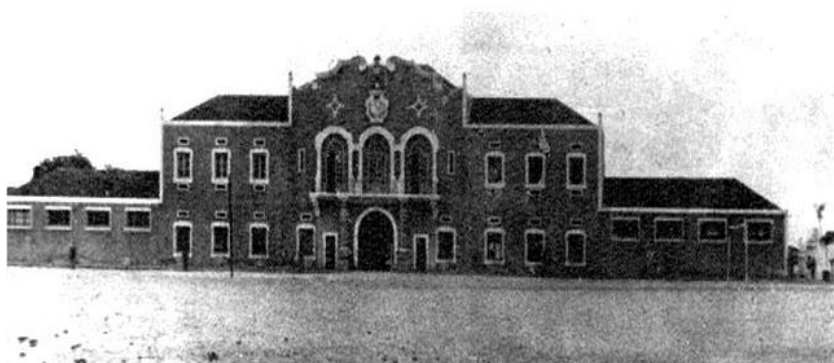
Na perspectiva dos comandantes da Força Pública, o oficial deveria estar preocupado com a disciplina e a educação militar, bem como ser o responsável por promover a moralização dos seus comandados. Tratava-se de uma tentativa a “*fôrceps*” da cúpula da Força de desconstruir a imagem que vigorava na sociedade cearense, ou seja, de policiais envolvidos com chefes políticos e cangaceiros do

³¹⁷ O Ceará, 07/06/1927.

³¹⁸ Mensagem do Presidente do Estado José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa do Ceará, 1926, p. 33-34.

interior do Estado. Sob a égide do Exército, os oficiais da Polícia Militar deveriam se dedicar às questões militares e deixar a política de lado. Inspirando-se nos ideais divulgados pelo Exército, os comandantes gerais da Força apresentavam o oficialato da polícia estadual como um corpo de homens indiferente às riquezas e frivolidades, mas afeitos à retidão, à boa-fé e à lealdade. Procurando acompanhar as diretrizes do Exército Nacional, os membros da oficialidade da Força Pública ainda passaram a ser representados pelos comandantes-gerais como os principais divulgadores das lições militares aprendidas na caserna.

Imagem 9 – Fachada do novo Quartel Geral da Força Pública (1928)



Fonte: PMCE (2014)

Os oficiais deveriam tornar o quartel num espaço privilegiado de produção de conhecimento, de sociabilidade e de treinamento para os policiais. Entre 1920 e 1923, foi construído um novo quartel geral da Força Pública do Ceará na capital. O quartel ficou instalado defronte à Praça José Bonifácio (antiga Praça dos Coelhos). No transcorrer da década de 1920, intervenções e melhoramentos foram realizados na infraestrutura do prédio, especialmente na gestão do coronel Edgar Facó. A construção do quartel da polícia do Ceará estava acompanhando o “programa de construção de quartéis” do Exército Nacional. A assessoria prestada pela missão francesa direcionou-se, também, para a melhoria dos quartéis, que eram vistos como importantes espaços internos de treinamento e educação militar. O novo quartel geral da Força, evidentemente, fora construído visando à

instrução militar, tanto que houve uma preocupação com o interior da edificação, que passou a contar com áreas abertas para treinamentos, exercícios e paradas militares. Naquele momento, difundia-se pelo país que o homem verdadeiro se fabricava dentro das casernas, locais onde se fortificava o corpo, definia-se o caráter e desenvolvia-se o patriotismo do soldado.³¹⁹

Não por acaso, a construção do novo quartel, para muitos contemporâneos, era percebida como mais um “[...] esforço para o levantamento moral, intelectual e material”³²⁰ da Força Pública do Ceará. A edificação do imponente quartel da Polícia Militar estava ligada à imagem de que as forças armadas eram o abrigo patriótico que resguardava e promovia a virtude varonil nacional. Em 1929, o jornal “Diário do Ceará”, em letras garrafais, trazia a seguinte manchete: “*Uma visita ao Quartel da Força Pública*”. O enviado do jornal descreveu, por excelência, a rotina da instrução militar dentro do quartel da Força. Iniciava o texto exaltando que a caserna da Força Pública estava “[...] transformada numa verdadeira oficina de soldados e homens úteis à causa pública e à Pátria [...]”. O jornalista responsável pela visita logo destacou o “Stand de Tiro General Joaquim Inácio”, local em que os policiais recebiam instrução de tiro real e aprendiam o “[...] manejo de armas de fogo atualmente da infantaria (fuzil mosquetão e fuzil metralhadora)”. Continuando a visita, o periodista observou que a Força seguia o “[...] programa elaborado segundo os métodos modernos adotados no Exército”, os policiais recebiam “[...] instruções de ginástica, de infantaria, serviço em campanha [...]”. No período noturno, funcionava a Escola Regimental com turmas específicas para as praças analfabetas. O articulista afirmou que, especialmente, para os oficiais era “[...] ministrada instrução em caráter de palestras militares, preparando-os para enfrentarem o programa”³²¹ da Escola Profissional de Oficiais da Força.

Antes da criação da Escola Profissional, o ensino dos oficiais realizava-se por meio de cursos e palestras voltadas para o aperfeiçoamento teórico e prático. Tal metodologia permite inferir que o ensino dos oficiais, durante muitos anos, foi realizado na base do improviso. Não existia sequer uma sala destinada aos cursos, tanto que,

³¹⁹ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 329.

³²⁰ Diário do Ceará, 14/02/1930.

³²¹ Diário do Ceará, 18/02/1929.

em 1920, o coronel-comandante solicitou com urgência a instalação de iluminação no salão do quartel para receber os oficiais durante um curso de aperfeiçoamento.³²² Os cursos, em geral, eram ministrados por oficiais do Exército e consistiam em táticas de infantaria. A iniciativa, às vezes, partia dos próprios membros da oficialidade. No final da década de 1910, o oficialato da Força Pública fundou um “grêmio lítero-militar” com vistas ao “[...] desenvolvimento intelectual de seus membros, a fim de com maior esclarecimento e aptidão poderem desempenhar os cargos que lhes são confiados [...]”.³²³ Por vezes, a iniciativa partia do interesse particular de cada oficial, alguns membros da oficialidade tinham acesso à produção escrita por oficiais do Exército e de escritores civis que se dedicavam às questões militares. O livro *“Leituras Militares”*, do literato Osório Duque Estrada, teve ampla circulação entre os oficiais da polícia.³²⁴ Alguns oficiais, a exemplo dos tenentes Medeiros Bastos, Leite e Martinho, entravam em contato com os ensinamentos e os pensamentos militares através da assinatura da revista *“A Defesa Nacional”*.³²⁵

Mesmo com os cursos e a iniciativa individual de alguns membros da oficialidade, até então, a formação militar dos oficiais dava-se, principalmente, por meio de palestras. As palestras ministradas visavam não apenas à teoria, mas trabalhavam a parte prática, especialmente, do manejo de armas. Existia uma deficiência, por parte de muitos oficiais, sobre o conhecimento do armamento utilizado. No ano de 1928, o 2.º tenente João Medeiros Bastos da Força Pública ministrou uma série de palestras sobre o fuzil e o mosquetão mauser para os oficiais subalternos (1.º e 2.º tenentes).³²⁶ As armas que estavam sendo trabalhadas na palestra eram usadas no cotidiano dos policiais. Tratava-se de questões básicas, mas havia oficiais que não conseguiam fazer a identificação e muito menos reconhecer as partes do armamento

³²² Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Secretário do Interior e da Justiça do Ceará, 11/12/1920. APEIC.

³²³ Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Secretário do Interior e da Justiça do Ceará, 31/07/1919, APEIC.

³²⁴ Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Presidente do Ceará, 21/06/1913. APEIC.

³²⁵ Memorandum do Tenente-Fiscal da FPC, 10/04/1930, APEC, Lv. 86.

³²⁶ As palestras aconteciam no quartel, diariamente, das 13h00min às 15h00min. O programa estava dividido em seis partes: a) características; b) descrição, partes principais em que se divide o estudo detalhado de cada uma delas, acessórios; c) desmontagem e montagem; d) incidentes de tiro, modo de saná-los; e) material de limpeza, limpeza e conservação; f) dados numéricos. Ver: Minutas de Ofício do Tenente-Coronel Fiscal da FPC ao Comandante Geral da FPC, 18/12/1928, APEC, Lv. 79.

utilizado. Deve-se salientar que os policiais poderiam não ter o conhecimento técnico sobre armas, mas a experiência cotidiana do trabalho de policiamento fazia com que aprendessem a usá-las. Por isso, muitos dos cursos e das palestras ministradas para os oficiais eram considerados de aperfeiçoamento.

Por esta época, os oficiais das polícias militares estaduais do Nordeste passaram a utilizar o fuzil metralhador Hotchkiss, de fabricação francesa. Esta metralhadora era portátil e automática, disparava duzentos e vinte tiros por minuto. Em 1928, a Força Pública adquiriu do Ministério da Guerra “[...] duas metralhadoras leves Hotchkiss e quatro fuzis metralhadoras Hotchkiss com os respectivos acessórios”³²⁷ destinados a armar o 1.º Batalhão e a Cia. de Infantaria da Força. Com a aquisição das metralhadoras, os oficiais da Polícia Militar iniciaram treinamentos práticos de tiro no “Stand General Joaquim Inácio”, instalado nas dependências do quartel geral. Em 1929, na presença do comandante-geral e do tenente-coronel fiscal, a oficialidade realizou exercícios de tiro “[...] com relativo aproveitamento”. O jornalista que acompanhou o exercício percebeu que os oficiais “[...] demonstraram, mais ou menos, uma certa facilidade no manejo e emprego da nova arma de guerra”.³²⁸ Em verdade, a oficialidade da polícia não demonstrou perícia no uso da “[...] nova arma de guerra”. Mas isto pode ser explicado pelo fato de os oficiais, e os policiais em geral, estarem acostumados a manejar apenas o fuzil e o mosquetão mauser; as metralhadoras configuravam-se, até então, como armas desconhecidas de muitos policiais.

Segundo o alto comando, a formação do pelotão de metralhadoras leves ocorreu devido aos constantes fracassos das operações policiais de “[...] repressão do banditismo” no sertão do Estado. Na Força, existia um pelotão constituído de antigas metralhadoras pesadas doadas pela Marinha brasileira, as quais os policiais faziam bastante resistência de utilizar, principalmente devido ao peso delas, que dificultava a locomoção durante as perseguições a grupos de bandidos dentro da caatinga. O novo armamento importado da França facilitava a mobilidade dos homens da Força Pública. A compra das metralhadoras Hotchkiss estava inserida num conjunto de reformas

³²⁷ Minutas de Ofício do Comandante-Geral da FPC para o Secretário do Interior e da Justiça do Ceará, 24/12/1928, APEC, Lv. 79.

³²⁸ Diário do Ceará, 07/03/1929.

efetuadas pelo coronel Edgar Facó, que entrou na Força com o discurso de que iria torná-la uma força de guerra especializada no combate do “banditismo”. Estas medidas iniciadas pelo coronel Facó estavam ligadas às pressões de intelectuais e de políticos da capital que iniciaram, na metade dos anos de 1920, forte campanha para uma intervenção de tropas do Exército para exterminar os grupos de bandidos no Ceará. Além da compra do novo armamento, o comandante Facó foi o responsável por organizar e criar uma Escola para formar e profissionalizar oficiais da Força Pública.

Antes da Escola Profissional, não foram ofertados cursos regulares para os oficiais da Força Pública. Conforme abordado, o ensino militar prestado pela Força à oficialidade reduziu-se às palestras e aos cursos de aperfeiçoamento. Estes se resumiam na instrução militar direcionada para manobras militares, aulas de tiro real e conhecimento técnico de armas. Transformação significativa no ensino para os oficiais ocorreu, em 1929, com a inauguração da Escola Profissional. A inauguração da Escola teve lugar em uma manhã de sábado nas dependências do novo quartel geral na Praça José Bonifácio. Ao abrir a sessão,

[...] o cel. Edgard Facó referiu-se à Escola inaugurada destinada a transformar material e moralmente o Regimento, apreciando o sistema de improvisação de oficiais e mostrando quanto significa o que já conseguiu o seu comando dispondo o acesso ao oficialato pelos merecimentos individuais de competência e disciplinas demonstradas em serviço.³²⁹

A cerimônia contou com autoridades civis e militares. Destacavam-se, entre os convidados, o presidente do Estado, alguns secretários de Estado e oficiais do Exército e da Força Pública do Ceará. Na ocasião, foram apresentados os professores que ministrariam as aulas na Escola. O corpo docente era composto dos seguintes professores: tenente-coronel Rodolfo Jourdan (FPC), tenentes Landry Salles e Irapuan Freitas (23.º BC) e Drs. Galdino Gondim e Mário Peixoto. A Escola, além da formação militar, pretendia se tornar um dos critérios de promoção dentro do oficialato, pois as ascensões dos oficiais

³²⁹ Diário do Ceará, 03/06/1929.

subalternos até capitão deveriam acontecer mediante a conclusão do curso da Escola Profissional de Oficiais.

Buscava-se instituir, entre os oficiais da Força Pública, a cultura da “meritocracia”, pautada na “competência” demonstrada durante os estudos na Escola de Oficiais. À época, não faltaram elogios às novas políticas de promoções dentro da Polícia Militar. Os articulistas do jornal oficial do governo “Diário do Ceará” enfatizavam que os cursos e concursos realizados pelos policiais ofereciam “[...] o público testemunho do regime de eficiência, saneamento e moralidade”³³⁰ implantados na Força Pública do Ceará. Evidentemente, as ascensões por indicações políticas e por apadrinhamentos continuaram, principalmente entre os oficiais de alto coturno. Afinal, o presidente do Estado continuava indicando os membros do alto oficialato da Polícia Militar, e as promoções por atos de bravura, merecimento e antiguidade continuaram vigorando na instituição policial do Estado.

A imprensa que se arrogava “independente” aproveitou a ocasião da criação da Escola de Oficiais para denunciar a deficiente formação dos oficiais da Força Pública. Em 1929, o articulista da “Gazeta de Notícias” jocosamente afirmava que:

Não sabemos ao certo em que consiste o curso em apreço, mas acreditamos que ele se destina a ministrar aos oficiais [da Força] os conhecimentos necessários para melhor desempenho de suas funções.

É louvável a providência tomada nesse tocante, porque de fato parte da oficialidade da ‘briosa’ cearense não recomenda, pelo cultivo geral, a classe a que pertence.

Temos visto patentes elevadas [na Força], homens encanecidos, que envergam uma farda e alguns galões sobre o braço, mas coitados, deles não se aproveitam nem sequer a ortografia.

Duas linhas que escrevem revelam a sua ignorância palmar, a sua completa obtusidade. E aos oficiais dessa ordem se confiam posições de relevo, funções policiais em cidades de vida agitada e com certo grau de civilização!

[...]

³³⁰ Diário do Ceará, 20/05/1929.

Infelizmente temos lutado, por mais de uma vez, com esses mantenedores da ordem, para quem são novidade tanto o Código Penal e Processual, como o próprio Regimento Policial.³³¹

No período, as críticas da imprensa recaíam especialmente sobre os membros do oficialato, os quais eram taxados de analfabetos, despreparados e politiqueiros. Mas as críticas não eram deslocadas da realidade, havia oficiais superiores que demonstravam total desinteresse pela vida policial e militar. O major José de Holanda Cavalcante foi exonerado da Força Pública por não ter “[...] aptidão precisa para exercer as funções de seu posto” e “[...] não se dedicar ao serviço militar [...]”. O major Holanda Cavalcante não sabia e muito menos tinha interesse em aprender a comandar batalhões, companhias e destacamentos. O major chegou a inventar uma “dor de dentes” para não ter que fazer exercícios militares na companhia em que atuava como comandante. O coronel-comandante, ao justificar a exoneração do oficial Holanda Cavalcante, afirmava que da vida de soldado o major apenas conhecia os dias de “[...] vencimentos no fim de cada mês”.³³²

A criação da Escola visava não apenas ao treinamento militar e policial, mas objetivava alimentar, entre os oficiais, o “espírito de corpo”. Conforme outras instituições militares, os oficiais da Força Pública deveriam cultivar um espírito corporativo, dar exemplos de zelo e fidelidade ao uniforme, bem como divulgar as crenças, valores e convicções da Polícia Militar. Entretanto, muitos policiais com galões de oficiais “envergonhavam” a Força com ações que demonstravam a completa desunião entre os membros da própria oficialidade. Em 1929, o 1.º tenente Manoel Firmo e 2.º tenente graduado César Borges entraram “[...] em luta corporal no saguão do Quartel, com as agravantes de estarem próximos ao corpo da guarda e na presença de superiores hierárquicos e praças”.³³³ A falta de decoro e o desrespeito aos superiores significava transgressão disciplinar rendendo aos dois oficiais a pena de vinte dias de prisão no quartel da Força. Para o coronel Edgar Facó, o “espírito de corpo” deveria alimentar nos oficiais da Força a lealdade ao grupo e o respeito às tradições do Exército, pois, na

³³¹ Gazeta de Notícias, 12/06/1929.

³³² Minutas de Ofício do Comandante-Geral da FPC ao Secretário do Interior e da Justiça, 17/10/1912, APEC, Lv. 33.

³³³ Diário do Ceará, 25/09/1929.

percepção do comandante-geral, a polícia do Ceará, como força auxiliar, deveria honrar aquela instituição militar nacional.

Os idealizadores da Escola pretendiam que ela fosse responsável pela formação de uma oficialidade unida, solidária e distante das alianças políticas com chefes sertanejos. No jornal “Diário do Ceará”, destacava-se na primeira página a manchete seguinte: “*A Força Pública e o seu afastamento das competições políticas*”.³³⁴ Na matéria, o articulista destacava que a principal preocupação do coronel Edgar Facó era manter os oficiais distantes das “tricas políticas” do interior. Os envolvimento políticos de parte da oficialidade policial eram tidos como os principais obstáculos para o bom desempenho das atividades de policiamento das cidades. Obedecendo às orientações do Exército, o alto comando da Força pretendia que os oficiais da polícia se voltassem, primordialmente, para as tarefas referentes à defesa do território estadual e se distanciassem das disputas políticas locais.

É muito provável que o coronel Edgar Facó e o tenente-coronel Rodolfo Jourdan³³⁵ intentaram alinhar a Escola Profissional da Força Pública à dinâmica da Escola de Aperfeiçoamento do Exército (ESAO). A Escola Profissional, tal qual a ESAO, pretendia ter a finalidade de aperfeiçoar a instrução dos oficiais subalternos e intermediários. Na Escola da Força, o oficial deveria ser habilitado para as funções de comandante de pelotão e companhia, “[...] como para o serviço especial de policiamento”. Para os candidatos ao primeiro posto de oficial da polícia ministrava-se “[...] instrução literária e científica e, especialmente, militar e policial”.³³⁶ O interessado deveria fazer a matrícula mediante requerimento entregue ao secretário da Escola. As vagas para os oficiais eram limitadas, pois não podiam exceder um quarto de cada posto (1.º tenente, 2.º tenente e capitão). Os critérios de acesso à Escola Profissional não eram transparentes abrindo margem para insinuações relativas a favoritismos tão comuns na corporação.

O regulamento da Escola que instituiu o cronograma de atividades³³⁷ a ser desenvolvido pelos docentes pode revelar como a cúpula da Força pretendia organizar a dinâmica de estudos dos oficiais. Os trabalhos letivos dividiam-se em dois períodos de quatro meses,

³³⁴ Diário do Ceará, 21/03/1929.

³³⁵ O militar Rodolfo Jourdan era capitão e egresso da Escola do Estado Maior do Exército. O oficial Jordan teve parte de sua formação sob a égide da Missão Francesa e passou algum tempo como instrutor da Escola de Aperfeiçoamento do Exército (ESAO).

³³⁶ Regulamento da Escola Profissional da FPC, 1929.

³³⁷ Ver Anexos.

havendo um mês de férias. Os programas das disciplinas deveriam ser elaborados pelos instrutores bienalmente. As aulas teóricas dentro de sala duravam uma hora e meia, e os professores eram orientados a distribuir as matérias ao longo dos períodos letivos. A intervenção do aluno deveria ser estimulada pelos docentes através de perguntas, e, durante as aulas, o professor deveria superar o ensino livresco e monopolizador. Ao final de cada mês, os instrutores aplicavam uma prova escrita para avaliar o aprendizado dos discentes, mas recomendava-se que os professores avaliassem a participação dos alunos durante as aulas. Além das provas escritas mensais, o método de avaliação era composto de exames parciais que se realizavam na última quinzena do primeiro período; os finais, aplicados na última quinzena do segundo período letivo. Os exames parciais constituíam-se, exclusivamente, de prova escrita; os finais, de avaliações escritas, orais e práticas.³³⁸

Segundo o regulamento da Escola de Oficiais, o sistema de avaliação deveria obedecer a rígidos critérios. As provas eram realizadas perante uma comissão composta do instrutor da disciplina e de um convidado, sendo esta presidida pelo diretor da Escola ou do fiscal da Força Pública. Os alunos teriam três horas para fazer as provas escritas. Nos exames orais e práticos, os discentes, durante meia hora, eram arguidos pelos membros de uma comissão composta de oficiais da Força e do Exército Nacional. Para obter aprovação, exigia-se que os alunos conseguissem média superior à nota quatro (4,0); os oficiais que obtivessem médias nove e meio (9,5) ou dez (10,0) eram considerados aprovados com distinção.³³⁹

Possivelmente, a Escola Profissional criou um sentimento de superioridade entre os oficiais subalternos e intermediários que chegavam a concluí-la. A Escola não contemplava os maiores e tenentes-coronéis, fazendo com que ficassem defasados diante dos tenentes e dos capitães. Oficiais subalternos egressos da Escola, provavelmente, consideravam-se mais preparados que os oficiais superiores. Essa convicção poderia prejudicar a disciplina e contribuir para insuflar sentimentos de superioridade no seio dos tenentes e capitães. Os problemas não estavam apenas entre subalternos e superiores, mas também entre os próprios subalternos. Alguns oficiais subalternos que não ingressavam, ou não se interessavam, acabavam

³³⁸ Regulamento da Escola Profissional da FPC, 1929.

³³⁹ Regulamento da Escola Profissional da FPC, 1929.

fazendo críticas aos alunos e à Escola. O 2.º tenente Antonio Pereira do Nascimento, conhecido por denunciar favorecimentos dentro da Força Pública, logo após a conclusão da turma de 1929, foi pego fazendo chacota, juntamente com um civil, sobre a formação dos oficiais que haviam concluído a Escola Profissional. A gozação do 2.º tenente Antonio do Nascimento custou-lhe oito dias de liberdade, pois ficou preso por desfazer do preparo dos companheiros de farda e da qualidade da Escola de Oficiais.³⁴⁰ Talvez, o chiste do tenente Antonio do Nascimento fosse apenas o eco de um grosso coro apregoado, igualmente, por outros oficiais subalternos e superiores.

De todo modo, o alto escalão da Força Pública procurava mostrar interesse em profissionalizar oficiais efetivos e preparar novos membros para o quadro de oficiais da polícia. Os novos oficiais seriam selecionados entre os sargentos que concluíssem com sucesso o curso propedêutico. Intentava-se habilitar tenentes e capitães para comandar Batalhões e Companhias, mas, principalmente, preparar especialistas no policiamento territorial do Ceará. Nos exames, exigia-se dos alunos conhecimentos sobre a Constituição Estadual, o Código Penal e o Regulamento Interno da Força. A prova de topografia era uma espécie de simulado em que os alunos deveriam fazer construções de pontes e polígonos. Nas avaliações práticas, as armas ganhavam destaque, indagava-se sobre as características e as partes das armas, especialmente do fuzil metralhador Hotchkiss. As questões de tática de infantaria buscavam inserir os oficiais em situações reais de combate e ocupação de território.³⁴¹

Na leitura dos conteúdos exigidos nos exames finais, percebe-se que longe estava dos propósitos da Escola Profissional formar oficiais para ocupar cargos administrativos na Força Pública do Ceará. Observando-se a hierarquia da Polícia Militar, os oficiais saídos da Escola estavam na parte intermediária, pois se encontravam entre os oficiais inferiores (sargentos) e os oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel), o que permite aventar que o propósito da Escola era formar os oficiais de baixa patente, tornando-os especialistas na ocupação do território do Ceará. Ao estudar as operações policiais no sertão, enxerga-se que os oficiais da linha de frente eram os subalternos. Estes oficiais deveriam ser os principais responsáveis pelo trabalho de policiamento do interior cearense, tanto que o ensino militar dos

³⁴⁰ Fé de Ofício do 2º Tenente da FPC Antonio Pereira do Nascimento, 1930. APEIC.

³⁴¹ Diário do Ceará, 13/12/1929.

tenentes e capitães dentro da Escola concentrava-se nos aspectos práticos da condução de operações policiais e militares no sertão, por isso teriam que ser versados tanto nos quefazeres policiais quanto nos militares.

Neste contexto, deve-se destacar que era pretensão da Escola formar os subalternos e os intermediários para o “serviço especial de policiamento”, pois muitos destes oficiais assumiam não apenas companhias, batalhões ou destacamentos, mas, também, delegacias nos municípios do Ceará. Ao longo da primeira República, oficiais da Força acumularam funções, assumindo cargos de delegados nas cidades do interior, por isso a necessidade de preparar os tenentes e os capitães da Força nos serviços desempenhados pela polícia judiciária. No início da década de 1920, oficializou-se o cargo de delegado militar, o qual apenas tenentes e capitães poderiam ocupar.³⁴² Daí a importância de ser cobrado nos exames o conhecimento da Constituição Estadual e do Código Penal de 1890. Entretanto, como disse o articulista da “Gazeta de Notícias”, para muitos oficiais o Código Penal e o próprio Regulamento da polícia continuavam sendo novidades.³⁴³

Na segunda metade de 1920, o alto comando da Força, composto de militares comissionados do Exército, tinha conhecimento de que, nas forças militares, a instituição educacional central deveria ser a escola preparatória de oficiais. A Escola Profissional de Oficiais da Força Pública, inspirada nas orientações do Exército Nacional, pretendia modelar e plasmar as características básicas do ensino e do treinamento militar na corporação, cultivar o “espírito de corpo” e divulgar o dever cívico-patriótico, bem como servir de alicerce para as experiências educacionais posteriores.³⁴⁴ Todavia, os objetivos divulgados pelos idealizadores de um corpo de oficiais renovado estiveram longe de ser alcançados.

A imprensa autointitulada “independente” continuava denunciando os atos de indisciplinas, o despreparo militar e as filiações políticas dos membros da oficialidade, especialmente dos tenentes que serviam nas cidades do interior. Os oficiais da Força gozavam de muito poder no governo estadual, tanto que, por diversas vezes, o jornal “Gazeta de Notícias” ironicamente afirmava que no Ceará vivia-se “[...]”

³⁴² Livro de Leis do Ceará: Lei n.º 1.808, de 15 de outubro de 1920.

³⁴³ Gazeta de Notícias, 12/06/1929.

³⁴⁴ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 341.

sob o jugo da *tenentocracia*³⁴⁵, expressão que acabou se tornando comum devido ao excesso de autoridade policial e política que dispunham os oficiais subalternos e intermediários nos municípios sertanejos. As autoridades policiais e políticas do Estado sabiam que o oficialato da Força Pública constituía-se em elemento bastante útil e necessário para a manutenção da estrutura política estadual. Os oficiais da Força Pública constituíam uma poderosa força política nas mãos das facções políticas dominantes do Ceará.

Antes de 1929, não houve preocupação das autoridades constituídas com a formação dos oficiais da polícia. A criação da Escola Profissional era a prova concreta que inexistia um espaço voltada para a formação dos oficiais na Força Pública do Ceará, pois a Escola constituiu-se a primeira tentativa sistemática que vislumbrou formar futuros oficiais e profissionalizar os membros do oficialato que estavam na ativa. Até então, a oficialidade não dispunha de espaços pedagógico-militares direcionados e organizados para a aprendizagem dos aspectos teóricos e práticos das atividades de comando das companhias, dos batalhões e dos destacamentos. Estes indícios possibilitam repensar o papel da Força Pública no sertão, pois, segundo o que se percebeu nos parágrafos acima, o núcleo pensante da polícia, no caso os oficiais, não tinha um treinamento voltado para desenvolver a missão da instituição, que era a manutenção da ordem pública. Conforme diálogo com a documentação não oficial, notou-se que o papel da Polícia Militar no Estado estava mais ligado a funções políticas do que realmente a uma preocupação relativa à segurança e à ordem pública. Nos próximos capítulos, pretende-se analisar esta questão de perto a partir da análise da atuação dos policiais nas cidades do sertão.

Em 1928, Gustavo Barroso salientava que:

Nos Estados do Nordeste brasileiro flagelado pelo banditismo, os batalhões de polícia chamam-se de *Segurança*. Polícia é termo considerado um tanto pejorativo. Eles têm o mesmo número de companhias e de praças que os do Exército, obedecem aos mesmos regulamentos de serviço, vestem quase o mesmo uniforme, são considerados sua reserva e tornam-se inúteis ou

³⁴⁵ Gazeta de Notícias, 19/03/1928.

prejudiciais para a missão que deviam cumprir.³⁴⁶
[grifo do autor].

No final da década de 1910, mediante o convênio entre União e Estado, as propostas de “modernização” e profissionalização propaladas pela oficialidade do Exército, de certa forma, reverberaram na Força Pública. O catalisador desta aproximação mais estreita entre Força e Exército foi o movimento de defesa nacional encabeçado por civis e militares de todo o país. A partir deste momento, autoridades políticas e policiais do Ceará, com maior intensidade, tentavam demonstrar, através de seus discursos, que a formação militar dos policiais cearenses estava obedecendo aos pré-requisitos exigidos pelo Exército Nacional. Mas, na leitura atenta da documentação produzida pelos comandantes, percebe-se que as lições do Exército brasileiro não eram absorvidas pelos membros da Força Pública. Pode-se apontar como razões disso o desinteresse dos policiais, a ausência de condições materiais para o treinamento tático-militar. Vale ressaltar, também, que o ensino militar não se configurava como uma prioridade para os responsáveis pela instituição.

Mesmo após o convênio com a União, a imprensa continuava apontando como principal problema as funções políticas desempenhadas pela Polícia Militar cearense; os policiais eram, de forma constante, criticados pelas alianças que estabeleciam com os chefes políticos situacionistas. Membros da própria instituição faziam críticas à formação militar dos policiais³⁴⁷, afinal, como será visto adiante, havia um descompasso entre as lições passadas na caserna e a atuação dos policiais da Força cearense no sertão. No mais, observa-se um aprofundamento da militarização da segurança e da ordem pública no Ceará da Primeira República, o que implicou na ampliação do poder repressivo e punitivo das facções políticas dominantes.

³⁴⁶ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 55.

³⁴⁷ Fé de Ofício do 2º Tenente da FPC Antonio Pereira do Nascimento, 1930. APEIC.

4 “CANGACEIROS DE FARDA”: POLICIAIS NO SERTÃO

No capítulo anterior, tentei trabalhar alguns aspectos da militarização na formação dos policiais, bem como o discurso das autoridades políticas e policiais que pretendeu construir a imagem da Força Pública do Ceará como uma força auxiliar do Exército Nacional, responsável pela segurança e ordem no país. Após o convênio de 1918, que tornou a Força Pública em força de reserva do Exército, intensificou-se nos documentos oficiais a exaltação do caráter militar assumido na polícia estadual, notadamente se sobressaía o compromisso da tropa com a disciplina, a dedicação ao treinamento e o “espírito militar” incorporado pelos policiais. Os comandantes-gerais apresentavam, em suas falas públicas, uma força policial constituída de soldados dignos dos ideais “patriótico-militares” divulgados pelo Exército brasileiro no início do século XX. Para os coronéis da polícia, os oficiais da Força eram o espírito da corporação e os educadores da tropa; na retórica dos comandantes, o oficialato deveria ser alheio à política e dedicado exclusivamente para o desempenho das suas funções de provedores da ordem pública.

Entretanto, ao partir para análise da atuação dos policiais no sertão, enxerga-se que as pretensões de constituir uma Polícia Militar modelar não passaram das linhas dos discursos de seus idealizadores. Para apreender a dinâmica de ação dos policiais da Força Pública, foi necessário afastar-se da documentação produzida pelas autoridades públicas do Estado e partir principalmente para a leitura atenta dos jornais e das memórias de policiais e civis. Na documentação não oficial, percebeu-se que os policiais da Força Pública, quando atuavam no sertão, distanciavam-se dos propósitos divulgados pelos comandantes e cometiam os mais diversos desmandos visando atender a interesses próprios ou de terceiros.

No período pesquisado, os abusos dos policiais da Força Pública foram bastante relatados por jornalistas e intelectuais cearenses. O escritor Gustavo Barroso afirmou que os moradores do interior detestavam os policiais e enxergavam neles seus maiores e piores inimigos; nos sertões do Nordeste, a população depreciativamente alcunhava os policiais de “[...] cachimbo, macaco, pitéu, mata-cachorro”.³⁴⁸ Nos jornais, encontra-se, em abundância, com recorrência,

³⁴⁸ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 49.

a publicação de matérias, de telegramas e de cartas narrando as arbitrariedades dos homens da lei. Muito comum encontrar nas folhas dos periódicos a participação de pequenos comerciantes do interior denunciando abusos praticados pelos membros da Polícia Militar durante as diligências.

Gustavo Barroso salientou que as polícias militares estaduais no sertão eram as “[...] melhores fábricas de cangaceiros” e que os policiais constituíam-se em verdadeiros “[...] cangaceiros de farda”. No rol de documentos coletados e catalogados, existem diversos indícios da aproximação e das relações políticas estabelecidas entre os integrantes da Força Pública e os chefes políticos locais. Não eram poucos os policiais que prestavam seus serviços aos poderosos locais, quando se aproximavam as eleições municipais, era praxe o presidente estadual deslocar policiais militares de sua confiança para interferir nas mesas receptoras a favor dos grupos políticos situacionistas. Em contrapartida, os agentes da ordem abiscoitavam generosas “gratificações” pelas alianças com os chefes políticos sertanejos.

O objetivo da organização do presente capítulo não foi simplesmente desconstruir a imagem propalada pelas autoridades constituídas de uma Força Pública ilibada, mas especialmente adentrar no universo experimentado pelos policiais militares que atuavam no sertão cearense. Pretendeu-se não cair no lugar comum de enxergar o policial como uma marionete nas mãos de comandantes e de facções políticas; muito pelo contrário, os policiais serão percebidos, também, como sujeitos prenhes de interesses. É importante destacar que agora se inicia outro momento da escrita do trabalho, pois pretendo assestar o foco em alguns aspectos da atuação rotineira dos policiais no sertão. Este deslocamento permitirá compreender a dimensão política que envolvia a polícia e sua função no Ceará da Primeira República.

4.1 Violência policial: alguns aspectos

“[...] a força volante destinada à perseguição dos bandoleiros fazia mais desordens do que os próprios bandidos, motivo por que habitantes das regiões devastadas pelos cangaceiros preferiam estes à polícia”.³⁴⁹

(O Ceará)

³⁴⁹ O Ceará, 15/12/1925. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 284.

Nesta seção do capítulo, intenta-se trabalhar uma parte do amplo acervo de práticas dos policiais militares relacionadas, especificamente, aos atos de violência praticados pelos homens da Força Pública no sertão do Ceará. O pesquisador Paulo Mesquita Neto propôs duas tipologias de ações policiais violentas, as *ilegais* e as *ilegítimas*. A primeira vincula-se ao uso da força desvinculada do cumprimento do dever legal, já a segunda relaciona-se à ação com autorização formal-legal para o exercício da força, todavia é feita de forma abusiva, desnecessária ou excessiva.³⁵⁰ Para a realidade do sertão cearense, encontram-se os dois tipos de violência policial; entretanto, as *ilegítimas* sobressaíam. No Ceará da Primeira República, de forma ordinária, as queixas pessoais contra as atuações *ilegais* e *ilegítimas* dos policiais avolumavam-se nas páginas dos jornais.

Em 1921, o jornal “A Tribuna” publicou uma carta de um fazendeiro residente na cidade de Jardim no sul cearense. O missivista de nome Amâncio relatava os constantes ataques que vinha sofrendo de grupos de bandidos profissionais que agiam nas fronteiras entre os Estados do Ceará e de Pernambuco. Entretanto, a carta foi usada, também, para relatar os abusos praticados pelo destacamento da Força Pública do Ceará naquela localidade. Amâncio escrevia que:

[...] o capitão Montenegro passou aqui tomando armas de qualquer espécie que encontrasse. Os nossos trabalhadores, que estavam na casa de farinha e na roça, ficaram todos sem as respectivas facas. Até mesmo o facão de cortar mandioca na roça foi quebrado. Os soldados tomaram meu cavalo e, quando o recebi, estava completamente aleijado, está mesmo inutilizado.³⁵¹

A postura do capitão Montenegro e dos soldados sob o seu comando foi de encontro ao que rezava nos artigos do Regulamento Policial relativos à apreensão de armas. O Regulamento estabelecia que os policiais da Força Pública tivessem como uma das obrigações

³⁵⁰ MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: DULCE, Pandolfi *et al.* (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 129-148.

³⁵¹ A Tribuna, 08/06/1921.

confiscar armas, desde que não fossem de fazendeiros, criadores e agricultores, ou seja, de pessoas “[...] comprovadamente idôneas”.³⁵² Muito provavelmente, a atitude do capitão Peregrino Montenegro não estava ligada a uma preocupação com a manutenção da ordem, pois, corriqueiramente, alguns jornais da capital denunciavam que os policiais costumavam “[...] vender armas que apreendem apesar de, por lei, deverem ser elas inutilizadas” e insinuava que os homens da Força encabeçavam uma verdadeira “[...] indústria de vender armas proibidas”.³⁵³ No caso da ação do oficial Peregrino Montenegro, não há informações sobre o paradeiro das armas apreendidas dos trabalhadores, mas possivelmente estas tenham entrado no circuito do mercado ilegal de armas e munições.

Há indícios de que os policiais realmente confiscavam as armas e pertences da população para comercializar. Em 1927, o jornal “O Ceará” destacava como manchete: “*A triste situação nos sertões cearenses - como age a nossa polícia*”. O correspondente do periódico na cidade de Juazeiro, na região do Cariri, iniciava a matéria afirmando que “[...] a ação da força policial que infesta os nossos sertões é a mais revoltante ou mesmo criminosa que se possa imaginar”. Segundo o jornalista, o cidadão Marcolino Corrêa, vinte e oito anos, profissão de balizeiro, quando viajava da serra do Araripe para o Crato, região do Cariri, pernoitou no lugar “Cá te espero”. No momento em que Marcolino preparava-se para dormir, foi abordado por um sargento e quatro soldados da Força Pública, que o acusavam de ser “[...] um perigoso chefe de cangaceiros”. O inferior não quis saber das explicações de Corrêa e “[...] amarrou o infeliz viajante pelo pescoço, pelo abdômen e pelos pés, e, jogando-o sobre um animal, levou-o para Barbalha”. O viajante passou incomunicável cinco dias, pois ficou detido na cadeia da cidade de Barbalha até provar que era inocente e não mantinha relações com bandidos.

Quando ganhara a liberdade, Marcolino Corrêa notou que havia “[...] sido roubado nos seguintes objetos: 2 paletós de casimira, 1 gravata, 2 colarinhos, 1 navalha de barba, 1 escova de roupa, 1 capote, 1 par de esporas e 1 revólver”. Contando com a ajuda de uma autoridade local, a vítima conseguiu recuperar alguns pertences como: o capote que se encontrava na casa de um dos soldados, o par de esporas que outro soldado vendera pela bagatela de três mil e quinhentos réis (3\$500) e

³⁵² Regulamento Policial de 1916, p. 54.

³⁵³ Gazeta de Notícias, 28/02/1928.

um revólver que estava nas mãos de um tenente da Força Pública que servia na cidade de Barbalha.³⁵⁴ Estes indícios permitem afirmar que grande parte das prisões acontecia não pelo zelo que os policiais tinham para com a missão que lhes era confiada de mantenedores da ordem, muitos membros da Força acabavam atuando ao arrepio da lei, geralmente usavam da farda para obter lucros fáceis a exemplo do inferior e dos graduados que encarceraram Marcolino Corrêa.

Nos documentos oficiais, enxerga-se que, ao entrar na Força Pública, os policiais aprendiam que a atuação rotineira deveria restringir-se aos ditames dos regulamentos e das normas estabelecidas pela corporação, que, além de orientar os rumos dos serviços policiais (rondas, guarnição de cadeias, escolta de presos, capturar criminosos, combater o “banditismo” e outros), regulavam a vida institucional e pessoal do policial, separando o legal do ilegal. Entretanto, como afirma Rosemberg, fazer parte de uma organização policial e conviver diariamente com os pares motivava a elaboração de formas peculiares de agir que, por sua vez, possibilitava a aglutinação dos policiais em torno de uma comunhão de interesses e atitudes.³⁵⁵ Alguns historiadores afirmam que as experiências acumuladas no cotidiano do policial eram codificadas “[...] em um acervo de conhecimentos que [ia] além do pessoal, tornando-se um saber compartilhado, organizacional, próprio dos policiais”.³⁵⁶ Este *modus operandi* gestado na trama cotidiana servia de guia para os policiais militares agirem sobre o mundo do sertão, onde os regulamentos e as normas da instituição tornavam-se frágeis. As decisões e os procedimentos tomados pelos policiais eram baseados, na maioria das vezes, em “critérios personalistas e subjetivos”, esta situação configurava-se como um “terreno fértil para arbitrariedades”, abusos e desmandos de toda ordem nas ações dos policiais militares da Força Pública.³⁵⁷

Muitas pessoas foram presas no sertão pelas polícias militares nordestinas sob a alegação de que eram coiteiros de bandidos

³⁵⁴ O Ceará, 12/01/1927.

³⁵⁵ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. p. 291.

³⁵⁶ BRETAS, Marcos; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: DULCE, Pandolfi *et al.* (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 151.

³⁵⁷ BRETAS, Marcos; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: DULCE, Pandolfi *et al.* (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 153.

ou chefes de cangaço. As prisões aconteciam, corriqueiramente, de forma violenta. Em suas memórias, o capitão João Bezerra, da Força Pública de Alagoas, justificando a violência da Polícia Militar no sertão do Nordeste, salientava que era “[...] impossível prender bandidos no sertão sem usar de energia contra os seus protetores e comparsas [...]”.³⁵⁸ As abordagens violentas realizadas pelos policiais militares aconteciam constantemente no sertão, os comandantes, tal qual o capitão Bezerra, justificavam afirmando que eram medidas necessárias para reprimir o “banditismo”, salientavam que a polícia não possuía recursos para identificar com precisão quem eram os protetores de bandidos, a saída encontrada pelos policiais era prender indistintamente os possíveis suspeitos de chefiar o cangaço.

É muito provável que a ação policial no sertão, realmente, sofresse de limitações tanto pelo precário estado material como pelas inerentes tecnologias disponíveis; por exemplo, a Polícia Civil do Estado do Ceará ainda não contava com departamentos de “polícia científica” ou mesmo com um serviço de investigação específico.³⁵⁹ O principal recurso utilizado pelos policiais da Força Pública no interior era a obtenção de informações com a população sertaneja. Esta situação abria margem para que os policiais utilizassem da violência contra os segmentos médios e menos favorecidos do interior para obterem as pistas necessárias para capturar os considerados foras da lei. A ausência de recursos para identificar com precisão os criminosos abria espaço para a subjetividade. Esta foi, em muitas ocasiões, elemento importante para justificar as perseguições policiais.

Em 1928, a senhora Rosa Pereira de Lima enviou um telegrama à redação do jornal “O Ceará” onde comunicava que:

Granja 7 – Meu marido foi barbaramente espancado por nove soldados de polícia, ficando muito doente. Depois de tamanha atrocidade, permaneceu trinta e seis horas na cadeia. Dois dias após o espancamento, ficou louco. Chamado o médico, Dr. Jacome de Oliveira, este atribuiu a

³⁵⁸ BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983. p. 65. O capitão João Bezerra foi o comandante da volante que cercou o bando e matou Lampião na localidade de Angicos, em 1938.

³⁵⁹ FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

perturbação mental a fortes pancadas vibradas no crânio. Pedi providências ao Dr. Chefe de polícia, de quem espero ação enérgica.³⁶⁰

As vinte e duas horas, ao sair do “Cinema Orion”, localizado na Avenida da Matriz da cidade de Granja, Raimundo Galdino Coelho, esposo de D. Rosa, foi abordado por dois soldados da Força Pública, que lhe confiscaram uma faca. Ao descer a Avenida, Raimundo Galdino fora surpreendido por fortes golpes de sabre desferidos pelo policial Paulo de Souza. Depois de espancarem Galdino, os policiais deram voz de prisão e o levaram em direção à cadeia, mas, antes de chegarem ao destino, encontraram-se com o tenente Francisco Vieira Lima, delegado militar, que perguntou do que se tratava, um dos soldados respondeu: “É um cabra dos Rochas, que estava armado com uma faca, acostumado a fazer soldado correr”. O marido de D. Rosa Lima na cadeia foi barbaramente espancado a ponto de ficar com alucinações. Segundo o laudo médico do Dr. Jerônimo de Oliveira, Galdino estava com a “[...] ideia fixa de ver, [...], em quem quer que fosse um novo perseguidor, como via sempre o tenente Francisco Vieira, com soldados, a querer matá-lo [...]”.³⁶¹ Mesmo naquele estado, Raimundo Galdino conseguira fugir da prisão. Depois de cinco dias desaparecido, foi encontrado morto a algumas léguas da cadeia. O juiz de direito da comarca considerou as ações dos policiais como crime de abuso de autoridade, o oficial e seus comandados, ao excederem o limite de sua autoridade, tornaram a ação ilegítima.

As disputas, geralmente, tinham como motivações causas ligadas à rotina policial; todavia, muitos dos conflitos eram inerentes ao mundo do sertão. O espancamento de Raimundo Galdino deixa entrever que os policiais se desforraram de um “[...] cabra dos Rochas [...] acostumado a fazer soldado correr”, revelando que os militares agiram por rixa antiga, a vingança era compartilhada por todos os integrantes do destacamento de Granja, tanto que o tenente endossou e participou da intervenção violenta dos seus comandados. É muito provável que Raimundo Galdino fizesse parte de alguma facção política da cidade de Granja, que não tivesse caído nas graças dos políticos situacionistas do Estado. Contudo, o que se pode inferir é que a ação violenta estava sendo legitimada como elemento de resolução de conflitos e de defesa

³⁶⁰ O Ceará, 09/08/1928.

³⁶¹ O Ceará, 18/08/1928.

de valores inscritos em um “código da violência” partilhado pela própria população do sertão.³⁶² Entretanto, os protagonistas da ação pertenciam à Força Pública; logo, o uso da força desmedida configurou-se como ilegítima, esta situação permite que se perceba como as relações dos policiais com a população do sertão estavam, também, consubstanciadas por arranjos violentos próprios do meio sertanejo.

Os atos violentos dos policiais aconteciam por diversas razões que se relacionavam muitas vezes a questões aparentemente circunstanciais. No ano de 1927, nas folhas de “O Ceará”, encontra-se a seguinte manchete: “*Dois policiais fuzilam um jovem, com as suas carabinas ‘mauser’*”. Os policiais não ficavam apenas nos espancamentos, pois havia vários indícios de assassinatos praticados pelos homens da Força Pública no sertão. O articulista conta que, na cidade de Trairi, no norte do Estado, durante uma festa, o cidadão Raimundo Bonifácio, vinte anos de idade, não aceitou que dois soldados da Força Pública dançassem com as suas irmãs. Encontravam-se no local mais um irmão de Bonifácio e um cunhado. Quando os cinco se retiravam para as suas casas, foram abordados pelos policiais, que chegaram a atirar com os fuzis acertando mortalmente Raimundo e ferindo seu irmão no braço e seu cunhado no baixo ventre. Depois de perpetrarem o crime, as duas praças evadiram-se rapidamente da cena.³⁶³

É inegável que as relações policiais travadas com a população do sertão eram marcadas pela violência. Deve-se destacar que o sentido da violência policial, como salienta André Rosenberg, perpassava as “[...] dinâmicas internas da instituição, de suas práticas e de seu *ethos*”, mas, como adverte esse pesquisador, a intervenção violenta da polícia não pode ser reduzida a conjunturas intrínsecas à corporação.³⁶⁴ A morte de Raimundo Bonifácio, assassinado pelos soldados da Força, permite que se observe que a violência policial que emergia das ações policiais no interior do Ceará poderia, também, acontecer por motivos imediatos, pois, aparentemente, pelas informações da imprensa, os policiais não tinham qualquer relação com o grupo de pessoas que se encontrava na festa.

³⁶² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O código do sertão. In: _____ **homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 21-62.

³⁶³ O Ceará, 14/06/1927.

³⁶⁴ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. p. 367.

Diante dos casos de desmandos dos policiais da Força do Ceará o jornal “O Progresso”, em 1927, destacava no seu editorial o título seguinte: “*Estará em vigor a pena de morte*”. O editor da supracitada folha informava que:

Todos nós sabemos que a polícia em vez de manter a ordem nos nossos sertões, que estão entregues aos celerados que roubam, saqueiam e incendiam os bens dos nossos desventurados patrícios – os sertanejos, em vez de agir dentro da esfera do Direito e da Justiça; pelo contrário, usa da violência, e assim contribui de um modo assombroso para a instabilidade da ordem.³⁶⁵

Como enfatizou Gustavo Barroso, para a grande parte da população sertaneja do Nordeste, a Polícia Militar era tida como “o verdadeiro terror dos sertões”. A maior parte das violências praticadas pelos policiais militares ficava sem punições e se deve imaginar que muitas arbitrariedades cometidas pelos homens da Força não ganhavam publicidade, pois não eram todos os habitantes do sertão que conseguiam denunciar os desmandos policiais. Os abusos praticados pelos policiais durante as operações da Polícia Militar eram divulgados pelos correspondentes dos jornais que enviavam os telegramas para as redações na capital. As pessoas que procuravam a imprensa para denunciar os desmandos e abusos policiais, em sua maioria, pertenciam a uma parcela da população do sertão que tinha acesso aos meios de informação, como os jornais, é muito provável que fizessem parte de um segmento médio ligada a pequenos comerciantes ou possuísem pequenas fazendas, mas o certo é que muitos eram alfabetizados. No ano de 1927, o editor do “O Ceará” publicou um telegrama enviado por comerciantes da cidade de Brejo dos Santos na região do Cariri. No telegrama, constava que:

Brejo dos Santos, 24 - forças policiais alagoana e pernambucana invadindo fronteiras [deste] Estado vêm praticando maiores desatinos apoderando-se de animais corretores de feira e dos viajantes, fazendeiros em geral, forçando portas invadindo

³⁶⁵ O Progresso, 03/07/1927. Ver: BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 51-52.

lares conduzindo quanto podem, espancando barbaramente honestos agricultores não considerando autoridades constituídas neste município. Delegado militar tenente Matos contando apenas insignificante destacamento cinco praças impossível repelir abusos referidos policiais! Comércio paralisado emergência fechar diante aflitiva situação.³⁶⁶

Na década de 1920, as polícias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, em diligências pelo sul do Ceará, “tocavam o terror”, deixando a população assustada e em pânico. No episódio retratado no telegrama, a Força Pública de Alagoas contava com oitenta e dois policiais, e a polícia pernambucana somava um efetivo de cinquenta homens. Devido aos convênios interestaduais, as ações de “repressão ao banditismo” geralmente contavam com mais de uma companhia volante de cada polícia estadual, tornando o contingente bastante numeroso. A truculência policial intensificava-se quando ocorriam as operações conjuntas de combate ao “banditismo”. Nas cidades do interior do Ceará, ficava acantonado um baixo número de policiais que não tinham como fazer frente aos desmandos dos colegas de farda. Muitos dos homens da Força do Ceará juntavam-se aos policiais dos outros Estados, engrossando as fileiras de policiais dispostos a praticar saques e roubos. Nos livros de memórias de alguns policiais que atuaram na região Nordeste, encontram-se alguns indícios que podem dar uma ideia do perfil destes policiais militares. O oficial Optato Gueiros, da Força Pública de Pernambuco, em suas memórias, recordando os tempos em que atuou no sertão nordestino, afirmou que comandou “[...] verdadeiras feras [...] que nada conheciam de disciplina, nem qualquer outra instrução a não ser o manejo do fuzil para atirar”. O coronel Gueiros acrescenta que uma tropa composta daqueles homens “[...] só não era o mesmo cangaceiro porque não se consentia que matassem e furtassem, mas o desejo de fazer tudo isso alguns deles tinham”.³⁶⁷

Na pesquisa, encontraram-se pouquíssimos indícios dos policiais que obtinham certa admiração da população sertaneja – sem exagero, contam-se nos dedos de uma mão e ainda sobram dedos. Na

³⁶⁶ O Ceará, 26/05/1927.

³⁶⁷ GUEIROS, Optato. “**Lampeão**”: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953. p. 163-164.

cidade de Cascavel, no norte do Estado, a população votava confiança no trabalho realizado pelo tenente Caminha. A “Gazeta de Notícias” afirmava que o oficial da Força Pública do Ceará Caminha demonstrou-se, em 1929, imparcial nas investigações relativas ao assassinato do delegado da Polícia Civil daquele município, fazendo com que “[...] a população se mostrasse confiante na ação do tenente [...]”.³⁶⁸ Estas atitudes de alguns policiais, tidas como incomuns, ganhavam destaque na imprensa local, como a do cabo José Rodrigues, que não espancou o cidadão André Avelino, contrariando as ordens do delegado de polícia do município de Limoeiro, no sertão central. Entretanto, diante da negativa do cabo Rodrigues, o delegado mandou dois de seus filhos agredirem violentamente a pessoa de Avelino.³⁶⁹

Os segmentos menos favorecidos do sertão conviviam cotidianamente com as violências praticadas por uma parte significativa dos policiais da Força Pública do Ceará. As posturas autoritárias e arbitrárias de muitos policiais que atuavam no sertão possibilitaram que os membros da Força Pública fossem associados aos grupos de bandidos profissionais. A imprensa, que constantemente noticiava os abusos dos homens fardados da Força Pública, denunciava que muitos moradores do interior do Ceará, diante das tropas da Polícia Militar cearense ou de outros Estados, demonstravam-se assustados e temerosos. Em 1928, o articulista de “O Nordeste” enfatizava que o “sertanejo pobre” temia “[...] tanto o soldado quanto o cangaceiro, porque aquele, muitas vezes, não lhe respeita a propriedade, nem a honra da família, nem mesmo a vida”.³⁷⁰ Os moradores do sertão tinham consciência de que os homens da Força Pública do Ceará encontravam-se nas cidades do interior para reprimir a população menos favorecida, a experiência de homens e mulheres pobres mostrava que longe estava dos interesses dos policiais militares arbitrar ou prevenir os conflitos cotidianos.

A Polícia Militar justificava as ações “enérgicas” contra os menos favorecidos do sertão afirmando que os bandidos não contavam apenas com protetores graúdos, mas também recebiam apoio dos vaqueiros, agricultores e trabalhadores das pequenas fazendas. O pesquisador Billy Chandler afirmou que os coiteiros se encontravam nos diversos segmentos sociais, muitos dos sertanejos dos estratos menos favorecidos tornavam-se agentes dos bandidos, “[...] fazendo alguns

³⁶⁸ Gazeta de Notícias, 13/04/1929.

³⁶⁹ O Ceará, 12/07/1928.

³⁷⁰ O Nordeste, 25/05/1928.

favores, quando necessário. Serviam de mensageiros, por exemplo, levando bilhetes pedindo dinheiro aos fazendeiros ou comerciantes. Mantinham-no [os bandidos] abastecido, e o informavam do movimento da polícia, quando havia necessidade”.³⁷¹ O oficial Optato Gueiros, da Força de Pernambuco, referindo-se às críticas da imprensa relativas às ações truculentas da polícia no sertão, salientou que “[...] somente quem está nesse serviço pode fazer uma ideia precisa do que seja a oposição que encontram os volantes da parte dos que residem pelos matos”. Os moradores, segundo aquele oficial, temiam os bandidos ou os consideravam amigos e até benfeitores. Para Optato, esta postura dos que “[...] residem pelos matos” levava alguns comandantes de tropa das polícias militares a agirem violentamente “[...] ao ponto de provocar protestos dos que residem nas cidades”.³⁷²

O oficial Optato Gueiros, quando se referia aos “[...] que residem nos matos”, direcionava a sua fala para os segmentos menos favorecidos do sertão. O viés classista orientava o arbítrio policial. Conforme sugere Rosemberg, pode-se aventar que a truculência policial era tão mais explícita quanto mais desprotegido era o indivíduo.³⁷³ Mesmo sem indícios empíricos suficientes, é possível inferir que a experiência da população menos favorecida no sertão com a violência policial lhes permitia ter uma leitura particular de que a aproximação com certos bandidos que atuavam nos sertões do Nordeste poderia ser melhor do que com os policiais da Força Pública. Muitos moradores do sertão sabiam que os policiais militares pouco se interessavam por mediar ou resolver os seus conflitos cotidianos. Armados de fuzil e sabre, corriqueiramente, os agentes do Estado intervinham autoritária e violentamente na vida privada dos trabalhadores do interior.

Nesta seção, não se teve a intenção de esgotar ou direcionar a discussão para os tipos de violência praticados pelo policial militar do Ceará, mas tão-somente trabalhar alguns casos com o objetivo de mostrar que a atuação dos policiais esteve, muitas vezes, bem distante do que era prescrito nos regulamentos e nas normas da Força Pública. Em muitos momentos, os policiais agiram violentamente, por vingança, pois estavam imersos em um mundo onde a vindita balizava

³⁷¹ CHANDLER, Billy J. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 60.

³⁷² GUEIROS, Optato. **“Lampeão”**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953. p. 162.

³⁷³ ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010. p. 376.

muitas das ações humanas. O uso desmedido da força pelos policiais era também posto em prática com intenções de obter-se lucro fácil nas cidades do interior. Nas matérias de jornais e nas memórias de civis e policiais, percebeu-se que estas posturas violentas, de certa forma, prevaleciam em relação às atividades ligadas à segurança individual e da propriedade que os policiais deveriam desempenhar. Não por acaso, neste período, construiu-se um imaginário no qual os policiais da Força Pública aparecem como homens capazes das “piores violências”, tanto que, por diversas vezes, foram comparados a bandidos por conta dos saques e roubos efetuados nas propriedades localizadas no sertão.

Por meio do que foi trabalhado nos parágrafos acima, é muito provável que os habitantes do interior desconfiassem ou até mesmo soubessem que o interesse de muitos policiais em servir no sertão estava relacionado à possibilidade de estabelecer alianças com os poderosos locais, que poderiam lhes garantir generosos benefícios através do prestígio que gozavam junto ao governo estadual. Talvez, estas questões ajudem a explicar por quê, ao longo da Primeira República, a imagem dos policiais da Força Pública do Ceará ficou, também, atrelada à política – que neste contexto não deixava de “[...] ser um exercício de violência”.³⁷⁴ A relação entre polícia e política será o tema da próxima seção!

4.2 A Polícia Militar e as eleições no sertão

“[...] Os cabos eleitorais são encarregados de pintar, pela imprensa, nos meetings ou nas palestras, uma situação toda fictícia, dando a todos os fatos interpretações que convenham aos interesses do partido a cujo serviço estão. *Os capangas, sejam eles civis ou da polícia, convencem pela violência os que se não deixam seduzir pela sofisticaria da propaganda verbal ou escrita*”.³⁷⁵ [grifo nosso].

(O Ceará)

³⁷⁴ SIQUEIRA, Antonio Jorge. Imaginários da exclusão. In: MONTEIRO, John; BLAJE, Ilana (Orgs.). **História e utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 437-450, p. 443.

³⁷⁵ O Ceará, 05/11/1926. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980. p. 109.

O que também ajudou a construir uma imagem de truculência da Polícia Militar no sertão foi a participação dos policiais em questões políticas. Como salientou Leal, as funções das polícias militares não se limitaram “[...] à manutenção da ordem no Estado. Seu papel, como parte do aparelhamento policial, na preparação das campanhas eleitorais [foi] da maior importância e sobreleva, muitas vezes, sua atribuição regular de manter a ordem”.³⁷⁶ As polícias militarizadas serviam como sustentáculo para apoiar as facções políticas que dominavam politicamente os Estados na Primeira República. Pesquisando os jornais, percebeu-se que o envolvimento da Polícia Militar do Ceará com questões políticas dava-se, principalmente, através dos oficiais subalternos e intermediários. Isto pode ser explicado pela posição de destaque que estes experimentavam nas cidades do interior. Por exemplo, muitos assumiam não apenas o comando dos destacamentos, mas também as delegacias, e até as prefeituras. Assim, podiam exercer forte influência na vida política e social dos municípios do sertão; às vezes, eram as únicas autoridades constituídas, acumulando diversas funções de cunho político, judiciário e policial.

O envolvimento dos policiais da Força Pública do Ceará com a política foi um tema que ganhou a atenção da imprensa que se autointitulava “independente”, ou seja, afirmava que não se posicionava nem com a situação nem com a oposição. A análise destes jornais pode revelar uma dimensão pouco explorada pela historiografia da relação entre Polícia Militar e política no sertão do Ceará. A imprensa, ao divulgar as posturas pouco recomendadas para os homens da ordem, acabava tornando pública uma situação que muitas vezes circulava no fechado âmbito da corporação, protegida pelo caráter institucional da documentação policial.

Nos periódicos pesquisados, da década de 1920, encontrou-se, com mais recorrência, a participação dos policiais nas eleições para prefeito cujos mandatos duravam apenas dois anos, diferente dos de presidentes, deputados e vereadores, que ocupavam o cargo durante quatro anos.³⁷⁷ Para o presidente do Estado, os homens da

³⁷⁶ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 191.

³⁷⁷ A Constituição Estadual de 1890 rezava que, nos municípios, deveria existir um “Conselho Municipal”, composto de sete membros eleitos por sufrágio direto, que elegeriam, por sua vez, o intendente municipal. Na Constituição de 1921, houve alterações nas eleições dos municípios, a Câmara e o Prefeito eram eleitos por sufrágio direto do eleitorado do

Força Pública, especialmente os oficiais que ficaram conhecidos como “geradores de prefeitos”, tornavam-se de extrema importância, pois poderiam garantir nas urnas mandatos de grupos políticos municipais da situação que serviriam de vigas de sustentação do governo estadual. Afinal, como afirmou Victor Leal, existiu, na Primeira República, uma política de favores entre os governos estaduais e os municipais, semelhante à “política dos governadores”, que se estabeleceu entre a União e os Estados.³⁷⁸ Os policiais da Força foram peças importantes para o funcionamento das tramas políticas entre o Estado e os municípios do Ceará.

Em 1926, o jornal “O Ceará” publicou uma anedota que demonstra a ação dos policiais da Força Pública envolvidos nas “tricas políticas” no interior do Estado. Segundo o autor, que assinava com as iniciais D. R., contava-se que:

[...] um oficial de polícia, que, andando em ‘campanha’ para certa eleição, encontrou, de uma feita, na estrada, um sujeito qualquer, desses que se encontram pelas estradas.

- Bom dia, tenente.

- Bom dia. Venha cá.

- Pronto.

- Que é que você é na política.

- Eu, nada! Eu não sou político.

- É possível?! Então você não tem, pelo menos, uma quedazinha por um partido?

- Eu, não. Eu não entendo dessa história, não, tenente.

- Então você não sabe que há no Estado dois partidos?

- Ahn! Isso eu sei.

- Quais são eles?

- O governo e a oposição.

- Pois bem, e você o que é? É governo ou oposição?

- Eu não dou pra isso, não, tenente.

- Homem, diga lá!

município. Ver: POMPEU, Gina; FREITAS, Isabel; VIEIRA, Sofia (Orgs.). **Constituição estadual de 1890, 1892, 1921 e 1925**. Fortaleza: INESP, 2005.

³⁷⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 110.

- Eu sou todos dois!
- Hein?!
- Sou todos dois. Uma banda governo, outra banda oposição.
- Cabo! - gritou o oficial.
- Pronto tenente!
- Cabo, chame a escolta, pegue esse sujeito e dê-lhe uma surra na banda que ele tem da oposição!

379

Ao longo da Primeira República, as relações políticas no sertão eram marcadas pelos conflitos. Como salientou Maria de Lourdes Janotti, os chefes sertanejos “[...] eram da situação ou da oposição, do bem ou do mal. Para os da situação, pão e, para a oposição pedra.”³⁸⁰ A anedota, assinada por D. R., traz à tona, sobretudo, um personagem que ficou mesmo conhecido no sertão cearense pelas ações ligadas à politicagem e à violência – o tenente. Conforme já foi dito, na segunda metade da década de 1920, o jornal “Gazeta de Notícias” frequentemente trazia em suas páginas matérias mostrando que, no Ceará, experimentava-se uma “tenentocracia”. A intenção do periódico era denunciar o amplo poder político que os tenentes exerciam nos municípios do interior do Estado. A atuação dos tenentes ficava mais evidente durante as campanhas eleitorais municipais. Por exemplo, nas eleições de 1928, o título de um dos editoriais da “Gazeta de Notícias” era o seguinte: “*Dias de opressão e dias de tortura*”, fazendo alusão à atuação truculenta dos tenentes nos pleitos municipais.³⁸¹

Segundo alguns jornais³⁸² da década de 1920, a autoridade dos oficiais da Força Pública foi fortalecida, especialmente, na presidência do desembargador José Moreira da Rocha (1924-1928), que concedia “carta branca” para membros do oficialato da polícia perseguir os políticos oposicionistas. Entretanto, conforme visto no primeiro capítulo, desde o início do período republicano, os policiais da Força assumiram posição de destaque no funcionamento da máquina política do Ceará. Intelectuais como Rodolfo Teófilo³⁸³ e Gustavo Barroso³⁸⁴

³⁷⁹ O Ceará, 27/12/1926.

³⁸⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 62.

³⁸¹ Gazeta de Notícias, 02/03/1928.

³⁸² Notadamente dois: “O Ceará” e “Gazeta de Notícias”.

³⁸³ TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**: queda da oligarchia Accioly. Edição fac-similar. Lisboa: Typographia Editora Limitada, 1914.

localizaram a intensificação do envolvimento partidário dos policiais durante a oligarquia Acioli. No mais, o editor da “Gazeta de Notícias”, em 1928, fazendo críticas sobre a atuação dos oficiais da Polícia Militar no governo de Moreira da Rocha, afirmava que:

Marcadas as eleições municipais – transe doloroso e indescritível para os matutos fiéis ao partido democrata – espalhou S. Ex.^a os seus áulicos a *tenentada* pelos sertões afora e – segundo a espirituosa confissão de um bravo oficial de polícia – até por 150. 000 rs. prefeitos se fizeram.³⁸⁴ [grifo do autor].

Como em outros Estados da União, a presença de forças policiais durante as eleições municipais foi uma constante no Ceará da Primeira República. Como observou Lourdes Janotti, na mesa receptora de votos, “[...] a interferência policial era notória e os amedrontados eleitores faziam muitas vezes questão de mostrar claramente a quem se destinava seu voto, para evitar complicações futuras”.³⁸⁵ Janotti, ainda, salientou que, durante este período, ocorreram mudanças no procedimento eleitoral, mas as eleições a “bico de pena” continuavam a ser empregadas. No Ceará, observa-se que, principalmente, os tenentes e os capitães da polícia cearense eram encarregados de interferir nas mesas eleitorais dos municípios. A intenção era fazer a defesa dos interesses dos chefes políticos situacionistas ameaçados de verem seus candidatos perderem nas urnas.

Em 1933, o jornalista Demócrito Rocha, referindo-se a como eram feitas as eleições na Primeira República, destacava que:

Os presidentes chamavam os juizes à Capital do estado, de uns obtendo a fraude, de outros acomodando afastamento de suas comarcas e termos, a fim de que os políticos realizassem a bacanal. *Para onde havia juizes íntegros e forte oposição, era enviada a polícia, com a missão de prender, espancar e afugentar o eleitorado.* Os

³⁸⁴ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928].

³⁸⁵ Gazeta de Notícias, 02/03/1928.

³⁸⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 51.

escrivães deixavam de reconhecer firmas, os fiscais não eram aceitos pelas mesas receptoras, as seções não funcionavam e assim por diante.³⁸⁷ [grifo nosso].

Por isso, era bastante comum que, nos períodos eleitorais no Ceará, os políticos que se encontravam na oposição reclamassem da distribuição dos policiais da Força Pública pelas cidades do interior. Afinal, os homens com insígnias de oficiais, pertencentes à Força cearense, eram considerados os maiores “fazedores” de prefeitos nos municípios do sertão. Em 1925, a revista “Ceará Ilustrado” destacava, em seu “*Momento Político*”, que: “A semana inteira passou debaixo do clamor dos políticos democratas, que protestam, em coro, contra a nomeação de novos delegados e contra a remessa de policiais para as localidades mais em foco do segundo distrito eleitoral”.³⁸⁸

Nas eleições, a participação dos policiais militares estaduais poderia ser decisória. Em outros Estados da federação, como no de São Paulo, o chefe de polícia, ao se avizinhar as eleições, recomendava que “[...] se mantivesse aquartelada a força policial”.³⁸⁹ Nos dias que antecediam as eleições, muitos oficiais da Força Pública do Ceará eram distribuídos nos cargos de delegados militares nas cidades do interior. O posto de delegado militar, neste período, configurou-se como um instrumento habitual a serviço dos interesses dos grupos políticos da situação.

Nas eleições municipais de 1928, várias foram as denúncias publicadas nos jornais da capital referentes à atuação dos delegados militares. A “Gazeta de Notícias”, acompanhando as eleições nos municípios do interior daquele ano, estampava no alto de uma das páginas a seguinte manchete: “*O Sr. Presidente do Estado toma medidas enérgicas contra os oficiais arbitrários*” e, logo abaixo, relatava as façanhas do capitão Peregrino Montenegro nas eleições da cidade de Aquiraz, no sertão central. O articulista salientava que:

O Dr. Moreira de Souza, Secretário interino da Polícia e Segurança Pública, veio a esta redação

³⁸⁷ O Povo, 19/04/1933. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980. p. 96.

³⁸⁸ Ceará Ilustrado, 06/12/1925.

³⁸⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 53.

dar-nos alguns informes acerca das medidas de energia postas em prática pelo Sr. Presidente do Estado, a fim de assegurar a plena liberdade do pleito municipal de 15 do corrente.

Assim, disse-nos s. s., tem denúncia de que o capitão Peregrino Montenegro, delegado militar em Aquiraz, estava exercendo atividade partidária, oprimindo o eleitorado.

Imediatamente, tomando conhecimento das queixas, o governo mandou que o tenente coronel Jourdan se transportasse àquele município, a fim de sindicar dos fatos.

Estes, realmente, foram verificados. Isto é, o oficial estava abusando da sua autoridade, praticando arbitrariedades contra os eleitores de uma das facções partidárias.

Por isso foi incontinentemente demitido das funções, mandado recolher ao Regimento, estando preso.³⁹⁰

Deve-se estranhar a postura do Dr. Moreira de Souza, Secretário Interino de Polícia, pois era praxe o responsável pela Polícia Civil não se indispor com o oficialato da Força Pública, especialmente quando se tratava de questões de cunho político. É muito provável que a suposta punição sofrida pelo capitão Peregrino Montenegro só tenha acontecido pela repercussão que ganhou o caso nos jornais que circulavam na capital, até porque os oficiais que se dirigiam para o interior do Estado durante os pleitos eleitorais gozavam da confiança do presidente do Estado, ou seja, eram enviados com o consentimento daquele chefe político. Ao longo da Primeira República, a partir da leitura crítica da documentação coligida, percebeu-se que as medidas “enérgicas” dos presidentes do Estado contra os oficiais da Força Pública, como disse um jornalista da capital, era coisa “para inglês ver”.³⁹¹

No mais, no excerto acima, há a possibilidade de colher indícios relativos à “atividade partidária” exercida pelos membros da oficialidade da Polícia Militar estadual. Na análise dos jornais, enxerga-se que, durante as eleições de 1928, não foi apenas o capitão Montenegro o encarregado de demonstrar que a política no interior era uma questão de polícia. Naquele ano, mais uma vez, o governo do

³⁹⁰ Gazeta de Notícias, 08/11/1928.

³⁹¹ Gazeta de Notícias, 11/03/1928.

Estado espalhou pelo interior outros oficiais da Força Pública nos cargos de delegado para decidirem as eleições através do uso da força e da coerção.

Por meio de uma carta, publicada na “Gazeta de Notícias”, relatando as arbitrariedades cometidas pelo oficial José Vale, da Força Pública do Ceará, podem-se coletar algumas informações sobre as formas de agir dos policiais durante o pleito nas cidades do sertão. A carta foi intitulada de “*Fraude e Bandalheira*” e, segundo o missivista, de nome Mário de Andrade, morador da cidade de Senador Pompeu, o capitão da polícia José Vale militar apoiando o líder democrata Zequinha Contendas, um dos mandões do sertão centro-sul, instalou-se em uma das seções eleitorais “[...] ameaçando o eleitorado conservador e opinando estupidezes”. O oficial, além de interferir na mesa receptora, estava mandando prender os eleitores que estavam votando com o Partido Conservador. Após a apuração, o policial José Vale ficou sabendo que o líder conservador ganhara as eleições e passou a jurar “[...] por todos os santos que a eleição [era] ilegal” e ameaçava anulá-la.³⁹² Possivelmente a derrota dos democratas nas urnas da cidade de Senador Pompeu representasse perdas significativas para o capitão José Vale, pois, a reboque da queda dos democratas, poderia vir a ser destituído das funções de delegado militar da cidade, bem como não conseguir a almejada promoção dentro da instituição militar, ou, até mesmo, não ver concretizada a promessa de um cargo na administração municipal.

Na mesma eleição de 1928, o tenente Rosal, exercendo as funções de delegado militar, buscava interferir nas eleições municipais da cidade de Várzea Alegre, no sul do Estado. Mais uma vez a “Gazeta de Notícias” estampou, em uma de suas páginas, a seguinte manchete: “*Várzea Alegre sob a ameaça de tristes acontecimentos: Um oficial atrabiliário... ali está como uma ameaça tenebrosa*”. O articulista do supracitado jornal solicitava que fossem tomadas as devidas:

Providências!...

As eleições de Várzea Alegre, que poderiam correr calmas, estão sob uma pesada atmosfera, da qual só Deus sabe o que poderá acontecer.

É tudo isso devido à teima em manter-se ali um oficial de polícia da estirpe do famigerado Rosal,

³⁹² Gazeta de Notícias, 20/11/1928.

et reliqua, que à socapa está tomando atitudes no pleito a ferir-se no dia 15 próximo. [grifo do autor].

Todos sabemos que, nos dias de ignomínia, que foram os dos *tenentaços* arvorados em *geradores de prefeitos*, Várzea Alegre sentiu o peso da mais negra opressão, sendo famílias do maior respeito constrangidas a deixarem o lar de sempre, com todos os seus haveres, a fim de fugirem à sanha dos *janízaros de farda* a soldo da politiquice do desembargador Moreira.³⁹³ [grifo nosso].

O articulista da “Gazeta de Notícias” afirma que existia dentro da Polícia Militar do Ceará “janízaros de farda” referindo-se à elite do Exército otomano, que era, segundo Lewis, “[...] uma corporação fechada e privilegiada, desfrutando de grande poder [...]”³⁹⁴ perante os Sultões. Não eram todos os oficiais da polícia cearense que se envolviam com a política, pois a análise de notícias divulgadas pela imprensa permite afirmar que, dentro da Força Pública, organizava-se um seleto grupo de oficiais de confiança do presidente para atender aos interesses da facção política dominante. O noticiário, ao comparar o oficialato da polícia aos “janízaros”, usando como exemplo a postura do tenente Rosal, pretendeu demonstrar que, dentro da corporação, existia um grupo de policiais privilegiados e dispostos a defender os interesses dos grupos políticos aliados ao presidente do Estado a todo custo.

Como salientou Raymundo Faoro, na Primeira República, os “donos do poder” serviam-se dos aparelhos do Estado, aqui, no caso, a Polícia Militar, como instrumentos para satisfazerem seus desejos pessoais e políticos.³⁹⁵ A postura de “guarda pretoriana” de uma parcela do oficialato da Força Pública ficava evidente não apenas durante as eleições. Na próxima seção, serão analisados alguns casos que mostram as relações travadas entre policiais e poderosos locais. Os exemplos trabalhados a seguir permitem que se enxergue como questões alheias à dinâmica imposta pela corporação policial interferiam nas posturas dos policiais da Força Pública. Nestes casos, percebe-se o quanto os

³⁹³ Gazeta de Notícias, 11/11/1928.

³⁹⁴ LEWIS, Bernard. Os impérios da pólvora. In: _____. **O Oriente Médio**: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 120.

³⁹⁵ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 833-834.

policiais estavam distantes de balizarem as suas ações pelos regulamentos ou pela ideologia militar apregoada pelos comandantes.

4.3 Alianças: policiais e poderes locais

“[...] uma das melhores fábricas de cangaceiros são as polícias estaduais, na maioria composta de egressos do crime, nas fileiras, e de homens broncos, cruéis ou adstritos às politiquices locais, nos comandos”.³⁹⁶

(Gustavo Barroso)

Em 1928, a imprensa noticiava com precisão os conflitos ocorridos na cidade de Maranguape entre o tenente Otávio Bezerra e o deputado oposicionista Antonio Botelho. A partir de algumas manchetes, percebeu-se o tom da tensa situação experimentada pela população maranguapense. No jornal “Gazeta de Notícias”, estampava-se a seguinte manchete: “*O tenente Otávio Bezerra, agredindo o deputado Antonio Botelho, ‘cumpriu o seu dever?’*”³⁹⁷; em “O Nordeste”, destacava-se “*O tenente Otávio Bezerra açoitou, a rebenque, o deputado Antonio Botelho*”.³⁹⁸ Dias antes do acontecido, o político Antonio Botelho fez circular um livro de sua autoria intitulado “*Ele*”, no qual tecia severas e ácidas críticas ao governo do presidente do Estado José Moreira da Rocha. Quase que imediatamente a oficialidade da Força Pública reuniu-se com o presidente para prestar solidariedade diante das “[...] calúnias difamatórias” do deputado-panfletista. Perante os oficiais da Força, Moreira da Rocha pediu que “[...] agissem sempre com cordura e que não praticassem violências, porque qualquer violência serviria, tão somente, para engrandecer o caluniador, que passassem pelo difamador com todo desprezo”.³⁹⁹

Logo após o aparecimento do livro e da reunião entre o oficialato da Força e o presidente do Ceará, o tenente Otávio Bezerra foi destacado para servir como delegado militar em Maranguape, cidade natal do deputado Botelho. Não tardou para que o oficial descumprisse os pedidos do presidente. Durante uma manhã, no centro da cidade, o

³⁹⁶ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 49.

³⁹⁷ Gazeta de Notícias, 23/02/1928.

³⁹⁸ O Nordeste, 22/02/1928.

³⁹⁹ Gazeta de Notícias, 17/01/1928.

tenente, avistando o deputado, mandou um dos soldados do contingente desarmá-lo. Naquele instante, o político respondeu aos soldados afirmando que não portava arma de espécie alguma e abriu o paletó para comprovar, foi quando o tenente Otávio Bezerra:

[...] sai da coletoria e dirigindo-se ao Sr. Botelho ordena aos milicianos que o corrijam, ordens estas que eram dadas em palavras de baixo calão, que, absolutamente, não deviam ser proferidas por um representante da força pública.

Exaltadíssimo, o tenente Bezerra levanta um rebenque para o Sr. Botelho que, mais calmo, tratara, infrutiferamente, de solucionar o incidente, o que não o impediu, no entanto de receber várias rebencadas.⁴⁰⁰

O desarmamento era uma prerrogativa dos policiais da Força, especialmente do delegado militar; entretanto, conforme já foi dito, as leis e os regulamentos esclareciam que homens de “comprovada idoneidade”, o que deveria incluir o deputado estadual, poderiam andar armados, desde que fosse para a sua própria defesa. No que tange ao desarmamento do deputado, é oportuno notar que os policiais para satisfazer os interesses pessoais e políticos rasgavam a legislação policial. Interessante salientar que muitos dos membros da polícia, especialmente os oficiais, no labor diário, buscavam atender a ferro os desígnios dos seus protetores, seja o presidente do Estado, sejam os chefes políticos locais. Uma prova desta dedicação do tenente Bezerra na defesa de seu protetor são as declarações do deputado Antonio Botelho, quando afirmou que “[...] tinha uma convivência amistosa com o oficial, mas depois da publicação do livro o tenente Otávio Bezerra deixou de cumprimentá-lo”.⁴⁰¹ O desarmamento do deputado estadual opositor configurou-se como uma forma de desmoralizar um inimigo político. Interessante notar que muitos policiais, como o tenente Bezerra, acabavam transferindo os conflitos alheios para o nível de suas próprias vidas.

Esta dedicação de alguns membros do oficialato da Força aos chefes políticos do Estado devia-se, também, à lógica de distribuição de benefícios, como, por exemplo, a concessão das patentes

⁴⁰⁰ Gazeta de Notícias, 23/02/1928.

⁴⁰¹ O Nordeste, 23/02/1928.

de oficiais, que eram, na Primeira República, antes de tudo, um benefício de cunho político. Os próprios policiais faziam críticas às formas de concessão de patentes entre o oficialato da Força. Em 1928, foi aberta sindicância para apurar as denúncias feitas pelo tenente Rosal, que afirmava que o 2.º tenente Antônio Pereira do Nascimento estava denegrindo a imagem dos oficiais da Força Pública no interior do Ceará. No auto de perguntas, o 1.º sargento Joaquim de Oliveira informou ao encarregado da sindicância que o oficial Nascimento “[...] andava falando” que muitos membros do oficialato envolviam-se com líderes políticos para obter as almeçadas divisas de oficiais “[...] dentro da polícia”.⁴⁰²

Na Primeira República, os chefes políticos situacionistas nem sempre possuíam propriedades extensas, mas eram homens de reconhecido poder social e econômico, tendo prestígio junto ao governo estadual. Os chefes sertanejos, a partir da influência que exerciam junto ao governo do Estado, poderiam conseguir um galão de tenente para um sargento “dedicado” ou as insígnias de capitão para um tenente disposto a decidir eleições através da coerção ou a perseguir adversários políticos. Ao apoiar os mandões situacionistas, os policiais estavam longe de atender apenas aos interesses do presidente do Estado, pois sabiam que no interior poderiam não apenas negociar a ascensão na hierarquia da instituição militar estadual, mas também abiscoitar generosas recompensas em dinheiro ou cargos importantes a partir da prestação dos mais diferentes serviços aos chefes locais. Afinal, os policiais tinham consciência de que poderiam tirar “[...] vantagens da exploração da covardia e [da] perversidade dos políticos”⁴⁰³ do sertão do Ceará.

Em 1928, um dos articulistas do jornal “O Nordeste”, buscando demonstrar o poder exercido pelos policiais da Força Pública sobre os chefes políticos “graúdos” no sertão, afirmava que:

Não raro, o militar, ao chegar a uma localidade matuta, aproveitava-se do prestígio da farda, para tomar dinheiro emprestado, ou comprar fiado, sendo escusado adiantar que não saldará mais a dívida.

⁴⁰² Sindicância contra o 2.º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1927, APEIC.

⁴⁰³ O Ceará, 25/11/1925.

Se, então, esse militar tem as funções de delegado, e vai destacado a pedido de qualquer das facções, os graúdos desta sofrem-lhe as 'facadas', sem o direito de soltarem um gemido.⁴⁰⁴

Em troca dos agrados “concedidos” pelos chefes “graúdos” do interior, os policiais faziam muitos serviços que contrariavam a missão de mantenedores da ordem, mas a dedicação aos chefes políticos poderia render cargos importantes nas prefeituras, fazendo com que muitos oficiais conseguissem certa projeção social. Há exemplos de policiais que, devido às “boas relações” com os chefes locais, chegaram a ocupar a cadeira de prefeito de cidades do interior do Ceará. Em 1921, “A Tribuna”, no seu editorial, denunciava que o tenente Miguel Arcanjo, prefeito do município de Milagres, acobertava os desmandos praticados por seu amigo José Inácio, que era um dos mais influentes chefes políticos do Cariri.⁴⁰⁵ O periódico ainda salientava que o oficial-prefeito vivia “[...] intrigado com todos os seus colegas destacados naquela cidade, por não quererem concordar com ele [...]”.⁴⁰⁶ A doutrina militar que pregava o “espírito de corpo” entre os membros da corporação era totalmente posta de lado por alguns policiais no sertão. Tendo como referência a postura do tenente Arcanjo, parece que, antes, vinham os interesses políticos e, depois, talvez, em segundo plano, as lições militares ensinadas na caserna.

Entretanto, não foram todos os policiais que ficaram contra o tenente-prefeito Miguel Arcanjo, pois, na coletoria de rendas do município de Milagres, encontrava-se um seu colega do oficialato da Força Pública, o capitão Manoel Firmino Araujo, que, naquele ano, foi bastante elogiado pelo presidente do Estado, Justiniano de Serpa, pelo fato de a arrecadação da cidade ter sido “regularizada” e “sensivelmente” elevada.⁴⁰⁷ É difícil não enxergar o poder de negociação exercido pelos policiais destacados pelo interior do Estado. Na dinâmica da política local, estavam em jogo barganhas que poderiam mudar a vida destes homens que, na sua grande maioria, pertenciam aos

⁴⁰⁴ O Nordeste, 25/05/1928.

⁴⁰⁵ O chefe político José Inácio conquistou notoriedade e fama no Cariri por ser um dos maiores protetores de bandidos, como o célebre Sebastião Pereira (ou Sinhô Pereira), que atuou nos sertões do Nordeste. Ver: MACEDO, Nertan. **Sinhô Pereira**: o comandante de Lampião. Rio de Janeiro: Artnova, 1975.

⁴⁰⁶ A Tribuna, 29/11/1921.

⁴⁰⁷ A Tribuna, 03/12/1921.

estratos mais baixos da sociedade. Conforme apontado no segundo capítulo, para muitos policiais, ser da polícia e vestir uma farda poderia possibilitar experiências e contatos sociais até então inimagináveis, permitindo que saíssem do estado de pobreza em que viviam. Para alguns oficiais apoiar um potentado sertanejo poderia render cargos importantes nos municípios, como o de prefeito e o de coletor de rendas. Por isso, não era raro encontrar policiais envolvendo-se nos mais diferentes tipos de negociações com chefes políticos do interior.

O tenente Miguel Arcanjo e o capitão Manoel Araujo, imersos na política sertaneja, sabiam que a distribuição dos cargos públicos nos municípios do sertão dependia da influência dos chefes políticos locais. Os poderosos locais possuíam uma vasta parentela que, normalmente, ocupava os principais cargos públicos, como os de delegado e de subdelegado, de prefeito, de juiz municipal, de professor, de coletor, entre outros. Segundo Queiroz, a parentela era “[...] formada por um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais)”.⁴⁰⁸ O grupo formado pela parentela, muitas vezes, chegava a ser numeroso, extrapolando os limites geográficos, o que permitia reunir uma extensa rede de reciprocidade, direitos e deveres entre os membros. Não há indícios que permitam afirmar peremptoriamente, mas é muito provável que os oficiais Arcanjo e Araujo, da Força Pública, estivessem ligados por algum tipo de laço ao chefe político José Inácio.

Os policiais da Força que trabalhavam nos municípios ficavam em posições privilegiadas, as quais lhes permitiam aproximações estreitas com os chefes sertanejos, que, quase sempre, necessitavam dos serviços do contingente ali estacionado. Em 1927, o jornal “O Ceará” trazia uma matéria cujo título era: “*Mais uma vez, a força policial serve à política*”. O correspondente, na cidade de Tauá, narrava uma luta armada entre os “Coutinhos” e Manoel Sinhô. Dentre os apoiadores deste último, encontrava-se o já conhecido tenente Aristides Rosal, mas, desta vez, estava sendo acusado de comandar um grupo de cangaceiros contra membros da família “Coutinho”.⁴⁰⁹ O bacharel Matias Coutinho informava, através de telegrama, que o

⁴⁰⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Estrutura de poder e economia (1889-1930): o Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 12-14. v. 1. t. 1. p. 164.

⁴⁰⁹ O Ceará, 04/06/1927.

tenente Rosal auxiliava o potentado Sinhô “[...] em todas as suas ações criminosas”, mantendo “[...] cangaceiros roubando e matando os [...] gados, montando em animais [da] propriedade [...]”. Matias Coutinho revela que o oficial Rosal, juntamente com Manoel Sinhô, estava “[...] prendendo, açoitando, insultando os [seus] parentes e vaqueiros, como sucedeu, há dias, com Antonio Bento de Macedo, preso na fazenda ‘Vaca Brava’, bem como um seu filho e mais Antonio Rodrigues, que foi barbaramente açoitado a ‘pneu’”.⁴¹⁰ Os chefes políticos se devoravam entre si em lutas sangrentas e comumente contavam com a participação dos policiais da Força Pública que se postavam a favor dos mandões que pertenciam à facção política da situação; pois, conforme será visto no quinto capítulo, o policial sofreria medidas punitivas caso ficasse contra os chefes da situação.

As rixas do oficial Rosal com a família “Coutinho” parecem vir de longa data. Em 1926, a prisão do tenente Aristides Rosal fora decretada pelo juiz da cidade de Independência, no sertão norte, pois era suspeito de ter matado Francisco Tomás e roubado o gado de Alfredo Coutinho. As notícias dos jornais não chegaram a revelar qual potentado estava por trás das ações do oficial Rosal, mas há indícios de que algum “graúdo” da cidade de independência estava acobertando a atuação do policial. Neste caso, em particular, o tenente Rosal contratou o afamado advogado Raimundo Gomes de Matos, que conseguiu a sua liberdade por meio de *habeas-corpus*. A partir da contratação daquele bacharel, pode-se perceber que certos oficiais da Força Pública, como o tenente Rosal, gozavam da amizade de homens poderosos nas localidades interioranas.

Difícilmente, com o soldo que recebia como oficial da Força Pública o tenente Rosal teria condições de pagar os honorários de um experiente advogado. As alianças políticas estabelecidas pelos policiais da Força poderiam lhes garantir, quando necessitassem, a defesa realizada por um “ilustre” advogado da capital, como o “Dr. Gomes de Matos”⁴¹¹, que conseguiu, rapidamente, a liberdade do oficial da Força Pública. Neste caso em específico, deve-se duvidar da perícia profissional e do sucesso do bacharel, afinal, em boa medida, os mandões locais tinham, em suas mãos, a legitimidade do exercício da justiça, possivelmente por conta da repercussão do caso na imprensa da capital, a contratação do advogado Matos tenha ocorrido para manter as

⁴¹⁰ O Ceará, 07/06/1927.

⁴¹¹ O Nordeste, 27/09/1927.

aparências da normalidade de um processo judicial; é muito provável que o caso em questão já estivesse resolvido através do poder exercido pelo chefe político. O tenente Rosal e outros companheiros de farda, convivendo cotidianamente com chefes políticos do sertão, aprenderam que o prestígio e o reconhecimento advinham da capacidade de fazer favores.

Para finalizar, torna-se importante salientar que, na leitura da documentação, percebeu-se que existia a organização de grupos formados por oficiais que prestavam serviços para os chefes políticos do sertão. Para os anos de 1920, alguns nomes foram coletados através do cruzamento dos jornais e de uma sindicância administrativa contra o tenente Antonio do Nascimento, que chegou a denunciar alguns policiais envolvidos com chefes políticos.⁴¹² Este grupo pode ser mais extenso, mas era composto pelos tenentes Aristides Rosal, José Gonçalves Bezerra, Manoel Firmo e o capitão Peregrino Montenegro, que ficaram conhecidos por participar de diversas alianças políticas com os chefes sertanejos. Não se conhecem as motivações que levaram o tenente Nascimento a fazer as denúncias, mas aquele oficial, certamente, não pertencia àquela equipe, o que abre margem para se pensar na existência de grupos de policiais rivais atuando no sertão. É muito provável que estes policiais guardassem lealdade ao grupo e, a partir de uma dinâmica própria, determinassem “padrões e normas de conduta” distantes dos padrões regulamentados pela instituição.⁴¹³ Talvez, a formação destes grupos rivais, que se digladiavam no sertão, explique o surgimento de rixas dentro da Força Pública, especialmente entre os policiais que estampavam nos ombros os galões de oficiais.

Muitos policiais da Força estavam longe de agir de acordo com as prescrições dos regulamentos militares da instituição policial militar. Nos parágrafos acima, percebeu-se que desempenhavam suas atribuições funcionais com sua conduta se orientando antes pelos fortes interesses e influências que envolviam a sua vida de maneira imediata, e não por uma ideologia militar institucional, muito menos por distantes e abstratos controles legais.⁴¹⁴ Vários dos policiais espalhados pelo sertão atendiam aos interesses das lideranças políticas e econômicas estaduais,

⁴¹² Sindicância contra o 2.º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1927. APEIC.

⁴¹³ BRETAS, Marcos; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: DULCE, Pandolfi *et al.* (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 154.

⁴¹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O código do sertão. In: _____ **homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 21-62.

atuando como braços armados do Estado ou de setores privados, distanciando-se, assim, da missão de mantenedores da ordem pública. O fuzil que os homens de farda portavam servia para resolver violentamente questões envolvendo propriedades, desavenças políticas e eleições, fazendo com que muitos policiais ganhassem a reputação, entre a população, de criminosos. Parcela significativa dos membros da polícia, especialmente dentro do oficialato, no labor diário, buscava atender, com tenacidade, os interesses dos seus protetores, seja o presidente do Estado, sejam os chefes políticos locais. Por conta dos desmandos, dos crimes e do envolvimento com a política local, os policiais da Força Pública eram, corriqueiramente, comparados aos bandidos recrutados pelos chefes políticos, ganhando a alcunha de “cangaceiros de farda”. Neste cenário, desenrolava-se aquilo que seria, segundo os comandantes e os presidentes do Ceará, a principal missão dos policiais da Força Pública – a “*repressão ao banditismo*”. Nos próximos capítulos, pretende-se abordar a participação dos policiais militares no combate contra o “banditismo”.

5 UMA POLÍCIA DO SERTÃO

Nas décadas de 1910 e 1920, a instituição policial militarizada do Estado instituiu os grupos de bandidos que atuavam nas fronteiras como os seus principais inimigos. No discurso oficial, boa parte do contingente da Polícia Militar deveria ser direcionada para a “repressão ao banditismo” nas fronteiras. Reiteradamente, nas mensagens dos presidentes do Estado e nos relatórios dos comandantes gerais, encontram-se balanços anuais sobre as atividades dos policiais militares no combate a grupos de bandidos no sertão cearense. As ações contra o “banditismo” eram apresentadas pelas autoridades públicas como a principal missão dos contingentes da Força Pública destacados no interior do Ceará.

Ao ler a documentação oficial, percebe-se que o “banditismo” aparece de forma homogênea e sem ligações com a política local. Os bandidos eram apresentados, genericamente, como sujeitos ignorantes e cruéis voltados apenas para efetuar saques e roubos nas cidades do interior; enquanto as autoridades policiais apareciam como paladinos da ordem que, sofregamente, empenhavam-se para efetivar o árduo serviço de combate aos “grupos de celerados”. Entretanto, ao dialogar com outros documentos, observa-se que, neste cenário, os sujeitos assumiam papéis mais complexos do que a visão reducionista de “policiais versus bandidos”.⁴¹⁵ No Ceará da Primeira República, o “banditismo” estava longe de ser um fenômeno politicamente neutro, pois estava intimamente relacionado às alianças com os poderes políticos; havia uma estreita relação de interesses entre bandidos, chefes locais e representantes da ordem.⁴¹⁶ Ao contrário do que deixa transparecer o discurso oficial, neste universo, estavam envolvidos múltiplos sujeitos imersos em conflitos, acordos, tensões e negociações.

⁴¹⁵ VANDERWOOD, Paul J. El bandidaje en el siglo XIX: una forma de subsistir. **História Mexicana**, Ciudad de México, v. 34, n. 1, p. 41-75, 1984.

⁴¹⁶ Para um debate historiográfico em torno do banditismo, ver: SLATTA, Richard. Eric J. Hobsbawm's social bandit: a critique and revision. **A Contracorriente**, North Carolina, v. 1, n. 2, p. 22-30, 2004; FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História**, São Paulo, n. 22 (2), p. 211-226, 2003.

Na leitura da documentação coletada e da bibliografia sobre o cangaço⁴¹⁷, enxergou-se que muitos chefes políticos locais utilizavam-se dos bandidos profissionais para formar suas forças armadas particulares; os bandidos, ao ser contratados pelos sertanejos abastados, tornavam-se seus cangaceiros. Estes homens eram utilizados pelos chefes políticos nas suas disputas pelo poder local, nas questões envolvendo terras e na proteção contra possíveis ataques de inimigos, que, às vezes, poderiam ser os policiais da Força Pública do Estado. A contratação de cangaceiros poderia ser por tempo determinado, mas alguns permaneciam como empregados nas propriedades, e outros retornavam para atuar como bandidos autônomos ou aliando-se a outros potentados. Os chefes sertanejos ainda contavam com jagunços, que eram homens de sua confiança e que, em certa medida, compartilhavam o poder do seu chefe. Os espaços de domínio dos chefes políticos necessitavam da presença de homens armados, o que acabava indo de encontro às ações policiais de repressão contra o “banditismo”. Por isso, era de fundamental importância que os chefes políticos dispusessem, também, da convivência dos policiais e da condescendência dos presidentes do Estado.

Nos jornais, encontram-se vestígios de que as ações contra o “banditismo” realizado pelos policiais da Força Pública do Ceará davam-se de forma seletiva. Sabendo que o poder dos potentados sertanejos era garantido pelo número de homens em armas, a polícia não interferia nos negócios dos chefes políticos situacionistas. No sertão, os policiais recebiam ordens para não incomodar os mandões locais que apoiavam o governo, por isso a Polícia Militar não prendia seus cangaceiros nem apreendia suas armas; muito pelo contrário, fazia “vistas grossas” e, dependendo de quem fosse o mandão, o presidente fornecia contingente da polícia estadual e material bélico para fazer a proteção do potentado. O discurso genérico de “repressão do banditismo” utilizado pelas autoridades constituídas escondia os objetivos da polícia do sertão, o combate deveria ser efetuado

⁴¹⁷ MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990; FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009; MACEDO, Nertan. **Sinhô Pereira**: o comandante de Lampião. Rio de Janeiro: Artnova, 1975; MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. Para obter mais informações, ver as Referências.

especialmente contra os homens recrutados como cangaceiros pelos políticos oposicionistas.⁴¹⁸

Em vários momentos, os jornais cearenses apontaram o governo estadual e a Polícia Militar do Ceará como os principais responsáveis pelo “banditismo” do Nordeste. Na década de 1920, iniciou-se uma campanha para a intervenção de forças do Exército nacional no Nordeste e, em especial, no Estado cearense. Alguns políticos, comerciantes e intelectuais clamavam pelo arbitramento de uma força militar neutra, ou seja, sem ligações com políticos locais para combater os grupos de bandidos, e apresentavam como solução a fixação de tropas federais em pontos estratégicos no sertão nordestino.⁴¹⁹ Estes mesmos setores alegavam que as tentativas regionais eram bloqueadas por interesses políticos e pessoais, afirmavam que os policiais apenas cumpriam as ordens dos governos estaduais para proteger os mandões sertanejos espalhados pelo sertão nordestino. Não por acaso, em alguns jornais⁴²⁰, a Polícia Militar do Ceará era apresentada como uma instituição desmoralizada e inoperante, e os policiais cearenses eram vistos como violentos, interesseiros, partidários e venais.

Neste capítulo, pretende-se discutir, primeiramente, como o discurso oficial apresentava o conjunto de operações de “repressão ao banditismo” realizado pelos policiais da Força Pública. Em seguida, as atenções se voltam para as ações desempenhadas pela Polícia Militar, tanto em âmbito estadual como interestadual. Por último, o foco será assestado para a análise dos meandros das relações entre policiais, cangaceiros e chefes políticos. Neste momento do trabalho, é interessante perceber que, em meio ao discurso de militarização, de autonomia e de profissionalização, propalado pelos comandantes gerais da Força Pública, escondia-se uma corporação policial militar especializada, principalmente, em defender os interesses das facções políticas dominantes. O que estava em jogo não era a manutenção da ordem pública, mas o monopólio da violência, afinal a Polícia Militar

⁴¹⁸ E. P. Thompson, ao analisar a “Lei Negra” na Inglaterra do século XVIII, mostrou que a repressão de ações consideradas como “criminosas” era perspicazmente utilizada para atender aos interesses de grupos políticos, servindo, acima de tudo, para perseguir inimigos. Ver: THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. 2. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴¹⁹ Ver especialmente o jornal “O Nordeste” do ano de 1927.

⁴²⁰ De forma particular, os jornais “O Ceará” e “Gazeta de Notícias”, da década de 1920.

ampliava não apenas o poder bélico-militar do Estado, mas, especialmente, o seu poder político no sertão.

5.1 As expedições de 1915: o “extermínio do banditismo”

As operações de “repressão ao banditismo” e o controle das fronteiras da Força Pública no sertão cearense intensificaram-se no governo Benjamim Liberato Barroso (1914-1916). Ao assumir a presidência do Estado, Benjamim Barroso deparou-se com diversos bandos nos sertões cearenses. Vários destes bandos formaram-se durante as deposições de Nogueira Acioli e de Marcos Franco Rabelo, bem como na “Sedição de Juazeiro”. Deve-se lembrar que, na sedição de 1914, muitos chefes políticos locais, especialmente do Cariri, contrataram, aramaram e municiaram bandidos profissionais com a ajuda financeira do governo Federal.⁴²¹ Após as convulsões políticas e sociais dos primeiros anos da década de 1910, muitos dos bandidos recrutados continuaram servindo como cangaceiros dos poderosos chefes políticos locais do interior. Em 1915, foram organizadas as primeiras expedições policiais que tiveram como principal objetivo exterminar os grupos de cangaceiros dos chefes políticos oposicionistas do interior do Estado. Neste momento, o centro de operações da Polícia Militar foi o combate dos recalcitrantes aliados de Franco Rabelo.

A operação policial mais afamada, durante a década de 1910, foi a expedição comandada pelo oficial de alto coturno Ernesto Medeiros. Na documentação da Força Pública, consta que Ernesto Medeiros era 2.º tenente do Exército Nacional. O major Alfredo Weyne, em suas memórias, recorda-se que o tenente Medeiros, nos quadros do Exército, serviu na guarnição de Recife. Aquele major ainda se lembra de que Ernesto Medeiros era afilhado do presidente deposto em 1912, Nogueira Acioli.⁴²² O 2.º tenente Medeiros ingressou na Polícia Militar cearense logo após a “Sedição de Juazeiro”, que ocorreu nos primeiros meses do ano de 1914, a qual provocou a deposição do presidente Franco Rabelo. No final de 1914, Medeiros foi nomeado tenente coronel da Força Pública do Ceará e ficou no comando do 2.º Corpo Policial, responsável pelo policiamento do sertão.⁴²³ Não se deve estranhar o

⁴²¹ Ver a seção 1.2 *Braço armado: polícia, deposição e sedição*.

⁴²² WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 113.

⁴²³ Minutas de Ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública ao Comandante-Geral da FPC, 29/09/1914, APEC, Lv. 131.

ingresso do militar Ernesto Medeiros, pois uma das primeiras medidas do interventor federal, Setembrino de Carvalho, foi reincorporar à Polícia Militar os oficiais aciologistas exonerados durante o mandato de Rabelo.⁴²⁴ O ingresso do 2.º tenente Ernesto Medeiros estava em consonância com a tentativa de compor um corpo de oficiais distantes dos interesses rabelistas no Estado.

A nomeação de Ernesto Medeiros para o posto de tenente coronel ocorrera na presidência de Benjamim Liberato Barroso. O afilhado do ex-presidente Nogueira Acioli recebera uma das mais altas patentes dos oficiais superiores da Força Pública; na hierarquia militar, ficava abaixo apenas dos galões do coronel. O posto ocupado pelo oficial Ernesto Medeiros requeria certo preparo militar e policial, e sua nomeação para o posto de tenente-coronel ocorrera no momento em que os políticos da situação necessitavam “limar” as lideranças políticas simpatizantes do presidente recém-deposto, Marcos Franco Rabelo. No interior, muitos dos chefes políticos rabelistas contavam com a presença em suas fileiras de cangaceiros fortemente armados, prontos para enfrentar as forças policiais do Estado. É evidente que Ernesto Medeiros não enfrentou apenas os cangaceiros contratados por chefes sertanejos aliados de Franco Rabelo; ele combateu, também, grupos de bandidos profissionais que saqueavam e roubavam no interior do Estado.

Seria cair no reducionismo imaginar que o ingresso na Força Pública de Ernesto Medeiros e de outros oficiais tenha ocorrido apenas por suas ligações políticas e familiares. É importante ressaltar que a nomeação de ex-militares nos quadros da Polícia Militar dava-se recorrentemente, pois havia predileções por militares treinados no Exército. Não se deve esquecer que Medeiros, no Exército Nacional, pertencia ao oficialato e que, na Polícia Militar do Ceará, neste período, não existia uma escola de formação de oficiais, o que tornava a nomeação de oficiais subalternos uma oportunidade de compor um oficialato com certa experiência nas atividades militares. A entrada de militares do Exército na Polícia Militar ligava-se, conforme já salientado no segundo capítulo, à experiência adquirida por aquela instituição nas atividades de policiamento rural durante o século XIX.⁴²⁵

Em outros países, era comum encontrar ex-militares do Exército nas forças policiais responsáveis pelo trabalho de policiamento

⁴²⁴ TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915].

⁴²⁵ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Edusp, 2009.

rural. No México, segundo Vanderwood, muitos ex-oficiais do Exército não apenas ingressavam na polícia rural federal como prestavam serviços ao governo, mediante pagamento, no combate aos grupos de bandoleiros que assolavam o interior.⁴²⁶ Infelizmente, a produção historiográfica sobre a Polícia Militar rural em outros Estados brasileiros da Primeira República é praticamente escassa, não permitindo fazer algumas considerações comparativas, mas é muito provável que, semelhante à Força Pública do Ceará, muitos oficiais e praças egressos do Exército Nacional entrassem nas polícias militares estaduais. Tal qual a polícia rural mexicana⁴²⁷, na Polícia Militar cearense, encontravam-se, além de ex-oficiais do Exército, muitos bandidos que ingressavam especialmente através de indicações políticas. Por exemplo, em 1914, o 2.º Batalhão da Força Pública era constituído de quatrocentos homens egressos do cangaço indicados pelas lideranças da “Sedição de Juazeiro”, especialmente Padre Cícero, Floro Bartolomeu e Pedro Silvino.⁴²⁸

O ex-oficial do Exército Nacional, Ernesto Medeiros, ao entrar na Força Pública, recebeu a missão mais cara, ao longo da primeira República, para os governantes do Nordeste brasileiro: “exterminar o banditismo” nos sertões. Em 1916, o presidente do Ceará informava à Assembleia Legislativa do Ceará que:

Determinei a ida de dois destacamentos de dez praças, sob o comando de oficiais, um para Porteiras, outro para Brejo dos Santos, com ordens expressas de defenderem os que fossem atacados. Desta sorte julgava poder evitar o choque. Informado posteriormente pelos comandantes dos destacamentos que os Chicotes dispunham de mais de 300 homens armados, muitos dos quais foram fornecidos por chefes de outros municípios e ameaçavam os Cardosos, mandei reforçar a defesa destes. Apesar disso, aqueles fizeram o ataque premeditado, sendo repellido o destacamento de proteção.

⁴²⁶ VANDERWOOD, Paul J. **Los rurales mexicanos**. Traducción de Roberto Gómez. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económico, 1982. p. 35.

⁴²⁷ VANDERWOOD, Paul J. **Desorden y progreso: bandidos, policías y desarrollo mexicano**. Traducción de Félix Blanco. Madrid: Siglo XXI Editores, 1986.

⁴²⁸ Ver a seção 2.1 *Formas de ingressar na polícia*.

Este fato, rodeado de circunstâncias interessantes, constantes dos telegramas trocados, determinou a expedição militar, comandada pelo tenente-coronel Ernesto Ramos de Medeiros, comandante do 2.º Corpo de Polícia. Sua ação prudente, bem orientada e enérgica, foi coroada do melhor êxito. Depois de restabelecida a ordem legal com a reposição das autoridades e processados os principais autores do movimento, exerceu o senhor tenente-coronel Medeiros, de acordo com instruções recebidas, sua autoridade por todo o Cariri, capturando os criminosos que infestavam a região e que eram, em regra, os executores desses e outros desatinos. Foram recolhidos às prisões mais de 200 criminosos. Desde então, graças à eficácia de uma ação inteligentemente dirigida, sem preocupação de ordem partidária, mas visando simplesmente o bem público, o Cariri está inteiramente pacificado. Este modo de proceder estendeu-se por todos os pontos em que era preciso extirpar o banditismo.⁴²⁹

O presidente Benjamim Barroso buscava mostrar que as ações da Polícia Militar estavam acima das “[...] preocupações de ordem partidária”. Conforme já foi trabalhado anteriormente, os policiais da Força Pública do Ceará tinham fama de politiqueiros. A mensagem destinada aos deputados estaduais pretendia apresentar oficiais distantes dos interesses partidários e preocupados, acima de tudo, com o fim do “banditismo”. Os contemporâneos apontavam que os interesses partidários de alguns policiais dificultavam as ações de repressão do Estado no sertão. Esta parecia ser uma realidade das polícias militares do Nordeste, pois, como salientou Gustavo Barroso, “[...] são as polícias estaduais, na maioria composta de egressos do crime, nas fileiras, e de homens brancos, cruéis ou adstritos às politiquices locais, nos comandos”.⁴³⁰ Conforme trabalhado no quarto capítulo, vários dos policiais da Força Pública do Ceará destacados no interior vinculavam-se a chefes políticos locais e participavam, juntamente com grupos de

⁴²⁹ Mensagem do Presidente do Estado Cel. Liberato Barros à Assembleia Legislativa do Ceará, 1916, p. 13.

⁴³⁰ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928]. p. 49.

cangaceiros, de saques e roubos. A mensagem do presidente tentava construir a imagem de uma Polícia Militar contrária aos interesses dos chefes políticos locais e defensora dos projetos repressores do Estado. Ao longo do período pesquisado, esta ladainha foi repetida diversas vezes pelas autoridades públicas do Ceará.

Na leitura da mensagem, enxerga-se que, mesmo com a presença do Estado, aqui, no caso, a Polícia Militar, os mandões locais conseguiam arregimentar grande número de homens armados. Uma explicação possível pode estar na convivência dos policiais com os chefes políticos no recrutamento de bandidos. Às vezes, o número de homens recrutados pelos chefes locais era superior ao total de policiais da Força Pública destinados ao policiamento das cidades do interior. Naquela situação, apenas os Chicotes “[...] dispunham de mais de trezentos homens armados”. É muito provável que, após as deposições e a “Sedição de Juazeiro”, na década de 1910, os chefes políticos tenham tido maior facilidade de contratar cangaceiros, afinal muitos bandos transitavam pelas fronteiras dos Estados do Nordeste e grande quantidade de armas e munições foi despejada nas mãos de chefes de cangaço, especialmente da região do Cariri.⁴³¹

A organização dos grupos de cangaceiros estava intrinsecamente associada às tensões sociais e políticas. Os principais incentivadores do “banditismo” eram os chefes políticos locais que recrutavam homens armados para resolver rixas com outros chefes ou até mesmo com o Estado. No Ceará, os chefes políticos tinham grande influência na política estadual, especialmente pela capacidade de aliciar homens dispostos a lutar. Na “Sedição de Juazeiro” e no combate à “Coluna Prestes”, o governo da União teve que contar com a influência dos mandões rurais do sul do Ceará para arregimentar bandidos. Evidentemente, após estes momentos de convulsões políticas houve um recrudescimento do número de bandos que passaram a atuar no interior com melhores armas e munições. Neste momento, em que o Estado procurava emergir como detentor do monopólio legítimo da violência, os presidentes do Ceará, também, tinham seus homens em armas – por excelência os *policiais* da Força Pública – dispostos a fazer qualquer tipo de serviço.

⁴³¹ Os chefes de cangaço eram os chefes políticos que negociavam armas e munições e contratavam bandidos profissionais para lhes servir de cangaceiros. Ver: CHANDLER, Billy J. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

Nas expedições militares de 1915, o historiador Abelardo Montenegro afirma que as ordens do presidente Benjamim Barroso ao tenente coronel Ernesto Medeiros, da Polícia Militar, foram: “Você vai ao Cariri e a outras cidades do sertão. Não poupe bandido. Execute-os sumariamente”. Segundo o mesmo pesquisador, o presidente Barroso, em palestra com o tenente Peregrino Montenegro, disse o seguinte: “Soube que é homem disposto. Liquide todo criminoso nato”. Nesta época, o tenente Peregrino estava exercendo as funções de delegado especial na cidade de Campos Sales localizada no Cariri cearense. Na região sul do Ceará, o oficial Peregrino cumpriu as ordens do presidente Barroso e eliminou os cangaceiros “Bimbão, Caxeado, Mané-Chiquim e Pedro Paulo”.⁴³² Muitos oficiais cumpriam à risca as determinações do governo, especialmente quando estava em jogo alguma recompensa.

Ao longo da Primeira República, a execução sumária dos bandidos configurou-se como uma prática corriqueira da Polícia Militar do Ceará. Estas posturas não foram peculiares à Força Pública cearense, pois, nas memórias de oficiais⁴³³ de polícias de outros Estados do Nordeste, encontram-se indícios de que muitas das operações policiais também visavam não apenas prender, mas exterminar os bandos; todavia, dependendo das relações dos bandidos com a polícia e com os chefes políticos locais, muitos eram poupados. Conforme será visto no próximo capítulo, nos anos de 1920, alguns jornais afirmavam que o fuzilamento de bandidos no Ceará era às vezes uma forma de fazer calar as únicas pessoas que poderiam denunciar os desmandos dos chefes sertanejos.

Nestas ações policiais que degradingavam na execução de bandidos, geralmente, o policial ganhava a sua esperada promoção. Os policiais que se demonstravam fiéis ao governo do Estado ganhavam elogios do presidente. Em 1915, o Secretário de Justiça informava por ofício que:

⁴³² Abelardo Montenegro entrevistou Antônio Botelho Filho, que testemunhou a conversa entre Benjamim Barroso e o tenente coronel Medeiros. Entrevistou, também, o tenente Peregrino Montenegro, que lhe prestou informações sobre as suas ações policiais de combate ao banditismo. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 268-269.

⁴³³ BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983; GUEIROS, Optato. **“Lampeão”**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953.

O Ex.^{mo}. Sr. Presidente do Estado, reconhecendo os bons e inestimáveis serviços que à causa pública acaba de prestar o tenente coronel Ernesto Ramos de Medeiros, comandante do 2º Batalhão desse Regimento, o qual, por uma ação inteligente, enérgica e eficaz conseguiu restabelecer a ordem pública na zona do Cariri, aonde fora em comissão do Governo, implantando ali o regime de obediência à lei, o respeito às autoridades constituídas, a garantia individual e de propriedade, pela repressão do banditismo, e, assas jubiloso pelo grande concurso que, deste modo, prestou ele a sua administração, correspondente assim, cada vez mais, a confiança do seu governo, manda recomendar-vos que, em ordem do dia desse Regimento, elogieis, em seu nome, ao mencionado comandante, por tão relevantes serviços.⁴³⁴

Na leitura do governo estadual, a boa atuação militar do tenente coronel Ernesto Medeiros demonstrava, além da bravura do oficial, o compromisso da Força Pública enquanto instituição com as ações da presidência para combater o “banditismo” no sertão cearense. Por intermédio do Secretário de Justiça, o presidente recomendava ao comandante-geral que fossem feitos os devidos elogios, na ordem do dia regimental, ao comandante do 2.º Batalhão Ernesto Medeiros pelos “relevantes serviços” de “repressão do banditismo” na zona do Cariri. Outros oficiais que participaram das expedições militares no interior do Estado foram lembrados pelo chefe máximo do Ceará; entre os elogiados, encontrava-se o “disposto” tenente Peregrino Montenegro.⁴³⁵ Os louvores feitos pelo presidente deveriam ficar registrados na fé de ofício dos policiais militares. Deliberadamente, através daquele ofício, a cúpula da presidência estadual pretendia divulgar os atos de bravura e de

⁴³⁴ Minutas de Ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública ao Comandante-Geral da FPC, 07/10/1915, APEC, Lv. 134.

⁴³⁵ Major graduado João Fontelles Linhares; capitão Dr. Sinval de Borba Vasconcelos, Capitão José Ricardo da Silva, Capitão graduado Raymundo Bezerra de Maria; 1.º tenente José dos Santos Carneiro; 1.ºs tenentes graduados Raymundo Duarte Espinheiro e Alfredo Gomes de Mattos; 2.ºs tenentes Augusto Carlos de Araújo, Firmino de Araújo, Roldão de Aquino, João Severino Gomes Loureiro, José Trajano do Nascimento e 2.ºs tenentes graduados Antonio Ferreira de Castro, Peregrino Albuquerque Montenegro e Dario Mendes de Mesquita.

disciplina, e, principalmente, a fidelidade dos oficiais às operações policiais militares patrocinadas pelo governo no sertão, em especial, as que visavam “extirpar o banditismo”.

No decorrer da primeira República, as operações policiais de repressão ao “banditismo” foram apoiadas especialmente pelos segmentos médios e abastados da sociedade, que tinham nos jornais um importante meio de expor seus medos e interesses. É com certa frequência que se percebem, nas mensagens presidenciais e nas matérias dos jornais situacionistas, verbos como “extinguir”, “exterminar”, “extirpar”, antecedendo o substantivo “banditismo”. Havia a cobrança de comerciantes, intelectuais e políticos por uma ação militar voltada para o aniquilamento da “praga do banditismo”. Procurando incentivar a ação policial, o “banditismo” era apresentado, naqueles documentos, como um dos elementos responsáveis pelo atraso do sertão, não por acaso as expedições e outras operações policiais tiveram como um dos principais objetivos o *extermínio* dos bandidos, que, à época, passaram a ser apresentados, ao lado da seca, como um dos grandes males do Nordeste. Este clamor dos setores médios e abonados, travestido de opinião pública, era utilizado pelo governo estadual para aumentar a intervenção policial sobre os chefes locais da oposição e defender os interesses da facção política aliada.

Após as expedições de 1915, as operações policiais de combate do “banditismo” no sertão ganharam uma conotação exclusivamente militar. Neste momento, observa-se o processo de estreitamento das ações tático-militares da Polícia Militar com o Exército. Um indício são os jargões militares que passaram a figurar de forma intensa no cotidiano dos policiais, pretendia-se constituir uma força policial militar de guerra voltada para a repressão dos bandidos do interior. Por exemplo, as esquadras, que atuavam na região norte, relacionam-se diretamente à seção da infantaria de uma força militar de terra, ou seja, tratava-se de policiais a pé que ficavam guarnecendo as cidades de forma ostensiva. As expedições militares no sul do Estado remontam às famigeradas expedições contra o povoado de Canudos no início da República. As quatro expedições que visaram exterminar os “fanáticos”, ou, na lógica do Exército, um “valhacouto de bandidos”, liderados por Antonio Conselheiro, no sertão da Bahia, marcaram a história política e militar do Nordeste. Esta dinâmica militar implantada na Força Pública do Ceará deve-se muito aos comandantes-gerais provenientes do Exército brasileiro.

Em 1915, na ótica do comandante da Polícia Militar e do presidente do Estado, também militar, as expedições pareciam ser a melhor estratégia para extinguir o “banditismo”. Tanto que os “sucessos” advindos do engajamento dos policiais militares nas expedições militares no sertão levaram, em 1916, o presidente Benjamim Liberato Barroso a comunicar aos deputados estaduais que:

Tenho a satisfação de vos comunicar que, felizmente, com a *expedição do digno coronel Medeiros* e outras de menor importância, esta *praga do banditismo foi eliminada do estado, que está completamente pacificado*, e assim, em breves dias, terei a honra de entregá-lo a direção do meu ilustre sucessor legal.⁴³⁶ [grifo nosso].

Benjamim Barroso ascendeu ao cargo de presidente do Estado numa situação delicada tanto política como socialmente. O poder político, após as deposições e a sedição de 1914, estava diluído nas mãos dos chefes políticos e de seus grupos de cangaceiros fortemente armados e municiados. Barroso assumiu a presidência com a espinhosa missão de retomar o controle da situação política no Ceará. No discurso do presidente, os grupos de bandidos, tal qual uma praga natural, apareciam como os principais obstáculos para devolver a ordem aos sertões do Estado. Na mensagem, Benjamim Barroso demonstrava que havia cumprido o encargo que lhe tinha sido confiado pela facção política dominante, de “pacificar” o Estado do Ceará através da eliminação da “praga do banditismo”. Nos números apresentados por Barroso, foram efetuadas, pelas expedições no Cariri, duzentas prisões de bandidos, fora os que foram executados pelos policiais.

Entretanto, Rodolfo Teófilo afirmou que apenas na “Sedição de Juazeiro” participaram mais de quatrocentos bandidos vindos de diversos Estados do Nordeste⁴³⁷, e é muito provável que estes não tenham sido perseguidos pelos policiais, pois vários estavam na polícia por indicação das lideranças políticas do Cariri. Ao fazer uma leitura a contrapelo das ações policiais, percebe-se que havia uma seleção dos bandidos que deveriam ser presos e exterminados. A “repressão do banditismo” tornava-se uma forma eficiente para

⁴³⁶ Mensagem do Presidente do Estado Cel. Liberato Barroso à Assembleia Legislativa do Ceará, 1916, p. 13.

⁴³⁷ TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915]. p. 124.

enfraquecer os líderes políticos oposicionistas. A atuação militarizada da polícia estadual recaía, de forma especial, sobre os chefes políticos contrários aos projetos políticos das facções dominantes. Assim, os policiais da Força Pública tornavam-se peças importantes na manutenção do *statu quo* do governo do Estado e dos interesses de seus aliados. No decorrer da Primeira República, alguns jornais percebiam a “repressão do banditismo” como operações policiais paliativas. No artigo “*Banditismo e Polícia*”, publicado, em 1929, no jornal “Correio do Ceará”, o articulista frisava que:

A perseguição mantida pela polícia aos bandidos não produziu resultados compensadores. Perdem-se vidas, gastam-se rios de dinheiro, queimam-se milhares de cartuchos, devassam-se esconderijos, mata-se e esfolia-se, mas o cangaceiro ostenta-se vitorioso, sumindo-se nas caatingas, refugiando-se nas asperezas do solo, homiziando-se nas vivendas de seus protetores. Após as refregas de cruentos combates, ressurgem mais violento, assinalando as suas investidas à explosão de instintos recalçados.⁴³⁸

O excerto acima é um indício de que as expedições tiveram um efeito não definitivo, diferente do que foi apregoado pelo presidente Benjamim Barroso, que chegou a jactar-se de haver eliminado os bandidos do sertão cearense. As medidas policiais de combate ao “banditismo” e de policiamento das fronteiras intensificaram-se na passagem da década de 1910 para a de 1920. Frederico Pernambucano, pesquisador do cangaço, a partir de um levantamento dos grupos de bandidos que atuaram no Nordeste entre os anos de 1919 e fins de 1927, afirma que encontrou “[...] com segurança, quarenta e quatro”⁴³⁹ bandos em ação pela região. Pelo cruzamento das informações postas nas linhas acima, percebe-se que as medidas da Força Pública cearense de “repressão do banditismo” não produziam “resultados compensadores”, o que permite inferir que as ações dos policiais balizavam-se mais por questões políticas do que pela missão de reprimir grupos de bandidos que “aterrorizavam o sertão” do Ceará.

⁴³⁸ Correio do Ceará, 12/06/1929.

⁴³⁹ MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011. p. 191.

Em termos de segurança pública, o “banditismo” tornou-se o principal problema a ser resolvido pelos aparatos repressores do Estado. Depois dos conflitos políticos e sociais dos primeiros anos da década de 1910, a Força Pública foi direcionada, de forma sistemática, para a “repressão ao banditismo” e para o policiamento das fronteiras. A partir de 1915, a construção da ideia do “exterminio do banditismo” pelas ações policiais militares foi ganhando fôlego não apenas nos discursos políticos, mas, principalmente, nas matérias sensacionalistas dos jornais que circulavam na capital do Estado. Não apenas jornalistas manifestavam-se através das folhas, mas muitos intelectuais e homens ligados ao comércio de Fortaleza, por meio de telegramas e artigos, também teciam seus comentários sobre as “cruéis e violentas” ações dos bandidos no Ceará. Foi nesse momento, também, que estes setores sociais reiteradamente criticavam a eficiência da Força Pública na manutenção da ordem e reivindicavam mais investimento no treinamento e no aparelhamento bélico da Polícia Militar estadual.

5.2 Ações policiais contra o “banditismo”: por dentro do discurso oficial

Na leitura da documentação produzida pela polícia, percebeu-se que, no decorrer da Primeira República, houve a preocupação de direcionar as três companhias do 2.º Batalhão da Força Pública para policiar as cidades do interior do Ceará. Pelas ordens dos comandantes-gerais, nota-se que estas companhias, além do trabalho de policiamento ordinário dos municípios, teriam que desempenhar as atividades de combate aos grupos de bandidos e de controle das fronteiras. Aquela que deveria ser a principal missão da Força, ou seja, a perseguição de bandidos, confundia-se com o trabalho rotineiro dos policiais. É importante destacar logo de saída que, no período pesquisado, não existiam companhias especializadas e destinadas especificamente para operações de “repressão ao banditismo”.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Nos anos de 1930, em outros Estados do Nordeste, foram organizadas forças especializadas para combater os grupos de bandidos. O tenente Lira recorda-se, em suas memórias, que, na Polícia Militar de Pernambuco, existiam: FOCBIE (Forças de Operações Contra o Banditismo no Interior do Estado), FCCB (Força de Combate Contra o Banditismo) e DERBN (Destacamento Especial de Repressão ao Banditismo no Nordeste). O autor não precisa muito bem as datas de criação das forças especiais. Ver: LIRA, João Gomes de. **Lampião**: memórias de um soldado de volantes. Floresta, PE: TDA Gráfica, 2013. v. 1 e 2. Ainda não se encontraram indícios sobre forças policiais especiais no Ceará voltadas

No ano de 1918, Eduardo Câmara, chefe de polícia do Ceará, comunicava ao presidente do Estado que:

Em se tratando da distribuição dessas três companhias e referidas praças pelo interior, é justo dizer a V. Ex.^a, e o faço com maior desvanecimento, que relevantes serviços têm elas prestado à causa pública, quer sob o ponto de vista da manutenção da ordem, quer da segurança individual e da propriedade, quer, *finalmente, da repressão do banditismo*, efetuando inúmeras capturas de criminosos deste e de outros Estados.⁴⁴¹ [grifo nosso].

Anualmente, o chefe de polícia entregava um relatório relativo a todos os serviços de policiamento do Estado. As companhias do 2.º Batalhão responsabilizavam-se pela manutenção da ordem e resguardavam a segurança individual e da propriedade nas cidades do interior, mas, de acordo com os comandantes da Força, a grande parte dos policiais destacados deveria se empenhar, especialmente, na “repressão ao banditismo”. Naquele ano, a distribuição das companhias ficou da seguinte forma: a 1.ª Cia. estava localizada na cidade de Icó sob o comando do 1.º tenente João Moreira da Costa; a 2.ª Cia., comandada pelo capitão José dos Santos Carneiro, aquartelava-se na cidade de Juazeiro; e a 3.ª Cia., comandada pelo capitão Antônio Ribeiro de Lima, sediada no município de Sobral. No comando das companhias, obrigatoriamente, o comandante-geral da Força Pública lotava membros da oficialidade, principalmente oficiais subalternos e intermediários (tenentes e capitães). Nas sedes das companhias, deveria ficar certo número de policiais destacados; outra parte deslocava-se, em forma de esquadras, para outras localidades da zona de ação, podendo se fixar nos povoados ou transformar-se em companhias volantes.

Observando a distribuição das companhias pelo território cearense, enxerga-se que elas se localizavam em pontos estratégicos do território cearense. A 1.ª e a 2.ª Cia. ficavam aquarteladas em cidades próximas às divisas com os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Este trecho fronteiriço era considerado como a

para a “repressão ao banditismo” nos anos de 1930, afinal inexistem trabalhos relativos a este período.

⁴⁴¹ Relatório do Chefe de Polícia do Ceará, de 1º de junho de 1917 a 31 de maio de 1918, p. 51.

principal entrada de bandoleiros no território cearense. À época, era comum encontrar o argumento de que o cerco policial deveria ser feito, primordialmente, sobre os espaços de fuga, como as fronteiras interestaduais, que eram vistas como pontos propícios a facilitar aos bandidos “[...] fugir dum Estado para outro”.⁴⁴² Na geografia fronteiriça dos Estados, havia passagens regulares e inúmeros trechos clandestinos⁴⁴³, e, não por acaso, o chefe de polícia Eduardo Câmara enfatizou que os policiais das companhias efetuaram inúmeras capturas de criminosos do Ceará e de outros Estados do Nordeste.

Segundo Eduardo Câmara, diante do grande volume de trabalho, além das três companhias do 2.º Batalhão, a 1.ª Cia. do 1.º Batalhão, no ano de 1917, “[...] esteve fracionada por diversas localidades do interior”. Na leitura da documentação policial, observa-se que o policiamento das cidades do interior, geralmente, necessitava de reforço, existiam cidades e regiões que eram priorizadas pela Polícia Militar. Havia a concentração de um maior número de policiais da Força Pública na parte meridional do Estado, especialmente nos municípios que formavam o Cariri cearense. Além do problema do grande fluxo de bandos nas fronteiras, as autoridades constituídas também argumentavam que no Cariri a atenção da polícia deveria ser redobrada, por ser uma zona com intensa circulação de comerciantes com mercadorias dos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Utilizando-se do argumento acima, os municípios que compunham a região do Cariri solicitavam reiteradamente contingentes extras. Por exemplo, no ano de 1919, o comandante-geral enviava “[...] um contingente de 40 praças para reforçar os destacamentos da zona sul do Estado”.⁴⁴⁴ De acordo com os relatórios dos comandantes, as operações policiais para capturar bandidos no sul cearense empregavam grande parte do contingente da Força Pública destacado no interior, pois, segundo os mesmos oficiais, os bandos que atuavam na parte meridional do território não eram apenas do Ceará, mas também dos Estados fronteiriços. Gustavo Barroso informou que os sertões de Pernambuco que faziam divisa com o Ceará, especialmente a cidade de Pajeú de Flores, consistiam num dos “[...] maiores valhacouts de

⁴⁴² BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos**. Fortaleza: ABC Editora, 2012 [1917]. p. 17.

⁴⁴³ RAFART, Gabriel. Violência rural e bandoleirismo na Patagônia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 118-136, jan./jun. 2011.

⁴⁴⁴ Ofício do Comandante-Geral ao Secretário do Interior e da Justiça, 10/02/1919, APEIC.

bandidos”.⁴⁴⁵ No mesmo sentido, Nertan Macedo afirmou que quase todo cangaceiro que atuava nos sertões cearenses provinha daquele município pernambucano.⁴⁴⁶

Na documentação policial produzida pela Força Pública, existem pouquíssimos registros de operações de combate ao “banditismo” nas divisas com o Piauí. Nos jornais, encontraram-se esparsos relatos de perseguições dos policiais militares a grupos de bandidos vindos do território piauiense. Em estudos realizados sobre o “banditismo” no Estado do Piauí, os pesquisadores constataram que grande parte dos grupos de bandoleiros concentrava-se nas partes sul e sudeste desse Estado, agindo com maior regularidade nas áreas de fronteiras entre o Piauí e os Estados da Bahia e de Goiás.⁴⁴⁷ Mas só a questão de poucos bandos nas fronteiras do Piauí com o Ceará não é suficiente para explicar a pouca incidência de contingentes policiais cearenses nas áreas limítrofes com o território piauiense.

Diferentemente de outras regiões do Ceará, no sudeste cearense, encontravam-se os chefes políticos mais influentes do Estado, por isso a maior intervenção da Força Pública dava-se na área de fronteira que ligava o Ceará aos Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Nas cidades da região do Cariri, havia um grande número de oficiais da Força Pública, enquanto em municípios de outras regiões cearenses, não se encontrava sequer um oficial inferior para comandar os destacamentos fixos e volantes. Em 1918, o cidadão Lucas Evangelista de Albuquerque, morador da cidade da Meruoca, município da região norte do Ceará, por meio de carta, reclamava diretamente ao Secretário da Justiça sobre a falta de policiais na referida cidade. Evangelista de Albuquerque informava ao secretário que:

Tendo fixado minha residência nesta Villa, achei-a quase anarquizada, os cachaceiros não respeitam a cidadão algum, e as autoridades nada tem a fazer por não disporem de força alguma pelo que

⁴⁴⁵ BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos**. Fortaleza: ABC Editora, 2012 [1917]. p. 18. Rodolfo Teófilo também salienta que muitos dos bandidos que adentravam o território cearense provinham dos sertões de Pernambuco. Ver: TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915].

⁴⁴⁶ GUEIROS, Optato. **“Lampeão”**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953. p. 223.

⁴⁴⁷ DIAS, Aelson Barros. **Em nome do poder, da força e da honra**: banditismo e violência nos confins do sertão sul piauiense. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

resolvi pedir a V. Ex. a, a assistência de quatro praças nesta Villa podendo tirá-las do destacamento de Sobral. Confiando no vosso zelo no público serviço que atenderá minha requisição que se funda [...] ao bem público.⁴⁴⁸

No caso do município de Meruoca, não se encontravam destacados nem policiais de baixa patente. Como trabalhado no quarto capítulo, ao longo da Primeira República, muitos dos membros do oficialato da Polícia Militar cearense constituíam-se em importante “guarda pretoriana” às ordens dos presidentes estaduais e de seus aliados. Em 1927, o jornal “O Ceará” destacava, em tom de ironia, a manchete seguinte: “*Um batalhão só de oficiais*”.⁴⁴⁹ O articulista criticava a lotação de vários oficiais (um major, dois capitães, dois 1.^{os} tenentes e três 2.^{os} tenentes) na cidade de Juazeiro. Deve-se salientar que, nesta cidade, encontravam-se dois dos mais fortes chefes políticos do Cariri, que, devido à sedição de 1914 e ao combate à Coluna Prestes, ganharam projeção nacional. A situação sempre buscou manter boas relações com o padre Cícero e o deputado federal Floro Bartolomeu. Na região meridional do Ceará, a intervenção da Polícia Militar conformava-se à conveniência política, apoiava os políticos situacionistas e reprimia as lideranças da oposição. Para o governo estadual, era importante manter um grande número de policiais destacados nas regiões em que os conflitos políticos eram mais intensos, pois os chefes aliados muitas vezes precisavam do apoio da força policial.

Nas documentações oficiais, evidentemente, pouco se enxergam os interesses políticos na distribuição do contingente da Força Pública.

Os comandantes responsáveis pela elaboração das legislações internas da Força Pública insistiam em criar diversos dispositivos voltados para a repressão dos bandidos que atuavam nas fronteiras. No Regulamento Interno da Força Pública, de 1922, constavam pontos específicos para o policiamento das divisas com os Estados limítrofes. Os destacamentos deveriam prevenir e impedir “[...] as reuniões de pessoas e bandos armados, nas fronteiras, com os Estados limítrofes”. Os policiais eram orientados a proibir “[...] a entrada ou

⁴⁴⁸ Carta anexa do Ofício do Chefe de Polícia do Ceará ao Secretário do Interior e da Justiça do Ceará, 12/11/1918, APEC, Lv. 144.

⁴⁴⁹ O Ceará, 12/06/1927.

saída de qualquer pessoa, pela fronteira, desde que não [estivesse] munida de passaporte, devidamente selado e visado pela autoridade policial” e ainda estavam encarregados de “[...] fazer observar as leis na parte em que se refere à proibição de andar armado na vizinhança da fronteira”.⁴⁵⁰ Estas instruções revelam que, na década de 1920, as ações policiais militares estaduais nas áreas de fronteiras deveriam ser intensificadas, até porque, conforme visto em outros momentos deste trabalho, a situação política do país estava delicada, tropas do Exército em diversos pontos do país ameaçavam se sublevar, e as ideias comunistas começavam a circular com maior intensidade após a criação do Partido Comunista.⁴⁵¹

De acordo com as informações contidas no Regulamento, objetivava-se, principalmente, dificultar e impedir o livre trânsito no Ceará dos bandos armados que atuavam nos sertões dos Estados fronteiriços. Entretanto, mesmo com toda a suposta dedicação sistemática dos membros da Força Pública na “repressão do banditismo”, pouco se encontram, nos documentos pesquisados, indícios relativos aos confrontos entre policiais e bandidos nas áreas de fronteiras. E, o que é mais intrigante, os confrontos com os bandidos célebres como Lampião, geralmente, acabam em ações policiais fracassadas. Mas, na leitura da documentação oficial, as preocupações com os grupos de bandidos que transitavam pelas fronteiras continuavam a atormentar a cabeça do alto oficialato da Polícia Militar, que persistia na formulação de regulamentos com dispositivos de repressão contra bandidos, e reiteradamente demandava recursos para comprar armas modernas e contratar oficiais do Exército Nacional para treinar os policiais da Força. A Escola de Oficiais, criada na segunda metade de 1920, foi organizada dentro deste espírito de formar policiais habilitados nas técnicas policiais e militares voltadas para o “serviço especial de policiamento” do sertão.

O Regulamento Interno da Força Pública, de 1922, ainda rezava que a presença de contingentes da Polícia Militar ao longo das fronteiras fazia-se necessário também para evitar os contrabandos. Segundo esse Regulamento, os policiais dos destacamentos localizados nas fronteiras teriam que “[...] prestar auxílio na apreensão dos

⁴⁵⁰ Regulamento Interno da FPC, 1922, p. 34-35.

⁴⁵¹ ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das tradições 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 223-248.

contrabandos que procurar passar pelos territórios de sua jurisdição, para os Estados vizinhos”. Em 1928, criou-se o Corpo de Guardas Fiscais da Fronteira “[...] destinado à repressão do contrabando pelas fronteiras do Estado”. O Corpo de Guardas da Fronteira estava subordinado à Secretaria da Fazenda do Ceará e era composto de, no máximo, cinquenta homens montados. O armamento para o policiamento fiscal das fronteiras deveria ser o mesmo utilizado na Polícia Militar. A lei que organizou o Corpo prescrevia que poderia aproveitar os oficiais inferiores da Força Pública.⁴⁵² Em 1929, o quadro de policiais efetivos foi acrescido de “[...] 50 praças destinadas, especialmente, a auxiliarem os fiscais e exatores da Fazenda no serviço de fiscalização das rendas do Estado, nas respectivas fronteiras”.⁴⁵³

No mais, na catalogação da documentação pesquisada, não encontrei nenhuma notícia dos serviços policiais junto à Secretaria da Fazenda e, muito menos, indícios sobre a existência de contrabandos nas fronteiras do Ceará. Encontrou-se vestígio de possível contrabando no ano de 1930 quando os líderes da Aliança Liberal do Nordeste⁴⁵⁴ conseguiram entrar com armas no Ceará pelas fronteiras da Paraíba. Neste momento, houve a mobilização de contingentes da Força Pública, mas os policiais não obtiveram muito sucesso.⁴⁵⁵ No parágrafo anterior, enxerga-se que as medidas policiais relativas à fiscalização policial nas fronteiras ocorreram de forma pontual, especialmente em momentos de intensas agitações político-sociais nacionais. Possivelmente, isto explica a ausência de ações contínuas da Força Pública. Diante das tensões sociais e políticas dos anos de 1920, as operações endossadas pelos documentos oficiais tornavam-se ótimas formas de justificar as intervenções policiais nos municípios do interior. Havia grupos políticos descontentes com as lideranças políticas da situação no Estado, não por acaso o presidente do Ceará, Matos Peixoto, foi obrigado, em outubro

⁴⁵² Livros de Leis do Ceará: Lei n.º 2.628, de 02 de outubro de 1928.

⁴⁵³ Mensagem do Presidente do Estado Matos Peixoto à Assembleia Legislativa do Ceará, 1929, p. 17.

⁴⁵⁴ O movimento conspiratório da Aliança Liberal teve início em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no dia três de outubro. Logo em seguida, alastrou-se para diversos Estados do Nordeste. Este movimento culminou com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República. Ver: FERREIRA, Marieta; SÁ PINTO, Surama. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 403.

⁴⁵⁵ Ver jornal Diário do Ceará do ano de 1930.

de 1930, a deixar o cargo sob a forte pressão de chefes políticos e militares⁴⁵⁶ organizados nas cidades do sertão.

Nos anos de 1920, o 2.º Batalhão permaneceu responsável pelo policiamento do interior. Como salientou o chefe de polícia, em 1925, as praças daquele batalhão estavam “[...] distribuídas por várias localidades, de acordo com as exigências e necessidades do serviço”.⁴⁵⁷ A estrutura continuou a mesma, apenas as cidades sedes das companhias mudavam, pois não se constituíam como pontos fixos. Por exemplo, em 1926, a 2.ª Cia. estava aquartelada na cidade de Iguatu, localizada no sertão centro-sul do Ceará; todavia, os destacamentos e as forças volantes faziam operações policiais não apenas nos municípios daquela região, eram deslocados para a região norte e sul do Estado.⁴⁵⁸ Esta situação de apenas uma companhia para policiar municípios de três regiões contribuía para engrossar as copiosas reclamações dos comandantes referentes à falta de contingente para realizar o policiamento do sertão de forma satisfatória.

Em 1920, o coronel-comandante da Força Pública informava que os policiais militares estavam responsáveis pela:

[...] manutenção da ordem pública em 86 municípios em que se divide o Ceará; a distribuição da força em seus 284 distritos policiais; a guarnição das cadeias das localidades diversas, dentre as quais algumas com mais de uma dezena de criminosos de homicídios; *as diligências a efetuar para a captura dos bandidos que infestam nossos sertões*; a força, finalmente, necessária para auxiliar os empregados da vigilância ao serviço de arrecadação de impostos nas fronteiras [...].⁴⁵⁹ [grifo nosso].

Mediante a apresentação do rol de atividades policiais e militares, o comandante enfatizou que o policial exauria-se “[...] muitas vezes em um serviço extenuante, sem que o resultado obtido pelo seu

⁴⁵⁶ Existiam oficiais da Força Pública do Ceará envolvidos no movimento de outubro de 1930, como o capitão da polícia Antonio Ribeiro Gomes de Lima. Sobre os acontecimentos de 1930, ver: Almanaque do Ceará, 1930.

⁴⁵⁷ Relatório do Chefe de Polícia do Ceará, de 12 de julho de 1924 a 31 de maio de 1925, p. 32.

⁴⁵⁸ Relação de oficiais, inferiores e praças da 2ª Cia. do 2.º Batalhão da Força Pública do Ceará, 1926, APEIC.

⁴⁵⁹ Relatório do Comandante-Geral da FPC, 1920, p. 12.

esforço” correspondesse à “[...] desejada expectativa”.⁴⁶⁰ Os comandantes, como forma de pressionar os deputados a investir na Força, apontavam como os principais contratempos para efetivar o policiamento o baixo número de policiais para o controle do território e a falta de armamento moderno. Esta cantilena repetiu-se por toda a Primeira República; todavia, quando se tratava de reprimir as greves de trabalhadores, na capital⁴⁶¹ ou no sertão, o contingente rapidamente aumentava e apareciam armas de grosso calibre. Em 1928, diante da greve e dos protestos dos trabalhadores do “Matadouro Modelo” de Juazeiro, foi enviada uma força de vinte praças, comandada pelo conhecido tenente Aristides Rosal, conduzindo metralhadoras⁴⁶² para repreender os manifestantes. Certamente, o “Matadouro Modelo” de Juazeiro estava sob os cuidados de algum potentado da cidade que, muito provavelmente, pertencia ao grupo político chefiado pelos líderes locais, talvez ligados aos chefes políticos padre Cícero e deputado Floro Bartolomeu.

Diante da alegação do baixo número de policiais para os serviços de policiamento do interior, uma das saídas sempre aventadas pelos comandantes das companhias do 2.º Batalhão era a organização de forças volantes. Os policiais das forças volantes deveriam ficar responsáveis, principalmente, pelo policiamento dos municípios que se localizavam nas áreas de fronteiras. Em teoria, a mobilidade conferida aos destacamentos volantes permitiria que os policiais ficassem se deslocando entre as cidades, possibilitando uma maior abrangência das ações militarizadas de controle territorial efetuada pela Força Pública. As volantes eram percebidas, pelas autoridades policiais, como uma estratégia de extrema importância para as ações de “repressão ao banditismo” nas fronteiras com os Estados vizinhos.

Em 1919, Eduardo Câmara, chefe de polícia do Ceará, afirmava que:

⁴⁶⁰ Relatório do Comandante-Geral da FPC, 1920, p. 12.

⁴⁶¹ Na repressão às greves e manifestações dos trabalhadores urbanos de Fortaleza, Eduardo Parente destaca a participação não apenas de guardas civís, mas também dos policiais da Força Pública do Ceará. Ver: PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento: a trajetória de lutas dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

⁴⁶² O Nordeste, 05/07/1928.

[...] *ótimos serviços vão prestando os dois destacamentos volantes*, estabelecidos na zona do Cariri, um composto de vinte praças e outro de número superior, respectivamente sob os comandos do tenente Manoel Firmo e Capitão Raimundo Bezerra de Maria, os quais constantemente percorrem a fronteira deste Estado com os de Pernambuco e Paraíba.⁴⁶³ [grifo nosso].

Evidente que, na percepção da cúpula da polícia cearense, as volantes que percorriam as fronteiras desempenhavam “ótimos serviços”, mas o chefe de polícia não era o único que achava as ações dos policiais volantes “eficientes”. Nos anos de 1920, por exemplo, os articulistas de alguns jornais, como “Diário do Ceará” e “O Nordeste”, engrossavam o coro otimista entoado pela cúpula das polícias Civil e Militar do Estado. As publicações do “Diário do Ceará”, jornal oficial do Estado, por razões óbvias, deveriam corresponder às expectativas do governo. Os jornalistas que escreviam nas folhas de “O Nordeste” pouco ou quase nada publicavam de matérias tecendo críticas às medidas policiais, às vezes, no máximo, noticiavam algum caso isolado de abuso policial, mas a posição dos articulistas daquele jornal não poderia ser diferente, pois trabalhavam em um periódico que, ao longo do período pesquisado, assumiu uma postura católico-legalista.

Em 1922, o articulista do jornal “O Nordeste” informava que:

As fronteiras do sul do Estado estão, assim, infestadas de bandoleiros, com ameaça iminente para as populações ali residentes, que reclamam providências dos poderes públicos.

Estas se tornam tanto mais urgentes quanto é insuficiente o destacamento policial de Milagres, constituído apenas de 30 praças, e tanto é assim que a um pedido de reforço do sargento Antonio Maciel, ameaçado por um troço de cangaceiros, em Macapá, não pôde atender a força de Milagres, para não deixar este ponto desguarnecido.

Urge a remessa de mais contingentes para as fronteiras do sul, estabelecendo-se *grupos*

⁴⁶³ Relatório do Chefe de Polícia do Ceará, de 1º de junho de 1918 a 31 de maio de 1919, p. 63.

*volantes de forças para mais eficiência do combate aos bandoleiros.*⁴⁶⁴ [grifo nosso].

Deve-se desconfiar da “eficiência” policial apresentada pelo articulista e pelo chefe de polícia, pois as volantes quase sempre não apresentavam a tão esperada “eficiência no combate aos bandoleiros”. Oficialmente, as funções das forças volantes eram, primordialmente, controlar as fronteiras interestaduais, capturar bandidos e apreender armas. Entretanto, o que estava acontecendo na cidade de Macapá era, possivelmente, a disputa de dois chefes políticos, e a Polícia Militar teria de agir a favor do lado da situação, afinal o “troço de cangaceiros” que ameaçava invadir a cidade é indício de que bandidos foram contratados por algum chefe político da região meridional do Ceará. O Cariri cearense foi, na Primeira República, marcado pelas lutas entre chefes políticos que disputavam o domínio dos municípios⁴⁶⁵, e a polícia, como já foi discutido, se posicionava na defesa dos correligionários do governo.

Além das volantes, os delegados militares, à época, eram vistos pelas lideranças policiais como de fundamental importância para a efetivação das operações policiais de controle dos sertões cearenses. De acordo com as medidas policiais, ordinariamente, as cidades do interior do Ceará deveriam contar com a presença de delegados militares. É muito provável que a falta de autoridades policiais civis no sertão tenha fomentado e legitimado a distribuição dos oficiais da Força Pública no posto de delegado que, de acordo com as ordens oficiais, atuavam, primordialmente, na coordenação dos trabalhos de investigação e na organização das diligências policiais para a captura de bandidos e a apreensão de armas no sertão.

Desde os primeiros anos republicanos que os oficiais da Força Pública do Ceará exerciam os cargos de delegados militares.⁴⁶⁶ Em 1916, através de instruções, o presidente do Estado, João Tomé,

⁴⁶⁴ O Nordeste, 21/12/1922.

⁴⁶⁵ Macedo narra muitas das disputas políticas envolvendo os potentados do sul do Ceará. Nos municípios, constantemente havia lutas armas lideradas por chefes políticos. Ver: MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990.

⁴⁶⁶ Em alguns documentos, geralmente até o final de 1910, os oficiais da Força Pública que ocupavam o posto eram chamados de delegados especiais ou em comissão ou militares. Na década de 1920, nos documentos policiais, encontram-se, com maior recorrência, o termo delegado militar.

oficializou as funções dos delegados militares.⁴⁶⁷ A partir daquele ano, os oficiais da Força passaram a ser requisitados, com maior recorrência, para ocupar o posto de delegado militar, pois se argumentava que havia a carência de policiais civis preparados para as lides policiais no interior. Não se pode negar, no entanto, o interesse político do governo do Estado em enviar os oficiais da Polícia Militar para servirem nos municípios do interior, afinal a Força Pública era uma instituição que deveria estar totalmente subordinada ao presidente. Se, por um lado, a maior parte dos delegados e subdelegados civis no interior era indicada pelos chefes políticos locais; por outro, dentro do oficialato da Polícia Militar existia um corpo de oficiais incumbidos de representar politicamente o governo central no sertão. Evidentemente que nem todo membro da oficialidade cumpria cegamente as ordens do presidente do Estado, conforme visto no quarto capítulo, alguns oficiais no cargo de delegado militar, também, tiravam proveito próprio das situações políticas.

Entretanto, pelo discurso oficial, a nomeação de policiais militares para o cargo de delegado dava-se não pelos interesses e conveniências políticas, mas, sim, devido à experiência adquirida pelos oficiais no policiamento do sertão. Em 1916, o afamado tenente coronel Ernesto Medeiros, comandante interino, enviava ofício ao comandante-geral em que comunicava a ação de um oficial-delegado. Afirmava que:

O tenente Moisés conseguiu capturar 9 criminosos e forçou a apresentação do célebre bandido Pedro Gomes de Araujo, vulgo Pedroca. O mesmo oficial apreendeu 16 rifles, 3 bacamartes, 1 comblain e alguns revólveres. Cumpre-me declarar-vos que esse oficial no desempenho da difícil comissão de que foi incumbido, *revelou notado critério e disciplina*, tendo dado cabal cumprimento às determinações do Ex^{mo} Sr. Presidente do estado e conseguiu entregar à justiça o grupo de criminosos que operavam em Bom Jesus, termo de Iguatu. *A conduta anterior desse oficial determinou a sua escolha para a mencionada comissão.* O vosso esclarecido

⁴⁶⁷ Instruções da Secretária de Justiça e Segurança Pública aos Delegados Militares da FPC, 1916.

critério ajuizará os serviços que vem de prestar o tenente Moisés.⁴⁶⁸ [grifo nosso]

Este argumento de que os cargos de delegado militar deveriam ser concedidos para os oficiais que tinham disciplina e experiência intensificou-se, na década de 1920, quando a Força Pública se tornou uma força auxiliar do Exército Nacional. Naquela década, também, houve investimento na formação dos oficiais, especialmente com a criação da Escola Profissional de Oficiais que, na segunda metade dos anos de 1920, pretendeu instituir um ensino voltado para a profissionalização e o aperfeiçoamento dos oficiais subalternos, especialmente no que diz respeito aos assuntos militares e policiais. Conforme trabalhado no terceiro capítulo, a formação dos oficiais da Força Pública deveria estar intimamente relacionada às atividades de controle do território e de “repressão ao banditismo” no interior cearense. Entretanto, parte da oficialidade da Força que ocupava as delegacias militares pertencia a um grupo privilegiado escolhido a dedo pelo presidente do Estado, muitos subalternos eram alocados nos municípios exclusivamente para atender aos interesses das facções políticas da situação.

A lei n.º 1.808, homologada em outubro de 1920⁴⁶⁹, ratificou e retificou as instruções relativas aos delegados militares de 1916. Aquela lei deixou explícito que cabia ao presidente do Estado nomear delegados militares para efetuar o policiamento de um ou mais municípios a partir da recomendação do chefe de polícia. Na década de 1920, o poder policial dos oficiais da Força Pública foi ampliado, pois os delegados militares ficaram autorizados a desempenhar as mesmas funções dos delegados da Polícia Civil. O delegado militar poderia proceder a inquérito independente da autorização do chefe de polícia. Na cidade onde atuasse um oficial da Polícia Militar, as funções do delegado civil cessariam.⁴⁷⁰ No discurso oficial, esta medida foi apresentada como elemento importante para a boa marcha dos serviços de policiamento dos sertões, pois visava evitar os possíveis conflitos, corriqueiros, entre as polícias Civil e Militar. Entretanto, configuravam-se como um dispositivo que conferia aos oficiais da Força maior

⁴⁶⁸ Minutas de Ofício do Comandante Interino ao Comandante-Geral da FPC, 04/04/1916, APEC, Lv. 144.

⁴⁶⁹ Livros de Leis do Ceará: Lei n.º 1.808, de 15 de outubro de 1920.

⁴⁷⁰ Livros de Leis do Ceará: Lei n.º 1.855, de 30 de agosto de 1921.

liberdade para barrar as possíveis intervenções de representantes dos chefes políticos locais, especialmente os da oposição. Conforme será visto na próxima seção, os oficiais-delegados poupavam, nos inquéritos policiais, muitos mandões aliados e seus cangaceiros.

O delegado militar ficou responsabilizado por todo o processo de investigação policial até a feitura do inquérito, assim, nas cidades, os oficiais-delegados acumulavam as funções da polícia judiciária e militar. Nos documentos oficiais, estas medidas também estavam alinhadas às operações de combate ao “banditismo” nos sertões cearenses. Nos relatórios da cúpula da Polícia Civil, encontram-se, corriqueiramente, os balanços das atividades de repressão desempenhadas pelos policiais, e os delegados militares aparecem como importantes “caçadores de bandidos” no sertão. No discurso oficial de “extermínio do banditismo”, os oficiais-delegados configuravam-se como agentes especializados, tanto que o chefe de polícia, Eduardo Câmara, solicitou que houvesse um investimento na especialização do 2.º tenente Manoel Firmo, que muito havia se distinguido na “captura de criminosos”.⁴⁷¹

No final da Primeira República, o presidente do Ceará, José Moreira da Rocha, retomava o velho e surrado discurso pautado na necessidade de “extinção do banditismo”. Em 1928, para legitimar as intervenções policiais no interior, Moreira da Rocha afirmava que:

*A extinção do banditismo, que constitui um dos mais complexos problemas do nordeste brasileiro, vai-se operando com magníficos resultados, quer pela cooperação dos Estados limítrofes, quer pelas medidas de repressão adotadas e executadas pelo Governo deste Estado, que tem exercido a mais severa vigilância nas fronteiras e na zona do Cariri, onde continuam em plena atividade as forças volantes, sob o comando geral do capitão Firmino de Araujo.*⁴⁷² [grifo nosso]

Nos documentos oficiais, enxerga-se que a cúpula policial e os presidentes do Estado tentavam demonstrar que a Polícia Militar

⁴⁷¹ Relatório do Chefe de Polícia do Ceará, de 1.º de junho de 1918 a 31 de maio de 1919. p. 45.

⁴⁷² Mensagem do Presidente do Estado José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa do Ceará, 1928, p. 49.

estava distribuída em várias partes do sertão do Ceará como uma medida repressiva ao “banditismo”. Regularmente, a Polícia Militar deveria ficar responsabilizada de organizar companhias, forças volantes e delegacias militares não apenas para fazer o policiamento rotineiro dos municípios do sertão, mas, especialmente, para policiar as fronteiras e combater os grupos de bandidos. A região do Cariri possuía um policiamento militar ostensivo mais intenso, pois, segundo o discurso oficial, tinha uma extensa faixa de fronteira com os Estados de Pernambuco e da Paraíba. Neste discurso, encontra-se apenas a construção da versão oficial das atividades desempenhadas pelos policiais da Força Pública. A polícia era apresentada como uma instituição homogênea, coerente, treinada e responsável pela manutenção da ordem no Estado. Entretanto, ao fazer uma leitura a contrapelo dos documentos blindados pela carapaça institucional, enxergam-se outros sentidos e outras motivações para a distribuição e a atuação da Polícia Militar no sertão.

5.3 “Banditismo”: uma questão transregional

Em tom de desânimo, o presidente do Estado, em 1920, perante a Assembleia Estadual, comunicava que o “banditismo” era:

Problema complexo, de solução impossível aos recursos exclusivos dos Estados, *a repressão do banditismo nordestino é, como a seca, um problema nacional* que a União se deve avocar, em honra da civilização brasileira.

A permanência de forças do Exército nos focos de cangaceirismo seria, certamente, medida de alto alcance e teria resguardado a Nação do prejuízo das vidas ingloriamente sacrificadas nas lutas fratricidas de Canudos e do Contestado.⁴⁷³ [grifo nosso].

Neste momento, o “banditismo” começou a aparecer ao lado da seca como um dos principais problemas do Nordeste. Na década de 1920, a “repressão ao banditismo” passou a ser visto não apenas como um problema estadual, mas ganhou dimensões transregional e

⁴⁷³ Mensagem do Presidente do Estado João Tomé Saboia e Silva à Assembleia Legislativa do Ceará, 1920, p. 49.

nacional. Além dos esforços de alguns Estados nordestinos para firmar convênios interestaduais, percebeu-se um constante apelo para que houvesse uma intervenção das forças do Exército “nos focos de cangaceirismo”. Até o final do período pesquisado, não se encontraram vestígios de intervenções de forças federais no combate ao “banditismo” no Nordeste, as operações de repressão ficaram sob a responsabilidade das instituições policiais estaduais, especialmente, das polícias militares. Existiu, principalmente nos anos de 1920, a organização de ações policiais conjuntas de repressão aos grupos de bandidos, através de convênios policiais, envolvendo algumas polícias militares nordestinas. No ano de 1922, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco reuniram-se na cidade de Recife “[...] com o fim de extinguirem os bandos de cangaceiros e capturarem os criminosos que perturbam a ordem pública [...]”.⁴⁷⁴

Em 1922, não foi a primeira e nem a última vez que estes Estados reuniram-se com a finalidade de unir forças visando à “repressão ao banditismo”. É importante atentar que as medidas policiais daquele ano aconteciam em um momento de fervoroso federalismo, da criação do Partido Comunista, de manifestações culturais e de mobilização dos seguimentos das classes armadas, em especial os tenentes do Exército. Ao fazer o levantamento dos acordos policiais interestaduais, percebe-se que estes ocorriam em situações de intensa agitação política e social em âmbito nacional, demonstrando que não eram meras medidas policiais para combater grupos de bandidos que atuavam no sertão, afinal, ao longo da Primeira República, as relações entre os Estados e a União nem sempre foram amistosas. Naquele ano, o Estado de Pernambuco, sede do convênio, articulava-se com outros governos estaduais com o objetivo de aumentar o poder de negociação com os Estados dominantes – Minas e São Paulo.⁴⁷⁵ A união de forças policiais militares do Nordeste poderia servir, também, para demonstrar poder bélico perante as outras regiões do país.

⁴⁷⁴ PERICÁS, Luiz Bernardo. Documentos: convênio contra o banditismo. In: _____. **Cangaceiros**: ensaios de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 199-201. p. 199.

⁴⁷⁵ A historiografia trata este movimento de “Reação Republicana”, que foi “[...] uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período”. FERREIRA, Marieta; SÁ PINTO, Surama. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excluyente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 313-350. p. 394.

De toda forma, nos documentos oficiais, a questão do “banditismo” tornava-se definitivamente um problema transregional. Nos discursos oficiais, alegava-se que, sem a ajuda requisitada ao Governo Federal, restava aos Estados do Nordeste providenciar operações policiais integradas para reprimir o “banditismo”. Devido à inexistência de uma Polícia Militar nacional para guarnecer as fronteiras interestaduais, o convênio de 1922 visou ao planejamento de mecanismos para a atuação conjunta das instituições policiais nordestinas, principalmente das forças policiais militares no controle ostensivo do território. Naquele ano, o jornal “O Nordeste”, que circulava na capital do Ceará, estampava em destaque a manchete: “*O combate ao banditismo - Reunião dos representantes dos Estados do Nordeste em Recife*”⁴⁷⁶.

Na cidade de Recife, os representantes acordaram dezessete medidas voltadas para a repressão dos grupos de bandidos que “infestavam as fronteiras” dos Estados. Na reunião, ficou decidido que as forças destacadas nos municípios limítrofes dos Estados atuariam em auxílio mútuo “[...] na perseguição e na captura dos bandoleiros e criminosos pronunciados”. Os comandantes das forças policiais militares ficaram autorizados a “[...] entrar no território do Estado” vizinho, mas deveriam “[...] comunicar imediatamente às respectivas autoridades”.⁴⁷⁷ Nos documentos policiais, os limites estabelecidos pelas fronteiras estaduais configuravam-se como um dos principais entraves para a perseguição e captura de grupos de bandidos. A reunião objetivava permitir o livre trânsito das forças policiais nos sertões dos Estados fronteiriços, assim, intentava-se criar possibilidades de tornar as fronteiras permeáveis. Para isso, deveria existir uma maior colaboração, principalmente, entre as polícias militares estaduais no que concerne à ação policial ostensiva nas áreas fronteiriças. A questão não era apenas guarnecer as fronteiras, mas, sobretudo, conferir-lhes um caráter de zona de acesso livre para as forças policiais.⁴⁷⁸

Os Estados acordantes, obrigatoriamente, deveriam manter nas “[...] respectivas fronteiras forças volantes”. Os governos estaduais

⁴⁷⁶ O Nordeste, 16/12/1922.

⁴⁷⁷ PERICÁS, Luiz Bernardo. Documentos: convênio contra o banditismo. In: _____. **Cangaceiros**: ensaios de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 199-201. p. 200.

⁴⁷⁸ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999.

manteriam, além dos destacamentos locais, companhias volantes em pontos estratégicos. Pernambuco e Ceará destinariam “[...] duas forças volantes de vinte e cinco a trinta praças cada”; a Paraíba e o Rio Grande do Norte, “[...] duas forças de quinze a vinte praças cada uma”. As forças volantes teriam sedes nos municípios fronteiriços. As volantes de Pernambuco ficariam nas cidades de Triunfo e Belmonte, “[...] agindo em todos os municípios limítrofes dos Estados de Paraíba e Ceará”. No Ceará, a base seria na cidade de Brejo dos Santos e, na Paraíba, nos municípios de S. José de Piranhas e Conceição, agindo nas fronteiras de todos os Estados acordantes. As companhias volantes do Rio Grande do Norte situar-se-iam em Luiz Gomes e Jardim de Piranhas, abarcando todos os municípios fronteiriços da Paraíba e Ceará. Em caso de ações conjuntas, quem deveria comandar era o oficial de mais elevada patente, não importando a naturalidade do policial.⁴⁷⁹

Imagem 10 – Força Volante Pernambucana na cidade de Belmonte (1926)



Fonte: MELLO (2011).

Nos termos do acordo interestadual, as volantes configuravam-se como a principal medida para extirpar o banditismo no Nordeste. De acordo com as polícias militares, os grupos de bandidos tinham como principal tática a intensa mobilidade, tornando os destacamentos acantonados nas cidades inviáveis para a perseguição. Na estratégia policial militar, as volantes interestaduais movimentavam-se e podiam ser divididas fazendo com que o raio de ação da polícia fosse

⁴⁷⁹ PERICÁS, Luiz Bernardo. Documentos: convênio contra o banditismo. In: _____. **Cangaceiros**: ensaios de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 199-201. p. 201.

alargado. O convênio, ao estabelecer várias bases de apoio nas cidades fronteiriças, procurava possibilitar a multiplicação das operações policiais, permitindo que as volantes agissem nos focos de refúgios dos grupos de bandoleiros, ou seja, nas fronteiras.⁴⁸⁰

Em 1926, novo convênio fora firmado, mas agora contando com mais três Estados: Piauí, Bahia e Alagoas. O pesquisador Pernambucano de Mello afirmou que esse ano foi de notável expansão do “banditismo”, principalmente, “[...] no que diz respeito à audácia dos golpes praticados, ao número de grupos autônomos em ação na caatinga especialmente ao tamanho e poder de fogo” dos grupos de bandoleiros. Mello atribuiu o recrudescimento dos grupos de bandidos aos “batalhões patrióticos” destinados a combater o movimento dos militares “revoltosos” da Coluna Prestes. Segundo esse autor, grande quantidade de excelentes armas e munições encontrava-se “[...] em mãos dos piores celerados do eixo Ceará-Paraíba-Pernambuco”.⁴⁸¹ Na década de 1920, mesmo com as ações policiais interestaduais, os governadores estaduais continuavam sem conseguir solucionar o problema do “banditismo”.

Na leitura da documentação coletada, observa-se que as estratégias decididas pelos convênios não eram plenamente efetivadas. Segundo Chandler, os motivos estavam relacionados aos problemas infraestruturais experimentados pelas polícias militares do Nordeste. O autor destaca que havia pouco entusiasmo dos policiais durante as perseguições a grupos de bandidos. As condições de trabalho das volantes eram duras, pois os soldados passavam “[...] dias e semanas a pé, perseguindo os cangaceiros” e aponta ainda que as polícias militares dispunham de pouquíssimos equinos para a montaria dos policiais.⁴⁸² Estas observações de Billy Chandler vão ao encontro das memórias de ex-policiais que, além de tudo, destacam que as polícias militares do Nordeste manejavam obsoletos armamentos, desfrutavam de péssima alimentação e de terríveis acomodações nas velhas casas que serviam de quartéis nas cidades do interior dos Estados.⁴⁸³

⁴⁸⁰ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999.

⁴⁸¹ MELLO, Frederico Pernambucano de. Fronteira e repressão policial: o ciclo dos grandes acordos. In: _____. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 267 e 270.

⁴⁸² CHANDLER, Billy J. *Lampião: o rei dos cangaceiros*. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 58.

⁴⁸³ Pernambuco, ver: GUEIROS, Optato. “*Lampeão*”: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953; Alagoas, ver: BEZERRA, João. *Como*

Este discurso permeia, também, toda a documentação produzida dentro da instituição policial cearense. A pouca eficiência da polícia nas ações no sertão quase sempre era atribuída à deficiência de recursos materiais, o que dificultava ou impedia a realização do policiamento de forma satisfatória. Entretanto, o que se observa, ao longo da Primeira República, é um constante investimento no aparelhamento bélico dos policiais da Força Pública do Ceará. Nos orçamentos anuais do Estado, a Polícia Militar figurava como uma das instituições onde se investia mais dinheiro. Por exemplo, as despesas com a Força Pública, em 1928, giravam em torno de mil quinhentos e noventa e três contos, estando abaixo apenas da instrução pública, que receberia mil oitocentos e sessenta contos.⁴⁸⁴ A ladainha de que os recursos eram escassos foi bastante utilizada pelos oficiais de alto coturno nos seus relatórios para barganhar mais investimentos junto à Assembleia Legislativa.

As medidas dos presidentes do Ceará procuraram, de alguma forma, agradar os policiais da Força, tanto que, ao longo do período, foram concedidos diversos direitos, como reformas, férias, licença, serviço de saúde (precário) e outras regalias que muitas categorias de trabalhadores não desfrutavam.⁴⁸⁵ Evidentemente, muitas insatisfações havia entre os policiais, especialmente as relacionadas aos baixos soldos. Seria muito reducionista, depois do panorama apresentado nas páginas anteriores, atribuir os fracassos das operações voltadas para combater os grupos de bandidos apenas à falta de entusiasmo, às insatisfações dos policiais ou aos “magros” recursos destinados à Força Pública. Os motivos devem ser percebidos nos acordos e nos conflitos políticos entre o governo estadual e os chefes locais. Conforme será visto na seção seguinte, para a manutenção deste jogo político, os policiais figuravam como uma das principais peças.

Na segunda metade da década de 1920, o descrédito no trabalho da Polícia Militar cearense parecia ser geral, as críticas eram desferidas não apenas por grupos locais, mas especialmente por lideranças políticas de outros Estados.⁴⁸⁶ De forma irônica, a imprensa

dei cabo de Lampeão. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983; Ceará, ver: WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado:** memórias. Fortaleza: IOCE, 1981.

⁴⁸⁴ Gazeta de Notícias, 15/01/1928.

⁴⁸⁵ Ver: 2 *O policial na Força Pública*.

⁴⁸⁶ Em 1927, o jornal “O Ceará” publicou diversos telegramas do presidente Suassuna, do Estado da Paraíba, acusando o governo de Moreira da Rocha de ser conivente com as ações de Lampeão.

de Estados vizinhos, como o “Diário de Pernambuco”, afirmava que o Ceará era o “[...] quartel-general do cangaço”.⁴⁸⁷ Em 1927, o presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra, apresentava uma série de dificuldades na “repressão ao banditismo” e, perante a Assembleia Legislativa de Pernambuco, Coimbra afirmava:

Começo, entretanto, a persuadir-me de que não basta a ação, mesmo conjunta, dos Estados para debelar inteiramente o banditismo.

Há a vencer *melindres regionais* que facilmente irrompem em estranhas manifestações de susceptibilidade e, sobretudo, a subjugar *interesses políticos subalternos que são atingidos pela ação das polícias*, o que patenteia a necessidade da cooperação do governo da União, unificando nas mãos do seu delegado a ação repressora e, de tal sorte, evitando aqueles e subordinando estes ao bem da comunhão, que exige o urgente extermínio de tão ignominiosa viltá.⁴⁸⁸ [grifo nosso].

Na leitura do trecho da mensagem acima, observa-se que as alianças entre chefes políticos, cangaceiros, presidentes estaduais e policiais configuravam-se como as principais vigas de manutenção do “banditismo”, o que tornava o combate aos grupos de bandidos apenas efeito de retórica política. Outra questão relaciona-se às ações interestaduais para a “repressão ao banditismo”, que, corriqueiramente, degradingolavam em conflitos entre os policiais dos Estados acordantes. Nas operações conjuntas das corporações estaduais, existiam e surgiam rixas entre policiais. O convívio dos contingentes de diferentes Estados mostrou que as instituições militares estaduais, forças auxiliar do Exército, eram compósitos de forças antagônicas.⁴⁸⁹ Era inevitável que as polícias estaduais conveniadas tivessem interesses diversos. Por exemplo, os policiais cearenses não permitiriam que agentes de outros Estados interviessem nos negócios dos aliados do governo do Ceará, e a recíproca também era verdadeira. Por isso, Estácio Coimbra solicitava

⁴⁸⁷ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 203.

⁴⁸⁸ O Nordeste, 07/07/1927.

⁴⁸⁹ Ver: 6 *Policiais em ação*: “a campanha de 1927”.

um delegado “neutro” indicado pela União para coordenar “a ação repressora” para “debelar inteiramente o banditismo”.

5.4 A face oculta do “banditismo”: policiais entre cangaceiros e chefes políticos

O Estado não tinha plena autoridade para manter uma Polícia Militar nos sertões do Ceará que operasse como agente direto do monopólio da violência do governo estadual⁴⁹⁰, a documentação produzida pela Força Pública pouco ou nada revela dos limites das operações de controle no interior. Ao coligir a documentação oficial, específica, sobre as intervenções da polícia no sertão, nada se enxerga das relações entre os policiais militares e os chefes locais no que diz respeito à “repressão ao banditismo”; diferentemente, por exemplo, de uma parcela da imprensa que, corriqueiramente, denunciava a conivência do governo para com os mandões sertanejos que recrutavam cangaceiros. Em 1921, o jornal “A Tribuna” publicava matéria com o seguinte título: “*O banditismo em Paracuru*”. Nela, o articulista salientava que:

Tudo, ali, vive à revelia dos desejos dos cangaceiros, que perambulam, dia e noite, dentro das ruas de Paracuru, afrontando a população ordeira e pacífica deste município, a qual vive amedrontada em virtude das ameaças constantes recebidas dos salteadores e bandidos, que infestam aquela infeliz vila, entregue à *mercê dos chefes políticos da situação, os quais protegem, desordenadamente, os criminosos*, silenciando, destarte, o que deveriam participar ao Sr. presidente do estado, se é que V. Ex.^a tudo isso ignora.⁴⁹¹ [grifo nosso].

No decorrer da Primeira República, tornou-se corriqueiro encontrar jornalistas não alinhados com o governo criticando os presidentes. Muitos homens de imprensa argumentavam que o interior do Estado estava totalmente sem policiamento e entregue aos chefes de

⁴⁹⁰ HOBBSBAWM, Eric. Bandidos, estados e poder. In: _____. **Bandidos**. 4. ed. Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 15-34.

⁴⁹¹ A Tribuna, 17/08/1921.

cangaço. No excerto acima, pode-se perceber que o próprio presidente, à época Justiniano de Serpa, não ignorava a proteção conferida aos bandidos por certos “chefes políticos da situação”. Os presidentes do Ceará eram acusados de preservar a identidade de muitos policiais e poderosos locais situacionistas que recrutavam cangaceiros e financiavam as munições e as armas para grupos de bandidos dos sertões do Ceará. O poder exercido pelos chefes locais demonstrava que o governo estadual não possuía o controle pleno sobre o território do Ceará.

Evidentemente, não se pode negar que as operações existiram, os policiais do 2.º Batalhão eram deslocados para o interior, as volantes circulavam pelas fronteiras, e os oficiais ocupavam os cargos de delegados militares, mas as ações policiais nem sempre correspondiam à missão da manutenção da ordem. No estudo da “repressão ao banditismo” no Estado do Ceará durante a Primeira República, percebeu-se que apenas analisar a distribuição da Força Pública pelo sertão não permitia apreender a dinâmica da atuação policial que se encontrava em um complexo jogo político. Assim foi necessário entender a relação entre governo, chefes políticos, cangaceiros e policiais. Na política dos acordos entre o presidente estadual e os chefes políticos locais, os policiais militares ganharam um papel de destaque, pois eram agentes que se encontravam na linha de frente. Grande parte das tramas e dos conflitos envolvendo governo estadual e chefes sertanejos tinham como intermediários os homens da Força, que, em muitos momentos, também se relacionavam diretamente com poderosos locais e bandidos.

Muitos homens do sertão conseguiram projeção política fazendo do cangaço um meio de vida. Por exemplo, Pedro Gomes Araújo, vulgarmente conhecido como Pedroca, constituiu-se, ao longo da Primeira República, como um dos mais influentes chefes políticos da cidade de Iguatu, possivelmente de todo o sertão centro-sul, recrutando e liderando cangaceiros. O major Weyne recorda-se que a propriedade de Pedroca, fazenda Mata Fresca, era um conhecido “valhaouto de cangaceiros”.⁴⁹² Floro Bartolomeu e Pedro Silvino conseguiram fama e respeito, enquanto chefes políticos no Cariri, devido aos grupos armados que comandavam.⁴⁹³ Alguns destes homens tinham muita força política,

⁴⁹² WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 154.

⁴⁹³ TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915].

por isso não foi raro encontrar os presidentes do Estado alinhando acordos com os mais poderosos, era uma situação delicada, pois muitos municípios possuíam chefes fortes e as inimizades poderiam gerar conflitos sangrentos e até sedições, a exemplo de 1914. Como em outros Estados do Nordeste, o “banditismo” no Ceará, como fenômeno político, foi parte importante para a estrutura de acomodação da autoridade destes potentados locais no sertão.

Os chefes que se encontravam do lado oposto da facção dominante sofriam com as perseguições políticas. Na faina diária, os policiais da Força chegavam a entrar em conflitos com bandidos, especialmente os cangaceiros contratados pelos chefes da oposição. A letra “a” do artigo 11, da lei n.º 1.808, de 15 de outubro 1920, referente às atividades dos delegados militares, rezava que os oficiais investidos naquele cargo deveriam desarmar “[...] os criminosos e malfeitores, especialmente os denominados cangaceiros, que tragam armas consigo, ou as possuam em casa, mediante as formalidades legais [...]”.⁴⁹⁴ À época, cangaceiros dos chefes sertanejos da oposição por diversas vezes entraram em confronto com os policiais da Força Pública. Nestas situações, os argumentos pautados na “repressão ao banditismo” serviam de justificativa para as intervenções policiais. Nas residências dos potentados rurais, independente de ser da situação ou da oposição, encontravam-se homens em armas para resolver qualquer tipo de contratempo que pudesse colocar o chefe político e sua propriedade em risco.

No sertão dos Inhamuns, especificamente na cidade de Crateús, em 1928, o destacamento comandado pelo tenente Raimundo Nascimento, delegado militar, entrou em acirrado conflito com cangaceiros contratados pelo chefe político Chaves Filho. Por telegrama, o oficial Nascimento comunicava que o ocorrido deu-se da:

Crateús, 25 (6h) – [...] seguinte maneira: *Juiz Boanerges vinha acoitando sua residência muitos meses criminosos homicídio Ipueiras Ricardo Alves Oliveira cangaceiro conhecido por Manuel Pelado contra quais tenho precatória Juiz Ipueiras. Virtude de tal documento dei ordem praças meu destacamento prendê-los quando encontrassem rua. Aconteceu ontem cerca de onze e meia horas*

⁴⁹⁴ Livros de Leis do Ceará: Lei n.º 1.808, de 15 de outubro de 1920.

anspeçada Francisco Narciso Sousa encontraram passeando ruas dando-lhes voz de prisão bandidos reagiram ferindo quatro facadas mencionado soldado anspeçada Cumieira sentindo-se impotente correrá quartel procura seu armamento regressando local luta armado rifle *perseguiu criminosos que refugiaram-se casa Chaves Filho* onde armaram-se rifle e alvejaram referido anspeçada quebrando-lhe uma perna seguida pegaram mão matando à faca. Incontinente polícia cercou casas Juiz Boanerges, Chaves Filho sendo recebido a balas cessando fogo após uma hora virtude intervenção médico Benjamin Hortêncio vigário Juvêncio Andrade ficando referidas casas sitiadas até entregar bandidos quais prendi logo após chegada esta cidade. Soldado Francisco Sousa continua estado desesperador. Predomina relativa calma. - (a) Tenente Raimundo Nascimento, delegado militar.⁴⁹⁵ [grifo nosso].

Possivelmente, a contenda tenha se desenrolado por algum desentendimento do juiz Boanerges e do potentado Chaves Filho com o governo estadual. As insatisfações políticas dos presidentes, frequentemente, eram resolvidas com ordens para os delegados militares e seus contingentes efetuarem prisões ou assassinar os cangaceiros. Nestas disputas, percebe-se que os presidentes do Estado comportavam-se como poderosos chefes políticos, procurando centralizar o poder político. Para isso, utilizavam-se dos policiais da Força Pública que, na prática, configuravam-se como um grupo, por excelência, armado, a serviço do governo.

Além de dar coito a bandidos profissionais, Chaves Filho, ao lado dos chefes sertanejos Isaias Arruda, Pedro Silvino, Manoel Alexandre, Zequinha Contendas, Ananias Magalhães, Pedraca, Felinto Cruz e José Lopes⁴⁹⁶, era apontado como um dos maiores responsáveis pelo mercado ilegal de armas e munições no sertão do Ceará. Conforme visto no quarto capítulo, o ano de 1928 foi de eleições municipais, momento em que as investidas dos delegados militares intensificavam-se contra as facções políticas oposicionistas. Naquele ano, o presidente Moreira da Rocha, a exemplo de outros governos, ordenou que a polícia

⁴⁹⁵ O Nordeste, 26/04/1928.

⁴⁹⁶ O Ceará, 17/07/1928.

agisse com rigor na apreensão de armas. A ação dos homens comandados pelo tenente Raimundo Nascimento não foi realizada com o intuito de manter a ordem no município, mas para desmobilizar e desmilitarizar as forças de um dos chefes políticos da cidade de Crateús, certamente da oposição.

No interior, as armas faziam parte do cotidiano da população. Celso Gomes de Matos conta que, ao visitar uma casa de um chefe sertanejo em 1910, percebeu que, em vez de quadros e painéis nas paredes internas da residência, existiam: “Armas. Rifles aqui e acolá. Cartucheiras nos armadores. E pendurados em fila, ao longo de uma parede, viam-se cerca de dúzia e meia de rifles e bacamartes. [...] Os moradores deste potentado Coronel eram, a um tempo, seus trabalhadores e reservistas”.⁴⁹⁷ Conforme dito, nas propriedades dos chefes políticos, recorrentemente, encontravam-se homens armados. As armas, fossem elas de fogo, fossem brancas, faziam parte do cotidiano do homem do sertão, pois eram usadas não apenas por cangaceiros, mas pelos trabalhadores na labuta diária nas fazendas – estes portavam facas, facões, adagas e outras armas. As grandes propriedades desfrutavam de sentinelas que faziam a proteção da propriedade, até porque os serviços policiais prestados pela Força Pública restringiam-se mais às zonas urbanas das cidades interioranas. Deve-se notar que andar armado no sertão era um direito tradicionalmente garantido e localmente legítimo.⁴⁹⁸

Uma listagem de armas e munições apreendidas no interior pela polícia em 1928 pode dar uma noção de algumas armas utilizadas no sertão do Ceará:

1 revólver marca ‘HO’, cal. N. 38 d, uma pistola marca ‘Colt’, cal. 38 d., com numeração invisível; uma pistola marca ‘FN’, n.º 364.391; 3 rifles ‘Cruzeta’, de n.ºs 359.945 – 300. 156 – 365.852; 1 rifle da mesma marca, com numeração invisível; 1 fuzil ‘Mauser’, n.º 1. 378; idem, idem, n.º 540; 7 facas grandes; 2 punhais grandes; 3 cartucheiras

⁴⁹⁷ MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 257.

⁴⁹⁸ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NUAP-UFRJ, 2004b; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **O código do sertão**. In: _____ **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 21-62.

com 158 balas, cal. ‘44’, e 23 balas de diversos calibres, para revólveres.⁴⁹⁹

Na lista acima, observa-se que as armas de uso exclusivo dos militares, também, estavam nas mãos dos bandidos e dos cangaceiros, especialmente os fuzis mauser. Estas armas circulavam no sertão, especialmente, através dos chefes políticos ligados ao cangaço e ao comércio ilegal. Entretanto, estas armas chegavam às mãos dos bandidos por vias legais, basta lembrar que, na organização dos “batalhões patrióticos” de 1914 e 1926, foi concedido pela União armamento “moderno” aos bandos incorporados. Conforme será visto, os próprios policiais da Força Pública eram os principais responsáveis pelo desvio e venda de armas, e o Estado e os representantes da ordem acabavam por alimentar o mercado ilegal de armas. Ainda assim, o governo apresentava como necessário intensificar as operações de apreensão das armas existentes nas mãos dos homens do cangaço.

Não havia uma clara classificação de quem poderia ser desarmado, o controle sobre as armas, por parte da polícia, era precário e inexistiam documentos comprobatórios de porte de armas dificultando a identificação das pessoas que poderiam portar armas. Esta situação, muitas vezes, deixava os policiais numa posição um tanto quanto incômoda: em 1914, por exemplo, o capitão Raimundo Bezerra de Maria estava em dúvida se o delegado da cidade do Crato tinha permitido ao civil Vicente Vieira andar armado de rifle. Em ofício, perguntava ao Secretário de Segurança, se Vieira estava portando rifle com o “[...] objetivo de serviço referente àquela delegacia” e se devia restituir a dita arma.⁵⁰⁰ Na dúvida, o capitão Bezerra de Maria deixou retida a arma de Vicente Vieira.

Buscando evitar os contratempos e facilitar o trabalho dos policiais, o Regulamento Policial de 1916 estabeleceu que os policiais não apreendessem:

[...] as armas encontradas nas casas ou em poder de fazendeiros, agricultores, criadores, negociantes e em geral pessoas classificadas e idôneas e quando se acharem os mesmos em viagem ou em trânsito, desde que as possuam em

⁴⁹⁹ O Nordeste, 24/07/1928.

⁵⁰⁰ Minutas de Ofícios do Comandante do Destacamento da FPC de Várzea Alegre ao Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ceará, 25/11/1914, APEC, Lv. 119.

número estritamente necessário e indispensável à defesa de suas pessoas e haveres.⁵⁰¹

As “pessoas classificadas e idôneas” não poderiam ter as suas armas apreendidas, o problema era que muitos dos fazendeiros, agricultores, criadores e negociantes no sertão quando participando das disputas locais armavam homens para a proteção pessoal e da propriedade. Nos pleitos eleitorais, os chefes políticos para garantir os resultados nas urnas contratavam grupos de cangaceiros e os armavam. Na década de 1920, o major Weyne recorda-se que, na cidade de Iguatu, nas vésperas de uma das eleições municipais, na estação de trem, apreendeu as malas do ex-prefeito Mendonça, que acabava de retornar de Fortaleza. Mendonça tinha bastante influência na política local e era suspeito de contratar e armar cangaceiros para decidir o resultado das eleições a bala de rifle. Nas malas, o major encontrou um punhal, um rifle de luxo e uma grande quantidade de munições para rifles.⁵⁰² Naquele processo eleitoral, Mendonça estava com a oposição, o que o tornava mais um adversário a ser eliminado pelo governo do Estado.

Conforme já foi dito, a força política do chefe sertanejo era medida pelo número de homens armados à sua disposição. Muitos chefes políticos nos municípios do sertão não comungavam o mesmo credo político do presidente do Estado, por isso limitar a força dos oposicionistas configurava-se como um dos objetivos dos policiais espalhados pelos sertões do Ceará. Os casos apontados acima possibilitam enxergar que as medidas da Polícia Militar de desarmamento e de captura de bandidos eram apresentadas no discurso oficial como um meio eficiente para “exterminar o banditismo”, mas, na realidade, tornavam-se uma forma eficaz para enfraquecer os chefes locais contrários ao governo estadual.

Aos chefes políticos aliados, o tratamento tornava-se bem diferente, afinal, como o dito popular, à época, afirmava: “[...] para os da situação, pão e, para a oposição, pedra.”⁵⁰³ O presidente agia com a máxima condescendência na permissão do uso de armas e no recrutamento de bandidos para servir de cangaceiros pelos chefes

⁵⁰¹ Regulamento Policial de 1916, p. 54.

⁵⁰² WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 154.

⁵⁰³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 62.

sertanejos situacionistas. Em 1928, o jornal “O Nordeste” destacava que:

Desde há dias a cidade de Senador Pompeu, uma das mais importantes do estado, local de pernoite dos trens da Baturité que vão para o Crato e de lá voltam, se acha presa da maior angústia, ameaçada de um ataque por homens armados, a mando do coronel Zequinha Magalhães, que, por ter sofrido ali um desacato por parte do sargento Soulner, deseja vingar-se da cidade onde se deu a lamentável ocorrência.⁵⁰⁴

O chefe político do município de Miguel Calmon, Zequinha Magalhães, em 1928, ao chegar à estação de trem da cidade de Senador Pompeu, foi desarmado pelo sargento da Força Pública de nome Soulner. Alguns homens de imprensa ficaram surpresos com a atitude do militar, pois o chefe político de Miguel Calmon era partidário do governo estadual. A ação do sargento decorreu de rixas particulares com aquele potentado, por isso não tardou para que o presidente do Estado mandasse prender disciplinarmente Soulner e substituisse o tenente Nepomuceno do posto de delegado militar da cidade de Senador Pompeu. Mesmo com aquelas medidas do governo do Estado, Zequinha ameaçou que voltaria “[...] com gente armada, para reaver as armas apreendidas”.⁵⁰⁵ Noticiava-se que o chefe político de Miguel Calmon havia organizado cerca de “[...] 200 homens em armas” para atacar Senador Pompeu e retomar as armas confiscadas pela polícia.⁵⁰⁶ No município de Senador Pompeu, o tenente Porfírio, substituto do oficial Nepomuceno, dispunha apenas de um contingente composto de vinte e seis praças. A ameaça de ataque do chefe sertanejo encheu de pânico não apenas a população, mas, também, o presidente do Estado, José Moreira da Rocha.

Imediatamente, visando a uma resolução amigável, o presidente do Estado enviou uma comissão composta pelo Secretário da Justiça, um deputado estadual e outro federal para fazer um acordo com o chefe sertanejo. Da conversa, ficou acertado que o presidente acataria as exigências do chefe político de Miguel Calmon como: a ratificação da

⁵⁰⁴ O Nordeste, 28/02/1928.

⁵⁰⁵ O Nordeste, 21/02/1928.

⁵⁰⁶ Gazeta de Notícias, 28/02/1928.

prisão do sargento Soulner, o afastamento das forças policiais da cidade e a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade do tenente Nepomuceno.⁵⁰⁷ O governo estadual sabia que, na hora oportuna, poderia contar com a influência de Zequinha Magalhães. O governo estadual media o poder local dos chefes políticos do sertão pela sua capacidade de recrutar e armar cangaceiros, entre os quais se encontravam bandidos profissionais vindos de diversas localidades do sertão nordestino.

Nestes casos, as prisões ou as substituições e as exonerações dos policiais da Força Pública eram quase certas.⁵⁰⁸ Nenhuma investigação fora realizada para apurar as responsabilidades do chefe político; pelo contrário, era Zequinha que exigia a abertura de inquérito policial para investigar as ações do tenente Nepomuceno. Interessante notar que, dos duzentos cangaceiros contratados por Zequinha Magalhães, nenhum foi recolhido à prisão pela Polícia Militar cearense. As armas usadas pelos homens de Zequinha não foram apreendidas. Possivelmente, era nestas situações que os bandidos percebiam que a aproximação com chefes políticos poderosos poderia lhes garantir a liberdade e a proteção contra a ação dos policiais militares. Afinal, a lei que instituía que os policiais confiscassem armas e prendessem criminosos, especialmente os denominados cangaceiros, tornava-se letra morta diante da autoridade de certos mandões sertanejos. De toda forma, as ocorrências nos municípios de Miguel Calmon e Senador Pompeu demonstram como o poder era exercido no Estado.

No sertão, o monopólio legítimo da violência do Estado existia a partir da negociação com os poderes locais. Evidente que esta negociação dava-se em diferentes níveis, que, geralmente, eram medidos pelo poder político e bélico exercido pelos chefes políticos em suas localidades. O potentado Zequinha Magalhães, vulgo Contendas, naquele momento, configurava-se como forte aliado, não por acaso gozava de toda a consideração e respeito do presidente Moreira da Rocha. Caso fosse um chefe de menor importância, como salientou Lourdes Janotti, o governo estadual estaria, “[...] retirando-lhe o apoio

⁵⁰⁷ O Nordeste, 03/03/1928.

⁵⁰⁸ Estas formas de represálias também aconteciam em outros Estados do Nordeste. Por exemplo, nas suas memórias, o capitão João Bezerra, da Força Pública de Alagoas, narra alguns casos de transferências de policiais que se desentendiam com chefes políticos locais. Ver: BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983. pp. 59-78.

de acordo com suas conveniências e transferindo-o a seus rivais”.⁵⁰⁹ Em muitos momentos, os presidentes, através desse jogo político, faziam e desfaziam alianças por meio de verdadeiras guerras. Nestes momentos, cangaceiros e policiais da Força Pública entravam em violentos confrontos. No segundo capítulo, mostrou-se que não era raro encontrar pedidos de pensões de policiais mortos ou solicitações de reforma de mutilados nos combates contra cangaceiros.

A força de mando que os chefes políticos exerciam nas suas localidades, às vezes, sobrepunha-se ao poder do governo estadual. Inegável que os bandidos contratados pelos chefes sertanejos tornavam-se uma garantia para a manutenção dos seus espaços de domínio. Mas os chefes políticos situacionistas deveriam contar com o apoio incondicional dos “cangaceiros de farda”, cedidos pelo governo para engrossar as fileiras de homens dispostos a lhes proteger. Assombrado com tal situação e ao mesmo tempo denunciando, o jornalista Matos Ibiapina enfatizava que alguns policiais destacados no interior prestavam “[...] obediência cega aos chefes matutos”.⁵¹⁰ É provável que muitos policiais não tivessem escolha, encontravam-se sem saída, pois, caso não estivessem aliados aos chefes políticos situacionistas e não correspondessem aos interesses destes, poderiam sofrer punições disciplinares ou até ser exonerados da Força Pública, a exemplo da prisão do inferior Soulner e do afastamento do subalterno Nepomuceno, que ocupava o cargo de delegado militar na cidade de Senador Pompeu.

Era comum esta postura do governo estadual de punir os policiais da Força que, por algum motivo, colocassem em risco as boas relações com os chefes políticos aliados. Em 1926, o tenente Porto e o sargento Nascimento foram assassinados por gente do mandão local da cidade de Missão Velha, Isaias Arruda.⁵¹¹ O major Alfredo Weyne foi nomeado delegado militar, responsabilizando-se pelo inquérito policial para encontrar os culpados – mesmo sendo comprovada a participação dos homens de Arruda, estes nada sofreram. O tenente João Bastos e o tenente-coronel José Carneiro, colegas de farda do oficial assassinado, não se contentaram com os resultados do inquérito e resolveram investigar e perseguir os cangaceiros de Isaias Arruda, que perpetraram o crime, no caso os bandidos João Serra e Budu. Estes dois bandidos

⁵⁰⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 62.

⁵¹⁰ O Ceará, 26/07/1928.

⁵¹¹ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p.

tinham a proteção do chefe de Missão Velha, que era um dos mais fortes aliados de Moreira da Rocha, por isso não tardou para que o subalterno João Bastos fosse exonerado da Força por ordem daquele presidente.⁵¹² Não se tem informação sobre uma possível punição ao superior José Carneiro, mas, no mínimo, a exoneração do tenente Bastos serviu de aviso para lembrar-lhe qual o seu lugar. Os policiais, ao adentrar na corporação, deveriam estar cientes do papel que a instituição policial desempenhava no Estado.

No sertão, as ações conjuntas envolvendo policiais e cangaceiros tornavam-se comuns. Conforme trabalhado no quarto capítulo, alguns membros da Força Pública utilizavam-se da posição de representantes do monopólio da violência garantido pelo Estado para negociar diretamente com os potentados locais. Fato muito denunciado pelos jornais “independentes” eram os policiais considerados politiqueiros que conquistavam as patentes de oficiais ou cargos administrativos nos municípios através dos serviços prestados para os chefes políticos que, corriqueiramente, contratavam os homens da Força Pública para afastar inimigos, resolver demandas de terras ou desavenças políticas sob o escudo da legalidade e da manutenção da ordem. Os policiais tiravam proveito das relações entre mandões locais e governo estadual, pois encontravam brechas para atuarem de forma autônoma fazendo também da “repressão do banditismo” no sertão um negócio muito lucrativo.

No início de 1927, a imprensa da capital noticiou com alarde um ataque das forças policiais ao sítio Guaribas, localizado na cidade de Brejo dos Santos, na região do Cariri. Este episódio, devido à extrema violência, ficou conhecido como a “Hecatombe de Guaribas”. Nesta operação, participaram, conjuntamente, as polícias militares do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco. Conforme trabalhado na seção anterior, a ação conjunta das três polícias legitimava-se por meio do convênio interestadual de 1926, que estabeleceu uma série de medidas policiais para combater o “banditismo” nos sertões nordestinos.

Oficialmente, os policiais estavam na perseguição do bando de Lampião que havia penetrado no território cearense, este bandido, segundo a polícia, estaria sob a proteção de Francisco Lucena, conhecido como Chico Chicote, proprietário do sítio Guaribas. Entretanto, Chico Chicote era inimigo de Lampião e, ao saber que o bandido estava no Ceará, preparou-se para um possível ataque à sua

⁵¹² O Ceará, 08/01/1927.

propriedade. Realmente, naquele ano, Lampião esteve de passagem pelo sul do Ceará, mas não era aliado da família Chicote nem intentava atacar o sítio Guaribas. Como já foi discutido, este argumento de perseguição de protetores de bandidos ocultou muitas ações extralegais da Polícia Militar no sertão, tanto que, após o incidente, noticiou-se na imprensa que as ações dos policiais foram planejadas por policiais e chefes sertanejos inimigos de Chico Chicote. O contingente das três polícias militares somava duzentos homens, entre policiais e cangaceiros vindos do sertão da Paraíba, enquanto Chico Chicote dispunha apenas de onze pessoas entre cangaceiros, moradores e familiares, inclusive mulher e filhos.

No comando dos policiais do Ceará, encontrava-se o tenente José Gonçalves Bezerra e o auxiliar tenente Veríssimo Gondim, que contavam com um contingente de sessenta soldados. A polícia pernambucana contava com os tenentes Manoel Neto e Antônio Francisco. O contingente paraibano estava sob o comando do tenente João Costa⁵¹³, que, além dos policiais, contava com os cangaceiros da família dos Salvianos da cidade de Princeza da Paraíba. Os Salvianos eram inimigos de Chico Chicote, e “[...] essa inimizade transformou-se em ódio de morte, entre as duas famílias”. Segundo o correspondente do “O Ceará” em Juazeiro:

Os tempos passaram-se, sem que houvesse oportunidade para um encontro armado entre os membros das famílias inimigas, que eram apontados como protetores de cangaço.

A perseguição policial ao sinistro grupo de Lampião ofereceu oportunidade para uma vingança dos Salvianos contra os Chicotes.⁵¹⁴

O prefeito Joaquim Lucena, irmão de Chico Chicote, por meio de entrevista, relatou que o tenente José Bezerra estava mancomunado com a família Amaro, que votava ódio de “morte aos Chicotes”. O principal ramo da família Amaro residia no município de Rio Branco, em Pernambuco, mas o oficial Bezerra esteve hospedado, antes do ataque a Guaribas, na residência de Napoleão Amaro, na cidade de Brejo dos Santos, pois este era membro da parentela. Na região do

⁵¹³ GUEIROS, Optato. “**Lampeão**”: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953.

⁵¹⁴ O Ceará, 04/02/1927.

Cariri, era de conhecimento de todos que Chicote tinha muitos inimigos entre os policiais, pois “[...] desafiava oficiais e soldados das volantes policiais”.⁵¹⁵ O prefeito Lucena suspeitava que a “[...] família [Amaro], que [era] riquíssima, tenha subornado com grande importância o tenente José Bezerra para liquidar os Chicotes de Brejo dos Santos e Porteiras”.⁵¹⁶ Esta situação permite enxergar os policiais inseridos em uma teia sem delimitações previsíveis, mas, pelo “código moral” do sertão, muitas das redes poderiam ser urdidas pela “circulação de favores, atenções, considerações” e vinganças que eram acionadas por partes interessadas em prejudicar um mesmo desafeto.⁵¹⁷

Cercado o sítio Guaribas pelas tropas policiais, começou a refrega entre a força comandada pelo tenente Bezerra e o grupo liderado por Chico Chicote, que durou, aproximadamente, “trinta horas de intenso tiroteio”. Depois de cessada a troca de tiros, segundo Joaquim Lucena, Chicote:

Combinou com a sua esposa o grande sacrifício. A senhora de Chico Chicote, abrindo a porta, enquanto a força aproximava-se, disse que o seu marido ia entregar-se, mas pedia clemência para o mesmo.

O tenente Bezerra surgiu na frente dos homens, prometendo que nada seria feito contra a vida de Chico Chicote. Este com Manoel Vicente, o denodado companheiro, saíram ao terreiro.

[...]

Sem uma palavra, num gesto único, o tenente Bezerra e seus homens fuzilaram Chico Chicote e Manoel Vicente.

Em seguida, foi incendiado o sítio Guaribas.⁵¹⁸

⁵¹⁵ A família Salviano tornou-se inimiga dos Chicotes depois que Chico Chicote matara, em Brejo dos Santos, José Franco Salviano. A contenda com os Amaros iniciara quando o potentado José Amaro forçara um indivíduo a retirar-se de Brejo dos Santos. Nesse momento Chico Chicote tomou as dores da vítima e mandou José Amaro deixar a localidade. Temeroso com as ameaças de Chicote, José Amaro retirou-se para Rio Branco, no Estado de Pernambuco. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 300.

⁵¹⁶ O Ceará, 08/02/1927.

⁵¹⁷ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NUAP-UFRJ, 2004b. p. 86.

⁵¹⁸ O Ceará, 08/02/1927.

A “Tragédia de Guaribas” permite enxergar como muitos dos policiais da Força Pública do Ceará tiravam proveito das contendas entre os potentados rurais do sertão do Nordeste. Os policiais cearenses aliavam-se a chefes políticos mediante pagamento. Consta que o tenente José Bezerra, considerado um dos maiores “bandidos-autoridades”⁵¹⁹ do Ceará, recebera vultosa importância em dinheiro da família Amaro. Não se tem notícias do suborno da polícia da Paraíba, mas deve-se notar a atuação conjunta de policiais paraibanos e cangaceiros dos Salvianos, o que indica a contratação dos policiais como mercenários. O assassinato de Chico Chicote possibilita enxergar que muitos policiais eram subornados por chefes sertanejos na resolução de disputas políticas ou de vindictas entre famílias.

Após o conflito, abriu-se sindicância, presidida pelo delegado militar, major Weyne, mas nada ficou apurado contra o tenente José Gonçalves Bezerra.⁵²⁰ Weyne, em suas memórias, afirmou que realmente houve abuso policial, mas não chegou a citar nomes e nem as penalidades sofridas pelos policiais.⁵²¹ Possivelmente, tenha imperado o corporativismo entre os oficiais da Força Pública, mas, deve-se lembrar que os delegados militares estavam prontos para defender os sujeitos alinhados com o governo. Em vários momentos, a “repressão ao banditismo” promovida pela Polícia Militar foi empregada para satisfazer velhos ódios políticos ou de famílias. Além de receber generosas recompensas, os policiais ainda tinham a oportunidade de se desforrar de chefes políticos como Chico Chicote, que “[...] desafiava oficiais e soldados das volantes”, nestes conflitos os policiais tiravam proveito de diversas formas.

Mas o dinheiro advinha de atividades menos perigosas, vários policiais utilizavam-se da farda para manter o monopólio da venda de armas e munições de uso restrito das forças armadas para os grupos de bandidos. Em 1927, o jornal “O Ceará” denunciava que policiais forneceram munição para fuzil a Lampião quando este se encontrava na região do Cariri. Na primeira página, o jornal estampava em destaque a seguinte manchete: “*O destacamento policial de Macapá forneceu munição ao bandido*”. O correspondente na cidade de Barbalha informava que:

⁵¹⁹ GUEIROS, Optato. “**Lampeão**”: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953. p. 224.

⁵²⁰ ANSELMO, Otacílio. A tragédia de Guaribas. *Itaytera*, Crato, n. 16, p. 9-30, 1972.

⁵²¹ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 157-161.

O grupo penetrou no Ceará, pelo povoado de Macapá, na madrugada do dia 28, tendo demorado, nesse lugar, poucas horas. Aí Lampião mandou chamar à sua presença os soldados do destacamento (12 praças) aos quais disse que nada tivessem receio, pois, neste Estado, não pretendia ofender a ninguém e, exigindo de cada um apenas dois pentes de balas de fuzil, gratificou-os com 5\$000 por cabeça.⁵²²

Desde 1926, aumentou o interesse dos bandidos pelas munições de fuzil, pois naquele ano diversos bandos adquiriram das mãos dos chefes políticos de Juazeiro uma expressiva quantidade de fuzis mauser para combater os militares “revoltosos” da Coluna Prestes. A imprensa dava notícias, reiteradamente, das passagens de Lampião pelo Cariri cearense com a intenção de comprar munições. Para os bandidos, a melhor forma de adquirir as munições para fuzil era por intermédio de quem as possuía, ou seja, dos próprios policiais militares. Aparentemente, o comércio de armas poderia ser atribuído a um falho controle que o comando-geral exercia sobre os destacamentos acantonados pelos municípios, mas, em 1928, um articulista da “Gazeta de Notícias”, ironicamente, solicitava ao “[...] comandante da Força pública do estado, quando não possa proibir o comércio de seus subordinados, ao menos lhes recomende que sejam mais cautelosos em suas transações”.⁵²³ A partir desta crítica, percebe-se que a venda de armas poderia contar, em alguns momentos, com a cumplicidade do alto escalão do oficialato da Polícia Militar.

Constantemente, a imprensa noticiava o desaparecimento das armas dos destacamentos da Polícia Militar no interior. Em 1927, o jornal “O Ceará”, mais uma vez, estampava na primeira página a seguinte manchete: “*Mais um escândalo no Regimento Militar do Estado – armas e munições desaparecem*”. O articulista noticiava que:

Há dias, tivemos ocasião de noticiar que se verificara no Regimento Militar do Estado mais um escândalo, que causou sensação em todos os círculos.

⁵²² O Ceará, 15/01/1927.

⁵²³ Gazeta de Notícias, 28/02/1928.

Hoje, podemos dar mais alguns informes sobre o ocorrido.

O tenente Adalberto Rodrigues, ao assumir o comando de uma das companhias do Regimento, notou que da mesma havia desaparecido carabinas, sabres e munições.

Esse fato foi levado ao conhecimento do comando.

Foi aberto inquérito a respeito, o qual ainda não está concluído.

Sabemos, porém, que do mesmo inquérito já está apurado o desvio de armas, conforme denunciemos.

É preciso que o governo aja neste caso com toda a severidade a fim de evitar a reprodução de fatos que tanto comprometem a nossa força pública.⁵²⁴

Diversas sindicâncias, no decorrer da Primeira República, foram instauradas para apurar os desvios de armas e munições da Força Pública. Evidentemente que os principais suspeitos eram os próprios policiais, os únicos que tinham acesso ao arsenal da Polícia Militar. Em 1930, o 2.º tenente Christophoro Borges fora encarregado de abrir uma sindicância para apurar como o sentenciado João Quirino evadiu-se da cadeia do Crato conduzindo “[...] um fuzil mauser e 100 cartuchos de guerra para mesma arma, que se achavam distribuídas aos soldados Cícero Matias da Silva e Simão de Menezes [...]”.⁵²⁵ Armas e munições eram dois artigos que no sertão facilmente se vendiam e eram bastante valorizados. Geralmente, os policiais vendiam os artefatos bélicos para os chefes políticos que tinham mais facilidade de negociar com grupos de bandidos, e estes não gostavam de fazer negócios com os policiais militares, sobretudo com os que possuíam galões. Por exemplo, Lampião disse que não gostava de negociar com oficiais, pois “[eram] caros”.⁵²⁶

No comércio de armas, os oficiais da polícia estavam em situação privilegiada, a partir do levantamento da documentação burocrática da Força Pública, percebeu-se que apenas os membros do oficialato poderiam ficar responsáveis pelo transporte de material bélico

⁵²⁴ O Ceará, 28/01/1927.

⁵²⁵ Minutas de Ofício do Comandante do 2.º Batalhão da FPC ao Ajudante Interino do 2.º Batalhão da FPC, 17/03/1930, APEC, Lv. 83.

⁵²⁶ O Ceará, 18/05/1927.

para as companhias no sertão, havia um constante fluxo de cunhetes de munições e armamentos pelos trens da estrada de Ferro de Baturité, especialmente para o 2.º Batalhão, que se localizava na região meridional do Estado. No sertão, por conta da autoridade, do privilégio dos galões e do porte de armas, os oficiais da Força adquiriam *status* diferenciado e procuravam, através dele, melhorar suas condições materiais.

Em 1928, a polícia prendeu o bandido João Serra e apreendeu quinze fuzis mauser, de uso restrito da Polícia Militar estadual, na residência do aliado do ex-presidente Moreira da Rocha, o prefeito Isaias Arruda, poderoso chefe político do município de Missão Velha.⁵²⁷ Fazendo uma leitura das entrelinhas das informações prestadas pelo jornal da capital, pode-se imaginar que os quinze fuzis confiscados pela polícia serviriam para armar bandidos da região do Cariri. Investigando a biografia de Isaias Arruda, através de indícios esparsos e avulsos, encontram-se informações que mostram que este, além da condescendência do presidente estadual, tinha como cunhados dois oficiais da Força Pública do Ceará – o major Moisés de Figueiredo e o capitão Araújo⁵²⁸ – possíveis fornecedores de armas e munições. Arruda conseguiu projeção política como chefe de cangaço da região meridional cearense por meio da luta armada nos municípios caririenses de Aurora e Missão Velha. Nas suas propriedades, sempre se encontravam acoitados bandidos profissionais contratados como cangaceiros, a exemplo de João Serra. Entretanto, o presidente não era mais Moreira da Rocha, e sim Matos Peixoto, mas, mesmo assim, nada aconteceu com o mandão de Missão Velha, quiçá o novo presidente estadual soubesse dos bons serviços que Isaias Arruda poderia prestar.

Nas situações trabalhadas acima se percebe que a oposição legal/ilegal não era uma preocupação da Força Pública enquanto instituição estatal de controle.⁵²⁹ Ao proteger os interesses de políticos situacionistas e perseguir os oposicionistas, esta polícia, que era forjada na trama política local, não estava cometendo nem uma “ilegalidade”, apenas cumprindo a sua missão, que era defender as vigas de

⁵²⁷ O Ceará, 04/07/1928.

⁵²⁸ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 149.

⁵²⁹ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. A constituição dos heróis-bandidos: o caso de Il Grande Silenzio confrontado com casos de banditismo rural e urbano. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2004a. p. 1-12.

sustentação do governo estadual. O combate aos grupos de bandidos no sertão cearense estava longe de ser realmente efetivado, pois as relações políticas e sociais entre governo, chefes locais, bandidos e policiais eram estruturadas a partir do que se combatia, ou seja, do “banditismo”. Mesmo os comandantes e os presidentes do Estado manipulando um discurso de probidade, de profissionalização e de parcialidade da Força, enxergou-se que, na prática, a Polícia Militar foi constituída para ser parte integrante e protagonista do jogo político do sertão.

Ao longo da Primeira República, o “banditismo” constituiu-se como um fenômeno político utilizado pelas facções políticas dominantes do Estado para minar as atividades oposicionistas e defender as situacionistas. A missão da Polícia Militar, urdida na trama política sertaneja, esteve longe de reprimir os homens armados ilegalmente; muito pelo contrário, ao sabor das conveniências políticas ou pessoais, os policiais da Força juntavam-se às fileiras de cangaceiros e fomentavam práticas tradicionais de vingança e violência. Neste capítulo, percebeu-se que os policiais, os chefes políticos e os cangaceiros não agiam em um vazio de poder ou em um vácuo de relações sociais, pois estavam inseridos no jogo de interesses políticos.

O papel da polícia do sertão, neste cenário, era bem definido, configurava-se mais como um instrumento de negociação e de centralização política nas mãos do governo estadual e de seus aliados do que uma instituição policial para o cumprimento da lei.⁵³⁰ Pretende-se continuar esta discussão, no próximo capítulo, mas partindo de uma campanha policial, em 1927, efetuada pelas polícias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte para capturar o célebre bandido Lampião.

⁵³⁰ Guardando as devidas particularidades, outras polícias rurais do mundo assumiram, em determinados momentos, um papel de centralização política, como a do México e a da França. Ver os capítulos seguintes: VANDERWOOD, Paul J. Al servicio de don Porfirio Díaz. In: _____. **Los rurales mexicanos**. Traducción de Roberto Gómez. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económico, 1982. p. 47-83; HOUTE, Arnaud-Dominique. Un pilier du pouvoir. In: _____. **Le métier de gendarme au XIX^e siècle**. Rennes: PUR, 2010, p. 51-78.

6 POLICIAIS EM AÇÃO: A “CAMPAINHA DE 1927”

Na documentação policial da Força Pública do Ceará que foi trabalhada nesta pesquisa, encontram-se poucos vestígios das ações dos policiais durante os combates aos bandos que agiam no sertão nordestino. As mensagens dos presidentes contêm alguns indícios, mas com poucos detalhes dos conflitos, das mortes resultantes dos embates e das atitudes dos policiais. As fés de ofício dos policiais, no máximo, trazem curtas anotações que registravam elogios ou atos governamentais que promoviam o policial por ato de bravura pela participação na repressão de grupos de cangaceiros. Os jornais, ao longo da década de 1920, publicam curtas notícias da participação da Força Pública nas operações de “repressão ao banditismo”. Conforme visto anteriormente, a complexa relação de interesses entre policiais, chefes políticos e cangaceiros pode explicar a falta de indícios relativos à participação dos homens da Força Pública nas operações de combate aos bandos no sertão.

Dentre as poucas notícias de repressão policial aos grupos de bandidos no sertão do Ceará, destaca-se a “campanha de 1927”, que se destinou à perseguição do bando de Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, no interior cearense. Esta campanha da Polícia Militar ocorreu logo após o convênio policial interestadual concertado na cidade de Recife no ano de 1926, o que permitiu a participação das polícias militares da Paraíba e do Rio Grande do Norte.⁵³¹ A atuação das três polícias ganhou repercussão nacional, especialmente por se tratar do bandido Lampião, à época, alcunhado de o “Terror do Nordeste”. Neste caso em particular, nos jornais que circulavam na capital, Fortaleza, diariamente eram publicadas matérias relacionadas às perseguições, aos combates e aos fracassos dos militares das forças policiais interestaduais.

Durante a pesquisa, a “campanha de 1927” configurou-se como uma das poucas, talvez a única, oportunidade de enxergar as ações dos policiais da Força Pública no combate de grupos de bandidos no sertão cearense. Neste capítulo, pretende-se fazer a análise desta campanha com o objetivo de adentrar o universo das operações da Polícia Militar voltadas para a “repressão ao banditismo” e do controle das fronteiras. A intenção é, também, perceber os debates e as críticas em torno da atuação das polícias militares do Nordeste e, em particular,

⁵³¹ Os Estados de Pernambuco, Alagoas, Piauí e Bahia, também conveniados, não participaram.

da Força Pública do Ceará. O propósito agora é reduzir a escala de análise para continuar discutindo como a atuação da Polícia Militar no sertão balizava-se pelos interesses dos chefes políticos do Estado.

6.1 O bando de Lampião: de Mossoró a Limoeiro do Norte

No ano de 1927, os policiais militares do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, conjuntamente, empreenderam perseguição a um dos bandidos mais célebres do Nordeste da primeira metade do século XX. As primeiras façanhas de Virgulino Ferreira foram efetuadas nos bandos comandados por Antônio Porcino e Sebastião Pereira. No grupo de Porcino, Virgulino fizera várias incursões criminosas pelos sertões de Alagoas e nas áreas vizinhas do Estado de Pernambuco. Mas foi no bando de Sebastião Pereira, sinhô Pereira, que Virgulino Ferreira se tornou o bandido profissional Lampião. O Lampião com sinhô Pereira ganhou não apenas a experiência nas lutas armadas no sertão, mas, também, como salientou Chandler, obteve ensinamentos de “[...] como se comporta um bandido profissional, principalmente em seu relacionamento com as comunidades maiores. Foi apresentado a todos os parentes, amigos e protetores de Pereira [...]”. Lampião, no bando de Sebastião Pereira, aprendeu ainda a lidar com as polícias militares nordestinas, principalmente no que se refere ao suborno de policiais. Quando sinhô Pereira, em 1922, deixou a vida de bandido, Lampião assumiu a liderança do bando.⁵³² Naquele ano, a fama do bandoleiro ganhou todo o Nordeste, e, no decorrer da década, as suas proezas nos sertões nordestinos ficaram conhecidas nacionalmente. Entre os anos de 1923 e 1926, as suas ações chegaram ao auge, atuava em pequenos povoados nas áreas de fronteira entre Pernambuco e Paraíba, principalmente, na cidade paraibana de Princeza.

Em 1927, foi a primeira vez que Lampião atacou uma cidade de maior porte, no caso o município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Lampião nunca havia assaltado uma cidade tão importante, pois as suas ações, até então, restringiam-se aos “altos sertões de Pernambuco e da Paraíba”. Os saques e sequestros, até aquele ano, tinham sido de “[...] pequenas proporções contra pessoa ou grupos

⁵³² CHANDLER, Billy J. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 51.

de pessoas, nunca uma coletividade”. À época, Mossoró era a “[...] segunda cidade em importância do Rio Grande do Norte”.⁵³³

Chandler enfatizou que a ideia de tomar de assalto Mossoró, que era uma cidade fora de seu raio de ação, estava associada ao forte cerco imposto pelas polícias nos territórios de Pernambuco e de Alagoas.⁵³⁴ Mello afirma que para a empreitada o célebre bandido dirigiu “[...] convites aos mais experimentados chefes de grupos em atuação na área”. Lampião rumou para o município potiguar à frente de um bando de quase sessenta dos mais “[...] perfeitos guerrilheiros da região”⁵³⁵ Nordeste. Antes de partir para o ataque, o bando ficou acampado algumas semanas no município cearense de Aurora, onde recebeu o equivalente a trinta e cinco contos (35:000\$000) de munições, possivelmente fornecida pelo chefe político e coiteiro Isaias Arruda.⁵³⁶ Billy Chandler salienta que, à época, o jornal “O Ceará” acusou o mandão Isaias Arruda de ser o responsável de arquitetar o ataque à cidade de Mossoró, oferecendo, além de material bélico e cangaceiros, uma quantia de 100:000\$000 contos depois do assalto. Muitos bandidos eram parte ativa das estruturas de poder⁵³⁷ do sertão. O acordo entre o chefe político de Missão Velha e Lampião demonstra que os negócios entre poderosos locais e certos bandidos assemelhavam-se mais a uma relação entre sócios do que a um contrato entre empregador e empregado.⁵³⁸

Os bandidos que invadiram Mossoró vinham de diversos Estados da região Nordeste, o bando contava com significativo número de bandoleiros do Ceará e de Pernambuco.⁵³⁹ Os boatos que circulavam pelas cidades e vilas dos sertões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande Norte era que o bando somava o número de oitenta homens a cavalo,

⁵³³ MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 61.

⁵³⁴ CHANDLER, Billy J. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

⁵³⁵ MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011. p. 198.

⁵³⁶ O chefe sertanejo Isaias Arruda controlava tanto Missão Velha como Aurora. Ver: CHANDLER, Billy J. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

⁵³⁷ BIRKBECK, Christopher. Latin American banditry: as peasant resistance: a dead-end trail? **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 26, n. 1, p. 156-160, 1991.

⁵³⁸ VANDERWOOD, Paul J. El bandidaje en el siglo XIX: una forma de subsistir. **História Mexicana**, Ciudad de México, v. 34, n. 1, p. 41-75, 1984.

⁵³⁹ Em anexo, há uma lista dos bandidos que compunham o bando de Lampião durante o ataque à cidade de Mossoró.

bem armados e municiados. Nos jornais e à “boca pequena”, divulgava-se que, no trajeto até Mossoró, o grupo de bandidos sequestrava, roubava, saqueava e tocava fogo em diversas propriedades. As notícias apavoravam tanto a população como aos poucos policiais acantonados nas cidades do interior dos Estados limítrofes. Os jornais das capitais acompanhavam as façanhas do bando de Lampião através de seus correspondentes espalhados pela *hinterland* nordestina. A publicação dos telegramas nas páginas dos jornais dava-se diariamente nos jornais “O Ceará” e “O Nordeste”, podendo-se assim acompanhar as ações do “terror do nordeste brasileiro”⁵⁴⁰ nas cidades do sertão. Um telegrama direto da cidade de Mossoró informava:

Mossoró, 13 - Antonio Gurgel continua prisioneiro de "Lampião".

O mesmo escreveu de "Passagem de Oiticica", distante daqui menos de uma légua, pedindo a Jaime Guedes vinte e um contos para obter a sua liberdade.

Os bandidos, manda dizer o sr. Antonio Gurgel, o tratam com delicadeza.

"Lampião" acaba de mandar uma carta ao coronel Rodolfo Fernandes, presidente da Câmara, pedindo mandar deixar-lhe 400 contos, pois que só, assim, evitaria o ataque dele "Lampião" à cidade.⁵⁴¹

O bando além do Sr. Antonio Gurgel sequestrou D. Maria Lopes, 63 anos, cobrando quarenta contos (40:000\$000) pela sua liberdade.⁵⁴² No dia onze de junho, havia sequestrado o comerciante Antônio Germano, o qual desembolsou dez contos (10:000\$000) para poder ser libertado.⁵⁴³ O sequestro e o pedido de resgate era uma das principais formas dos bandidos obterem dinheiro para comprar armas, munições e mantimentos. No mercado ilegal de armas pelo sertão, as

⁵⁴⁰ Era como os articulistas de “O Ceará” referiam-se a Lampião.

⁵⁴¹ O Ceará, 14/06/1927.

⁵⁴² CHANDLER, Billy J. Mossoró. In: _____. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 108.

⁵⁴³ O Ceará, 14/06/1927.

armas e munições eram compradas pelos banidos “a peso de ouro”⁵⁴⁴, e, conforme visto, os maiores fornecedores eram os oficiais das polícias militares do Nordeste, que cobravam caro pelos materiais bélicos. Ao chegar às proximidades da cidade de Mossoró, Lampião deu instruções ao Sr. Gurgel para escrever uma carta ao chefe político Rodolfo Fernandes, presidente da Câmara, pedindo quatrocentos contos (400:000\$000) como condição para não atacar a cidade.

As informações sobre a aproximação do bando fez com que chefes locais de Mossoró organizassem uma resistência. Rodolfo Fernandes, presidente da Câmara Municipal, recusou-se a pagar a quantia exigida e organizou uma força, de “150 a 300 homens” armados, composta de civis e policiais militares do Rio Grande do Norte para fazer frente ao ataque do bando de Lampião. Os homens que faziam parte da resistência foram distribuídos em pontos estratégicos da cidade, uns ficaram na Prefeitura, na estação ferroviária e no posto de telégrafo, outros fixados na escola, no hotel e em diversas residências e casas comerciais, atiradores postaram-se nos campanários das igrejas.⁵⁴⁵ O bando, ao adentrar a cidade, foi recebido por balas que vinham de todos os lados, e Lampião, ao perceber que não conseguiria romper o cerco dos atiradores espalhados em diversos pontos, foi forçado a se retirar com o bando. A tática de ataque aberto não deu resultado, tanto que o cangaceiro “Colchete” foi fuzilado na rua pelos defensores de Mossoró, e o temido bandido Jararaca, homem de confiança de Lampião, acabou gravemente ferido, sendo preso pela Polícia Militar norte-rio-grandense.⁵⁴⁶

O sucesso da resistência de Mossoró reverberou nos jornais. O jornal “O Ceará” destacava na primeira folha a seguinte manchete: “*Mossoró resistiu heroicamente ao ataque – São mortos dois cangaceiros – É aprisionado um dos homens de confiança de ‘Lampião’*”.⁵⁴⁷ As notícias divulgadas pelos jornais afirmavam que os moradores das cidades cearenses que se localizavam nas fronteiras com o Rio Grande do Norte estavam apreensivos com a possível

⁵⁴⁴ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999. p. 103.

⁵⁴⁵ CHANDLER, Billy J. Mossoró. In: _____. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 110.

⁵⁴⁶ Auto de perguntas feitas a José Leite de Santana, vulgo Jararaca. In: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p. 294-298.

⁵⁴⁷ O Ceará, 15/06/1927.

aproximação do bando de Lampião. As notícias repercutiram, primeiramente, na vizinha cidade de Aracati. Por telegrama, um correspondente noticiava que:

Aracati, 14 – Mossoró está sendo atacada por cangaceiros desde as 16 horas de ontem.

A cidade resiste vantajosamente.

A defesa está sendo feita pela polícia rio-grandense, aliada à população da cidade que há dias está preparada com munições e pessoal.

As famílias de Mossoró acham-se refugiadas em Areia Branca.

Em Aracati, a nossa população continua inteiramente indefesa, alarmada com as notícias de todas as horas devido a proximidade da cidade de Mossoró, para a qual, de transporte, gasta-se apenas cinco horas em automóvel.

O Prefeito Municipal desta cidade já expôs ao governo cearense a situação angustiosa da população aracatiense, dizendo que há necessidade de prontas e enérgicas providências, pedindo ao desembargador Moreira da Rocha a remessa de forças militares, a fim de garantir a zona.⁵⁴⁸

Os habitantes do sertão sabiam que a tática de combate mais utilizada pelos cangaceiros eram as fugas pelas fronteiras dos Estados limítrofes, e, segundo os telegramas que chegavam do interior, o desespero dos aracatienses aumentava diante do pouco efetivo de policiais da Força Pública. Entretanto, o bando de Lampião não adentrou na cidade de Aracati, o município escolhido foi Limoeiro do Norte, situado às margens do rio Jaguaribe no sertão central do Ceará. Antes de adentrar na cidade, mandou recado exigindo que o contingente policial se retirasse de Limoeiro, e, de fato, o pequeno contingente policial, tendo a certeza que não poderia fazer frente aos numerosos bandidos, prontamente se afastou da cidade, escoltando “[...] mulheres e crianças das famílias mais importantes”. Chandler afirmou que o bando:

[...] entrou na cidade à tarde, *dando vivas ao Ceará, ao Governador Moreira da Rocha, e,*

⁵⁴⁸ O Ceará, 15/06/1927.

naturalmente, ao Padre Cícero. Lampião foi recebido calorosamente pelo principal chefe político do local, a quem assegurou de que não havia motivos para preocupações. Acrescentou que seus homens eram bem disciplinados, e garantiu a segurança pessoal de todos na cidade. Quanto à contribuição que ele sempre exigia, ficou combinado, depois de alguma negociação, que a cidade lhe entregaria a módica quantia de 2:000\$000. Dirigindo-se à estação do telégrafo, Lampião colocou-a sob a vigilância, e examinou a correspondência. Enquanto isto, seus homens estavam gozando do conforto do único hotel da cidade, inclusive um jantar. Lampião só participou da refeição depois que seus homens tinham comido, como era seu costume. Sempre cauteloso, temia ser envenenado. Depois, os cangaceiros passearam pela cidade, olhando as lojas, e comprando alguns baralhos e outras coisas que lhes agradavam. O povo da cidade, por sua vez, dominou o medo inicial e começou a sair para a rua, para conhecer seus visitantes famosos. Os homens de Lampião encantaram os garotos menores, jogando punhados de moedas para o ar, para que corressem e as apanhassem quando caíssem no chão. Às 5 horas, Lampião e seu bando foram até a igreja rezar, sendo acompanhados pelo padre. Quando este lhe apresentou o prato da coleta, pôs uma cédula, e deu ordens a seus homens para que dessem uma boa contribuição. Antes de escurecer, os cangaceiros, juntamente com seus reféns, posaram para um fotógrafo local, que tirou diversos retratos. Os boatos vindos de Limoeiro diziam que a visita tinha sido um sucesso, tanto para o povo da cidade como para os cangaceiros.⁵⁴⁹ [grifo nosso].

A convivência do Governo e da Polícia Militar do Ceará para com Lampião era criticada, fortemente, pela imprensa e por alguns

⁵⁴⁹ CHANDLER, Billy J. Mossoró. *In*: _____. **Lampião**: o rei dos cangaceiros. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 112.

governadores dos Estados vizinhos. Após os acontecimentos da cidade de Limoeiro do Norte, intensificaram-se as pressões entre os governantes dos Estados nordestinos. O correspondente do jornal “O Ceará” telegrafava informando que o presidente da Paraíba, Suassuna, pedia a intervenção federal para o Estado do Ceará, alegando que o presidente Moreira da Rocha estava “acoitando ‘Lampião’”.⁵⁵⁰ As denúncias relativas à complacência do governo Rocha com Lampião vinha de longa data. A imprensa usava charges e versos para retratar as relações amistosas entre o presidente do Estado e o célebre bandido do Nordeste. Os chargistas mostravam que a Polícia Militar do Ceará era permissiva com as ações de grupos de bandidos, principalmente, o bando de Lampião. Em “O Ceará”, aproximadamente um mês antes do ataque à cidade de Mossoró foi publicada uma charge relativa às alianças entre a polícia, o presidente do Ceará e o célebre Lampião.

Imagem 11 – Charge: “De potência a potência” (1927)



Fonte: O CEARÁ, 19.05.1927.

A charge acima, assinada por Fox, tem como cenário uma velha casa alugada para servir de quartel, possivelmente, na região do Cariri. Ironicamente, apresenta um membro do oficialato da Força Pública do Ceará fardado com galões e sabre. Despreocupadamente, o

⁵⁵⁰ O Ceará, 14/06/1927.

oficial aparece roncando e dormindo na tarimba, que simbolizava, desde o final do século XIX, experiência e engajamento na faina militar. O governador Moreira da Rocha, dissimuladamente atrás de um móvel, concede livre passagem para Lampião continuar fugindo da perseguição da Polícia Militar pernambucana. Segundo o chargista, a ordem dada pelo presidente à Polícia Militar estadual era fazer “vistas grossas” e evitar o confronto com o afamado bandido, pois os policiais cearenses deveriam ser “colegas” do bandoleiro. O irônico título da charge, “*De potência a potência*”, relacionava-se especialmente aos acordos estabelecidos entre Lampião, o governo e a Força Pública do Ceará. Reiteradamente, os jornalistas de “O Ceará” procuravam denunciar que Lampião negociava não apenas com os chefes do Cariri, mas principalmente com o presidente Moreira da Rocha. À época, certos homens da imprensa denunciavam que, além do governo do Estado e sua Polícia Militar, existiam mais duas forças políticas no sertão do Ceará – os chefes políticos locais e os bandidos.

Em alguns jornais, publicavam-se versos que mostravam a condescendência deferida ao “terror do nordeste brasileiro”, quando este esteve no município de Limoeiro do Norte. Num desses versos, preservando uma suposta forma de falar sertaneja, J. Bagre ironizava as autoridades políticas e a Polícia Militar cearense da seguinte forma:

Lampeoneida

Sr. redator,

Aí vem bancando “chic”
 Camarada “Lampião”
 O povo cai em chilique,
 O governo tem sezão...

Lá vem ele de mansinho
 Bem de leve, e sorrateiro
 “Quer vê o mar”, no Fortinho
 Refrescar-se em Limoeiro...

“Lampião” é camarada,
 Manda recado à poliça,
 Esta sai em disparada,
 Fugindo só com a notícia...

E ele fica bancando
Delegado militar,
Os dentes “espalitando”
Mandando Telegrafar:

“Diga lá ao Alexanzito
Seja também camarada;
Não tenha mais faniquito
Que com ele ‘não hai nada’”

“Eu quero do Aracati
Apenas uma bicada
Do Cumbe, fria, gelada.
Ou de qualquer paraty”.⁵⁵¹

A entrada de Lampião no Ceará sem enfrentar nenhuma resistência rendeu muitas críticas ao governo e à Polícia Militar. O chiste de J. Bagre direcionava-se, também, para a complacência dos prefeitos de Aracati e, especialmente, para o de Limoeiro do Norte com os bandidos. Na pena de Bagre, a Polícia Militar era apresentada como uma instituição composta de homens covardes que fugiam apenas com a notícia do ataque de bandoleiros. O oficial da Força Pública no posto de delegado militar, em muitas cidades a única autoridade policial, aparecia como uma autoridade ineficiente que passava as horas refestelando-se, palitando os dentes e telegrafando para os chefes políticos exigindo favores. A intenção dos versos era mostrar que não havia muita diferença entre os grupos de cangaceiros e os contingentes policiais, pois eram compostos de homens comprometidos com os interesses dos chefes políticos do sertão.

Os policiais configuravam-se como personagens sedutores para os jornalistas dedicados à literatura e aos traços cômicos.⁵⁵² Por meio de versos e charges, alguns homens de imprensa de Fortaleza acabavam por desconstruir a imagem talhada pelos comandantes, forjada nos documentos oficiais, de uma polícia profissional, disciplinada e desinteressada pelas questões políticas. A entrada de Lampião no Ceará foi o estopim para intensificar as críticas relativas às posturas de condescendência do governo e da Polícia Militar estadual

⁵⁵¹ O Ceará, 17/06/1927.

⁵⁵² JEAN-NOËL, Luc. Du bon usage de l'histoire des representations des gendarmes. *Sociétés & Représentations*, Paris, n. 16, p. 5-35, 2003.

para com os grupos de bandidos que transitavam pelo Nordeste. Sob uma forte pressão, o presidente do Estado, Moreira da Rocha, decidiu nomear o tarimbado major Moisés de Figueiredo para comandar as operações de perseguição e captura do bando de Lampião. Muitos contemporâneos afirmavam que aquele momento se apresentava como a oportunidade para que o presidente “Moreirinha”⁵⁵³ demonstrasse ao Nordeste e à Nação que o governo do Ceará não acoitava bandido. A “campanha de 1927” iniciava-se para os policiais militares do Ceará debaixo de forte pressão e ácidas críticas.

6.2 A mobilização das forças

À época, o major Moisés de Figueiredo ocupava o posto de delegado militar no município de União, limítrofe ao Estado do Rio Grande do Norte. O oficial Moisés de Figueiredo ficou encarregado de comandar não apenas as tropas cearenses, mas também os contingentes policiais militares advindos do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Na zona de conflito, o oficial cearense era o mais graduado, e, pelos convênios interestaduais, o oficial de mais alta patente deveria comandar as forças conjuntas independentemente da naturalidade. O major Figueiredo destacara-se nas operações policiais nos sertões do Ceará, ocupou, por diversas vezes, o cargo de delegado militar em municípios do interior cearense. Na sua fé de ofício, não se encontra sequer uma transgressão; pelo contrário, existem muitos elogios e promoções por bravura e merecimento. No ano de 1927, o major contava com treze anos de serviços prestados à Força Pública do Ceará. Entrou na instituição, em 1915, durante a famosa “Expedição Medeiros”, que investiu forte repressão contra os cangaceiros de chefes políticos rabelistas no sul do Estado. No fim da década de 1910, experimentou as mudanças na Polícia Militar quando esta passou a ser força auxiliar do Exército Nacional. Em 1920, matriculou-se no curso tático de infantaria ministrado por oficiais do Exército brasileiro.⁵⁵⁴

Pouco tempo depois do bando de Lampião adentrar no território cearense, o major Moisés de Figueiredo recebeu o telegrama do presidente do Estado informando que deveria assumir o comando das operações. O oficial Moisés ocupava o posto de delegado militar com

⁵⁵³ Forma chistosa que, principalmente, a oposição, à época, utilizava para se referir ao presidente do Ceará, desembargador José Moreira da Rocha.

⁵⁵⁴ Fé de Ofício do Major Moisés de Figueiredo da FPC, 1928. APEIC.

sede na cidade União, mas a sua jurisdição abarcava, também, os municípios de Russas, Aracati e Limoeiro do Norte. No livro “*Lampião no Ceará*”, o major Moisés salientou que, como estratégia, fundiu “[...] os destacamentos de Aracati e Russas, medida aconselhada pela técnica militar, e como providência que no instante se impunha [...]”, deixou “[...] em União a força ali aquartelada”. O oficial destacou que lhe faltava o principal elemento para fazer a resistência ao grupo de bandidos, qual seja: policiais armados e municiados. Na cidade de Russas, Aracati e União, o major procurou reunir alguns civis para participar da repressão, mas o pânico gerado pelas notícias de que o grupo de Lampião somava cento e oitenta cangaceiros “[...] bem municiados, destros e afeitos a toda sorte de crimes”⁵⁵⁵ gerou a desistência de muitos que haviam se habilitado a dar combate aos bandidos.

Apenas no dia dezesseis, os destacamentos de Quixadá, Baturité e Cascavel foram deslocados para o teatro de operações. Os quarenta e três policiais acantonados nas margens da estrada de Ferro de Baturité seguiram para engrossar as fileiras, ainda foram enviados para “[...] Aracati, em caminhão e automóvel, 30 praças e dois oficiais, com armamentos e munições para serem distribuídos pela população civil”.⁵⁵⁶ O oficial Moisés de Figueiredo contou, também, com contingentes da infantaria e da cavalaria da Polícia Militar da Paraíba. O primeiro, composto de vinte praças, sob o comando do sargento Quelé, chegou à cidade de Russas seguindo as pistas deixadas pelo bando; o segundo contava com cinquenta policiais montados e comandados pelo tenente João Costa. Os policiais paraibanos encontravam-se na região jaguaribana, mais especificamente na cidade de Limoeiro do Norte.⁵⁵⁷ Àquela altura, Lampião e seu bando já tinham se evadido de Limoeiro. Ao saber que o bando se encontrava na cidade de Pereiro, imediatamente, o governo do Ceará “[...] ordenou a partida de um trem expresso até a estação de Orós, conduzindo o pelotão de cavalaria” da Força Pública sob o comando do 1.º tenente Luiz David de Sousa.⁵⁵⁸ Um contingente de cerca de cem policiais militares do Rio Grande do Norte, também, esteve presente na perseguição do bando de Lampião.

⁵⁵⁵ FIGUEIREDO, Moisés de. *Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos*: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927, p.16.

⁵⁵⁶ O Ceará, 18/06/1927.

⁵⁵⁷ FIGUEIREDO, Moisés de. *Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos*: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927.

⁵⁵⁸ O Ceará, 18/06/1927.

As polícias militares nordestinas foram mobilizadas tanto pelo convênio policial interestadual de Recife como pelo fato de constituírem forças auxiliares do Exército Nacional. No início da década de 1920, as Forças Públicas Estaduais do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco faziam parte da reserva do Exército brasileiro. De acordo com o concerto entre Estados e União, as polícias militares estaduais deveriam possuir o mesmo treinamento militar do Exército, tanto que os cursos eram ministrados por oficiais daquela corporação. Ao se tornarem forças auxiliares, as polícias militares estaduais deveriam estar preparadas militar e disciplinarmente de forma homogênea de acordo com os regulamentos do Exército Nacional. Entretanto, o que se percebe são atos de indisciplina e de disputas entre os policiais. No interior mesmo de um destacamento, havia constantes dissensões, o convívio entre contingentes de diferentes Estados mostrou o quanto instituições aparentemente uniformes eram antes a união de forças antagônicas.

O governo do Ceará procurou mobilizar recursos para efetivar a perseguição ao grupo de cangaceiros liderados por Lampião. À época, apontava-se como uma das grandes dificuldades, talvez a maior, a inexistência de boas estradas de rodagem ligando a capital ao interior. O deslocamento das forças policiais por meio dos caminhões e automóveis era demorado pelas péssimas condições das poucas vias de acesso aos municípios do interior. Destinavam-se alguns trens para servirem em regime especial; no caso, o trem expresso, que não parava nas estações, apenas no destino final. Na capital e, principalmente, no interior, a polícia disponibilizava de poucos cavalos para efetuar o policiamento, a cavalaria da Força Pública do Ceará, no ano de 1927, constituía-se de trinta e sete policiais.⁵⁵⁹ O grosso da tropa locomovia-se durante a perseguição a pé, carregando no corpo pesados equipamentos, armamentos e munições. Entretanto, como era de praxe, durante a “campanha de 1927”, muitos dos equinos utilizados foram roubados pelos policiais dos moradores das localidades do interior, gerando muitas insatisfações.⁵⁶⁰

Na operação, ainda se encontrava uma força da polícia cearense composta de trinta praças, sob o comando do tenente José Bezerra e seu auxiliar, o tenente Antonio Pereira. O tenente Bezerra era,

⁵⁵⁹ Livro de Leis do Ceará: Lei n.º 2.419, de 16 de outubro de 1926.

⁵⁶⁰ O jornal o Nordeste no mês de julho do ano de 1927 relata diversos abusos praticados pelos policiais.

reconhecidamente, intitulado um dos mais frios “[...] matadores de bandidos” dos sertões do Ceará.⁵⁶¹ Conforme visto no quinto capítulo, o oficial Bezerra fora o comandante do ataque ao sítio Guaribas, onde houve o fuzilamento do proprietário, Chico Chicote, e de outras pessoas. Havia, também, a tropa do tenente Manoel Firmo, da Força Pública do Ceará, que contava com um efetivo de oitenta homens. O tenente Manoel Firmo foi nomeado pelo major Moisés de Figueiredo subcomandante da “campanha de 1927”. A nomeação para subcomandante não foi por acaso, pois o oficial Manuel Firmo destacou-se na Polícia Militar cearense, especialmente como delegado militar, distinguindo-se na “captura de criminosos”.⁵⁶²

Oficialmente, a nomeação dos tenentes Bezerra e Firmo para comandar as volantes de perseguição ao bando de Lampião estava relacionada à própria dinâmica organizacional das forças armadas de terra. Na década de 1920, esta medida intensificou-se quando a Força Pública tornou-se auxiliar do Exército e consolidou-se com a inauguração da Escola Profissional de Oficiais. A Força Pública passou a obedecer aos regulamentos do Exército Nacional, que prescreviam que os oficiais subalternos ficariam encarregados de conduzir as operações militares.⁵⁶³ Acompanhando tais determinações, na Polícia Militar cearense, os oficiais subalternos eram os responsáveis pelo comando das ações policiais e militares no sertão. Pelos programas dos cursos ministrados por oficiais do Exército e pelas matérias da Escola Profissional da Força, os tenentes e os capitães deveriam tornar-se especialistas no comando das companhias do interior e das tropas de combate ao “banditismo”.

Entretanto, na prática, os tenentes e os capitães da Força ganharam notoriedade nas delegacias militares dos municípios do interior, especialmente quando decidiam os resultados das eleições na base da coerção. Devido ao poder político desempenhado pelos tenentes, alguns jornais da capital afirmavam que se experimentava uma “*tenentocracia*” no Ceará.⁵⁶⁴ Ao designar os tenentes Manoel Firmo e

⁵⁶¹ BARBOSA, Carlos Henrique Moura. “Não é nada, senhores, já está tudo acabado”: Fortaleza, 4 de março de 1934. In: SECRETO, Verônica *et al.* (Orgs.). **A história em processo**: ações criminais em Fortaleza (1910-1950). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 35-42.

⁵⁶² Relatório do Chefe de Polícia do Ceará, de 1º de junho de 1917 a 31 de maio de 1918, p. 45.

⁵⁶³ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵⁶⁴ Ver o primeiro semestre da Gazeta de Notícias do ano de 1928.

José Bezerra para a “campanha de 1927”, o major Moisés de Figueiredo não estava preocupado em cercar-se de policiais experientes nos assuntos da técnica militar, mas em nomear homens conhecedores das tramas políticas do sertão. Os dois tenentes mencionados acima eram conhecidos no interior por estarem inseridos em politiquices envolvendo chefes locais e cangaceiros.⁵⁶⁵ Naquele momento, o que mais importava era destacar policiais que entendessem como funcionava a dinâmica social e política sertaneja, até porque, na perseguição, envolveram-se muitos cangaceiros recrutados por mandões locais da região do Cariri.⁵⁶⁶ Saber lidar com os homens do sertão era requisito básico que não se aprendia nas lições passadas dentro da caserna.

O discurso do comandante da “campanha de 1927”, major Moisés de Figueiredo, reiterava a retórica da cúpula da Força Pública, especialmente a que relacionava a Polícia Militar como uma instituição “briosa” e auxiliar do Exército nacional. No livro *“Lampião no Ceará”*, escrito logo após a campanha, o oficial Figueiredo procurou a todo custo demonstrar que estava atendendo aos regulamentos e aos ensinamentos militares. O major apresentava-se como um “digno soldado”, isento de qualquer interesse pessoal e que havia apenas desempenhado a missão de mantenedor da ordem. Todavia, a partir da análise da documentação coletada, enxerga-se que as ações do major Moisés de Figueiredo na campanha estavam sendo balizadas pelos interesses do presidente do Estado e dos chefes políticos do Cariri.

6.3 No sertão do Ceará: combates, estratégias, táticas... acordos

O primeiro grande confronto foi na serra de Macambira onde ocorreu, segundo informações oficiais, um cerrado combate entre policiais e cangaceiros. O responsável pela ação policial foi o subcomandante tenente Manoel Firmo que, no momento, comandava quatrocentas praças. O oficial Manoel Firmo estava sendo auxiliado pelos tenentes: José Bezerra (FPC), Ozimo de Alencar (FPC), Luiz David (FPC), Veríssimo Alves (FPC), Antonio Pereira (FPC), Germano Solon (FPC), Alfredo Gomes (FPC) e João Costa (FPPB). O comandante Moisés de Figueiredo afirmou, no seu livro, que na “[...] qualidade de comandante superior e geral das tropas em operação [esboçou] o plano de ataque em todas as suas minudências”. O oficial

⁵⁶⁵ Sindicância contra o 2.º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1927. APEIC.

⁵⁶⁶ WEYNE, Alfredo Nunes. *Pedaços do meu passado*: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981.

ainda acrescentou que “[...] a distribuição de forças presidiu a mais lúdima e escrupulosa observância das táticas militares” e em “[...] fila de dois a dois seguiram as forças, anteriormente divididas em pelotão, para o campo de luta”.⁵⁶⁷ Na narrativa do major Moisés, percebe-se a tentativa de enquadrar as ações da Polícia Militar no que era aprendido nos manuais militares e nos cursos de tática ministrados pelos oficiais do Exército. Tornava-se uma forma de legitimá-lo como um competente oficial conhecedor da doutrina militar, o major arrogava-se como comandante em chefe à frente de uma força militar de terra auxiliar do patriótico Exército Nacional.

No dia vinte e cinco, ocorreu cerrado tiroteio entre policiais e bandidos no sopé da serra da Macambira, este embate durou três horas, mas o bando de Lampião conseguiu fugir. Ocorreram baixas na polícia do Ceará, pois morreram quatro cabos, ficaram feridas três praças e um oficial foi lesionado. O articulista de “O Ceará” informava que “[...] os cangaceiros, num gesto de audácia, romperam o cerco, aproveitando-se para isso da escuridão da noite”. Os bandoleiros, na fuga, deixaram para trás “[...] 8 mortos e levaram diversos feridos”.⁵⁶⁸ Os bandidos adentraram as matas e evitaram seguir pelas estradas, pois tinham como tática evitar o confronto direto com a polícia, a pesquisadora Christina Machado esclareceu que, comumente, os bandidos, em poucas horas, afastavam-se do local do combate; para estes era “[...] conveniente avançar à noite, quando mais difícil se torna o cerco”.⁵⁶⁹ O major Moisés tentou defender-se dizendo que as suas ordens não foram obedecidas e que “[...] o fogo rompeu antes da hora determinada, pois esse só devia ter começado depois que tivessem cercados os bandidos por todos os lados”.⁵⁷⁰ O tenente Joaquim Moura da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, em entrevista, afirmou ter ouvido dos policiais cearenses que logo depois do “[...] fogo, o major Moisés ordenou que toda a força deixasse a cavalcada e voltasse à fazenda onde estava alojada, evitando, deste modo, uma batida no

⁵⁶⁷ FIGUEIREDO, Moisés de. **Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos**: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927. p. 26.

⁵⁶⁸ O Ceará, 28/06/1927.

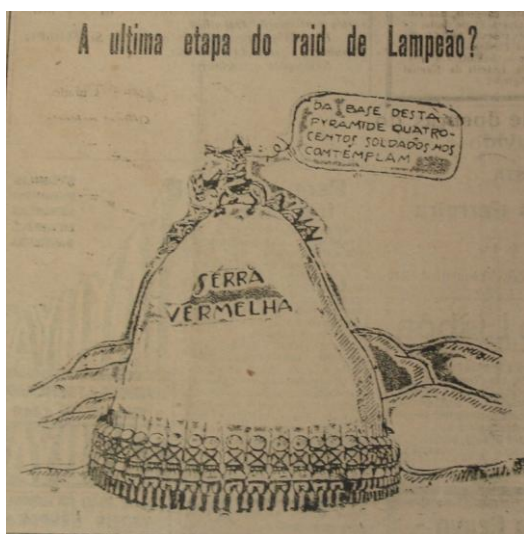
⁵⁶⁹ MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 41.

⁵⁷⁰ FIGUEIREDO, Moisés de. **Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos**: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927. p. 27.

local”⁵⁷¹ do confronto. O tenente potiguar e outros policiais insinuavam que o major comandante da operação havia facilitado a fuga do bando, que rumou com destino ao sul do Ceará.

Um dia antes do confronto na serra de Macambira, uma charge foi publicada no jornal “O Ceará”, retratando que o bando comandado por Lampião, mesmo com o cerco de quatrocentos policiais, acabaria conseguindo fugir.

Imagem 12 – Charge: “A última etapa do raide de Lampião?” (1927)



Fonte: O CEARÁ, 24.06.1927.

A interrogação no título da charge, “A última etapa do raid de Lampião?”, permite enxergar que certos homens da imprensa da capital davam como certa a evasão de Lampião e seu bando. A ironia confirmava-se no balão onde o célebre bandido afirmava “[...] quatrocentos soldados nos contemplam [...]”. A fracassada operação policial e a fuga dos cangaceiros gerou uma série de críticas ao presidente do Ceará e à Polícia Militar cearense, que estava à frente da campanha de repressão ao bando do “Terror do Nordeste”. Parte da

⁵⁷¹ Entrevista do tenente Joaquim Moura (FPRN) ao jornal potiguar “Correio do Povo”, 21/07/1927. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956, p. 138.

imprensa da capital aproveitou-se da malfadada investida policial na serra da Macambira para denunciar o despreparo da Polícia Militar e o descaso do governo na captura de Lampião. Respondendo às críticas, logo depois da retirada dos cangaceiros, os governos estaduais mobilizaram novos reforços chegando ao sertão cearense mais soldados. No dia vinte e seis de julho, na cidade de Limoeiro do Norte, “[...] passaram caminhões cheios de soldados”⁵⁷² da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Segundo o tenente da Força potiguar, Joaquim Moura, tratava-se de uma força composta de cento e cinquenta homens.⁵⁷³ Após o confronto de Macambira, a campanha comandada pelo major Moisés de Figueiredo passou a contar com três polícias militares do Nordeste.

Outro reforço foi o envio pela Força Pública do Ceará de duas metralhadoras pesadas. Segundo os comandantes, a metralhadora usada pela polícia cearense era um armamento pesado e de funcionamento complicado. O Exército distribuiu metralhadoras para as Forças Públicas, em 1926, durante os combates contra a Coluna Prestes, mas estas permaneceram em uso na “repressão ao banditismo”. As metralhadoras usadas pela polícia do Ceará eram consideradas antiquadas, um armamento utilizado “[...] nos navios de guerra, não prestando para o uso da infantaria pela sua penosa condução e lenta mobilidade”.⁵⁷⁴ De certa forma, as metralhadoras usadas pelas forças policiais passaram a diferenciá-las dos bandidos no quesito armamento. As armas entregadas por muitos bandidos, a partir de 1926, eram de uso restrito das forças armadas brasileiras. Este armamento chegou às mãos de muitos bandoleiros quando o governo federal distribuiu armas usadas pelos militares, especificamente o fuzil mauser, para os contingentes que formavam os “Batalhões Patrióticos”.

Na fotografia abaixo o bando de Lampião exhibe as armas de fogo utilizadas nos confrontos com as polícias militares no ano de 1927. Esta imagem circulou por diversos jornais do Nordeste, tratava-se de uma demonstração do poderio bélico pelos cangaceiros.

⁵⁷² O Ceará, 28/06/1927.

⁵⁷³ Entrevista do tenente Joaquim Moura (FPRN) ao jornal potiguar “Correio do Povo”, 21/07/1927. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956, p.136-141.

⁵⁷⁴ O Nordeste, 22/08/1928.

Imagem 13 – Bando de Lampião na cidade de Limoeiro do Norte (1927)



Fonte: MELLO (2011).

Na imagem acima, observa-se a predominância do armamento mauser de uso exclusivo das forças armadas brasileiras. O bandido Jararaca afirmou que o grupo comandado por Lampião conduzia “[...] quarenta e quatro fuzis mauser”.⁵⁷⁵ No ano de 1926, muitos grupos de cangaceiros passaram a utilizar os fuzis mauser de calibre 7 mm e repetição para cinco tiros, que eram superiores aos rifles winchester relativamente imprecisos e bem menos potentes. A polícia, também, lançava mão dos fuzis mauser belgas e alemães. Mesmo a polícia dispondo de algumas metralhadoras pesadas, havia um equilíbrio bélico de ambas as partes. Os policiais faziam resistência em portar a metralhadora, pois o peso desta arma poderia tolher a mobilidade durante o combate.⁵⁷⁶ Além disso, o que dificultava o uso da metralhadora era a pouca habilidade no manejo de armas pesadas demonstrada por praças e oficiais da Polícia Militar cearense.

Depois do fogo no sopé da serra da Macambira, o bando rumou com destino ao extremo sul do Estado, e a imprensa denunciava que Lampião buscava a proteção dos seus coiteiros do Cariri. Nos telegramas oficiais, a polícia divulgava que estava utilizando como estratégia o fechamento das possíveis passagens nas estradas das cidades de Icó, Jaguaribe, Pereiro e União. No final de junho, os oficiais

⁵⁷⁵ Auto de perguntas feitas a José Leite de Santana, vulgo Jararaca. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p. 294-298.

⁵⁷⁶ MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011. p. 321.

comandantes informavam o deslocamento de tropas da polícia para diversas cidades do sertão cearense, pois os bandidos tinham como tática a divisão do grupo em subgrupos.⁵⁷⁷ Os diversos subgrupos espalhados pelos lugarejos e matas dos municípios dificultavam a ação dos policiais, porquanto os combates tornavam-se rápidos e esporádicos, às vezes, nas “correrias” em pleno sertão uma mesma tropa deparava-se com mais de um subgrupo, assim os policiais gastavam tempo, ficavam cansados e desperdiçavam munições.

Nos combates, os policiais enfrentavam bandidos que possuíam treinamento nas técnicas militares, pois muitos bandoleiros, antes de entrar para o cangaço, haviam servido nas polícias militares ou no Exército Nacional. O bandido Mormaço, cearense, dezenove anos, verificou praça, em 1924, na Força Pública de Pernambuco, e lutou contra os militares “revoltosos” nos sertões piauienses⁵⁷⁸, mas, por indisciplina, Mormaço foi expulso da polícia pernambucana. O bandoleiro Jararaca, pernambucano, vinte e seis anos, assentou praça em Alagoas, no Exército brasileiro. No Rio de Janeiro, Jararaca foi incluído no 1.º Regimento de Cavalaria Divisionária lutando na revolta de São Paulo, do lado da legalidade, perseguindo os rebeldes até Porto Alegre.⁵⁷⁹ No Rio Grande do Sul, Jararaca obteve baixa, mas, antes, chegou a ser ordenança do coronel reformado Antonio Francisco de Carvalho. Os bandidos que serviram nas forças armadas entendiam das estratégias militares e, nos combates na caatinga, utilizavam as instruções aprendidas na caserna como forma de escaparem das perseguições dos policiais, os quais os cangaceiros chamavam de “macacos”.

Depois da fuga de Lampião, as ações de perseguição efetuadas pelas polícias militares do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte concentraram-se no sertão centro-sul. Por telegrama, o tenente Ozimo de Alencar informava que o subcomandante:

⁵⁷⁷ Mello afirma que esta tática será posta apenas a partir de 1928. Entretanto, nas leituras das fontes hemerográficas, em 1927, já se percebe a divisão em subgrupos no território cearense. Ver: MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011. pp. 125-126.

⁵⁷⁸ Auto de perguntas feitas a Francisco Ramos de Almeida, vulgo Mormaço. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p. 286-293.

⁵⁷⁹ Auto de perguntas feitas a José Leite de Santana, vulgo Jararaca. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p. 294-298.

Jaguaribe, 29 – 13 horas – tenente Firmo diz que está com forças no encalço dos bandidos que ontem às 15 e meia horas passaram lugar Catingueira, tendo tenentes David e João Costa *pegado seu guia*. Chegou força Paraíba ao Icó que mandei ocupar Mineiros. Sigo pela zona costeira da Serra Pereiro. Temos recursos suficientes para combatê-los nada nos faltando. Força rio-grandense satisfaz. Saudações – Tenente Ozimo.⁵⁸⁰ [grifo nosso].

As informações sobre o paradeiro e o destino dos cangaceiros poderiam facilitar o trabalho dos policiais. O tenente Ozimo revela que os oficiais David e João Costa capturaram o guia dos bandoleiros, conhecidos na linguagem do cangaço como rastejadores, eram homens que conheciam diversos atalhos que possibilitavam a fuga dos cangaceiros. Não apenas os bandidos utilizavam rastejadores, muitos policiais requeriam a ajuda dos guias. O oficial Optato Gueiros, da polícia pernambucana, lembra-se de que muitos dos rastejadores, por conta das habilidades, eram convidados a ingressar na Polícia Militar.⁵⁸¹ Nas palavras do oficial João Bezerra, da polícia de Alagoas, os rastejadores eram homens que tinham “[...] olhos de lince e faro de cão policial”.⁵⁸² O auxílio dos homens conhecedores do sertão para perseguir os bandidos tornava-se capital para as volantes. Quando a polícia capturava um guia, poderia colher uma série de informações sobre os planos de fuga dos cangaceiros. No discurso dos policiais militares, perseguir implicava descobrir vestígios e rastros que no cangaço eram considerados as principais fontes para capturar bandidos. As informações conseguidas com os guias davam-se, em muitas ocasiões, por meio da violência.

Outra estratégia utilizada pela polícia foi cercar, principalmente, as serras, pois se constituíam como os pontos escolhidos de refúgio dos bandoleiros. Dificilmente, cangaceiros e policiais enfrentavam-se em regiões planas e com pouca vegetação. O que se

⁵⁸⁰ O Nordeste, 01/07/1927.

⁵⁸¹ GUEIROS, Optato. “**Lampeão**”: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953.

⁵⁸² BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983. p. 123.

percebe é que os bandidos evitavam “[...] travar combates frontais”⁵⁸³ com a Polícia Militar. As serras, lugares altos, facilitavam a visualização das tropas da polícia que, diferentemente dos cangaceiros, chamavam atenção com as suas fardas militares. Na “campanha de 1927”, havia contingentes das polícias de outros Estados que não usavam qualquer distintivo que os identificassem como policiais. As autoridades temiam que a falta de identificação pudesse “[...] trazer entre outras consequências possíveis combates com outras forças uniformizadas”.⁵⁸⁴ Possivelmente, o não uso do fardamento por alguns policiais objetivava maior mobilidade, o que a desconfortável farda militar não proporcionava. Afinal, os policiais necessitavam efetuar deslocamentos rápidos dentro de espessa vegetação da caatinga típica dos sertões nordestino.⁵⁸⁵

Sobre um desses combates na caatinga, o prefeito de Icó, por meio de telegrama, informava que:

Icó, 30 – Contingente paraibano sob comando tenente Manuel Arruda se aproximava lugar Cacimbas deste município quando teve encontro com grupo de bandidos. Estabeleceu-se ligeiro tiroteio tendo grupo covarde e desesperadamente recuado metendo-se pela caatinga. Bandido tomaram direção Forquilha para onde sigo agora. Peço cientificar comandante Elísio em Cajazeiras, lembrando conveniência mandar ocupar Cipó e Piqui, fronteiras com a Paraíba. Ilídio Sampaio, Prefeito.⁵⁸⁶

O tenente Manuel Arruda de Assis era um policial imerso na dinâmica de policiamento do sertão paraibano. Como tantos outros policiais militares nordestinos, ganhou os galões de oficial por ato de bravura depois de ter combatido a Coluna Prestes na cidade de

⁵⁸³ MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 39.

⁵⁸⁴ Telegrama do Presidente do Ceará para o Presidente da Paraíba, O Nordeste, 01/07/1927.

⁵⁸⁵ Na década de 1930, generalizou-se, entre os policiais militares do Nordeste, vestir-se como os cangaceiros. Ver: VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999.

⁵⁸⁶ O Nordeste, 01/07/1927.

Piancó.⁵⁸⁷ Nos documentos oficiais, enxerga-se que uma das preocupações da Polícia Militar era resguardar as fronteiras para evitar as fugas para os territórios dos Estados limítrofes. O bando e a polícia estavam divididos em grupos. De acordo com os oficiais comandantes, a captura do subgrupo comandando por Lampião constituía-se no principal objetivo dos policiais. Os bandidos que entraram em confronto com a tropa do tenente Arruda, da Polícia Militar paraibana, recuaram e adentraram “pela caatinga”. O que parecia ser um ato de covardia, para o prefeito de Icó, tratava-se de uma tática dos cangaceiros, pois “[...] os grupos não transitavam quase nunca em caminhos oficiais, andando sempre pelo meio do mato”.⁵⁸⁸

Na caatinga, com vegetação cheia de espinhos, a cavalaria tinha dificuldade de adentrar, assim restavam aos policiais duas possibilidades: entrar a pé no mato, ou fazer piquetes nas estradas. Ao adentrar a caatinga, o objetivo dos cangaceiros era dificultar a perseguição das tropas policiais. Os bandidos nutriam uma severa aversão às estradas de rodagem ou de ferro. Por exemplo, Lampião “[...] dedicava-se não só a destruir as obras rodoviárias como também, e, sobretudo, a intimidar por atos e ameaças os seus trabalhadores”.⁵⁸⁹ As estações de trem e telégrafos eram, também, destruídas pelos grupos de bandidos, tornava-se uma ótima tática de combate, pois obstruíam os meios mais rápidos de comunicação e deslocamento dos policiais, à época. Muitas estradas de ferro e fios telegráficos também foram destruídas por Lampião. Não por acaso quando Lampião chegou ao município de Limoeiro do Norte fez questão de conferir telegramas e correspondências expedidas e recebidas.

Os veículos a motor e as vias rodoviárias, na segunda metade da década de 1920, passaram a ser utilizados pela Polícia Militar com maior frequência. Na “Campanha de 1927”, o presidente do Ceará, além de trens, caminhões e automóveis, disponibilizou para o comandante-geral e sua tropa um “trolley-motor”. O Presidente Moreira da Rocha, por telegrama, ordenava ao Major Moisés que:

⁵⁸⁷ VIANA, Severino Coelho. **A vida do cel. Arruda, cangaceirismo e Coluna Prestes**. João Pessoa: RIGRAFIC, 1989. p. 89.

⁵⁸⁸ MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 40.

⁵⁸⁹ VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999. p. 104.

Oficial urg. 30 de Junho - Major Moisés – Icó –
Deveis transportar-vos urgência parada Rochedo,
onde está vossa disposição trolley-motor fim
conduzir-vos Lavras ou Aurora. Neste último
ponto mandei reunir cinquenta praças vossa
disposição. – Desembargador Moreira, Presidente
Estado.⁵⁹⁰

O major Moisés, rapidamente, respondeu ao telegrama despachado pelo presidente do Estado da seguinte maneira:

Cedro, 30 (21h) - Vamos seguindo para Lavras, o
que faço com maior urgência, pois acabo de saber
que Lampião está cercado no lugar Córrego da
Cruz, no município de Lavras.

As forças paraibanas vêm mais atrasadas, devido à
composição ter partido depois do trolley-motor.
Vou mandar o tenente Augusto comandar a força
que V. Ex.^a pôs a disposição de Aurora, visto a
confiança e a dedicação de que o mesmo dispõe.
Demais nossas forças ficariam todas distantes do
pé da serra do Camarão seguindo primeiro o rumo
que tomaram os bandidos. Saudações. Major
Moisés.⁵⁹¹

As coordenadas do Presidente do Ceará direcionavam-se
para a concentração das forças policiais do major Moisés na zona sul do
Estado. As informações apontavam que Lampião se encontrava próximo
às fronteiras com Pernambuco, o que deu margem a reiterar os discursos
de que as divisas entre os Estados constituíam-se nos principais pontos
de fuga para os bandidos. O telegrama do major Moisés enfatizava que a
estratégia da polícia consistia em fechar o cerco e não deixar o bando
fugir pelos espaços não policiados das fronteiras. O tenente Manoel
Firmo, por sua vez, solicitou “[...] a remessa urgente de um trem para a
estação de Rochedo, próximo a Icó, a fim de transportar a força e a
cavalaria”.⁵⁹² Naquele trem expresso, deveriam ser transportados os
contingentes das polícias militares da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande
do Norte. Segundo o tenente potiguar Joaquim Moura, o plano do oficial

⁵⁹⁰ O Nordeste, 01/07/1927.

⁵⁹¹ O Nordeste, 01/07/1927.

⁵⁹² O Nordeste, 01/07/1927.

cearense, tenente Manoel Firmo, era chegar a Juazeiro e dar uma “[...] batida na serra do Mato” e “[...] fechar o cerco, em Aurora, onde fatalmente” encontrariam Lampião, tolhendo-lhe assim a fuga.⁵⁹³

No início de julho, o grosso das tropas policiais seguiu para o sertão sul do Ceará. As cidades ficavam desertas devido aos confrontos entre grupos de cangaceiros e tropas das polícias militares. O correspondente do jornal “O Nordeste” informava que na “[...] grande zona nordestina, o comércio, a colheita da cera e do algodão, os trabalhadores de vazantes, todas as atividades econômicas” encontravam-se abandonadas. Os próprios policiais dos destacamentos retiravam-se com receios de ataques. Na cidade de Limoeiro, o contingente de nove praças da Força Pública do Ceará, ao saber do possível ataque de cinco cangaceiros comandados por Sabino Gomes, lugar tenente de Lampião, solicitou ao “[...] governo permissão para retirar-se da localidade”.⁵⁹⁴ Além do subgrupo comandado por Sabino Gomes, existia outro chefiado por Massilon, que também ficou promovendo ataques a algumas cidades da zona jaguaribana. A estratégia da polícia foi destinar contingentes volantes para as principais cidades do sertão central e centro-sul do Ceará. Pode-se perceber esta medida policial pelos telegramas despachados do município de Icó.

Icó, 2 (horas 17) – Muita satisfação tivemos ao saber haver V. Ex.^a determinado estacionamento aqui duma força regular 30 homens fim principal dar caça bandidos dispersados grupos e garantir cidade máximo quando já havia dissolvido guarda improvisada por ser excessiva despesa crescendo ter sido conduzido destacamento policial aqui. Assim, pois rogo V. Ex.^a continuar força que se encontra nesta cidade até cesse estado de insegurança. Tem ainda grande vantagem restabelecimento da cavallhada cujo estado é lastimável e um pouco de repouso oficial comandante que se acha ameaçado estrangulamento de hérnias – Saudações – Ilídio Sampaio.⁵⁹⁵

⁵⁹³ Entrevista do tenente Joaquim Moura (FPRN) ao jornal potiguar “Correio do Povo”, 21/07/1927. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p.138-139.

⁵⁹⁴ O Nordeste, 04/07/1927.

⁵⁹⁵ O Nordeste, 05/07/1927.

Provavelmente, diferente do que imaginava o prefeito de Icó, os bandidos não se encontravam dispersos. Alguns subgrupos, de cinco a dez cangaceiros, comandados por homens da confiança do chefe do bando, no caso Lampião, ficavam na retaguarda, dificultando o avanço da polícia. Às vezes, como salientou Pericás, Lampião dividia seu bando “[...] em pelotões semi-independentes, que agiam por conta própria, mas que se uniam ao núcleo principal quando eram requisitados”.⁵⁹⁶ Em 1927, os subgrupos ficaram transitando entre os sertões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Estas andanças provocavam o deslocamento contínuo das tropas da polícia por diversas cidades do sertão nordestino. A tática dos cangaceiros consistia “em cansar”⁵⁹⁷ os policiais militares. Os tiroteios eventuais, provocados pelos pequenos grupos de cangaceiros, interrompiam e atrasavam a marcha dos policiais. A força policial que chegou à cidade de Icó encontrava-se extremamente cansada das perseguições. O estado da cavalcada era lastimável, e, possivelmente, a situação dos policiais era péssima, pois muitas praças percorriam a pé longas distâncias com pouca água e comida. O oficial comandante, em Icó, achava-se ameaçado de “[...] estrangulamento de hérnias”.

Em verdade, para a maioria das cidades, foram deslocados pequenos destacamentos. Por exemplo, o município de Limoeiro do Norte estava patrulhado “[...] por quatro praças e alguns populares”.⁵⁹⁸ Já nas cidades mais próximas ao sertão sul, destinava-se um número maior de policiais, como no caso da cidade de Icó. Nas cidades além-fronteiras, o governo do Ceará solicitava que as polícias militares do Rio Grande do Norte e da Paraíba ficassem encarregadas do controle. Nesta investida do bando de Lampião, percebe-se o quanto as medidas estabelecidas nos convênios interestaduais não eram efetivadas, pois se observa a total inexistência de policiamento nas fronteiras dos Estados do Nordeste voltadas para a “repressão ao banditismo”, o que se enxerga é que os bandidos tinham livre acesso às cidades fronteiriças. Em 1927, Lampião e parte de seu bando cruzaram, praticamente, todo o leste do sertão central e sul do Ceará. Outros bandidos, como Sabino Gomes e Massilon, permaneceram efetuando saques e roubos nas cidades

⁵⁹⁶ PERICÁS, Luiz Bernardo. **Cangaceiros**: ensaios de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 82.

⁵⁹⁷ MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 39.

⁵⁹⁸ O Nordeste, 09/07/1927.

fronteiriças entre o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Mais uma vez, as estratégias traçadas nos convênios de 1922 e 1926, de distribuir forças volantes ao longo das fronteiras, pareciam não funcionar.

Quando as forças chegaram à região do Cariri, o correspondente do jornal “O Nordeste” despachou o telegrama seguinte:

Milagres, 8 - De Goianinha Serra do Mato, Silvério e outros pontos da zona do Cariri, chegaram a esta cidade as forças cearense, rio-grandense do norte e paraibana, sob o comando dos tenentes Firmo, cearense; Luiz Leite, Joaquim Moura e Solon rio-grandense do norte; e Costa, paraibano, com um efetivo de 180 praças dos três Estados. Esta força se destinava ao município de Aurora, onde pretendia ter um encontro com os bandoleiros, que vinham sendo seguidos pelos tenentes Bezerra e Veríssimo. Chegando aqui, os soldados tiveram ordem do major Moisés para estacionar nesta cidade. *Consta haver empenho na retirada do tenente Firmo do comando das forças.* Este oficial, desde o início da campanha, vem à frente da sua tropa, atacando os bandoleiros sem lhes dar tréguas. A força, apesar de numerosa, tem se portado com a máxima correção, sendo digna de louvores à atitude dos comandantes.⁵⁹⁹ [grifo nosso].

O oficial norte-rio-grandense Joaquim Moura afirmou que, ao chegarem à cidade de Milagres, encontraram “[...] um telegrama do presidente do Estado, destituindo do comando o tenente Firmo e determinando que todas as forças da Paraíba, do Rio Grande do Norte e mesmo do Ceará [...] ali estacionassem, “[...] assumindo o comando geral das forças o major Moisés”.⁶⁰⁰ As desinteligências entre os dois oficiais cearenses iniciaram-se logo depois do combate da serra da Macambira. O major Moisés, tentando justificar os fracassos até então da “campanha”, alegou que havia oficiais no comando, os tenentes Manoel Firmo e Ozimo de Alencar, que não demonstraram empenho

⁵⁹⁹ O Nordeste, 09/07/1927.

⁶⁰⁰ Entrevista do tenente Joaquim Moura (FPRN) ao jornal potiguar “Correio do Povo”, 21/07/1927. Ver: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p. 139.

nos combates e não tinham agido “[...] como mandava a boa prática e disciplina militar”.⁶⁰¹ Ao mesmo tempo, os oficiais Firmo e Alencar, da Polícia Militar cearense, acusaram o major-comandante da operação de ter facilitado diversas vezes a fuga do bandido Lampião.⁶⁰² As rixas deram-se não apenas entre os policiais da Força Pública do Ceará, pois o oficial Moisés de Figueiredo se indis pôs também com o tenente da polícia potiguar Joaquim Moura.

Em seu livro-defesa, o major Moisés teceu severas críticas ao subcomandante tenente Manoel Firmo. Segundo o major, em face da “[...] anarquia provocada pelo oficial em questão [tenente Firmo], a medida que se impunha era recorrer ao adjutório do cel. Isaias Arruda, prefeito de Missão Velha que, com a maior solicitude, se prontificou a pôr sua gente ao serviço do comando superior”.⁶⁰³ O prefeito Isaias Arruda era chefe político de Missão Velha e cunhado do major Moisés de Figueiredo. Conforme visto, na região do Cariri, Arruda tornou-se conhecido pela fama que possuía como chefe de cangaço, era considerado um dos maiores coiteiros de cangaceiros na região. Além do ataque de Mossoró, suspeitava-se que fosse o mandante de diversos saques praticados por Lampião, do incêndio da ponte federal do rio salgado e dos roubos perpetrados no Apodi pelo bandido Massilon Leite. Como salientou Macedo, o bando de Lampião diversas vezes foi “[...] suprido de armas e munições, obtidas pelo coronel Isaías da própria polícia estadual, mercê do seu ilimitado prestígio”.⁶⁰⁴ As propriedades do chefe missão-velhense constituíam um dos mais seguros “valhacoutos” do bando de Lampião. Os contemporâneos insinuavam que as boas relações com a polícia cearense deviam-se ao cunhado, major Moisés de Figueiredo, e ao concunhado, tenente Miguel Araújo, todos os dois oficiais da Força Pública do Ceará.

Na “Campanha de 1927”, o comandante-geral, major Moisés, recebeu apoio e reforço do chefe político de Missão Velha, Isaías Arruda, que era suspeito de arquitetar o ataque juntamente com

⁶⁰¹ FIGUEIREDO, Moisés de. **Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos**: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927. p. 27.

⁶⁰² Por meio de entrevistas concedidas ao Jornal “O Ceará”, os tenentes Manoel Firmo e Ozimo de Alencar afirmavam que o comandante Moisés de Figueiredo havia facilitado a fuga de Lampião. Infelizmente, não tive acesso às entrevistas, mas no livro “*Lampião no Ceará*” há referências ao conteúdo destas.

⁶⁰³ FIGUEIREDO, Moisés de. **Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos**: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927. p. 43.

⁶⁰⁴ MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990. p. 231.

Lampião à cidade de Mossoró. No dia sete, o derradeiro combate travou-se no sítio Ipueiras, na cidade de Aurora. Através de telegrama, o major Moisés informava ao presidente do Ceará o corrido da seguinte forma:

Aurora, 8 - 8,20 - tivemos ontem encontro bandoleiros entre lugares Ipueiras e Cachoeira deste termo. *Bandidos cercados pessoal Isaías Arruda* e conjunto contingente nossa força saindo feridos dois combatentes das nossas fileiras, sendo um paisano e sargento José Araujo Barbosa, da Guarda. Ambos receberam ferimentos. Tiroteio durou mais duas horas dado ótima posição bandidos. *Perdemos número elevado munição* só assim conseguindo desalojá-los tendo fugido desbaratados. Depois luta violenta encontramos um bandido morto que foi reconhecido nome Xexéo sendo cadáver conduzido esta vila onde foi sepultado. Saudações - Major Moisés, comandante força.⁶⁰⁵ [grifo nosso].

Além do bandido Xexéo, tombaram mais dois cangaceiros, pois o major Moisés de Figueiredo, no dia dez, comunicava que a polícia e os homens de Isaías Arruda haviam matado o famigerado Moreno. O bandido Moreno desertara da polícia paraibana e havia dois anos estava no bando de Lampião, aquele se encontrava com um parabélum com quarenta e três tiros, cento e oitenta e três cartuchos, um fuzil mauser, capote do exército e farda cáqui militar.⁶⁰⁶ Tentado mostrar que os bandidos não foram fuzilados, o major Moisés afirmou que tombaram mortos durante as duas horas de tiroteio. De todo modo, mais uma vez, o bando de Lampião conseguira furar o cerco realizado pelos seus perseguidores. O major Moisés justificou o fracasso da operação no sítio Ipueiras alegando o baixo número de homens, a falta de material bélico e a péssima configuração do terreno, que favoreceu os bandidos.⁶⁰⁷ O oficial Moisés de Figueiredo vangloriava-se de não ter perdido sequer um soldado de polícia, apenas um homem da guarda cívica saíra com ferimentos. Lampião fugiu primeiro para os sertões da

⁶⁰⁵ O Nordeste, 09/07/1927.

⁶⁰⁶ Telegrama de Missão Velha (10/07/1927) do major Moisés. Ver: O Nordeste, 11/07/1927.

⁶⁰⁷ FIGUEIREDO, Moisés de. **Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos**: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927. p. 48.

Paraíba e depois empreendeu fuga para o interior de Pernambuco. No trânsito pelas fronteiras, mais uma vez, o bando não encontrou nenhuma resistência por parte das polícias militares estaduais.

O fracasso das ações policiais foi anunciado desde o começo da campanha pela imprensa, pois não faltaram jornalistas para fazer troças com a Força Pública e denunciar as práticas interesseiras dos chefes políticos locais. Os homens de imprensa, que criticavam o governo do presidente Moreira da Rocha, questionavam a eficácia do convênio interestadual de 1926, pois, até o momento, não correspondera às necessidades de policiamento dos sertões do Nordeste. Desde o começo da “campanha de 1927”, as charges publicadas nos jornais que circulavam na cidade de Fortaleza ironizavam as operações policiais de combate ao bando de Lampião. Os chargistas mostravam, geralmente, os policiais deparando-se com os lampiões a gás que serviam para iluminar as ruas das cidades.

Imagem 14 – Charge: “Esteje preso” (1927)



Fonte: O CEARÁ, 17.06.1927.

Imagem 15 – Charge: “O único encontro possível com Lampião” (1927)



Fonte: O CEARÁ, 16.06.1927.

A imprensa desferia críticas, especialmente aos policiais e ao governo do Ceará. Suspeitava-se que o major Moisés e o prefeito Isaías Arruda, através de concerto com o presidente Moreira da Rocha, tivessem facilitado a fuga de Lampião e seu bando. Outros presidentes estaduais sabiam das relações de amizade estabelecidas por certos policiais com chefes políticos do Cariri. Logo no início da campanha, o presidente da Paraíba, Suassuna, solicitava ao presidente do Ceará que destinasse oficiais para policiar as fronteiras sem “[...] ligações com as famílias da zona sul”⁶⁰⁸, talvez se referindo ao major Moisés de Figueiredo, cunhado de Isaías Arruda. Diante da desastrosa “Campanha de 1927” e das críticas ao governo do Ceará, o presidente Moreira da Rocha afastou os oficiais que comandaram as perseguições ao bando de Lampião e mandou instaurar uma sindicância, a partir de denúncias do tenente Manoel Firmo, para apurar as responsabilidades do major Moisés na fracassada campanha.

Os convênios policiais interestaduais demonstravam-se ineficazes não pelo baixo efetivo de policiais ou pela falta de

⁶⁰⁸ Telegrama de Cajazeiras (10/06/1927), Presidente da Paraíba. Ver: O Ceará, 12/06/1927.

armamentos, mas porque os grupos de bandidos que transitavam pelas fronteiras dos Estados do Nordeste tinham protetores graúdos. Os acontecimentos de 1927 permitem que se perceba que Lampião dispunha de amizades influentes no Ceará, como o chefe sertanejo Isaías Arruda, o oficial superior Moisés de Figueiredo e o presidente do Estado Moreira da Rocha. Ao analisar a “campanha de 1927”, percebeu-se que os homens do cangaço e da Força Pública configuravam-se como peças importantes na estruturação do poder das facções políticas dominantes no Estado.

O afastamento dos oficiais e a abertura de sindicância contra o major Moisés de Figueiredo não bastaram para minimizar as críticas, e as cobranças de uma ação eficiente contra o “banditismo” avolumavam-se nas páginas dos jornais sensacionalistas da capital, que mostravam que o “cancro do banditismo” continuava infestando os sertões do Nordeste. O presidente Moreira da Rocha procurou, com apenas um golpe, satisfazer tanto os anseios da “opinião pública” quanto os interesses das lideranças políticas da situação, pois a polícia recebeu ordens para exterminar os cangaceiros que permaneceram no território cearense. A estratégia era eliminar os bandidos que pudessem ser possíveis delatores dos acordos travados entre policiais, bandidos e chefes políticos do Ceará, para isso os homens da Força lançaram mão de um antigo expediente – *o fuzilamento*.

6.4 Fuzilamento de cangaceiros: “o extermínio sistemático dos testemunhos”

Durante a Primeira República, os fuzilamentos de bandidos pelos policiais militares aconteceram em diversos momentos da campanha de “repressão ao banditismo” no Ceará. Desde as expedições comandadas pelo tenente coronel Ernesto Ramos Medeiros, teve-se notícias de cangaceiros fuzilados pelos homens da polícia. O chefe político Floro Bartolomeu, da cidade de Juazeiro, em meados da década de 1920, para livrar-se da pecha de chefe de cangaço, mandou policiais executarem vários cangaceiros de chefes políticos opositores na estrada de rodagem que ligava Juazeiro a Crato.⁶⁰⁹

⁶⁰⁹ MACEDO, Joaryvar. Doutor Floro e os fuzilamentos. In: _____. **Império do bacamarte:** uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990. p. 209-221.

Depois da fracassada “campanha de 1927”, a Força Pública do Ceará retomou a prática do fuzilamento para exterminar alguns cangaceiros que integravam o bando de Lampião e que sabiam de muitas informações que poderiam incriminar chefes políticos locais cearenses. As execuções sumárias aconteciam de forma seletiva, não eram todos os cangaceiros que ficavam frente a frente com os fuzis dos policiais, pois apenas os que colocassem em risco as facções políticas dominantes deveriam ser fuzilados.

A Força Pública, após a fuga de Lampião, iniciou uma intensa operação de caça aos bandidos que participaram do ataque à cidade de Mossoró. No discurso oficial, as ações policiais direcionavam-se simplesmente para a apreensão de armas, a prisão de coiteiros, a captura de criminosos, ou seja, a manutenção da ordem pública, mas o principal objetivo era o fuzilamento dos cangaceiros. O capitão Firmino Araújo, através de telegrama, comunicava:

Barbalha, 25 (16 horas) - Transporte-me esta cidade fim de secundar diligências em torno inquérito crimes praticados na noite de 16 corrente do qual foram vítimas Cícero Bilú e Sá Barreto e casa capitalista Xavier. Diligências procedidas ontem pelos tenentes Martins e Raimundo Domingues efetuaram prisão bandido Luis Filgueiras protetor bandoleiros Marcelinos e mandante ataque casa capitalista, sendo apreendido poder mesmo Filgueiras, um fuzil mauser, um mosquetão, um rifle, um revólver e munições. Foi também preso Antonio Rocha proprietário sítio Caldas onde havia homizio mesmos bandidos no poder do qual foram apreendidas munições para fuzil, rifle e parabelum, destinadas referidos bandoleiros Marcelinos. Saudações. (a) Firmino Araújo, capitão forças.⁶¹⁰

O foco de ação da Polícia Militar direcionou-se para o bando dos Marcelinos, chefiado pelos irmãos João 22 e Lua Branca. Estes dois cangaceiros participaram ativamente do ataque à cidade de Mossoró como integrantes do bando de Lampião. Após a fuga de

⁶¹⁰ O Nordeste, 26/08/1927.

Lampião, os Marcelinos passaram a fazer uma série de saques e roubos em diversas cidades da zona sul do Ceará. Os delegados militares tenentes Martins e Domingues ficaram responsáveis pela perseguição, os dois militares tinham como estratégia para capturar os Marcelinos a descoberta dos seus protetores. Por isso, os delegados militares, na linguagem policial, “apertaram” Luiz Filgueiras e Antonio Rocha no intuito de obterem informações sobre o paradeiro dos bandoleiros chefiados por João 22 e Lua Branca. A prisão efetuada visava, também, impedir que os cangaceiros continuassem desfrutando do apoio dos coiteiros, nos sítios dos protetores – geralmente, a polícia apreendia armas e munições de uso exclusivo das forças armadas que serviam para armar os integrantes dos bandos. O tratamento da polícia para com os coiteiros não era nada amistoso. Na gíria policial da época, às vezes, o policial agia com bastante “energia”⁶¹¹, muitos coiteiros que se recusavam a confessar o paradeiro dos cangaceiros eram torturados. Na cidade de Barbalha, o capitão José Galdino suspeitou que o comerciante Antonio Correia, 77 anos, estava dando coito aos Marcelinos e o agrediu a “[...] coice de fuzil”⁶¹² para tentar obter informações.

Os delegados militares, espalhados pelo interior, ficaram encarregados de abrir inquéritos para apurar a participação de protetores de bandidos nos sertões do Ceará. O jornal “O Nordeste” publicava o telegrama seguinte:

Jaguaribe, 27 - Por ordem do governo foi aberto no Riacho do Sangue rigoroso inquérito a fim de apurar-se quais os protetores que têm facilitado as tropelias de Massilon que impera nos sertões, punindo-os como de direito.

*Apenas lamenta-se que o governo não se disponha de fazer o mesmo com outros protetores de bandidos em diversos pontos do Estado, notadamente do Cariri.*⁶¹³ [grifo nosso].

A imprensa continuava criticando o governo insinuando que os coiteiros situacionistas, principalmente os do Cariri, não eram incomodados pelos delegados militares. No segundo semestre de 1927, a

⁶¹¹ BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983.

⁶¹² O Nordeste, 16/12/1927.

⁶¹³ O Nordeste, 29/08/1927.

repressão aos coiteiros por parte da polícia intensificou-se, mas chefes políticos, como Isaias Arruda, não eram incomodados pelas tropas da Força. Estas ações da Força Pública devem ser percebidas dentro do contexto próprio da “Campanha de 1927”. A Polícia Militar passou a sofrer forte pressão de alguns homens de jornais da capital que solicitavam, insistentemente, o desmascaramento dos policiais e dos chefes políticos responsáveis pela fuga de Lampião. Nestas acusações, somavam-se alguns governadores de Estados do Nordeste, que acusavam o governo e a polícia cearense de proteger e de facilitar o livre trânsito de Lampião pelas áreas de fronteiras. A Força Pública, mediante pressões externas, estava impelida a dar uma resposta à sociedade cearense, e à nordestina em geral, mas, segundo os críticos⁶¹⁴, a Polícia Militar não estava disposta a se retratar, por isso era necessário ocultar os nomes dos envolvidos – e a melhor forma era o fuzilamento.

Os policiais receberam ordens para exterminar os cangaceiros que participaram do ataque à cidade de Mossoró junto ao bando de Lampião. Em Juazeiro, o capitão Firmino de Araújo, comandante das forças, comprometia-se dizendo que: “[...] em poucos dias o grupo de Marcelinos será exterminado ou desertará do território cearense”.⁶¹⁵ Meses depois, no município de Jardim, o tenente Veríssimo comunicava que o sargento José Antonio do Nascimento, da companhia volante, matara João 22 durante um combate no lugar Cacimbas.⁶¹⁶ Diante do feito do 2.º sargento José Antonio, o prefeito de Barbalha solicitou a sua promoção e a nomeação deste para delegado militar da cidade.⁶¹⁷ Como de praxe, no início de 1928, os galões de 2.º tenente foram concedidos para o 2.º sargento Nascimento “[...] por ato de bravura e bons serviços prestados no interior do Estado na repressão ao banditismo”.⁶¹⁸ Depois desta concessão, parte da imprensa teceu muitas críticas à promoção do sargento José Antonio do Nascimento. Nas folhas da “Gazeta de Notícia”, afirmava-se que o presidente Moreira da Rocha “[...] ao invés de revoltar-se e expulsar da polícia os

⁶¹⁴ As críticas vinham principalmente dos jornalistas Demócrito Rocha (diretor de “O Povo”), Matos Ibiapina (diretor do “O Ceará”) e Antonio Drummond (diretor da “Gazeta de Notícias”).

⁶¹⁵ Telegrama de Juazeiro (03/09/1927), capitão Firmino de Araújo. Ver: O Nordeste, 06/09/1927.

⁶¹⁶ O Nordeste, 27/12/1927.

⁶¹⁷ O Nordeste, 29/12/1927.

⁶¹⁸ Mensagem do Presidente José Moreira da Rocha à Assembleia Legislativa do Ceará, 1928, p. 53.

magarefes, elogia e promove!”.⁶¹⁹ Levantava-se a suspeita de que a volante comandada pelo sargento Nascimento, depois de capturar o bandido João 22, havia-o fuzilado covardemente.

A imprensa, geralmente, criticava os sargentos ávidos pelas promoções, dizia-se que viviam sonhando com os galões de oficial. Em 1925, Cat publicou uma charge que retrata os sonhos dos oficiais inferiores, que percebiam no combate ao “banditismo” uma oportunidade para conquistar as divisas de subalterno.

Imagem 16 – Charge: “Contra o banditismo” (1925)



Fonte: CEARÁ ILUSTRADO, 03.12.1925.

Conforme visto anteriormente, as insígnias conquistadas pelos policiais nem sempre advinham da dedicação ao serviço policial, mas, devido às boas relações que os policiais estabeleciam com os chefes políticos, neste caso em particular da “campanha de 1927”, o inferior José Antonio do Nascimento estampou os galões no ombro por ter conseguido “calar” um dos bandidos que poderia delatar a participação de importantes políticos na fuga de Lampião do Ceará.

A promessa do capitão Firmino cumpriu-se no início de 1928, durante uma escolta, comandada pelo agora 2.º tenente José

⁶¹⁹ Gazeta de Notícias, 12/02/1928.

Antonio, que conduzia integrantes do bando dos Marcelinos para a cadeia do Crato. O contingente entrou em luta com outros bandidos desse bando no lugar conhecido como Alto do Leitão. Neste confronto, todo o grupo dos Marcelinos foi exterminado. No combate, segundo o oficial Firmino de Araújo, “[...] morreram os bandidos Lua Branca, Manuel Duaia, Joaquim Gomes, João Gomes e Pedro Miranda, ficando, assim, extinto aquele grupo, que espalhava terror”.⁶²⁰ Muitos bandidos, depois de mortos, tinham a cabeça degolada, não apenas para servir de troféus, mas para facilitar a marcha das tropas policiais, que carregavam os pesados corpos. Os policiais levavam as cabeças dos cangaceiros para comprovar que tinham feito o serviço, pois sabiam que as cabeças dos bandidos poderiam render elogios, gratificações e até as almejadas promoções por bravura.⁶²¹

Diante do fuzilamento dos membros do bando dos Marcelinos, alguns jornais teceram fortes críticas às operações da polícia. O editorial da “Gazeta de Notícias”, intitulado ironicamente de “*Matar não é crime*”, lançava perguntas que colocavam em xeque a legalidade das ações dos policiais. Logo após o extermínio dos Marcelinos, o articulista questionava:

Haverá alguém bastante néscio ou suficientemente burro para engolir que indivíduos presos pudessem lutar com a polícia?

Admite-se que os Marcelinos, antes de capturados, oferecessem resistência à força que os desejava prender, mas, depois de presos, lutar com os vencedores?⁶²²

Outros jornalistas engrossavam as críticas relativas à execução sumária do bando dos Marcelinos e apontavam como mandante o presidente do Estado. No início de 1928, o diretor do jornal “O Povo”, Demócrito Rocha, criticava as ordens do presidente Moreira da Rocha. Este jornalista salientava que o fuzilamento dos cangaceiros era “[...] o extermínio sistemático dos testemunhos” e ainda afirmava que:

⁶²⁰ Gazeta de Notícias, 07/01/1928.

⁶²¹ BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983. p. 123.

⁶²² Gazeta de Notícias, 07/01/1928.

Se o governo persistir nesse macabro propósito de *fuzilar os presos para conservar vida tranqüila aos seus apaniguados e mandantes* de todos os crimes, dentro de pouco tempo, o recorde de vinte e duas marcas limadas por Marcelino no cano de seu trabuco, terá sido ultrapassado pelas que o Sr. Presidente deverá fazer na caneta com que irá lavrando novas sentenças contra a vida desses desgraçados.⁶²³ [grifo nosso].

À época, alguns homens de imprensa denunciavam que os policiais militares, atendendo às ordens do presidente estadual, exterminaram os Marcelinos como forma de “[...] emudecerem as vozes dos denunciadores”⁶²⁴, dos importantes chefes políticos locais. A Polícia Militar do Ceará matou dois dos principais partícipes do ataque de Mossoró que permaneceram no território cearense – os irmãos João 22 e Lua Branca. Antes de ser fuzilado, o cangaceiro Lua Branca afirmou, no auto de perguntas do processo instaurado pelo capitão Firmino, que possuía ligação com Isaias Arruda, o poderoso chefe de Missão Velha, possivelmente esta informação tenha sido o bastante para que os policiais o fuzilassem.⁶²⁵ Ao longo de 1928, os sujeitos implicados na “campanha de 1927” foram, de alguma forma, desaparecendo do cenário político e social do Estado. Antes de terminar o mandato, Moreira da Rocha deixou o governo nas mãos de Eduardo Girão, que assumiu de forma interina. O major Moisés de Figueiredo, de forma apressada, solicitou reforma alegando estar com uma úlcera⁶²⁶, e o prefeito de Missão Velha, Isaias Arruda, foi assassinado com seis tiros na estação ferroviária de Aurora.⁶²⁷

⁶²³ O Povo, 10/02/1928. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 308.

⁶²⁴ Gazeta de Notícias, 07/01/1928.

⁶²⁵ O Ceará, 21/07/1928. Depois de sete meses da morte de Lua Branca, a imprensa teve acesso ao depoimento.

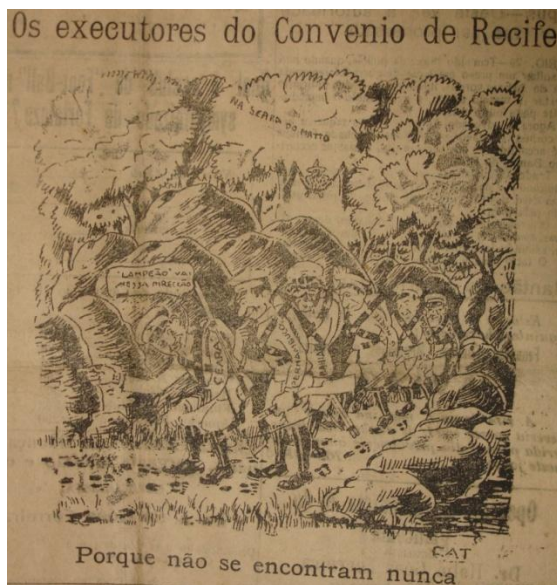
⁶²⁶ WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981. p. 198.

⁶²⁷ Segundo o jornal “O Nordeste”, quem perpetrou o crime foi gente dos Paulinos, família rival dos Arrudas. Ver: O Nordeste, 05/08/1928.

6.5 Em torno de um debate: força estadual x força federal

Mesmo com a intensa perseguição e os fuzilamentos de certos cangaceiros no território cearense, os fracassos da “campanha de 1927” no Ceará geraram grande descrédito nas medidas policiais e nas políticas dos governos do Nordeste contra o “banditismo”. As polícias militares eram constantemente ironizadas na imprensa, que apresentava o convênio policial interestadual de 1926 como um fiasco. Em 1927, nos traços do chargista Cat, as polícias militares nordestinas apareciam como forças policiais taticamente despreparadas.

Imagem 17 – Charge: “Os executores do convênio de Recife” (1927)



Fonte: O CEARÁ, 31.05.1927.

A charge acima, publicada semanas antes da “campanha de 1927”, apresenta o tradicional refúgio de Lampião e de outros cangaceiros no Ceará – a *Serra do Mato*. A crítica direciona-se aos executores do convênio policial interestadual firmado em 1926, especialmente à Polícia Militar do Ceará, que aparece como a principal responsável pelos fracassos das operações policiais. Através da leitura da charge, percebe-se que, mesmo com todos os vestígios, como as

pegadas no chão, o oficial inferior da polícia cearense indicava o caminho oposto àquele no qual se encontrava Lampião. Na imagem, o célebre Lampião, do alto da serra do Mato, observa as desastrosas ações das polícias conveniadas, embalando-se em uma rede. À época, a imprensa denunciava que a polícia do Ceará, deliberadamente, evitava o confronto com Lampião, pois os policiais cearenses, sob as ordens do presidente do Estado, estavam mancomunados com cangaceiros e chefes políticos da região do Cariri. O chargista buscava culpar a Polícia Militar do Ceará pelas derrotas experimentadas nas operações das polícias conveniadas.

O diretor de “O Ceará”, Matos Ibiapina, reiteradamente, denunciava as operações malfadadas das polícias estaduais. Em alguns editoriais, o diretor procurava entender como uma coligação de polícias, do Piauí até a Bahia, somando alguns milhares de policiais, não conseguia reprimir pequenos grupos de bandidos. Matos Ibiapina ainda afirmava que, em termos bélicos, os soldados das polícias militares apresentavam-se mais bem armados e municiados, dispondo de metralhadoras, uma “arma desconhecida dos bandidos”. O diretor salientava ainda que grande soma de dinheiro dos orçamentos estaduais era destinada à segurança pública. O jornalista, na tentativa de explicar as causas da ineficiência das ações policiais dos Estados do Nordeste, apresentou os tópicos seguintes:

- a) *os chefes sertanejos de mais prestígio, por precisarem dos serviços dos bandidos ou por os temerem, prestam-lhes toda sorte de auxílios*, desde as informações sobre a posição do inimigo até ao fornecimento de armas e munições;
- b) *a polícia, mal paga, não toma a iniciativa de enfrentar os bandidos*, preferindo, como se tem verificado entre nós, enfrentar a miséria poupando a vida;
- c) *os oficiais de polícia, na sua maior parte, têm pacto com os bandidos, de quem recebe grossas quantias*, sempre que lhes oferece a oportunidade de dar-lhes combate;
- d) *a atividade dos governos não passa de uma “fita” para levar aos homens do sul a impressão de que eles se interessam vivamente pela*

extirpação do cancro do banditismo.⁶²⁸ [grifo nosso].

Ao mesmo tempo em que alguns homens da imprensa buscavam entender as razões dos fracassos da Força Pública do Ceará e de outras polícias militares do Nordeste, políticos nordestinos apresentavam, na Câmara Federal, propostas para “exterminar o banditismo” do Nordeste. Após a fracassada “campanha de 1927”, na Câmara Federal, um grupo de deputados nordestinos apresentou um projeto que intentava a distribuição de batalhões do Exército Nacional no sertão nordestino. Esta medida já havia sido ventilada nos meados dos anos de 1910 e continuou, timidamente, aparecendo nas mensagens dos presidentes estaduais. Entretanto, depois da “espetacular” fuga de Lampião dos sertões cearenses, os deputados federais Matos Peixoto (CE), Tertuliano Potiguar (CE) e Deoclécio Duarte (RN) encabeçaram a proposta para se efetivar a criação de quartéis em pontos estratégicos nos Estados que sofriam com o “cancro do banditismo”. Pelo projeto ficava resolvido que:

Art. 1 - Fica o governo autorizado a promover a localização de *cinco batalhões do Exército no Interior dos Estados* em que os mesmos forem situados.

Art. 2 - Na composição dos referidos batalhões, serão aproveitados de *preferência os filhos dos próprios Estados* em que os mesmos forem situados.

Art. 3 - Poderá o governo despende até 1500 contos de réis na *construção dos respectivos quartéis*.

Art. 4 - Uma vez instalado cada batalhão, na sua nova sede, será aumentada de cem contos a sua verba anual, a fim de, anexa a ele, ser criada uma *escola profissional, cujo ensino é obrigatório para todos os soldados*.

Art. 5 - Revogam-se as disposições em contrário.⁶²⁹ [grifo nosso].

⁶²⁸ O Ceará, 18/05/1927.

⁶²⁹ O Nordeste, 01/09/1927.

Os idealizadores do projeto tinham alguns objetivos com o estacionamento de batalhões no sertão do Nordeste. Os batalhões teriam o objetivo de impedir “[...] a formação de núcleos de cangaceiros e fanáticos”, bem como visavam possibilitar que “[...] o sertanejo [tivesse], no próprio *hinterland*, a caserna que o ocupe, tornando-o apto soldado e integro cidadão”. Os batalhões, também, permitiriam “[...] aperfeiçoar a defeituosa pedagogia militar” nos sertões, não por acaso pululavam, na justificativa, palavras como patriotismo e civismo. O jovem em idade para o serviço obrigatório não necessitaria deixar seu torrão natal; pelo contrário, encontraria na própria localidade de nascimento oportunidade para o cumprimento de seu “dever cívico”. Nas entrelinhas do projeto, percebe-se o discurso de civilizar o sertanejo, que carecia de estudo, de moral e de ética.

Houve, imediatamente, manifestações de entidades civis apoiando a iniciativa dos deputados nordestinos. A Associação Comercial Cearense, por telegrama, felicitava ao “[...] ilustre patricio pelo projeto de estacionarem [nos] sertões [do] nordeste alguns batalhões [do] glorioso Exército Nacional”.⁶³⁰ A Fênix Caixeiral afirmava que não poderia “[...] silenciar ante tão acertada ideia, que, posta em prática, acabará extirpando o horroroso banditismo que tanto nos prejudica quanto envergonha e deprime”.⁶³¹ A Liga dos Defensores do Nordeste Brasileiro sustentava que a “[...] presença [das] forças amortecerá fúria esses párias vítimas [da] própria ignorância, mais ainda, das vésagas aspirações dos falados coronéis de aldeia, gananciosos, obtusos”.⁶³² A Associação dos Merceeiros salientava que a “[...] criação [dos] batalhões, [do] glorioso Exército Nacional, estacionados [nos] sertões abandonados [do] Nordeste saberão implantar regime de ordem [que] precisa para prosperidade econômica e sossego das famílias”.⁶³³ Nos discursos dos presidentes das entidades, os cangaceiros estavam longe de fazer parte da nação e da sociedade dos homens do progresso.

O escritor Xavier de Oliveira, autor do livro “*Beatos e cangaceiros*”, por meio de carta aberta aos governadores do Nordeste, fez, na imprensa local, intensa campanha para que o Exército ocupasse regiões estratégicas do interior nordestino. A intelectualidade iniciava

⁶³⁰ Telegrama da Associação Comercial Cearense 31/08/1927. Ver: O Nordeste, 01/09/1927.

⁶³¹ Telegrama da Fênix Caixeiral, 31/08/1927. Ver: O Nordeste, 01/09/1927.

⁶³² Telegrama da Liga dos Defensores do Nordeste Brasileiro, 01/09/1927. Ver: O Nordeste, 02/09/1927.

⁶³³ Telegrama da Associação dos Merceeiros, 31/08/1927. Ver: O Nordeste, 02/09/1927.

uma verdadeira cruzada contra o banditismo. Na capital da República, Oliveira, perante a Liga da Defesa Nacional, afirmou que para “[...] civilizar o sertão” eram “[...] necessários dois elementos: a cruz e a espada, símbolos das duas forças que governam o mundo – a fé e a lei”. Um dos mentores do projeto, deputado Deoclécio Duarte, defendia que os batalhões deveriam ficar localizados “[...] de preferência nas sedes dos bispados”.⁶³⁴ Mas havia os descrentes no projeto, um articulista, da capital da República, afirmou que, no Rio de Janeiro, tinha-se “[...] a impressão de serem os Estados do Nordeste os mais politiqueiros do Brasil... Tropas do Exército em contato com chefes políticos, vivendo no mesmo ambiente, vale tanto como pôr linguiça em focinho de cachorro”.⁶³⁵

Para os políticos, intelectuais e segmentos abonados do litoral do país, o sertão nordestino era uma extensa paisagem social extremamente brutal e distante da civilização. Na representação dos homens ilustrados e de grosso trato do Nordeste, exterminar o “banditismo” e civilizar o sertão configurava-se como importante passo para que a região fosse integrada à “próspera” nação brasileira. O “banditismo” estava sendo usado para justificar uma intervenção das forças federais, talvez, nem tanto para promover a segurança pública; porém, mais pelo fato de que as tropas do Exército acarretariam investimentos e recursos federais na região. Percebe-se a intenção dos setores abastados nordestinos de transformar a “praga do banditismo” como um problema nacional, tal qual aconteceu com a seca no final do século XIX.⁶³⁶ O “banditismo”, a exemplo da seca, poderia ser um ótimo meio de arregimentar recursos da União e desviá-los para cofres privados.

O projeto aventado pelos deputados era apresentado estrategicamente dentro de uma situação histórica peculiar, configurando-se como mais um instrumento de defesa nacional. As circunstâncias históricas legitimavam as propostas de segurança interna do país no limiar da década de 1920. Nos centros urbanos, a apreensão dos líderes políticos recrudescia com a organização do Partido Comunista; as greves dos trabalhadores e as quarteladas promovidas pelos oficiais do Exército. Tudo isso, no olhar das lideranças políticas,

⁶³⁴ O Nordeste, 03/09/1927.

⁶³⁵ O Nordeste, 29/11/1927.

⁶³⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **RBH**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

ameaçava a ordem interna do Brasil, podendo, a qualquer momento, fazer implodir os poderes constituídos da República. Depois da marcha dos “revoltosos” da Coluna Prestes no interior do país, em 1926, começava-se a acreditar que o germe da revolução poderia migrar do litoral para o sertão. Neste contexto, o “banditismo” era apresentado como um possível elemento de desestabilização nacional. O projeto dos deputados federais, mesmo com importantes apoios e fortes justificativas, não saiu do papel. Continuou cabendo às polícias militares estaduais, auxiliares do Exército Nacional, responsabilizarem-se pelo policiamento dos sertões do Nordeste.

É possível que o projeto tenha se configurado como uma estratégia de propaganda política da bancada nordestina na Câmara Federal, pois estes, como deputados federais, sabiam da incapacidade do Exército em instalar quartéis no território brasileiro. Primeiro, a distribuição de tropas militares federais no interior nordestino necessitaria de homens para o serviço militar; entretanto, é importante lembrar que os altos oficiais daquela instituição no início do século XX continuavam enfrentando dificuldades para efetivar o processo de alistamento, pois, além da resistência dos alistáveis, não havia fundos e nem logística burocrática para implantar a “Lei do Serviço Militar Obrigatório”, aprovada em 1908. Mesmo com o ingresso dos sertanejos aptos ao serviço militar, havia grande dificuldade na formação dos soldados, porque o Exército Nacional passava por sérios contratempos financeiros que impossibilitavam a manutenção de quartéis, a compra de fardamento, a alimentação do pessoal e o pagamento dos soldos.⁶³⁷ Segundo, a instalação de batalhões no sertão nordestino acarretaria despesas que a instituição militar nacional de terra não estava pronta para suportar. E, por último, a modernização e a especialização do Exército brasileiro, no final do século XIX, fizeram com que a instituição não mais realizasse as atividades de policiamento.⁶³⁸

Em 1928, Matos Peixoto, um dos deputados idealizadores do projeto natimorto na Câmara Federal, elegeu-se presidente do Estado, o que demonstra que a “repressão do banditismo” era ótima propaganda política. No discurso inaugural, uma das primeiras colocações do novo

⁶³⁷ McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁶³⁸ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

presidente referia-se à “reorganização da Força Pública”. Peixoto afirmava que:

Sendo essa força reserva do Exército, deve ser comandada por oficial a este pertencente, como dispõe a legislação do Estado, que assim visa transpor para Milícia estadual, tanto quanto possível, o regime do Exército, em tudo o que respeita à disciplina e à instrução militar.

Isso contribuirá para desenvolver na força pública o espírito militar numa direção toda impessoal, superior às competições partidárias, dentro de um ambiente impermeável à infiltração destas.

Cumprir que, quando um oficial da polícia cearense for destacado em localidade do interior, ninguém indague da sua filiação partidária e veja na pessoa dele uma garantia de todos, sem distinção de cor política, um mantenedor da ordem, incapaz de agir tendenciosamente em favor de qualquer facção.

Esse deve ser, se ainda não o é, a mentalidade dominante na força pública, onde encontramos, além de inferiores dedicados, oficiais distintos e valorosos, com larga folha de serviços ao Estado.⁶³⁹

A primeira medida de Matos Peixoto, em 1928, foi nomear o capitão do Exército Edgard Facó para o comando-geral da Força. O coronel-comandante Edgard Facó diagnosticava como principais problemas: as relações políticas que os policiais estabeleciam com as facções partidárias no Estado e a falta de “espírito militar” de inferiores e de oficiais. Tais problemas deveriam ser resolvidos através da educação militar. Aproveitando-se das críticas à “campanha de 1927”, o novo comandante destacou, em seu discurso, a necessidade de medidas moralizadoras voltadas especialmente para os subalternos da Polícia Militar cearense, o aumento do contingente e a aquisição de armamento moderno. A comissão de finanças da Assembleia do Ceará, pressionada pelos acontecimentos de 1927, aprovou o projeto apresentado pelo coronel Edgard Facó, elevando o contingente para oitocentos e oitenta e

⁶³⁹ O Ceará, 11/07/1928.

quatro policiais, autorizando a criação da Escola Profissional de Oficiais e organizando dois pelotões de metralhadoras leves.⁶⁴⁰

Rapidamente, o projeto que visava à instalação de Batalhões federais no sertão caiu no esquecimento, a Força Pública continuou sendo a responsável pelo policiamento do sertão, pois como afirmou Matos Ibiapina: “[...] os governadores do Estado receavam que a disseminação de tropas do Exército pelos sertões viesse a embaraçar os planos de domínio político-partidário”.⁶⁴¹ Os políticos do Ceará não abririam mão da Força Pública, pois tinham consciência do papel e da importância dos policiais militares na manutenção da estrutura política do Estado.⁶⁴² Mesmo depois da “reorganização da Força Pública”, realizada no início do governo Matos Peixoto, as intervenções da facção política dominante na Polícia Militar continuaram acontecendo. As ações da Força Pública balizaram-se, ao longo da Primeira República, pelas orientações dos chefes políticos que se encontravam na situação.

O lugar da Polícia Militar no Ceará estava assegurado, o presidente Matos Peixoto e o coronel Edgar Facó sabiam que a Força Pública constituía-se como importante instrumento político nas mãos da facção política dominante. A “reorganização da Força Pública” destinou-se a aumentar o poder de repressão e de barganha do governo central, afinal a polícia militarizada cearense foi, durante a Primeira República, organizada e usada pelos presidentes estaduais como mecanismo de negociação e centralização política. Na análise da “campanha de 1927”, percebe-se que a atuação dos policiais da Força Pública no sertão não tinha como principal guia os regulamentos institucionais ou a missão de preservação da ordem e da segurança pública, mas a manutenção dos interesses das lideranças políticas estaduais.

⁶⁴⁰ O Nordeste, 06/09/1928.

⁶⁴¹ MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 304.

⁶⁴² Ver: 4 “*Cangaceiros de farda*”: policiais no sertão e 5 *A polícia do sertão*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1927, o jornalista Matos Ibiapina afirmava que, no Ceará, a polícia não estava:

[...] aparelhada para cumprir os seus deveres de acordo com as exigências sociais, mas, ao contrário, transformou-se pela reação dos maus elementos da polícia dominante, em força perniciososa em tudo comparável aos malfeitores que se destina a combater.⁶⁴³

O excerto acima é interessante, pois abre margem para se pensar em outra Polícia Militar, talvez a desejada por contemporâneos como Matos Ibiapina, possivelmente aquela apresentada nos discursos oficiais. No presente trabalho, buscou-se dialogar com diferentes tipologias de fontes na tentativa de encontrar pistas para compreender a história das primeiras décadas da Força Pública e os policiais militares do Ceará. Na leitura da documentação produzida pelas autoridades políticas e policiais, percebeu-se a tentativa de mostrar uma Polícia Militar ostensiva, destinada exclusivamente à manutenção da ordem pública. Ao analisar os jornais e outras fontes não oficiais, enxergou-se uma polícia ocultada no discurso oficial, voltada especialmente para atender aos interesses das facções políticas dominantes. Os indícios extraídos da documentação coligida permitiram perceber não apenas o protagonismo dos policiais, mas também enxergá-los interagindo com o mundo institucional, com chefes políticos, com cangaceiros e outros sujeitos sociais.

O policial que ingressava na Força Pública logo de saída tinha que aprender que muitas das regras da instituição não eram previstas nos regulamentos, e a experiência dentro da instituição mostrava-lhe que a troca de favores poderia render muitos benefícios, como os almejados galões de oficiais. Atuando no sertão, o policial inseria-se na lógica patrimonialista e percebia que as instituições públicas estavam submetidas à “arena da pilhagem dos interesses privados”, enxergava que a Força Pública, em muitas ocasiões, configurava-se como um “prolongamento das manobras aliancistas e da

⁶⁴³ O Ceará, 31/03/1927. Ver: MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973. p. 299.

rapinagem política”.⁶⁴⁴ Como analisado, nos municípios do interior do Estado, os policiais, escolhidos a dedo pelo presidente estadual, eram deslocados para decidirem as eleições na base da coerção e da bala. Os policiais da Força que se aliavam aos poderosos locais conseguiam mais do que ascensão hierárquica, ocupavam cargos nos municípios como coletores de rendas, delegados e, dependendo das boas relações com os potentados locais, poderiam tornar-se prefeitos. A maior parte dos policiais provinha das cidades do interior, alguns eram ex-cangaceiros indicados por políticos poderosos, outros faziam parte da parentela de conhecidos chefes políticos locais e, já há muito tempo, mesmo antes de entrar na polícia, sabiam que no sertão as relações se davam através da troca de favores.

Não por acaso, conforme discutido ao longo do texto, neste universo sertanejo, os policiais militares eram representados pelo imaginário social como cangaceiros. De acordo com Gustavo Barroso, devido às ações violentas e às alianças com os poderosos locais, os policiais eram reconhecidos pelos habitantes do sertão como “cangaceiros de farda”.⁶⁴⁵ A imagem de uma polícia militarizada, profissional, autônoma e alheia às questões políticas “caía por terra” quando os policiais, nos municípios do interior, saqueavam propriedades e roubavam os moradores das cidades. Não era difícil encontrar policiais adstritos às politicagens do interior, muitos se juntavam com os cangaceiros recrutados pelos chefes políticos situacionistas para perseguir adversários políticos. Em alguns momentos, os policiais eram contratados para matar desafetos pessoais, como o tenente José Bezerra, que, segundo testemunhas, ganhou uma “gorda” recompensa da família Amaro para exterminar os Chicotes no sítio Guaribas.

Como discutido, os policiais deveriam saber onde estavam pisando, pois, caso incomodassem algum poderoso local aliado do governo estadual, a punição “vinha a galope”. Existiam os chefes políticos da situação considerados intocáveis. Por exemplo, na presidência de Moreira da Rocha, os chefes Zequinha Magalhães, da cidade de Miguel Calmon, e Isaias Arruda, do município de Missão Velha, gozavam de todo tipo de consideração do governo estadual. O sargento Soulhier, em véspera de eleição, desarmou Zequinha na estação

⁶⁴⁴ SIQUEIRA, Antonio Jorge. Imaginários da exclusão. In: MONTEIRO, John; BLAJE, Ilana (Orgs.). **História e utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 437-450, p. 437.

⁶⁴⁵ BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928].

de trem da cidade de Senador Pompeu, não tardou para que o presidente mandasse prender o oficial inferior e transferisse o tenente Nepomuceno, encarregado da delegacia militar daquela cidade. Em Missão Velha, o oficial subalterno João Bastos foi exonerado por perseguir os cangaceiros de Isaias suspeitos de assassinar um tenente e um sargento da Força Pública. Os policiais militares deveriam comportar-se como braço armado a serviço dos mandatários aliados, prezando as boas relações entre o governo central e as forças políticas situacionistas periféricas.

Neste trabalho, percebeu-se que, na análise da atuação dos policiais no sertão, não se pode idealizar uma fronteira entre legalidade e ilegalidade. Os dispositivos regulamentares e normativos ensinados dentro da caserna tornavam-se, em muitas situações, letra morta. As lições sobre o Código Penal ou a Constituição Estadual ensinadas dentro da escola de formação de oficiais e dos cursos de sargento não reverberavam na prática dos policiais. Muitas das ações dos policiais militares no interior eram orientadas por interesses pessoais imediatos, mas outras estavam de acordo com as ordens dos mandões locais, especialmente do presidente do Estado. No decorrer do trabalho, mostrei que a Força Pública não era uma instituição independente como apregoavam os comandantes; muito pelo contrário, configurava-se como uma força militar atrelada aos chefes políticos locais e aos seus interesses.

No desenrolar da análise, discutiu-se como as ações policiais, à revelia da lei, ocorriam, em muitos momentos, com ordens partindo diretamente do governo estadual. As medidas de “repressão ao banditismo” configuravam-se como um importante meio para desmobilizar e desmilitarizar os grupos políticos da oposição. A Força Pública, nestas situações, comportava-se como poderoso braço armado nas mãos da facção política dominante. Os cangaceiros recrutados pelos mandões oposicionistas eram desarmados, presos e executados pela polícia, enquanto os chefes da situação tinham liberdade de arregimentar homens armados, inclusive com apoio de policiais. Às vezes, o extermínio de cangaceiros foi realizado, também, como forma de emudecer possíveis delatores de chefes políticos da situação. Os jornais “independentes”, por diversas vezes, denunciaram a proteção que alguns chefes políticos recebiam do presidente do Estado e de sua Polícia Militar. Mas, nos relatórios dos comandantes ou nas mensagens

presidenciais, as operações contra o “banditismo” tornaram-se a principal missão da Força Pública para manter a ordem pública.

Evidente que, neste trabalho, mostrei como a Polícia Militar configurou-se como uma força de repressão, negociação e centralização política nas mãos das lideranças políticas da situação. Para isso, foi necessário mostrar como os policiais militares participaram do concerto político do sertão. Perseguir os indícios relativos aos policiais no sertão tornou-se de fundamental importância, notadamente as suas relações com os chefes políticos locais. A partir disso, percebeu-se que os policiais militares constituíram-se como um dos principais pilares da estruturação do poder político da Primeira República no Ceará. Depois da análise realizada, fica difícil enxergar a Polícia Militar e o policiamento do sertão dissociados do jogo político local. A Força Pública e seus agentes uniformizados e armados ocupavam um lugar de destaque no cenário político estadual. Assim, demonstrei nesta pesquisa que, mesmo manipulando uma imagem de probidade, profissionalismo e imparcialidade política, os policiais militares constituíam-se como importantes atores das tramas políticas do sertão.

É importante ressaltar que, durante a pesquisa, não tive a oportunidade de explorar todas as pistas que se abriram; porém, vários foram os indícios deixados para futuros pesquisadores no que diz respeito, por exemplo, ao policiamento militar de Fortaleza durante as greves do final da década de 1910 e a atuação dos policiais militares nos conturbados anos da década de 1920. Também não foi possível aprofundar as tensões e os ajustes entre os policiais e a população nas cidades do interior, nem abordar a rotina de policiamento experimentada pelos agentes da Força Pública nos destacamentos espalhados pelo sertão. Um tema interessante que merece a devida atenção dos historiadores são os convênios policiais interestaduais de combate ao “banditismo” no Nordeste. Muitas outras possibilidades de pesquisa podem ser colhidas desta produção. Não foi minha intenção produzir um texto que encerrasse o debate sobre a temática abordada. Espero que o leitor encontre lacunas e margens para especulações que possam possibilitar novas hipóteses de trabalho. Entretanto, acredito que nesta tese foi elaborada, através de “[...] um delicado equilíbrio entre os procedimentos sintetizadores e os empíricos [...]”⁶⁴⁶, uma interpretação histórica possível.

⁶⁴⁶ THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2001. p. 156.

Espero que este seja um primeiro passo de uma longa caminhada. Não restam dúvidas de que ainda são necessários outros estudos sobre o policiamento militar rural no Brasil. É importante pontuar que a presente tese de doutorado possibilitou pensar e discutir a dinâmica do policiamento rural no Ceará e no Nordeste durante a Primeira República. Igualmente, de fundamental importância, foi o diálogo com uma documentação ainda pouco explorada pelos historiadores que pesquisam polícia. Neste trabalho, percebe-se que as forças militares estaduais produziram uma farta massa *corpora* de fundamental importância para se compreender as instituições policiais dos primeiros anos da história republicana do país. Espero que esta tese ajude e estimule a produção historiográfica sobre as polícias militares rurais do país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **RBH**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, João Mendes de. **Oligarquia aciolina, 1877-1930**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

ANSELMO, Otacílio. A tragédia de Guaribas. **Itaytera**, Crato, n. 16, p. 9-30, 1972.

BARBALHO, João. **Constituição Federal Brasileira, 1891**: comentada. Ed. fac-similar. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. “Não é nada, senhores, já está tudo acabado”: Fortaleza, 4 de março de 1934. In: SECRETO, Verônica *et al.* (Orgs.). **A história em processo**: ações criminais em Fortaleza (1910-1950). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 35-42.

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-144.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

BERLIÈRE, Jean-Marc. **La police des mœurs sous la III^e République**. Paris: Seuil, 1992.

_____. “Quand un métayer veut être bien gardé, il nourrit ses chiens”. La difficile naissance du syndicalisme policier: problèmes et ambiguïtés (1900-1914). **Le Mouvement Social**, Paris, n. 164, p. 25-51, jul./set. 1993.

_____. **Le monde des polices en France XIX^e – XX^e siècles**. Bruxelles: Complexe, 1996.

_____. **Policiers français sous l'occupation**. Paris: Perrin, 2001.

BERLIÈRE, J. M. *et al.* **Métiers de police: être policier en Europe, XVIII-XX**. Rennes: PUR, 2008.

BIRKBECK, Christopher. Latin American banditry: as peasant resistance: a dead-end trail? **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 26, n. 1, p. 156-160, 1991.

BLOK, Anton. Reflections on the Sicilian mafia: peripheries and their impact on centres. In: SIEGEL, Dina; NELEN, Hans (Orgs.). **Organized crime: culture, markets and policies**. New York: Springer, 2008. p. 7-14.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. **BIB**, São Paulo, n. 32, 1991.

_____. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

_____. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.

CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro**. São Paulo: Maltese, 1994.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília, DF: UnB, 1994.

_____. **A cultura do crime e da lei (1889-1930)**. Brasília, DF: UnB, 2001.

CARTAYRADE, Cyril. Le marié était en bleu: les mariages des gendarmes dans le Pay-de-Dôme au XIX^e. **Sociétés et Représentation**, Paris, n. 16, p. 269-279, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. t. 3.

_____. Forças armadas e política, 1930/1945. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930, 1., 1983, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: UnB, 1983. p. 107-187.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 103-117, 2000.

_____. **Exército e nação**: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: UNICAMP, 2001.

CHANDLER, Billy J. **Lampião**: o rei dos cangaceiros. Tradução de Sarita Barsted. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CHAVES, José Olivenor. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone (Orgs). **Secas**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p 49-74.

CHAZKEL, Amy. **Brazil's clandestine lottery and the making of urban public life**. New York: DUP, 2011.

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DIAS, Aelson Barros. **Em nome do poder, da força e da honra**: banditismo e violência nos confins do sertão sul piauiense. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

DUARTE JÚNIOR, Antônio. Apoteose do banditismo. **Itaytera**, Crato, n. 13, p. 89-103, 1969.

DULCE, Pandolfi *et al.* (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

EMSLEY, Clive. La légitimé de la police anglaise: une perspective historique comparée. **Déviance et société**, v. 13, n. 13-1, p. 23-34, 1989.

_____. A typology of nineteenth-century police. **Crime, Histoire et Sociétés/Crime, History and Societies**, London, v. 3, n. 1, p. 29-44, 1999a.

_____. **Gendarmes and the state in nineteenth-century Europe**. Oxford: University Press, 1999b.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Micro-história. In: VAINVAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-224.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança: força pública do estado de São Paulo – fundamentos histórico-sociais**. São Paulo: Alfa-omega, 1974.

FERREIRA, Marieta; SÁ PINTO, Surama. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 313-350.

FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História**, São Paulo, n. 22 (2), p. 211-226, 2003.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 47-88.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O código do sertão. In: _____. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 21-62.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge. **A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Imaginário Popular, 2000.

GONÇALVES, Adelaide. **Ceará socialista**: ano 1919. Edição fac-símile. Florianópolis: Insular, 2001.

GONÇALVES, Candido Gonçalo Rocha. **A construção de uma polícia urbana (Lisboa, 1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2007.

HOUTE, Arnaud-Dominique. Un métier en crise? La gendarmerie de la belle époque d'après ses retraités. **S & R.**, n. 16, p. 153-165, set. 2003.

_____. La peur du gendarme: mutations d'une sensibilité dans les campagnes français du XIX siècle. **Histoire, Économie & Société**, Paris, n. 2, p. 123-133, 2008.

_____. **Le métier de gendarme au XIX^e siècle**. Rennes: PUR, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 4. ed. Tradução de Célia Paoli e Anna Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Bandidos**. 4. ed. Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, João Javier. **Polícia Militar do Ceará**: origem, memória e projeção. Fortaleza: IOC, 1987.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

IBGE. **Mapas**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JEAN-NOËL, Luc. Du bon usage de l'histoire des representations des gendarmes. **Sociétés & Représentations**, Paris, n. 16, p. 5-35, 2003.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 313-350.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. *In*: CARVALHO, Maria Rezende de. (Org.). **República do Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 11-60.

LEWIS, Bernard. Os impérios da pólvora. *In*: _____. **O Oriente Médio**: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LIBERMAN, Robert; POLEN, Michel. Perspectives on policing in nineteenth century America. **Social Science History**, Michigan, v. 2, n. 3, abr. 1978. p. 346-360.

LORCY, Damien. **Sous le régime du sabre**: la gendarmerie em Algérie, 1830-1870. Rennes: PUR, 2011.

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. **A 4.^a Companhia Isolada de Pedro Afonso e o cotidiano dos policiais militares**: um projeto de policiamento e “ordem” para os sertões do antigo norte goiano (1930-1964). 2011. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990.

MACEDO, Nertan. **Sinhô Pereira**: o comandante de Lampião. Rio de Janeiro: Artnova, 1975.

MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MATOS, Hebe. História social. *In*: VAINVAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 45-59.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda**: greves e repressão policial na formação da classe trabalhada carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto; FAPERJ, 2004.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. 2011. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A guerra total de Canudos**. São Paulo: A Girafa, 2007.

_____. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1994.

MILLIOT, Vincent (Org.). **Les mémoires policiers, 1750-1850**: écritures et pratiques policières du siècle des lumières au Second Empire. Rennes: PUR, 2006.

_____. Mais que font les historiens de la police. *In*: BERLIÈRE, J. M. *et al.* **Métiers de police**: être policier en Europe, XVIII-XX. Rennes: PUR, 2008. p. 9-34.

MIS. Museu da Imagem e do Som. **Acervo**. Fortaleza: 2014.

MONKKONEN, Eric H. História da polícia urbana. *In*: TONRY, Michel; MORRIS, Norval (Orgs.). **Policciamento moderno**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 577-612.

MONTENEGRO, Abelardo. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

_____. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1980.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Marinheiros em revolta**: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. **Do convés ao porto**: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. “Ordem e liberdade”: proposta da marujada cidadã. *In*: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 445-473.

NEVES, Frederico de Castro. O curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). **RBH**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

_____. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento**: a trajetória de lutas dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Cangaceiros**: ensaios de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINHEIRO, Irineu. **O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914**. 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PMCE. Polícia Militar do Ceará. **Acervo**. Fortaleza: 2014.

PRESTES, Anita Leocadia. **Uma epopeia brasileira**: a Coluna Prestes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **Estrutura de poder e economia (1889-1930)**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 12-14. v. 1. t. 1.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. São Paulo: Arx, 2002.

RAFART, Gabriel. Violência rural e bandoleirismo na Patagônia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 118-136, jan./jun. 2011.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo**

excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 89-120.

RODRIGUES, Abelardo. **Resumo histórico da Polícia Militar (1835-1955)**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1955.

ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). *In:* FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das tradições 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 223-248.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim:** uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: USP; FAPESP, 2010.

_____. Prelúdios de um ‘pequeno exército’? A força policial paulista nos primeiros anos da República (1890-1895). **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, n. 16 (3), p. 333-345, set./dez. 2012.

SHPAYER-MAKOV, Haia. Le profil socio-économique de la Police Métropolitaine de Londres à la fin du XIX^e siècle. **Revue d’histoire moderne et contemporaine**, Paris, n. 39-4, p. 662-678, out./dez. 1992.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. Imaginários da exclusão. *In:* MONTEIRO, John; BLAJE, Ilana (Orgs.). **História e utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 437-450.

SLATTA, Richard. Eric J. Hobsbawm's social bandit: a critique and revision. **A Contracorriente**, North Carolina, v. 1, n. 2, p. 22-30, 2004.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx:** roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana. **RBH**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, 1984/1985.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. 2. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In:*

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** São Paulo: UNICAMP, 2001.

VANDERWOOD, Paul J. **Los rurales mexicanos.** Traducción de Roberto Gómez. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económico, 1982.

_____. El bandidaje en el siglo XIX: una forma de subsistir. **História Mexicana**, Ciudad de México, v. 34, n. 1, p. 41-75, 1984.

_____. **Desorden y progreso:** bandidos, policías y desarrollo mexicano. Traducción de Félix Blanco. Madrid: Siglo XXI Editores, 1986.

VIANA, Severino Coelho. **A vida do cel. Arruda, cangaceirismo e Coluna Prestes.** João Pessoa: RIGRAFIC, 1989.

VIDAL e SOUZA, Candice. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 55-61, jan./jun. 1998.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anticangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abr. 1999.

_____. A constituição dos heróis-bandidos: o caso de Il Grande Silenzio confrontado com casos de banditismo rural e urbano. *In:* CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2004a. p. 1-12.

_____. **O povo em armas:** violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumarã; NUAP-UFRJ, 2004b.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A força pública em Minas Gerais na Primeira República. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 41-61, 1995.

FONTES DOCUMENTAIS

a) Policiais

Instituições de pesquisa: APEC, APEIC, BPGMP.

Regulamentos

Regulamento do Corpo de Polícia do Ceará, 1873.

Regulamento Interno da Força Pública do Ceará, 1922.

Regulamento Policial, 1916.

Relatórios

Relatório do Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara, de 1.º de junho de 1917 a 31 de maio de 1918.

Relatório do Chefe de Polícia José Pires de Carvalho, de 12 de julho de 1924 a 31 de maio de 1925.

Relatório do Comandante-Geral Alípio Barros, 1913.

Relatório do Comandante-Geral Ernesto Medeiros, 1919 e 1920.

Fés de ofício

Fé de Ofício do 1.º Tenente Francisco Cavalcante de Macedo, 1930.

Fé de Ofício do 1.º Tenente João Vieira da Silva, 1928.

Fé de Ofício do 2.º Tenente Agostinho José da Costa, 1930.

Fé de Ofício do 2.º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1930.

Fé de Ofício do 2.º Tenente Raimundo Domingues Ribeiro, 1929.

Fé de Ofício do 3.º Sargento Francisco Luiz Marinho, 1930.

Fé de Ofício do Cabo Apolônio João de Deus, 1930.

Fé de Ofício do Cabo de esquadra Raimundo Cosme, 1927.

Fé de Ofício do Cabo Francisco Paixão, 1927.

Fé de Ofício do Cabo João Clemente, 1927.

Fé de Ofício do Capitão Arthur Medeiros, 1924.

Fé de Ofício do Major João de Moura Brasil, 1928.

Fé de Ofício do Major Moisés de Figueiredo da FPC, 1928.

Fé de Ofício do Soldado Cosme Alves Correia, 1928.

Fé de Ofício do Soldado Francisco Pedro de Freitas, 1928.

Fé de Ofício do Soldado Germano Bento da Penha, 1913.

Fé de Ofício do Soldado João Francisco Ignácio, 1929.

Sindicâncias

Sindicância contra o 2.º Tenente Antonio Pereira do Nascimento, 1927.

Sindicância contra o 2.º Tenente Raimundo Ferreira Lima, 1926.

Leis, decretos e instruções

Instruções da Secretária de Justiça e Segurança Pública aos Delegados Militares da Força Pública, 1916.

Lei Estadual n.º 1.642, de 8 de novembro de 1918, que reorganiza a Força Pública do Estado.

Lei Estadual n.º 896, de 05 de agosto de 1907, que aprova plano de reforma para oficiais.

Lei Federal n.º 3. 216, de 3/01/1917.

Lei n.º 1.808, de 15 de outubro de 1920, que cria as delegacias militares.

Lei n.º 2.213, de 28/10/1924, que cria dois pelotões de metralhadoras leves e pesadas.

Lei n.º 2.628, de 02 de outubro de 1928, que cria o Corpo de Guardas de Fronteiras.

Pedidos de reformas e pensões

Pedido de pensão da genitora Maria da Silva Britto do ex-cabo Manoel da Silva Britto, 1927.

Pedido de pensão da viúva Maria Rufino Campos do ex-cabo Manoel Henrique Campos, 1927.

Pedido de pensão da Áurea Barbosa Moreira do 2.º Tenente Francisco Salles Moreira, 1930.

Pedido de reforma do cabo de esquadra João Clemente, 1927.

Pedido de reforma do cabo de esquadra Raimundo Cosme, 1928.

Minutas de ofícios e ofícios

APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Ofícios Expedidos; Data Limite: 1916-1929; Cx: 03; Lv: 144.

APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1912-1913; Cx: 38; Lv: 31, 31, 33, 35.

APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1913-1914; Cx: 39; Lv: 131.

APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1914-1916; Cx: 41; Lv: 119.

APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1915; Cx: 43; Lv: 134.
 APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1921; Cx: 47; Lv: 47,48.
 APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1922; Cx: 48; Lv: 51.
 APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1928; Cx: 59; Lv: 79.
 APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1930; Cx: 62; Lv: 83.
 APEC: Fundo: Governo do Estado do Ceará; Grupo: Secretaria de Justiça; Série Minutas de Ofícios; Data Limite: 1930; Cx: 63; Lv: 85,86.

b) Jornais

Instituições de Pesquisa: BPGMP e IHC.

A Tribuna, 1921.

Correio do Ceará, 1921, 1928, 1929.

Diário do Ceará, 1926, 1928, 1929, 1930.

Gazeta de Notícias, 1928 e 1929.

O Ceará, 1925, 1926, 1927, 1928.

O Nordeste, 1927 e 1928.

c) Memórias, estudos e outros

Instituições de Pesquisa: BPGMP e AP.

BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: lampião e outros cangaceiros. Fortaleza: ABC, 2012 [1928].

_____. **Heróis e bandidos**. Fortaleza: ABC Editora, 2012 [1917].

BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1983.

FIGUEIREDO, Moisés de. **Lampião no Ceará, a verdade em torno dos fatos**: campanha de 1927. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1927.

FIRMEZA, Hermenegildo. A revolução de 1912 no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 25-59, 1963.

GUEIROS, Optato. **“Lampeão”**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Linográfica, 1953.

LIRA, João Gomes de. **Lampião**: memórias de um soldado de volantes. Floresta, PE: TDA Gráfica, 2013. v. 1 e 2.

PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do passado**: Tauá - Fortaleza. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 2009.

TEÓFILO, Rodolfo. **A sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969 [1915].

_____. **Libertação do Ceará**: queda da oligarchia Accioly. Edição fac-similar. Lisboa: Typographia Editora Limitada, 1914.

WEYNE, Alfredo Nunes. **Pedaços do meu passado**: memórias. Fortaleza: IOCE, 1981.

d) Constituições e Mensagens dos presidentes do Ceará

Instituições de Pesquisa: BPGMP e AP.

Constituição Federal Brasileira, 1891.

Mensagens dos Presidentes do Ceará à Assembleia Legislativa do Estado, 1895-1930.

POMPEU, Gina; FREITAS, Isabel; VIEIRA, Sofia (Orgs.).

Constituição estadual de 1890, 1892, 1921 e 1925. Fortaleza: INESP, 2005.

e) Revistas

Instituições de Pesquisa: BPGMP e IHC.

Almanaque do Ceará, 1930.

Ceará Ilustrado, 1925.

ANEXOS

ANEXO A – Dados referentes ao Capítulo 1

A Polícia Judiciária ao longo da Primeira República

Denominação	Ano
Secretaria do Interior e da Justiça	1890-1909
Chefatura de Polícia	1909-1913
Secretaria de Segurança e Justiça	1913-1916
Chefatura de Polícia	1916-1928
Secretaria de Polícia e Segurança Pública	1928-1930

Fonte: HUGO, Vitor. Chefes de Polícia do Ceará (1945, p. 3-147).

Denominações da Força Pública do Ceará ao longo da Primeira República

Denominação	Ano
Corpo de Polícia do Ceará	Nov. 1889/ Dez. 1889
Corpo de Segurança Pública	1889-1892
Batalhão de Segurança do Ceará	1892-1899
Batalhão de Segurança	1899-1913
Batalhão Militar	1913-1914
Regimento Policial do Estado	1914-1921
Força Pública Militar do Ceará	1921-1924
Regimento Policial do Ceará	1924-1929

Fonte: MAJOR HOLANDA (1987, p. 105).

ANEXO B – Dados referentes ao Capítulo 3

Programa de Competições Desportivas na Escola de Aprendizes Marinheiros (1929)

Modalidades	Horários	Homenageados
Corrida de 100 metros	13h00min	Prova Presidente do Estado
Lançamento de Pesos	13h00min	Prova Prefeitura Municipal
Salto em altura com impulso	13h30min	Prova Guarda Cívica
Lançamento de dardos	13h30min	Prova ten. cel. Guilherme R. Cruz
Corrida de 1500 metros	14h00min	Prova Cruzador Bahia
Cabo de Guerra	14h00min	Prova cel. Edgar Facó
Corrida de revezamento 4x10	14h30min	Prova Almirante Gomensoro
Salto em extensão	14h30min	Prova Secretário de Segurança Pública
Corrida de 500 metros	15h00min	Prova Ceará Sport Club
Voleibol	15h00min	Prova general Eudoro Corrêa
Corrida de barreiras em 110 metros	16h00min	Prova Maguary Sport Club
Corrida de estafetas em 100 metros	16h00min	Prova capitão Anibal Prado
Salto em altura com vara	16h00min	Prova Fortaleza Spot Club

Fonte: CORREIO DO CEARÁ, 23/05/1929.

Programa do Concurso para Sargento da FPC (1929)

Prova Escrita	Prova Oral
<i>R.E.C.I</i> – Deveres do comandante do grupo de combate; homens que no grupo de combate são armados a mosquetão e pistola; quando é empregada a granada; até que	<i>R.E.C.I</i> – Ordem unida; mobilidade; exercício de combate. <i>Armamento</i> – Fuzil mauser; mosquetão; fuzil metralhadora; granada. <i>Instrução policial</i> – O

<p>distância se atira contra um homem isolado. <i>Instrução Policial</i> – Como procede o policial em um conflito em que tomam parte praças de diferentes corporações. <i>Escrituração Militar</i> – Problemas sobre vencimentos; um roteiro da guarda. <i>Aritmética</i> – As quatro operações sobre funções ordinárias e decimais. <i>Português</i> – Um ditado. <i>Corografia do Ceará</i> – Cidades principais do Ceará.</p>	<p>que é crime; o que é contravenção; prisão em flagrante. <i>R.S.C</i> – Marchas. <i>Topografia</i> – Escala topográfica; bússola; orientação; leitura de carta topográfica.</p>
--	---

Fonte: DIÁRIO DO CEARÁ, 19/05/1929.

Cronograma de Aulas da Escola Profissional de Oficiais da FPC

Curso Propedêutico	Curso Tático Profissional
1. ^a aula – Português.	1. ^a aula – Tática e Armamento.
2. ^a aula – Aritmética Prática e Geometria (noções).	2. ^a aula – Topografia e Desenho Topográfico.
3. ^a aula – Geografia (noções), Corografia do Ceará e do Brasil e História do Brasil.	3. ^a aula – Escrituração Militar (2. ^a parte) e Serviço Policial (2. ^a Parte).
4. ^a aula – Instrução Militar, Escrituração Militar (1. ^a parte), Armamento e Serviço Policial (1. ^a parte).	

Fonte: REGULAMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL DA FPC (1929).

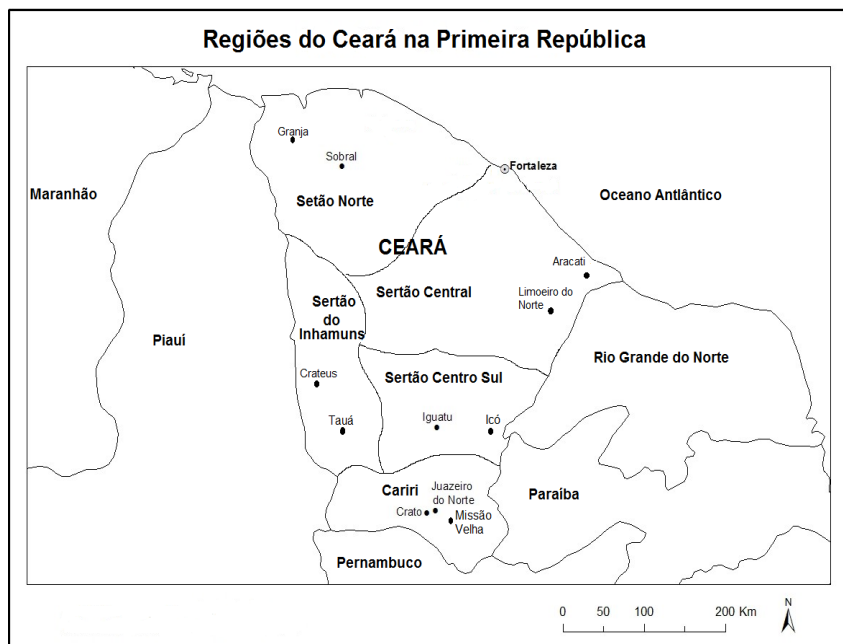
ANEXO C – Dados referentes ao Capítulo 6

Composição do bando de Lampião no ataque a Mossoró segundo o bandido Jararaca (1927)

Bandidos	Observações
Lampião	“Que se intitula de Capitão, e se chama de Virgulino Ferreira”.
Sabino	“Que se intitula de Tenente, e se chama Sabino Leite”.
Benevides	“Cujo nome é Massilon Leite, e cujos pais moram ao pé da serra de Luiz Gomes, onde o bandido costuma repousar das terríveis canseiras”.
Jararaca	“Cujo nome é José Leite de Santana – ferido e preso no combate, é natural de Buíque – Pernambuco”.
Ezequiel Sabino	“Irmão de Sabino”.
Virgíneo	“Cunhado de Sabino”.
Luiz Pedro	“Natural de Retiro”.
Chumbinho	-----
José Delfino	-----
Manuel Antônio	“Natural de Bom Retiro”.
Quindu	“Natural de Bom Nome”.
Âs de Ouro	“Natural de S. Francisco”.
Candieiro	“Natural da Serra do Monte”.
Barra Nova	“Natural de Serra do Monte”.
Vareda	“Irmão de Candieiro”.
Serra do Mar	-----
Rio Preto	“Cujo nome é Vicente Feliciano, negro velho e valente, de Paraíba, que tem presunção de que bala não entra no seu couro”.
Luiz Sabino	“Pessoa de Sabino Leite, moço e audacioso”.
Fortaleza	-----
Moreno	“Muito malvado”.
Euclides	-----
Beija Flor	“Natural do Piauí”.
Chá Preto	-----
Trovão	“Natural da Serra do Mato”.

Tenente	“Cujo nome é José de Sousa, natural de Riacho de Navio”.
Camilo	“Natural da Serra do Mato”.
Antônio dos Santos	“Natural do Ceará”.
Marreca	“Natural do Pajeú”.
Bem tivi	“Natural do Cariri”.
Sabiá	“Cangaceiro velho, natural do Cariri”.
Pinga Fogo	“Natural do Ceará”.
José Relâmpago	“Natural do Cariri”.
Vinte e dois	“Natural do Cariri”.
Lua Branca	“Irmão de Vinte e dois, natural de Cariri”.
Antônio Coxeado	“Natural de Pernambuco”.
Pai Velho	“Cabra velho, que foi cangaceiro dos Carvalhos, das Piranhas”.
José Pretinho	-----
Luiz Pedro	“Que há 5 anos acompanha Lampião”.
Mergulhão	“Natural de Pajeú”.
Coqueiro	“Natural do Ceará. Este foi quem atirou no carro que conduzia o Cel. Antonio Gurgel, para o Brejo”.
Oliveira	“Cangaceiro menino”.
Quixadá	-----
Colchete	“Cabra pequeno, repugnante e atrevido, que morreu no ataque a casa do Prefeito, nesta cidade”.
José Coco	-----
José Roque	-----

Fonte: NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. p.34-35.



Fonte: Adaptado a partir dos mapas IBGE (2014)